

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



**VESTÍGIOS DOS ESPAÇOS DA MORTE NA
SCALLABIS ROMANA:
O CASO DA AVENIDA 5 DE OUTUBRO**

JOÃO PEDRO BARRETO GOMES

LISBOA
2024

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



**VESTÍGIOS DOS ESPAÇOS DA MORTE NA
SCALLABIS ROMANA:
O CASO DA AVENIDA 5 DE OUTUBRO**

JOÃO PEDRO BARRETO GOMES

Dissertação orientada pelo Doutor Carlos Samuel Pires Pereira e pela Professora Doutora Ana Margarida Arruda, elaborada para a obtenção do grau de Mestre em ARQUEOLOGIA

2024

ÍNDICE

RESUMO	1
ABSTRACT	2
AGRADECIMENTOS.....	3
I. INTRODUÇÃO	6
1. 1. A Arqueologia de Santarém: Estado da Arte	6
1. 2. Vestígios e perspectivas do urbanismo de <i>Scallabis</i> em época romana	9
1. 3. Breve Resenha Histórica da <i>Scallabis</i> Romana	19
II. A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA DA AVENIDA 5 DE OUTUBRO	28
2. 1. Localização, enquadramento e resultados	28
2. 2. Metodologia	30
2. 3. Os contextos funerários romanos.....	37
2.3.1 <i>Sepulturas de incineração</i>	38
2.3.2 <i>Sepulturas de inumação</i>	54
2. 4. Estratos e substratos para uma definição cronológica da necrópole.....	60
2. 4. 1. <i>Ânforas</i>	61
2. 4. 2. <i>Cerâmica de verniz negro itálico e imitações</i>	80
2. 4. 3. <i>Terra Sigillata</i>	82
2. 4. 4. <i>Cerâmica de Paredes Finas</i>	85
2. 4. 5. <i>Unguentários</i>	87
2. 4. 6. <i>Lucernas</i>	89
2. 4. 7. <i>Cerâmica Comum</i>	92
2. 4. 8. <i>Cerâmica de Construção e outros</i>	103
2. 5. Análise contextual	103
III. ENQUADRAMENTO E DINÂMICAS DA NECRÓPOLE ROMANA: A EVOLUÇÃO DO ESPAÇO FUNERÁRIO E RELAÇÃO COM O URBANISMO DE <i>SCALLABIS</i>	110

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
BIBLIOGRAFIA.....	132
Relatórios técnicos.....	175
ANEXOS	177
Estampas	178
Cartografia.....	197
Acervo Fotográfico.....	202
Tabela cronológica das UE's	218
Inventário.....	222

RESUMO

O topónimo *Scallabis*, conforme identificado nas fontes clássicas, refere-se à actual cidade de Santarém, localizada numa elevação na margem direita do rio Tejo, aproximadamente a 80 km de *Olisipo*. Esta identificação é corroborada tanto por fontes literárias, como as de Plínio-o-Velho e Ptolemeu, quanto por vestígios arqueológicos exumados na Alcáçova e submetidos a extensas investigações entre as décadas de 1980 e 2000.

Todavia, a normalização da prática arqueológica de âmbito empresarial tem exposto novos dados que, infelizmente, nem sempre são devidamente divulgados e publicados. Esta dissertação centra-se num desses casos específicos: os vestígios romanos encontrados nos números 2 a 8 da Avenida 5 de Outubro, em Santarém.

As intervenções, conduzidas por Helena Santos e Marco Liberato entre 2007 e 2008, revelaram complexas evidências de ocupações contínuas em Santarém, desde o período romano até à contemporaneidade, manifestadas sob diversas tipologias construtivas e funcionais. Notavelmente, do período romano até ao século XI, este espaço foi exclusivamente utilizado como área funerária, proporcionando importantes informações sobre a necrópole romana existente no local.

Com base nos dados disponíveis, o objectivo deste estudo é analisar os vestígios da necrópole romana através de uma abordagem estratigráfica, material e estrutural, procurando estabelecer relações com os contextos romanos conhecidos da Alcáçova de Santarém, assim como realizar paralelos com outras realidades análogas.

Ao integrar a informação adquirida numa rede de conhecimento mais abrangente, esta investigação procura contribuir para uma melhor compreensão da ocupação romana em Santarém. Salienta-se a importância de documentar e divulgar adequadamente as descobertas arqueológicas resultantes de intervenções empresariais, assegurando que essas descobertas enriqueçam o conhecimento da História Romana de Santarém.

Palavras-chave: Período Romano; Necrópole; Scallabis; Arqueologia Empresarial

ABSTRACT

The toponym *Scallabis*, as identified in classical sources, refers to the present-day city of Santarém, situated on a hill on the right bank of the Tagus River, approximately 80 km from *Olisipo*. This identification is supported by both literary sources, such as those of Pliny the Elder and Ptolemy, and by archaeological remains uncovered in the Alcáçova, which have been extensively investigated between the 1980s and 2000s.

However, commercial archaeological practices have brought to light new data that are often overlooked and insufficiently published. This dissertation focuses on one such specific case: the Roman remains found at 2-8 Avenida 5 de Outubro, in Santarém.

The excavations, led by Helena Santos and Marco Liberato between 2007 and 2008, revealed evidence of continuous and complex occupation in Santarém from the Roman period to the present day, encompassing various types of structures and human activity. Notably, from the Roman period until the 11th century, this site was used exclusively for funerary purposes, providing significant data about the Roman necropolis in the area.

Based on the available evidence, the aim of this study is to analyse the remains of this Roman necropolis through a stratigraphic, material, and structural approach, seeking to establish connections with the known Roman contexts of the Alcáçova of Santarém, as well as draw parallels with other similar sites.

By integrating these findings into a broader knowledge framework, this research aims to enhance our understanding of Roman occupation in Santarém. It highlights the importance of properly documenting and disseminating archaeological discoveries made during commercial projects, ensuring that these findings contribute to a richer understanding of the Roman history of Santarém.

Keywords: Roman Period; Necropolis; *Scallabis*; Commercial Archaeology

AGRADECIMENTOS

Reservo estas breves, mas sentidas palavras para os agradecimentos, como já foi destacado noutro momento académico importante da minha vida (Gomes, 2018: 7), pois o reconhecimento é devido àqueles que, de diversas formas, moldaram este percurso - no passado, no presente e, de certo modo, o futuro. Acredito, sinceramente, que a nossa jornada é enriquecida pelas experiências e interacções com os outros, e, portanto, seria injusto não expressar a minha profunda gratidão, mesmo que corra o risco de omitir nomes importantes.

Em primeiro lugar, à minha família imediata por ainda me “aturar fora de horas” e cujo apoio me permitiu continuar a investir nos meus estudos.

À Cátia, cujo caminho se cruzou com o meu exactamente devido ao Mestrado que culminou nesta dissertação, pelo seu companheirismo e apoio incondicional; assim como à Paula, ao Paulo e ao Pedro por me fazerem sentir que tenho neles uma verdadeira segunda família.

Ao Ricardo que, apesar de todos os tropeções que nos surgiram pelo caminho, mantém-se uma presença assídua e basilar há mais de meia vida. Aproveito também para assinalar que à data ainda me deve a sua co-autoria comigo numa publicação sobre *Archaeogaming...*

Ao Carlos pela amizade, paciência e disponibilidade em orientar uma segunda dissertação minha. É indiscutível que sem as suas guias este trabalho não teria terminado a bom porto. Aproveito para agradecer também à Professora Ana Margarida Arruda por ter aceiteado o desafio de co-orientar este trabalho, assim como à restante docência do curso de Mestrado em Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa pelo seu papel na minha formação, em especial à Professora Catarina Viegas.

Ao Marco Liberato e à Helena Santos por terem amavelmente cedido o espólio e os dados de campo dos n.ºs 2-8 da Avenida 5 de Outubro.

À Susana Henriques, ao Rafael Lima, ao Victor Filipe e à Anabela Castro pelos seus papéis, ainda que breves, de mentores dentro do mundo da Arqueologia empresarial.

Ao André por todo o auxílio que me tem prestado na UNIARQ, pelos estacionamento e pelos contínuos desabafos que me permite soltar há quase uma década.

Ao grupo do 74^a Curs d'Arqueologia d'Empúries, especialmente à Leyre pelo seu fervoroso e contagiante ânimo pela Arqueologia.

Por último, porque acredito que as honras devem ser feitas em vida, deixo uma palavra de carinho ao meu avô Ti'Barreto e, também quando já partiram, de saudade à minha avó Ti'Cecília, pelos seus papéis inquestionáveis na construção da minha pessoa. Amo-vos.

“PIPPIN: I didn't think it would end this way.

GANDALF: End? No, the journey doesn't end here. Death is just another path,
one that we all must take. The grey rain-curtain of this world rolls back, and all
turns to silver glass, and then you see it.

PIPPIN: What? Gandalf? See what?

GANDALF: White shores, and beyond, a far green country under a swift sunrise.

PIPPIN: Well, that isn't so bad.

GANDALF: No. No, it isn't.”

— *in* Peter Jackson's 2003 adaptation of J.R.R. Tolkien, *The Lord of the Rings:
The Return of the King*

I. INTRODUÇÃO

1. 1. A Arqueologia de Santarém: Estado da Arte

Com o objectivo de compreender melhor a situação actual da Arqueologia enquanto prática profissional e científica em Santarém, é relevante começar por esboçar sucintamente a sua evolução nesse espaço urbano e administrativo.

Os primeiros indícios de interesse pelo património em Santarém fizeram-se sentir numa fase mais tardia do movimento antiquário, concretamente durante o século XIX (Almeida, 2002: 62; Viegas, 2018: 125). Destaca-se o ano de 1876, momento em que foi criado o Museu Distrital de Santarém, acomodado na Igreja de São João do Alporão, com o objectivo de ser um espaço de armazenamento para colecções provenientes não apenas da cidade, mas também das áreas circundantes (Matias, 2018: 8). Acredita-se que o conteúdo deste museu tenha tido essencialmente duas origens: uma de natureza rural, resultado de actividades agrícolas nas freguesias próximas; e outra urbana, proveniente de diversas demolições ocorridas na cidade como parte de um projecto de renovação urbana nessa época (Rodrigues e Custódio, 1996).

Com o passar das décadas, deu-se um processo gradual de transferência de várias responsabilidades anteriormente centralizadas para as autoridades locais. Em 1949, a Câmara Municipal de Santarém assumiu a gestão e responsabilidades do Museu Distrital, bem como de suas colecções. É importante destacar, no entanto, que essa transferência não incluiu um financiamento adequado do Governo Civil, o que limitou significativamente a capacidade de acção do museu durante esse período inicial (Almeida, 2002: 62).

Paralelamente ao ímpeto que a Museologia logrou em Santarém, a Arqueologia enquanto actividade científica e profissional só começou a despertar no último quartel do século XX. Exceptuando-se algumas investigações concretizadas em freguesias escalabitanas, como Almoester, Chões de Alpompe ou Pombalinho, só na década de 70 é que ocorreram os primeiros trabalhos realizados na malha urbana de Santarém. Assim, sob a orientação de J. M. Garcia, a Associação para o Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém realizou uma sondagem de três metros quadrados no jardim das Portas do Sol, na qual apenas foram detectados níveis de entulho, cujo espólio comprovou a existência de uma grande amplitude diacrónica, desde a Idade do Ferro à actualidade (AEDPHCS, 1979; Dias, 1984; Viegas, 1996: 17; Arruda e Viegas, 2002: 74; Arruda e Viegas, 2003: 188; Matias, 2018: 9).

Seguiram-se alguns estudos sobre os materiais que haviam sido obtidos na primeira intervenção deste espaço (Arruda e Catarino, 1982; Diogo, 1984). Todavia, só em 1983 é que tiveram início os primeiros trabalhos arqueológicos sistemáticos na Alcáçova de Santarém, agora da responsabilidade do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (à altura, UNIARCH), sob a direcção científica de A. M. Arruda (Almeida, 2002: 62; Arruda e Viegas, 2002: 73; Arruda e Viegas, 2003: 197; Viegas, 2003: 209; Matias, 2018: 9-10).

Estes trabalhos decorreram até 1990, totalizando oito campanhas, cujo espólio arqueológico resultante foi sendo armazenado temporariamente e estudado nas instalações da UNIARQ. Porém, a indefinição constatada por parte da autarquia, sobretudo no que dizia respeito à política de protecção patrimonial dos vestígios arqueológicos, levou à interrupção das escavações (Almeida, 2002: 63-64).

Posteriormente, em 1992, criou-se um gabinete de Arqueologia Municipal que, a partir de 1995, se associou à UNIARQ numa colaboração direccionada para a realização de intervenções de carácter preventivo que viriam a ser concretizadas na Alcáçova até 2002 (Almeida, 2002: 65-66).

Os resultados do estudo destas intervenções plasmaram-se em diversas publicações e dissertações académicas (e.g.: Arruda, 1983-84; 1986; 1987; 1993; Arruda e Viegas, 2003; Viegas, 2003; Bargão, 2006; Almeida, 2009; Pereira, 2014). Nestas, os autores mencionam frequentemente a dificuldade que existiu na detecção de níveis estratigráficos conservados, facto que teve origem, principalmente, nas movimentações de terras ocorridas durante a abertura de silos ou fossas em época Islâmica (Viegas, 1996: 17). Esta é uma situação constante na Arqueologia praticada no Centro Histórico de Santarém, a qual também se pode constatar nos resultados da intervenção que aqui se divulga.

Mais tarde, no ano de 2002, a autarquia assegurou por meios próprios o acompanhamento e escavação arqueológica preventiva, enquanto minimização do impacto da construção de um edifício na área das Portas do Sol, de forma a salvaguardar as informações disponíveis sobre a estratigrafia do local. Também este trabalho esteve sujeito ao parecer da equipa da UNIARQ, responsável nessa altura por um projecto aprovado pelo IPA no quadro do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos (Almeida, 2002: 65-66).

Da parceria entre a UNIARQ e a Câmara Municipal de Santarém resultou ainda a exposição “*De Scallabis a Santarém*”, assim como o catálogo homónimo do qual se citam aqui diversos capítulos, que decorreu entre 2002 e 2003 no Museu Nacional de

Arqueologia. Com esta iniciativa pretendeu-se mostrar como se processou a ocupação do espaço da actual cidade ao longo do tempo e de que forma evoluíram as actividades económicas, as vivências quotidianas e as atitudes perante a morte das populações que habitaram o local entre os séculos X a.C. e XVI d.C. (Viegas, 2018: 126).

No ano de 2009 a Câmara Municipal de Santarém, em conjunto com o Instituto Politécnico de Tomar, desenvolveu um conjunto de trabalhos na área do Jardim das Portas do Sol, na zona da Alcáçova, tendo como responsável L. Caron¹. No âmbito desta intervenção, foram ainda desenvolvidos projectos de musealização dos vestígios romanos e da Idade do Ferro colocados a descoberto entre 1999-2000, tendo-se criado o centro interpretativo *Urbiscallabis*.

Embora a área da antiga Alcáçova tenha sido o principal alvo de investigação, outras zonas do Centro Histórico da cidade foram intervencionadas. Entre 2004 e 2005 realizaram-se trabalhos de acompanhamento e escavação no Largo Cândido dos Reis, sendo o responsável António Matias, do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal, que colaborou com a empresa de Arqueologia *Crivarque*. No decorrer destes trabalhos foi posta a descoberto uma relevante necrópole de período Islâmico. Nesta mesma intervenção foram registados contextos de uma necrópole cristã (Matias, 2009; 2009a).

Um interessante levantamento foi feito das intervenções arqueológicas da empresa ARPA, realizadas entre 2009 e 2013 (Boavida, Casimiro e Silva, 2014-2015: 64). Embora os resultados dos trabalhos não sejam explicitamente abordados, a maioria das intervenções arqueológicas foi concretizada em valas de reduzida extensão e cota de afectação limitada (máximo 0,70 m), destinadas à instalação de cabos eléctricos e de ramais de água e saneamento (*idem*: 65), totalizando 28 intervenções.

Conquanto não se incluam aqui todas as intervenções realizadas, observa-se que a quantidade, diversidade e volume de dados arqueológicos sobre a cidade de Santarém são avultados. Assim, nascida da necessidade de inventariar todo este – e outro – património do Município, foi publicada a Carta Arqueológica de Santarém. A primeira referência a um levantamento desta natureza data de 1976, resultado de uma apresentação de J. M. Garcia à própria Câmara do Município. Porém, os primeiros resultados desse levantamento somente seriam publicados em 2002, por M.^a J. Almeida. Este projecto foi mais tarde retomado por A. Matias, que coordenou uma equipa municipal mobilizada

¹ Os resultados desta intervenção foram apresentados no I Congresso de Arqueologia do Alto Ribatejo, 2011. Deste não resultou nenhuma publicação, porém o programa pode ser consultado na seguinte página: <http://www.ipt.pt/congressoarqueologia/?pagina=programa>

entre 2013 e 2017, com o propósito de identificar e realocar no terreno os arqueossítios conhecidos (Matias, 2018: 8). Durante esses trabalhos foram identificados 461 sítios arqueológicos em todo o concelho, dos quais somente 29 remetem para o período Romano (Viegas, 2018: 126). Ressalta o avultado volume de trabalhos realizados no Centro Histórico, que marcam 246 ocorrências de diversas cronologias (Matias, 2018: 78-79 e 80-81, cartografia n.º 13 e 14).

Todavia, como se pôde apurar, os trabalhos arqueológicos realizados recentemente no Centro Histórico de Santarém enquadram-se quase exclusivamente em acções de minimização do impacto negativo de obras de construção civil, ou seja, em contextos de Arqueologia preventiva. Por este motivo, a maioria desses trabalhos carece de uma divulgação adequada, situação que se averigua quer na publicação científica dos resultados, quer na própria apresentação de relatórios à DGPC. Algumas destas intervenções, especialmente as do bairro de Alporão, têm revelado alguns contextos romanos, principalmente imperiais, mas também tardo-antigos, dos quais pouco conhecemos.

1. 2. Vestígios e perspectivas do urbanismo de *Scallabis* em época romana

Tomando como ponto de partida a Alcáçova, em direcção às zonas periurbanas, foquemo-nos agora nos vestígios romanos de que se tem conhecimento no município de Santarém.

Como já foi referido, a Associação para o Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém (AEDPHCS), no âmbito do “Projecto de Estudo da Alcáçova de Santarém” e sob a orientação de J. M. Garcia, efectuou uma sondagem no Jardim das Portas do Sol de 3 m², com 2 m de profundidade, concretamente na área Poente onde se situam os viveiros (Viegas, 1996: 17). Desta intervenção resultaram dois estudos: um dedicado aos materiais sidéricos (Arruda e Catarino, 1982); o outro aos romanos (Diogo, 1984). Porém, com estes trabalhos ficou claro que os materiais recuperados naquela intervenção integravam exclusivamente níveis de entulho. Esta situação ficou bem patente na abordagem de A. M. Diogo:

“[...] o material romano que aqui se public[ou] vale apenas por si próprio – dadas as dimensões da escavação e o tipo de estratigrafia encontrada, está fora de questão qualquer forma de tratamento quantitativo ou a comparação com outras estações” (Diogo, 1984: 113-114).

Ainda assim, apurou-se a presença de abundantes artefactos que permitiam definir melhor a ocupação romana nesta área. Desses materiais destacamos a cerâmica de verniz negro itálico da Etrúria e de Cales (*idem*: 114-116); uma lucerna delfiforme tardo-republicana (*idem*: 116); abundante *terra sigillata* nas diversas produções conhecidas (*idem*: 116-123); ou cerâmica de paredes finas (*idem*: 123-124). Igualmente de ressaltar é o conjunto dos contentores anfóricos que revelava uma considerável diversidade morfo-cronológica, abarcando tipos comuns de período Romano-Republicano e Imperial. Esse foi o caso das Dressel 1 itálicas, Mañá C2b, Beltrán 1 (= Dressel 7-11), Haltern 70, Dressel 11, Beltrán II B, Beltrán IV (= Dressel 14), Beltrán V (= Dressel 20), Almagro 51C e ainda os exemplares itálicos do tipo Lamboglia 2, particularmente interessantes pela presença de epígrafes (*idem*: 124-130). Além da profusa cerâmica comum, local e importada (*idem*: 131-135), foram recuperadas ainda fusaiolas, pesos de tear (*idem*: 135-136) e uma conta de colar (*idem*: 136).

A partir de 1983 teve início um programa de trabalhos sistemáticos na Alcáçova, sob a responsabilidade do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa e a direcção científica de A. M. Arruda (Arruda e Viegas, 2002: 74; 2003: 188). Esta fase totalizou oito campanhas centradas nas zonas do Jardim e do Horto e terminou em 1991 (Viegas, 2003: 209), resultando num conjunto diverso de publicações realizadas nessas décadas (Arruda, 1984; 1986; 1987; 1993). Contrariamente às contingências normalmente impostas nas intervenções urbanas, nestas campanhas foi possível pré-seleccionar as áreas onde se realizaram as sondagens (Almeida, 2009: 29).

Em 1992-93 os trabalhos foram direccionados para o interior da Igreja de Santa Maria da Alcáçova, estes já sob a coordenação de C. Viegas (*ibidem*). Aqui, identificou-se uma construção romana imperial de alvenaria de pedra e argamassa de boa qualidade que sugere tratar-se de um edifício público. No entanto, apesar de no seu interior se ter registado a presença de contrafortes, permanece uma incógnita a sua eventual função, uma vez que se desconhece a sua verdadeira dimensão (Arruda e Viegas, 2003: 200).

Entre 1994 e 2001, A. M. Arruda voltou a colaborar na direcção dos trabalhos que, por solicitação da autarquia, consistiram na abertura de várias sondagens disseminadas por diversos pontos da Alcáçova, nomeadamente: no Largo da Alcáçova 3-5, na Avenida 5 de Outubro n.º 9, no Largo da Alcáçova, no Jardim das Portas do Sol e na área anexa ao restaurante do Jardim das Portas do Sol (Arruda e Viegas, 2002: 74).

Reflexo das obras para a construção de uma piscina e de uma unidade hoteleira de turismo de habitação, os trabalhos de 1994-96 no Largo da Alcáçova 3-5 incidiram sobre o que depois se identificou como o *podium* de um templo romano, que veio a ser classificado como Monumento Nacional em 2002 (Almeida, 2002: 64; Arruda e Viegas, 1999; 2002a; 2003: 198-199). Trata-se, até agora, do único testemunho monumental que confirma a importância da antiga colónia romana. No âmbito destes trabalhos foram ainda intervencionadas as áreas imediatamente limítrofes às fachadas exteriores do dito templo. Nestes sectores foram identificados vários depósitos e estruturas datáveis de época Romana-Republicana e Imperial (*idem*).

Neste mesmo período, realizou-se a reescavação das cisternas romanas, localizadas junto da muralha da Alcáçova virada à Estrada de Alfange (Viegas, 2003: 209; Almeida, 2009: 31; Soria, 2013: 251). A estas estruturas considerou-se uma função pública relacionada com a maioria dos contextos que lhe são contemporâneos (Almeida, 2009: 35).

Tendo como objectivo a salvaguarda através do registo arqueológico da área afectada pela instalação de condutas de saneamento, em 1997 procedeu-se à escavação de dezanove quadrículas implantadas em três diferentes áreas: no interior do Jardim das Portas do Sol; no Largo da Alcáçova; e nos Viveiros do Jardim (Almeida, 2009: 31). Os níveis reconhecidos apontam para o período Romano Imperial e Moderno, mas só no interior dos Viveiros do Jardim das Portas do Sol é que se identificaram níveis conservados que documentam a ocupação republicana (Soria, 2013: 251).

No final de 1998 foi escavada a área situada no n.º 9 da Avenida 5 de Outubro, praticamente à entrada do Largo da Alcáçova, onde se pretendia construir uma moradia (Almeida, 2009: 31). O advento do ano de 1998 marca também o início do projecto de investigação plurianual “A ocupação da Alcáçova de Santarém desde a Idade do Ferro até à Época Romana” (PALCAS), financiado pelo Instituto Português de Arqueologia (IPA) (Almeida, 2002: 64; Arruda e Viegas, 2003: 189; Viegas, 2018: 126). Os trabalhos consistiram na abertura de nove quadrículas, que corresponderam a valas para reforço das fundações do imóvel. A obra pôs a descoberto vários contextos arqueológicos datados da época tardo-republicana com um abundante espólio associado, contextos que reforçam as leituras feitas sobre a ocupação romana do sítio (Soria, 2013: 251).

Os anos de 1999 e 2000 são marcados por uma intervenção, também de carácter preventivo, mas, desta vez, seguindo a metodologia proposta por Barker-Harris, que revelou ser a mais adequada para a compreensão da complexa estratigrafia da Alcáçova

(Viegas, 2003: 209). A área intervencionada nestes anos centrou-se na dos Viveiros do Jardim e, enquanto a campanha de 1999 visava exclusivamente a escavação integral e a caracterização da área, a de 2000 centrou-se na escavação de áreas circunscritas e no tratamento do espólio recuperado no ano anterior (Almeida, 2009: 31).

Em 2001 deu-se a última intervenção preventiva sob a alçada da UNIARQ, em continuidade com os trabalhos já realizados em 1997 no restaurante do Jardim das Portas do Sol.

Recapitulando, as áreas e os anos das intervenções na Alcáçova de Santarém foram:

- 1) A área do horto do Jardim (1983-1987);
- 2) O Jardim (1988-1989);
- 3) A Igreja de Santa Maria de Alcáçova (1992-1993);
- 4) O Templo romano (1994-1996);
- 5) O Largo da Alcáçova e na área do Jardim (1997);
- 6) A Avenida 5 de Outubro n.º 9 (1998);
- 7) A área dos antigos Viveiros e no restaurante do Jardim (1999-2001).

Como seria expectável, os resultados de quase 20 anos de intervenções são tão complexos quanto numerosos. A ocupação islâmica da Alcáçova de Santarém perturbou, por vezes drasticamente, os testemunhos anteriores, geralmente devido à abertura de silos e fossas (Arruda e Almeida, 1998: 205-206; Arruda e Viegas, 2002: 75). Estas estruturas negativas foram abertas quer no substrato calcário quer nos estratos pré-existentes, criando frequentemente palimpsestos arqueológicos. Ocasionalmente, como no caso do horto do Jardim, dentro do próprio Jardim ou do restaurante, a densidade ou proximidade entre silos e fossas em certas áreas era tal que assumem quase alterações contínuas, tomando contornos que se assemelham a razias horizontais (Viegas e Arruda, 1999: 109-110). Esta situação levou à alteração das estratigrafias dos períodos precedentes e à destruição de uma grande parte das estruturas, o que, por sua vez, justifica o desaparecimento de uma parte considerável da Idade do Ferro e do traçado urbano romano, juntamente com todos os tipos de depósitos relacionados. De facto, para um grande número de casos só é possível fazer uma apreciação e leitura correctas a partir do que foi preservado das perturbações de período islâmico (Viegas, 2003: 211). Como se tem vindo a confirmar, esta é, sem dúvida, uma temática recorrente na Arqueologia de Santarém, especialmente válida para os períodos anteriores ao Islâmico.

Contudo, não podemos cingir estes constrangimentos à referida ocupação. Quer o período Medieval cristão, quer o Moderno, como também o Contemporâneo, tiveram um

impacto destrutivo na estratigrafia, sob a forma de terraplanagens, construção de natureza residencial ou captação e armazenamento de água, ou ainda a estruturação de redes de canalização e, mais recentemente, de electricidade. São estas realidades mais recentes que, muitas vezes, têm limitado as áreas susceptíveis de intervenção, tal como acontece na generalidade dos trabalhos em contextos urbanos.

A própria ocupação romana também tem de ser equacionada nestes ritmos de construção, manutenção e destruição do espaço urbano. À excepção dos edifícios monumentalizados, como os de carácter público, prevê-se que a maioria das construções deixem ténues vestígios que conservam apenas as valas de fundação e o seu enchimento (Almeida, 2009: 32). Logo nas primeiras intervenções, as efectuadas na área do horto do Jardim, esta foi uma realidade que se demonstrou evidente:

“[...] a ocupação romana imperial estava apenas parcialmente conservada em E15 e F15, tendo esta sido responsável pela destruição dos níveis anteriores, neste caso romanos republicanos e dos pertencentes à Idade do Ferro.” (Arruda, 2000: 87)

Esta acção antrópica manifesta-se, assim, na sobreposição recorrente de estruturas, com diferentes orientações e traçados que implicaram remoções parciais ou totais das realidades anteriores à sua construção, bem como acções de aterro e nivelamento (Viegas, 2003: 212). A escassa existência de contextos de abandono ou destruição prevêem igualmente estas situações (Almeida, 2009: 32).

Naturalmente, existem diferentes graus de conhecimento para os variados momentos da ocupação romana, encontrando-se relacionados quer com a referida afectação dos contextos, quer com as próprias dinâmicas ocupacionais de cada momento. Todavia, nesta perturbação do conhecimento sobre os contextos que se preservaram, ter-se-á de atender às limitações impostas pelo entorno urbano actual. Isto é, a natureza das escavações dos anos 90, cujas áreas foram determinadas pelo carácter preventivo das obras, não permitiram a intervenção de áreas contíguas, o que, salvo excepções, dificultou as análises espaciais e leituras horizontais (Arruda e Viegas, 2003: 190).

Assim, apesar dos constrangimentos mencionados, após duas décadas de trabalho arqueológico foi possível caracterizar a ocupação romana da Alcáçova de Santarém, particularmente no que diz respeito à sua cronologia, faseamento e urbanismo.

Justamente com paralelos em Chões de Alpompe, os primeiros materiais que se podem relacionar com a presença romana em *Scallabis* datam do terceiro quartel do

século II a.C., o que permite conceber algum tipo de aquisição de bens aos regimentos itálicos (Arruda e Viegas, 2003: 194; Bargão, 2006: 16; Almeida, 2009: 21; Arruda e Pimenta, 2014; Arruda e Viegas; 2014: 253; Arruda *et al.*, 2018: 222). Este pontual contacto não tardou a converter-se numa efectiva ocupação, o que é corroborado pela investigação em torno das cerâmicas importadas, concretamente das ânforas vinárias (Arruda e Almeida, 1999) e dos serviços de mesa (Viegas, 2003). Estes dados têm permitido considerar um ininterrupto fornecimento de bens oriundos da Península Itálica, até ao principado de Tibério-Cláudio (Viegas, 2003: 100).

É, efectivamente, o período tardo-republicano que sem dúvida oferece a mais significativa quantidade de vestígios e sequências de edifícios preservados, nos quais uma série de diferentes episódios de utilização e remodelação dos espaços pode ser observada. Destacam-se as intervenções de 1999 e 2000, novamente pelas inovações na metodologia de escavação, uma vez que permitiram observar uma sequência de ocupação e edificação sucessivamente remodelada e reconstruída desde o final da Idade do Ferro, até à época islâmica (Arruda e Viegas, 2003: 195). Dos contextos romano-republicanos, destaca-se uma ruptura com o traçado urbano do período sidérico, que se manteve até meados do século IV/V (Arruda e Viegas, 1999: 189; Arruda e Viegas, 2002: 77; Arruda e Viegas, 2003: 195; Almeida, 2009: 23; Sousa e Arruda, 2018a: 79).

Este momento encontra os seus testemunhos mais bem conservados nos Sectores 1 e 2 do Jardim (Viegas, 2003: 234, 237-238, 240-241, 243 e 272), na intervenção da Avenida 5 de Outubro (Viegas, 2003: 273), bem como nas sondagens 11 e 13 da escavação da fachada Sul do Templo (Viegas, 2003: 251-252). Todas as construções identificadas pertenceram a edifícios caracterizados por conjuntos de compartimentos rectangulares de dimensões semelhantes, dispostos em torno de eixos viários. A julgar pela arquitectura modular, bem como pelos contextos e conjuntos artefactuais documentados no seu interior, típicos do final do período Romano-Republicano, especificamente do segundo quartel/meados do século I a.C., é possível associá-los à reforma urbana de *Scallabis*, ocorrida durante a promagistratura de Júlio César e consequente atribuição da designação de *Praesidium Iulium* à urbe (Alarcão, 2002: 38-39; Arruda e Viegas, 2003: 195; Almeida, 2009: 35-36).

Também a construção do Templo se integra neste momento, concretamente, entre o final da República e o início do principado de Augusto (Arruda e Viegas, 2003: 199), tendo sido ocupado até tardiamente, como a presença de *terra sigillata* africana atesta (Arruda e Viegas, 1999: 196). Está localizado a Norte da Alcáçova, numa zona que

provavelmente teria recebido a maior parte dos edifícios públicos da cidade, próximo a uma das possíveis vias de acesso ao antigo núcleo urbano. Embora ligeiramente deslocado da área central, seguramente que este local lhe concedeu uma proeminente posição paisagística (Arruda e Viegas, 1999: 200; Arruda e Viegas, 2002: 79-80).

Contudo, é o *podium* do Templo o mais significativo elemento arquitectónico romano encontrado, quer pelas suas características estruturais, quer pelo espólio a si associado. Foi construído em *opus caementicium* e revestido nas fachadas por pedras aparelhadas ou afeiçoadas (Arruda e Viegas, 1999: 194; Arruda e Viegas, 2003: 198). Relativamente ao espólio subjacente ao *podium* do Templo, registam-se ânforas, lucernas e cerâmicas de verniz negro itálico datáveis do período tardo-republicano, compatíveis com a data da referida atribuição da designação de *Praesidium Iulium* a *Scallabis* durante a promagistratura de César na Ulterior (Arruda e Viegas, 1999: 189-190 e 200; Alarcão, 2002: 38-39; Arruda e Viegas, 2003: 199-200). Ainda que de função indeterminada, nas proximidades do Templo documentou-se outro edifício, cuja tipologia consente interpretá-lo como um edifício público (Viegas, 2003: 21).

Também o registo cerâmico aponta para este vigor urbanístico, tendo a maioria dos produtos importados pertencentes a este período uma proporção que não se repete em períodos posteriores à dinastia flaviana (Viegas, 2003: 299).

Com a viragem da Era, assistimos a um processo de remodelação que se reflecte na construção e manutenção de edifícios públicos e privados, detectados na área dos Viveiros, destacando-se a construção de uma fachada, em pórtico, dotada de quatro colunas na vertente Sul dos edifícios (Arruda e Viegas, 2003: 195-196). Estas alterações foram-se progressivamente manifestando também na arquitectura doméstica, alguma apresentando boas fachadas e revestimentos de estuque pintado (Arruda e Viegas, 2003: 197), bem como numa série de grandes edifícios que certamente tinham obedecido a um programa de construção que ia para além do domínio privado. Neste âmbito, é de referência a descoberta de quatro depósitos que constituíram uma cisterna cuja datação ainda hoje nos é ilusiva, mas que, a julgar pelas estruturas adjacentes, certamente estaria em funcionamento no século II d.C. (Arruda e Viegas, 2003: 197-198; Viegas, 2003: 221 e 225; Almeida: 2009: 28).

Em várias das áreas escavadas na Alcáçova, foram identificadas estruturas e sequências estratigráficas que atestam a sucessiva utilização do espaço em período alto-imperial, permitindo reconhecer edifícios de natureza residencial, embora bastante destruídos, bem como espaços de circulação e outros contextos de utilização pública

(Arruda e Viegas, 2003: 196). Destacam-se os exemplos provenientes da área dos Viveiros, do horto do Jardim e das áreas intervencionadas preventivamente em 1997 (Viegas, 1996: 20; 2018: 125).

Para os séculos seguintes, à excepção de algumas estruturas e estratos documentados nos Viveiros do Jardim, não se identificou outro tipo de vestígios, para além de fossas, que, por seu lado, também destruíram estruturas pré-existentes (Arruda e Viegas, 2003: 200; Viegas, 2003: 288). O panorama arqueológico é ainda mais escasso nos momentos mais avançados da Antiguidade Tardia, datando-se deste período apenas duas estruturas de pedra que aproveitaram a base de uma parede de tijolo precedente (Viegas: 2003: 289). A preservação quase exclusiva de estruturas negativas e a frequente ausência de qualquer tipo de depósito de utilização associada a estruturas positivas transparece uma certa semelhança com o panorama arqueológico medieval da Alcáçova (Almeida, 2009: 35).

Expostos estes dados, cientes de que se trata de uma breve resenha das obras já produzidas, é possível apresentar um faseamento cronológico bem definido para o período romano que poderá, porventura, ser replicado para a restante *Scallabis*. Estas fases, já propostas por C. Viegas (2003: 282-289) e sintetizadas posteriormente por R. Almeida (2009: 36-37), advêm da quantidade e qualidade dos dados obtidos na Alcáçova, assim como do cruzamento entre a informação estratigráfica, contextual e artefactual.

A Fase 1 corresponde ao início do influxo de importações itálicas e, historicamente, da presença de Roma no Ocidente peninsular. Data-se, por isso, do terceiro quartel do século II a.C. e pode-se considerar que se prolonga até ao início das já referidas primeiras reestruturações urbanas do segundo quartel/meados do século I a.C.

A Fase 2 abarca o restante período tardo-republicano até ao final do terceiro quartel do século I a.C., provavelmente por volta de 30 a.C., aquando do término das reestruturações. Esta cronologia baseia-se na presença de materiais característicos deste período, associados a estruturas documentadas em várias das áreas escavadas na Alcáçova.

A Fase 3 aponta para um período entre o último quartel do século I a.C. e meados da centúria seguinte, ou para um momento ligeiramente posterior ao terceiro quartel do século I d.C. Documentou-se em diversas estruturas, na sua utilização e remodelação, encontradas em toda a Alcáçova.

Para a Fase 4 os autores propuseram uma baliza entre o final do século I/princípio do século II a meados do terceiro quartel do mesmo século. É a partir desta fase que a ausência de contextos representativos e as dificuldades na sua correcta atribuição

começam a evidenciar-se. As áreas e estruturas preservadas que podem ser atribuídas a este período cronológico são diminutas face aos registos anteriores, devido às intensas perturbações das ocupações posteriores.

A Fase 5 reflecte um período para o qual ainda menos informação está disponível e que pode ser colocada entre meados do terceiro quartel do século II e o século IV. Isto parece ser um intervalo de tempo demasiado amplo, mas os dados disponíveis para datar o fim desta fase não transcendem os vestígios referidos dos Viveiros do Jardim, pelo que não é possível cruzá-los com dados de outras áreas de Alcáçova.

Para as Fases 6 e 7, datadas entre os séculos IV/V e V/VI respectivamente, as provas documentadas estratigraficamente são francamente parcas, relacionadas com o preenchimento de estruturas negativas do tipo fossa, na sua maioria documentadas nos Viveiros.

Embora os dados para o período romano não se esgotem na Alcáçova, lamentavelmente, é aqui que se concentra a maioria dos dados conhecidos até ao momento. Se a Arqueologia empresarial, por um lado, se tem revelado essencial na descoberta do passado de Santarém, por outro, a sua divulgação tem ficado aquém das expectativas. Seria essencial esta etapa para que melhor pudéssemos conhecer a evolução da malha urbana de *Scallabis* (Viegas, 2018: 125).

Neste sentido, e acompanhando a topografia em direcção ao planalto de Marvila, somente existem registos de três ocorrências arqueológicas de natureza romana, nomeadamente: o objecto deste estudo, a necrópole dos n.^{os} 2-8 da Avenida 5 de Outubro (Liberato, 2012: 3-4; Santos, Liberato e Próspero, 2012: 61); a necrópole do Largo Pedro Álvares Cabral (Boavida, Casimiro e Silva, 2014-2015: 67-68; 2017); e a necrópole da Rua Capelo e Ivens (Liberato e Santos, 2017: 1396; 2017a: 18) (Anexos, Cartografia: Mapa 1).

Relativamente ao primeiro, o arqueossítio de onde parte esta investigação, ter-se-á oportunidade de abordar exhaustivamente num momento posterior, pelo que começemos por expor aqui os dados disponíveis do Largo Pedro Álvares Cabral.

Os vestígios arqueológicos obtidos neste Largo foram resultado de obras de substituição de infra-estruturas de diversa ordem (electricidade, água, saneamento e telecomunicações), em vários arruamentos do Centro Histórico de Santarém entre Abril de 2012 e Dezembro de 2013 (Boavida, Casimiro e Silva, 2017a). Neste âmbito, foram realizadas sondagens de diagnóstico em Maio de 2013 (Boavida, Casimiro e Silva, 2013), que revelaram a presença de seis silos escavados no substrato geológico, cujo número

aumentou para duas dezenas durante o decorrer da obra. Embora a parte mais significativa dos vestígios seja de cronologia moderna e contemporânea (Boavida, Casimiro e Silva, 2017: 1220), a abertura de uma vala secundária permitiu a identificação de uma bolsa de sedimento negro constituído por cinza, que, após removido, revelou tratar-se de uma estrutura negativa subquadrangular cuja profundidade não ultrapassava os 0,30 m, encontrando-se a parte superior a escassos 0,80 m da actual superfície da rua (*idem*: 1220-1221). Aqui, foi recolhido espólio que incluía vários restos cerâmicos e de vidro, na sua maioria correspondentes a recipientes deformados por exposição ao fogo. Foram ainda encontradas algumas esquirolas de osso carbonizado, além de um fragmento de objecto de liga de cobre (*idem*: 1220-1221).

Na continuidade dos trabalhos, seguindo para Norte pela Rua Vila de Belmonte, na vala principal, foram encontradas mais duas bolsas de cinzas com características idênticas às observadas no primeiro caso. Aqui, porém, não foi identificado qualquer artefacto. A Norte destes contextos, sob um pavimento de pequenos seixos rolados sobre o qual estava construída a estrutura de saneamento, foi recuperado um fragmento de *tegulae* por cima de algumas pedras envolvidas por sedimento castanho-claro arenoso, também sem qualquer outro espólio associado, do qual não foi possível aferir a função (*idem*: 1221).

Ainda durante a intervenção no Largo Pedro Álvares Cabral, em níveis medievais, foram recolhidos alguns artefactos romanos dispersos. Além de um fragmento de *terra sigillata* hispânica, que poderá corresponder ao pé de um prato ou de uma taça inclassificável, destaca-se ainda o fundo de uma ânfora Dressel 1 integrado na boca de um silo (*idem*: 1221).

Afastando-nos da Alcáçova em direcção à Baixa da cidade, encontram-se alguns indícios da ocupação romana na Rua Capelo e Ivens, embora pouco numerosos. Trata-se de uma deposição em urna, com material osteológico associado à mesma, e material cerâmico isolado, proveniente dos sucessivos revolvimentos de épocas posteriores naquela área (Liberato e Santos, 2017a: 18). Do espólio apenas se retém a presença de cerâmica comum, tendo-se identificado formas como taças, púcaros, potes e a própria urna (Liberato e Santos, 2017a: 86-87, 89 e 92).

Relativamente à face da encosta da Alcáçova voltada para o Tejo, coloca-se a possibilidade de no final do século I d.C. se ter originado um núcleo ribeirinho para o qual se deslocou parte da população, proposta apoiada na quebra gradual de importações de cerâmica fina e de produções anfóricas que se verifica na Alcáçova (Almeida, 2009; Arruda, Viegas e Bargão, 2006; Viegas, 2003; 2018: 129). Além disso, o porto da cidade

poderia estar localizado naquela zona (Alarcão, 1988: 48), mas, infelizmente, os vestígios romanos conhecidos na Ribeira de Santarém, actual Rua do Sal, através dos trabalhos coordenados por C. Batata e E. Barradas, sendo significativos, não permitem solidificar a hipótese da presença deste núcleo urbano ribeirinho e de uma correspondente zona portuária (Almeida, 2002: 90; Batata, Barradas e Sousa, 2005; Silva, 2012: 621-624; Viegas, 2018: 129).

Talvez futuros trabalhos na Ribeira de Santarém possam de alguma forma contribuir para o esclarecimento destas questões, que aqui também trataremos no momento oportuno.

Por último, no que diz respeito aos vestígios romanos de *Scallabis*, sublinha-se uma possível necrópole referida por V. Mantas, registada junto da antiga praça de touros (2002: 111; 2012: 20). Todavia, esta ocorrência não se encontra registada no *Endovélico*, nem o autor remete para o seu estudo ou publicação. Em sentido oposto, no bairro de Onias existe a referência à descoberta de urnas de incineração, assim como de ossos humanos (Saa, 1959: 86-87; Alarcão, 1988a: 116; Viegas, 1996: 12; Abreu, 2002: 164).

Fora da urbe escalabitana, devemos referir os achados de Cirne (Vale Figueira), que poderá corresponder a uma *villa*, como se depreende dos materiais recolhidos à superfície por M. J. Almeida (2002a: 20), integrada no *ager* de *Scallabis*. Mais longe, mas de cronologia relevante para o tema, apontamos a *villa* da Azeitada (Almeirim – Quinteira, 1998: 151-183; Silva, 2012: 631-649), datada entre o principado de Augusto e o século V (Silva, 2012: 633), assim como para os sítios integrados no projecto de investigação “MOCRATE – Monte dos Castelinhos e a romanização do Baixo Tejo”. Destes destacam-se o sítio do Alto dos Cacos (Alpiarça) por ter sido uma fundação de natureza militar convertida num estabelecimento rural (Silva, 2012: 649-656 e 760; Pimenta, Mendes e Henriques, 2014; Almeida e Pimenta, 2018); e o sítio do Vale de Tijolos (Almeirim) pela sua identificação com uma *villa* e respectiva necrópole (Silva, 2012: 142; Silva, Pimenta e Mendes, 2017). Embora a uma substancial distância da urbe escalabitana, refira-se ainda a necrópole do Pombalinho (Alarcão, 1968).

1. 3. Breve Resenha Histórica da *Scallabis* Romana

Conhecidos os dados arqueológicos romanos de Santarém, descrevemos agora, com base nestes mesmos registos, os principais episódios da narrativa histórica que se tem construído sobre *Scallabis*.

A ocupação humana na cidade de Santarém remonta à Pré-História, concretamente ao 5º milénio a.C., período do qual se atesta o conjunto de machados de pedra polida provenientes do antigo convento de S. Domingos e do cabeço da Nossa Senhora do Monte (*apud* Matias, 2018: 26), bem como os vasos com decoração cardial datados do Neolítico Antigo (Guilaine e Ferreira, 1970: 307; Carvalho, 2018: 110), e ainda os dois machados do Bronze Final, junto ao antigo convento de S. Bento (Almeida, 1998: 3; Matias, 2018: 26). Nos trabalhos dedicados à Alcáçova de Santarém foi identificado espólio cerâmico relativo ao horizonte crono-cultural de Cogotas 1, ou seja, início do 1º milénio a.C. (Arruda, 1993; 1999-2000; Arruda e Sousa, 2015). Deste mesmo local é também proveniente uma placa de xisto gravada, da qual não se dispõe de dados que permitiram uma datação concreta (Gonçalves, 2006: 193).

A quantidade de vestígios descobertos para a Idade do Ferro é mais ampla, centrada quer na área da Alcáçova quer em Chões de Alpompé. Para o primeiro caso já foi sugerido que as populações locais tenham triplicado quando comparado o registo arqueológico em relação aos contextos do Bronze Final (Arruda, 1993: 201; 2018: 115; Arruda e Sousa, 2018). Estes estudos têm apontado para a existência clara de movimentações fenícias na fachada atlântica da Península Ibérica.

O espólio datado desta época é diverso: fragmentos cerâmicos; metálicos; vítreos; faunísticos; carpológicos; e antracológicos. Devidamente enquadrado em espaços habitacionais, possibilitaram uma análise holística da ocupação sidérica (Arruda, 1993; Arruda, 2018: 115-117; Arruda e Sousa, 2018). Igualmente relevante é o facto de se ter apurado uma certa continuidade com o Bronze Final, bem vincada nas produções de cerâmica manual e na manutenção das morfologias e decorações, que, por outro lado, não se encontra na cerâmica a torno, que muitas vezes apresenta características morfológicas e estilísticas exógenas à própria Península Ibérica (Arruda, 2018: 113).

As alterações culturais e estruturais evidenciadas pelas ocupações sidéricas de Santarém (Arruda e Sousa, 2018: 79-80;) demonstram a importância deste local no processo de “colonização” do vale do Tejo por parte das comunidades mediterrâneas (Arruda, 2003: 207; Arruda, 2008). Aliás, é bem conhecida a sua relevante posição geográfica para o controlo territorial e de exploração dos recursos naturais, evidenciada pela riqueza e exploração de minério e a qualidade agrícola dos terrenos (Adroher Auroux, 2016: 56; Pérez Macías e Delgado Domínguez, 2014: 249-250; Chic-García, 2007-2008).

A importância do vale do Tejo para a rede de povoamento e exploração de recursos naturais da região está igualmente patente no longo processo de Conquista Romana, servindo como via privilegiada ao interior e Norte do território. Foi justamente nesta área e num momento de considerada instabilidade, em 138 a.C., que Décimo Júnio Bruto, então cônsul da Ulterior, se estabeleceu e iniciou uma incursão ao Noroeste (Arruda *et al.*, 2018: 204; Gomes, 2018). Com efeito, este evento corresponde à mais antiga referência literária da presença romana no Ocidente (Str. III.3.1.) e é no contexto desta presença que deve ser colocada a aquisição de certas cerâmicas finas (Viegas, 2003; Pereira, 2014; Arruda e Viegas, 2014: 250-252), mas sobretudo de alguns contentores anfóricos (Almeida, 2008; Bargão, 2006; Arruda e Viegas, 2014: 247-249). Embora seja presumível que *Scallabis* não tenha participado directamente neste episódio, a presença daqueles produtos demonstra que estava plenamente integrado nas redes de circulação e abastecimento controladas pelos agentes “romanizadores”, alguns eventualmente relacionados directa ou indirectamente com o abastecimento militar (Fabião, 2004: 60).

Se é possível intuir uma determinada actividade militar nesta região no último terço do século II a.C., ainda que tangente aos conflitos primordiais, mais difícil é associar contextos concretos às primeiras décadas da centúria seguinte e, sobretudo, ao conflito metelo-sertoriano. São escassos os indícios que podemos relacionar com uma eventual instabilidade contemporânea, sendo recorrente a evocação de diversos entesouramentos conhecidos na região da Estremadura e do médio-Tejo (Barbosa, 1995: 239-244; Barbosa, 1998-2002: 35, nº14 e 45-49, nº 26; Viegas e Parreira, 1984; Ruivo, 1997; Ruivo, 1999: 106-107; Ruivo *et al.*, 2015; Fabião, 2002: 151).

Juntamente com a realidade arqueológica documentada na Alcáçova de Santarém, Chões de Alpompe é um dos sítios passíveis de se relacionar com o processo de conquista romana da região (Arruda, 2018: 119; Arruda e Viegas, 2014: 242; Arruda e Pimenta, 2014: 379-383; Arruda *et al.*, 2018: 202; Gomes, 2018: 69), quer com a campanha de Júnio Bruto quer com uma presença durante a Guerra de Sertório.

Relativamente ao assentamento instalado na confluência do Alviela, as intervenções de meados da década passada permitiram fortalecer o que há muito se opinava: que este sítio corresponderia ao local onde Décimo Júnio Bruto se haveria instalado, isto é, ao povoado pré-romano de *Moron* (Arruda *et al.*, 2018: 204). O elevado número de ânforas vinárias de proveniência itálica, de tipologia Greco-itálica e Dressel 1 (Garcia, 1977: 70-71; Diogo, 1982: 149; Fabião, 1989: 98; Ferreira, Catarino e Pinho, 1992: 56; Diogo e Trindade, 1993-1994: 267-269; Bargão, 2006: 102; Arruda *et al.*, 2018: 207 e 216), aliado

ao espólio metálico de categoria *militaria* (Fabião, Pereira e Pimenta, 2015: 114-129; Arruda *et al.*, 2018: 204) e ao vasto acervo numismático (Ruivo, 1999), encontra paralelo nos contextos mais antigos da presença romana de *Scallabis*, cujo espólio desta fase mais recuada é ainda assim raro, incluindo alguns artefactos metálicos, como pontas de lança de ferro e glandes de chumbo (AAVV, 2002: 165, n^{os} 203, 204 e 205; Arruda e Viegas, 2014: 247). As importações anfóricas evidenciam o consumo de vinho itálico, azeite e preparados de peixe norte-africanos, assim como da baía de Cádiz (Arruda e Almeida, 1998; Arruda e Almeida, 1999; Arruda e Almeida, 2001; Bargão, 2006; Almeida, 2009; Arruda e Viegas, 2014: 248), cujas morfologias são compatíveis com as dos contentores registados em Chões de Alpompé.

Em todo o caso, mesmo que não possamos afirmar que tenha existido no terceiro quartel do século II a.C. uma presença militar efectiva em *Scallabis*, os dados que conhecemos até ao momento tampouco o invalidam, mormente se reflectirmos sobre a proximidade do assentamento com *Moron* e sobre a própria planimetria da arquitectura que, como sublinhou C. Fabião, a existência de “[U]n área compleja de pequeños edificios construidos sin mortero podría corresponder a los restos del primitivo recinto militar” (2007: 131).

É somente nas primeiras décadas do século I a.C. que a presença romana se torna verdadeiramente intensa em *Scallabis* (Almeida, 2009: 23; Arruda, 2018: 122). Além dos produtos itálicos e do litoral da Ulterior, a partir deste momento também as produções do vale do Guadalquivir começam a integrar o repertório consumido. Estas evidências, registadas em diversos espaços intervencionados na Alcáçova (Arruda e Viegas, 2003), indiciam uma integração progressiva no mundo provincial romano. Esta situação já podia ser intuída para momento coincidente com a Guerra de Sertório (82-72 a.C.), mas a sua associação a evidências de natureza militar pode ser relacionada com maior segurança à fácies sincrónica com a promagistratura de César (61 a.C.) e com os conflitos na década de 40 entre Júlio César e os partidários de Pompeio Magno (Arruda, 2018: 121).

É também nesta altura que o traçado urbano da cidade assiste às primeiras adaptações ao mundo romano, adoptando uma ortogonalidade mais evidente, que foi identificada em 1999/2000, na área dos viveiros do Jardim (Arruda e Viegas, 2003: 189 e 195). Relacionar esta arquitectura com a fundação que Plínio (*NH* IV.117 trad. Guerra, 1995: 35) refere torna-se plausível com base nos espólios recolhidos e na sua cronologia. Estas realidades foram igualmente recuperadas nos níveis adjacentes ao *podium* do templo escavado nas

campanhas de 1994 e 1995, no Largo da Alcáçova 3-5, cuja construção foi situada entre 48 e 27/25 a.C. (Arruda e Viegas, 1999).

Neste âmbito merece destaque a frequentemente debatida designação de *Praesidium*, que sugere a existência de um acampamento ou de uma função militar, estabelecido durante as guerras pompeianas de 49 a 44 a.C. ou a promagistratura de César na província da Ulterior, em 61 a.C. (Alarcão, 2002: 38-39; Arruda e Viegas, 2014: 243; Ortiz Córdoba, 2016: 391).

Quanto ao carácter organizacional e administrativo de *Scallabis*, sabemos através de Plínio que era uma das cinco colónias da província da Lusitânia e a sede de um dos três *conventus juridici*. No entanto, há aspectos que permanecem discutíveis. Tendo já sido descartadas as propostas de García y Bellido (1958: 22) e Galsterer-Kröll (1975), que, por considerarem algumas epígrafes que indicavam a existência de indivíduos da tribo *Galeria*, atribuíam a fundação desta colónia a Augusto. Todavia, existe uma hipótese mais consensual que sugere que esta iniciativa será contemporânea de César. Esta leitura parece ser corroborada pelo epíteto *Iulium* e pelo facto de a maioria dos cidadãos estar relacionada com a tribo *Sergia* (Arruda e Viegas, 1999: 189). Posto isto, a discussão centrou-se em determinar se foi uma fundação póstuma a César, embora planeada pelo próprio (Mantas, 1993: 447), eventualmente entre 43 e 27 a.C., possivelmente na década de 30 (Alarcão, 2002: 42), ou se, pelo contrário, a colónia foi fundada enquanto o ditador ainda estava vivo, especificamente em 48 a.C., quando deixou a Hispânia, depois de ter derrotado os legados de Pompeio em *Ilerda* (Almeida, 2009: 23).

Assim, uma segunda *deductio* poderia ter ocorrido durante o reinado de Augusto, quando foi promovida a instalação de veteranos das guerras contra os Ástures e os Cântabros que haviam integrado as legiões de Octávio, e que incentivou a inscrição de alguns deles na tribo *Galeria* (Arruda e Viegas, 1999: 190; Viegas, 2003: 17). A. Faria contesta esta interpretação, argumentando que não existem dados epigráficos suficientes para suportar a existência da segunda *deductio* (1999: 42). Com independência dessa sugestão, parece manter-se a hipótese desta colónia ter tido uma eventual origem militar durante terceiro quartel do século I a.C. (Arruda e Viegas, 1999: 190).

Outra importante questão prende-se com o papel de *Scallabis* na administração provincial da Lusitânia, nomeadamente na aplicação do termo *conventus iuridicus* na toponímia. A data da criação destas subdivisões provinciais reveste-se de alguma controvérsia: se, por um lado, a fonte literária mais recorrente nesta matéria é a *História Natural* de Plínio (IV.117), por outro os documentos epigráficos que as mencionam são

posteriores a meados do século I d.C. (Guerra, 1995: 63; Fabião, 1997: 223). Desta forma, teorizou-se que os *conventus* fossem criação coetânea dos Flávios, em concreto durante as reformas administrativas de Vespasiano (69-79 d.C.). Contudo, a descoberta de uma epígrafe na região da Galiza documenta a existência destas realidades desde o principado de Augusto, provavelmente desde 13 a.C. (Dopico Cainzos, 1988: 62-63).

No que diz respeito aos seus limites geográficos, a discussão sobre este assunto está ainda por resolver, embora seja relativamente consensual que possa ter incluído *civitas* como *Olisipo*, *Seilium* ou *Conimbriga* no seu território (Alarcão, 1988: 58). Os limites prováveis são o rio Douro, a Norte, e uma área indefinida paralela à margem esquerda do Tejo, a Sul, mas que incluiria o território de *Aritium Vetus*.

Como já foi referido, *Scallabis* era também a capital de uma *civitas* e o seu território coloca os mesmos problemas de delimitação. Segundo J. de Alarcão, a Norte, faria fronteira com a *civitas* de *Seilium* (com limites no rio Almonda ou na Golegã/Alcanena), a Oeste, com a de *Eburobritium* (com uma fronteira natural na Serra dos Candeeiros e Montejunto), a Sul, com a de *Olisipo*, na margem direita do Tejo (provavelmente em Alenquer), enquanto a Este, com a de *Aritium Vetus*, na margem esquerda do Tejo e onde a maior parte do seu território se estenderia (Alarcão, 1988; Alarcão, 2002: 42-45), provavelmente abrangendo uma grande parte do vale do Sorraia (Mantas, 2002: 107).

Também a localização do núcleo urbano de *Scallabis* foi motivo de debate. V. Mantas considera a área do planalto demasiado pequena para que a colónia tenha sido lá construída, indicando várias fontes medievais que reflectem uma descontinuidade nos diferentes núcleos (1996: 596). Quando aborda a origem da cidade nesse período, vai ao encontro da ideia anteriormente avançada por J. de Alarcão (1988: 48) de que a colónia romana poderia estar dividida em vários núcleos, estando um deles localizado na Alcáçova e o outro na zona ribeirinha e que podiam ter até microtoponímias distintas (Alarcão, 2002: 41).

No que respeita aos eixos ou vestígios do traçado urbano da cidade antiga, foi J. Gaspar quem primeiro procurou, no traçado ortogonal da zona de Marvila, os vestígios do plano urbano de *Scallabis* (Gaspar, 1975: 141-142). Os traçados definidos pelas ruas Capelo e Ivens/Miguel Bombarda e João Afonso/1º de Dezembro foram considerados os eixos que interceptavam as principais vias da urbe, proposta que foi seguida por J. Manuel Garcia (Garcia, 1977).

No entanto, V. Mantas argumentou que este tipo de traçado teria uma origem posterior, quiçá medieval, uma vez que a sua utilização se tornou prática comum na

Europa a partir do século XIII (Mantas, 1996: 596-598). Como alternativa, este autor propõe a Rua 1º de Dezembro e Rua Serpa Pinto (antiga Rua Direita da Porta de Leiria) como eixos de acesso ao esporão de Alcáçova e como organizadores do planeamento urbano da cidade (Mantas, 1986: 16; 2012: 21). Esta hipótese parece fundamentar-se nas descobertas de inscrições funerárias romanas junto às estradas que prolongam estes eixos. Se a informação disponível não permite tirar quaisquer conclusões sobre os vestígios de uma hipotética configuração antiga, no que diz respeito à existência de uma ocupação humana, as intervenções na Rua Miguel Bombarda são inconclusivas, confirmando somente a inexistência de uma ocupação romana nesta área, pela presença de cerâmica romana descontextualizada, muito rolada, o que denota uma proveniência fluvial (Almeida, 1998a: 9-10; Almeida, 2002b: 84).

Continuando a observação dos aspectos viários, sobretudo atendendo ao controlo sobre um dos pontos mais importantes do Tejo, mas também devido ao seu estatuto administrativo, a rede de comunicações de *Scallabis* deve ser compreendida e analisada na perspectiva de um centro estratégico e político de primeira ordem. Com efeito, o Tejo foi uma via de comunicação por excelência, tendo as suas condições naturais de navegação sido intensamente utilizadas e mencionadas na literatura clássica (Str. III.3.1), que, juntamente com os vestígios arqueológicos conhecidos (Diogo, 1987; Diogo, 1987-88; Diogo e Alves, 1988-89; Quaresma, 2005), permitem testemunhar a importância da navegação do rio, onde não faltaram pequenos portos, sumariamente compilados por V. Mantas (2002: 112).

Em termos de rede viária, existiam provavelmente vias de diferentes categorias. Infelizmente, os vestígios de estradas na região circundante são escassos e quase todos eles estão relacionados com as principais estradas públicas, encontrando-se os caminhos secundários e rurais praticamente desconhecidos (Mantas, 2002: 108-109). O Itinerário de Antonino refere duas estradas principais passaram por *Scallabis*, a primeira ligando *Olisipo* a *Emerita Augusta*, e a segunda ligando *Olisipo* a *Bracara* (Alarcão, 2006: 239; Mantas, 2012). Na margem esquerda haveria outra via também na direcção a *Emerita*, confirmando a existência de uma via dupla ao longo do rio, semelhante a outras conhecidas, como por exemplo no Guadalquivir entre *Castulo* e *Hispalis* (Mantas, 2002: 109-110).

Sobre o território peri-urbano pouco se sabe, como C. Viegas salientou (2003: 19). Conquanto esta falta de dados, V. Mantas defendeu a existência de uma *centuria quadrata*, como era habitual numa cidade de estatuto colonial, sob a forma de um

quadrilátero de 50 ha (710 x 710 m), cujos troços do *decumanus maximus* ainda podem ser vistos na paisagem urbana e rural (Mantas, 2002: 11; 2012: 14). Assim, vestígios deste planeamento poderão ainda ser observados no eixo representado pela Rua João Afonso, eixo que se identifica também na Ribeira de Santarém e nos campos a ocidente da cidade e que corresponderá ao cardo da centurição colonial (*idem*).

Apesar da relevância administrativa que tem sido demonstrada, o abandono ou remodelação de muitas das estruturas de *Scallabis* no século II d.C. revela uma tendência que se começou a manifestar a partir desta época, sendo os melhores exemplos a amortização de edifícios residenciais e do tanque associado às cisternas (Almeida, 2009: 28). Do mesmo modo, a acentuada diminuição da importação de produtos, quer cerâmicos quer alimentares, está atestada pela Arqueologia e parece traduzir-se numa provável e consequente diminuição da população. Assim, a cidade foi testemunhando uma mudança demográfica regressiva, coetânea destes abandonos e reutilizações. Várias situações podem justificar este fenómeno, mas parece relevante mencionar neste contexto o crescente papel desempenhado por *Olisipo* (Arruda e Viegas, 1999: 190), que se impôs como o principal centro marítimo e portuário da Lusitânia (Mantas, 1994: 71; Filipe, 2018), tendo seguramente ofuscado a centralidade jurídica de *Scallabis*.

Com efeito, a importância adquirida por Lisboa reflecte-se no número de inscrições relacionadas com magistrados (*idem*), mas certos autores consideraram, inclusive, que pode ter adquirido o estatuto de sede de convento (Alarcão, 1994: 60). Porém, já foi sublinhado por outros que aquelas inscrições não demonstram que *Scallabis* perdeu o estatuto político (Ribeiro, 1994: 77-78).

Entre os séculos III e V, existem poucos vestígios arqueológicos da cidade antiga, documentando-se somente algumas secções de muros e um reduzido volume de importações de cerâmica. Embora em menor percentagem, regista-se, contudo, uma certa continuidade no consumo de produtos importados, concretamente do Norte de África e do centro da Península (Viegas, 2003: 23).

As fontes escritas também são escassas para este período e, embora C. Viegas refira que o cristianismo se difundiu na área de *Scallabis* quer através de canais comerciais quer oficiais, desconhecemos em que moldes se operou este processo, mas que se coloca em relação com uma eventual criação de um bispado na cidade (Viegas, Custódio e Mata, 1996: 65).

O pouco que se pode deduzir da história política, particularmente narrada pelo Bispo Idácio de Chaves, sugere que a partir do início do século V, já sob o reinado de Honório,

a ligação entre Roma e a Lusitânia se esbateu (Alarcão, 1988: 62) e, aproveitando esta desunificação, os povos germânicos começaram a tomar conta das instituições político-administrativas. Dá-se, então, conta de um período de conflito iniciado pelos alanos até 411, seguindo-se a tomada de Santarém por Suerico em 460, na progressão do domínio visigótico na linha do Tejo (Viegas, Custódio e Mata, 1996: 67). Até ao final do século VI, momento da conquista do reino suevo pelo visigótico, esta região foi uma área de fronteira entre o poder de ambas as monarquias (Viegas, 2003: 23). Ainda no século VI, houve um regresso do poder imperial, agora de Bizâncio, ao Sul da Hispânia durante o principado de Justiniano, o que alentou alguma investigação a ver a sua influência em Santarém através da presença de alguns elementos arquitectónicos em construções eclesiásticas e da referência ao teólogo escalabitano João de Bíclaro estudar em Constantinopla (Viegas, Custódio e Mata, 1996: 66-67; Collins, 2004: 148). Porém, sem mais nenhum fundamento, resta-nos recordar que se sabe hoje que a expansão territorial do Império Romano do Oriente na Hispânia pouco mais “reconquistou” que a faixa Sudoeste mediterrânea (Collins, 2004: 47; Vizcaíno Sánchez, 2009).

Com a conquista de *Scallabis* pelos povos islâmicos entre 712 e 714, fecha-se outro capítulo da história de Santarém, que aos poucos já tinha começado a abandonar o próprio topónimo romano, a favor do antropónimo germânico *Chantirene*² (Viegas, Custódio e Mata, 1996: 67), que surgiu como forma de veneração da santa bizantina Irina, ou Irena, cuja origem greco-romana data do século IV d.C. (Soares, 2012: 215) e à qual foi dedicado uma basílica em 653, no tempo do rei visigodo Recesvinto (Viegas, Custódio e Mata, 1996: 68).

² Para uma explanação mais detalhada da origem dos topónimos que Santarém teve ao longo do tempo, vide Custódio, 1996: 98-101.

II. A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA DA AVENIDA 5 DE OUTUBRO (CNS 27485)

2. 1. Localização, enquadramento e resultados

Explanado o contexto histórico no qual o sítio em estudo se insere, foquemos agora nas suas particularidades enquadrantes.

Do ponto de vista geográfico, os n.ºs 2-8 da Avenida 5 de Outubro fazem parte do planalto de Marvila, no Centro Histórico da cidade Santarém, sede do concelho homónimo. Este município situa-se na margem direita do Tejo, faz fronteira com os concelhos de Porto de Mós, Alcanena e Torres Novas, a Norte; com os do Cartaxo e Almeirim, a Sul; com os da Golegã, Chamusca e Alpiarça, a Leste; e com os de Rio Maior e Azambuja, a Oeste (Anexos, Cartografia: Mapa 2).

A zona histórica da cidade implanta-se na formação geológica predominante dos Calcários de Santarém, sendo rebordada por formações de argilas e lenhitos da Póvoa de Santarém e por arenitos de Ulme (Serviços Geológicos de Portugal, 1952). A área em estudo encontra-se em formações ante-quadernárias por vezes cobertas de depósitos de reduzida importância (altitudes de 0 a 500 m), ainda que próxima dos aluviões fluviais do Holoceno, com depósitos do Miocénico (Fontinha e Constantino, 2010: 9-10; Matias, 2018: 21-25).

Como disse M.^a J. Almeida, “as características naturais do local onde se ergue a cidade de Santarém determina que nele existam não um, mas três sítios arqueológicos distintos: a Alcáçova, o planalto de Marvila e os núcleos ribeirinhos” (Almeida, 2002: 83). As mais antigas ocupações de Santarém estão limitadas exclusivamente à zona da Alcáçova, tendo crescido progressivamente para outras áreas que estão sob a cidade actual. Só no século XII é que o planalto de Marvila e os povoados ribeirinhos da Ribeira e Alfange foram ocupados sendo ocupado progressivamente (Batata, Barradas e Sousa, 2005; Liberato, 2012: 15-16). Isto explica porque é que a investigação arqueológica que tem sido referida ao longo deste trabalho, particularmente a dedicada à História Antiga, se concentrou exclusivamente na zona de Alcáçova e, sobretudo, na zona do Jardim das Portas do Sol. Sendo actualmente uma área livre de construções residenciais e religiosas, era a que oferecia as melhores condições de intervenção no subsolo, enquanto no resto só era possível sob as condições modernas de intervenção arqueológica civil e/ou urbana (Arruda e Viegas, 2002; 2003).

A importância da localização na qual se encontra Alcáçova plasma-se nas várias plataformas alongadas do planalto de Santarém, que faz fronteira com o rio, especificamente a Sudeste. A sua altura média ronda os 106 m acima do nível do mar, sendo as encostas Norte, Leste e Sul bastante íngremes, enquanto a encosta Oeste é mais suave. Esta localização confere-lhe um certo domínio sobre a paisagem circundante, tornando-a naturalmente defensável, condições que seguramente influenciaram a escolha do local para estabelecer a antiga povoação. Embora actualmente se calcule que a sua extensão ronde os 4,5 ha, a erosão continuada das encostas do planalto tem alentado a sugestão de que em tempos antigos poderia ter sido cerca de 6 ha (Arruda e Viegas, 1999: 186).

Reiteramos que a realidade arqueológica na qual este estudo se centra, a propósito do estudo do mundo funerário de *Scallabis*, encontra-se entre os n.ºs 2 a 8 da Avenida 5 de Outubro, na confluência com a Rua Maestro Luís Silveira. Inserida no Centro Histórico de Santarém, próximo da Igreja de S. João de Alporão e da Torre das Cabaças, localiza-se na freguesia de Marvila, que abrange uma área total de 1200 m². Assim, esta é a única via que actualmente dá acesso à Alcáçova, na vertente Noroeste (Anexos, Cartografia: Mapa 3).

Inventariado no Portal do Arqueólogo sob o CNS 27485, a identificação deste arqueossítio resultou da planificação de uma urbanização denominada *Villa Rosa Pallace* (Santos, Liberato e Próspero, 2012: 61), tendo sido exigida a realização de trabalhos arqueológicos de salvaguarda, com vista a minimizar os impactos sobre o património.

Dada a sensibilidade patrimonial do local, o antigo IPA – actual IGESPAR – preconizou a realização de um conjunto de 11 sondagens de diagnóstico para caracterização prévia do local, realizadas em Agosto de 2006 pela empresa *Ozecarus, Serviços Arqueológicos, LDA*. sob a direcção de C. Batata e a co-direcção de E. Barradas (*apud* Fontinha e Constantino, 2010: 6). As estruturas e espólio encontrados nestes primeiros trabalhos demonstram que este local foi intensamente ocupado durante as épocas Islâmica, Medieval cristã, Moderna e Contemporânea, havendo também alguns indícios cerâmicos da presença romana (Fontinha e Constantino, 2010: 6). Foi ainda nesta fase que se identificou a existência de uma necrópole islâmica onde os enterramentos foram depositos em covas abertas no subsolo (*idem*). A Oeste, próximo da Igreja de São João do Alporão, as sondagens revelaram uma substancial quantidade de estruturas, um tanque e a presença de sedimentos negros com muita escória, devido à presença de uma forja ou pequena unidade industrial de cronologia moderna. Na sondagem 4 surgiram

cerâmicas islâmicas e romanas e, a Este, na sondagem 5, apareceu um muro, um silo e um volume considerável de cerâmica islâmica (*idem*).

Atendendo aos resultados obtidos, foi obrigatória a realização de uma nova fase de trabalhos, que decorreu em três momentos distintos, mas que implicou a escavação da totalidade da área afectada. Os trabalhos foram concretizados pela empresa *GeoArque, Consultores na Área do Património Cultural LDA* na primeira e segunda fase, e pela *GeoArque II, Consultores na Área do Património Cultural LDA*, na terceira. As duas primeiras, de onde advêm os materiais e contextos em estudo, decorreram de Agosto a Novembro de 2007 e de Junho a Setembro de 2008, sob a coordenação científica de H. Santos e com a participação de M. Liberato.

Vicissitudes próprias das relações laborais impediram que os arqueólogos acompanhassem as primeiras tarefas de obra, pelo que irremediavelmente se perdeu uma série de estruturas e contextos arqueológicos. Este factor dificultou significativamente a interpretação da evolução da malha urbana antiga, bem como a definição da sua diacronia. Apesar desta condicionante, a escavação de cerca de 1000 m² permitiu registar 2473 unidades estratigráficas e identificar uma sequência de ocupação extensível a 18 séculos (Santos, Liberato e Próspero, 2012: 62).

A quarta e última intervenção, fruto da demolição da fachada que o IGESPAR havia mandado preservar, foi dirigida por A. da Fontinha e M. Constantino. Este trabalho pretendeu dar continuidade à escavação arqueológica anterior, interrompida por desacordos entre as entidades envolvidas. Desta fase, embora não tenham sido exumados vestígios romanos imperiais, foi possível corroborar a ocupação continuada deste espaço desde os momentos mais avançados da Antiguidade Tardia, que contaram com a presença de contextos funerários, até ao século XVII (Fontinha e Constantino, 2010: 41-42).

2. 2. Metodologia

O estudo e a análise de contextos desta natureza foram um tema novo que se teve a oportunidade de abordar com esta dissertação. Não foi, nem é, um tema fácil de tratar, mas aproveitou-se esta oportunidade para incrementar conhecimento e divulgar novos contextos funerários e materiais inéditos da cidade romana de *Scallabis*. A sua importância reside, fundamentalmente, na possibilidade de colmatar a escassez de informação sobre estes contextos, além da que já existe sobre o núcleo da Alcáçova, integrando os dados aqui apresentados numa rede de conhecimento mais ampla do mundo funerário romano e fornecendo novos dados para a imagem da malha urbana desta cidade.

Como foi dito, os dados que aqui se apresentam permitem somar mais ao já avultado volume de informações conhecidas sobre a urbe escalabitana. Todavia, o estudo da necrópole romana da Avenida 5 de Outubro somente foi possível devido à cedência do conjunto romano, recuperado nesta intervenção por H. Santos e M. Liberato. Neste sentido, não se pode deixar de mencionar que algumas das peças se encontravam já parcialmente tratadas e registadas, tendo sido apresentadas em comunicações, mas que, ainda assim, por não terem sido incorporadas nas publicações subsequentes, permaneciam inéditas.

Assim, os dados referentes aos contextos funerários romanos permaneciam em bruto, carentes de uma leitura conjunta e evolutiva, o que esperamos ter logrado com este estudo. Por um lado, procurou-se definir tipológica e cronologicamente as sepulturas através do seu espólio e da sua morfologia, por outro, perceber a evolução do espaço em que a necrópole se inseria através do restante material aí descoberto e disponibilizado, proveniente de estratos teoricamente romanos. Neste âmbito devemos ainda mencionar o estudo feito a parte do conjunto osteológico por V. Duarte (2012), que se focou em duas amostras da necrópole da Avenida 5 de Outubro, as quais a autora datou dos séculos IV d.C. e VI, como iremos ver posteriormente.

Atendendo à diversidade de dados – materiais, estratigráficos, fotográficos, documentais, entre outros – e a algumas limitações de conhecimento contextual, desde o início se procurou adoptar uma metodologia de estudo que permitisse retirar o maior partido do conjunto e das informações compiladas. Infelizmente, nem sempre foi fácil determinar com precisão a evolução deste espaço da morte em época romana, situação que se deve também às dinâmicas de elevada concentração e afectação estratigráfica de uma cidade que foi permanentemente ocupada, como é o caso.

Como se dizia, nem sempre é fácil determinar qual a melhor metodologia de estudo e tratamento dos dados a seguir. Neste caso concreto, cedo se percebeu que a morte estava plasmada em distintos espaços e de distintas formas – incineração, inumações com espólio, inumações sem espólio, decúbito supino, decúbito lateral, entre outras. Como é compreensível, a análise detalhada dos conjuntos funerários impunha-se de forma evidente, o que facilitava um eventual enquadramento crono-cultural em alguns daqueles casos, mas no caso de sepulturas desguarnecidas de espólio funerário, infelizmente a maioria, a situação afigurava-se bem mais complexa.

Confrontados com a dificuldade de datar, ou pelo menos enquadrar, cronologicamente estas sepulturas, colocámos a possibilidade aos autores da intervenção

de analisar os contextos imediatamente anteriores e posteriores à necrópole romana, que, prontamente, se mostraram dispostos a ceder o espólio. Reconhecemos que esta análise agrega algumas questões de difícil resolução, como é o caso da distância temporal entre os níveis truncados pelas sepulturas ou a parca conservação dos que se lhes sobrepõem. Apesar disso, considerámos importante analisar os conjuntos anteriores e posteriores às sepulturas romanas, estabelecendo uma evolução mais precisa e colhendo mais e fundamentados argumentos do espaço temporal em que esta esteve vigente. Como se verá, as leituras possíveis estão condicionadas por variantes de diversa natureza. Porém, consideramos que o esforço em observar com detalhe estes níveis foi recompensado.

Como em qualquer estudo de contextos funerários romanos, a análise dos artefactos constituiu uma parte muito importante do trabalho realizado. Também nesta dissertação se valorizou devidamente o estudo dos materiais arqueológicos, que se abordou em duas etapas: primeiro, estudaram-se os materiais e os contextos relativos às sepulturas; depois, analisou-se o restante espólio de unidades estratigráficas potencialmente romanas.

A metodologia adoptada para a análise do conjunto artefactual e contextual da necrópole romana da Avenida 5 de Outubro baseou-se em critérios rigorosos e padronizados. Cada peça foi observada e analisada macroscópica e morfologicamente. Para este efeito, foi utilizada uma lupa de 15 aumentos, para identificar as suas características tecno-petrográficas, da mesma forma que foram consultadas as respectivas tipologias para classificar os recipientes.

Neste âmbito, devemos mencionar que, atendendo à diversidade de materiais em estudo, também as tipologias a que recorreremos correspondem a variados trabalhos. Esta consulta é de carácter obrigatório e essencial para qualquer estudo de materiais, pelo que, neste caso concreto, decidiu-se abordar a questão em duas fases: numa primeira, procurou-se enquadrar o espólio aqui em estudo nas tipologias mais pertinentes e consensualmente utilizadas no seio da investigação; numa segunda, analisou-se, dentro do possível, bibliografia actualizada que permitisse encontrar não só paralelos locais e em território nacional, como também no restante mundo romano.

Assim, avançamos aqui com as principais tipologias utilizadas e que serão referidas e escrutinadas ao longo deste estudo:

- Ânforas: devido à sua multiplicidade de formas e tipos desta classe cerâmica, urgiu a necessidade de recorrer a diversas tipologias. Enquanto para a maioria dos fabricos foi inevitável apoiarmo-nos nos relevantes trabalhos de H. Dressel (1899), Loeschcke (1909), N. Lamboglia (1955) ou D. Peacock e D.

Williams (1986), para outros procurou-se recorrer a designações mais actuais, como é o caso das T-7.4.3.3. de J. Ramón Torres (1995), da Ovóide 6, individualizada por R. Almeida (2008: 145-149), da “Africana Antiga” de C. Capelli e A. Contino (2013), entre outras minoritariamente presentes neste conjunto da Avenida 5 de Outubro.

- Cerâmica de Verniz Negro itálico e Imitações hispânicas: conscientes do desuso da terminologia “campaniense”, optou-se por agrupar as importações de peças itálicas de verniz negro e produções hispânicas que as procuravam imitar. A tipologia de N. Lamboglia (1952) pareceu-nos a mais apropriada, dado que a alternativa apresentada por J. P. Morel (1988) peca pela complexidade que pouco contribuiria neste estudo, e que não coaduna com o estado fragmentado dos parques exemplares exumados do sítio.

- *Terra Sigillata*: uma vez que é um grupo cerâmico muito bem conhecido e divulgado para a Alcáçova de Santarém, optou-se por assimilar as tipologias e nomenclaturas seguidas por C. Viegas no seu estudo (2003). Trata-se das formas amplamente difundidas na investigação, preconizadas por H. Dragendorff (1895) para as produções sudgálicas e hispânicas, enquanto para as itálicas consultou-se a importante monografia *Conspectus Formarum Terrae Sigillata italico modo Confectae (= Conspectus)* (1990).

- Cerâmica de Paredes Finas: para este grupo cerâmico socorremo-nos não só da tipologia mais amplamente utilizada na identificação de cerâmica de paredes finas, a de F. Mayet (1975), como também da tipologia de M. Passelac (1993), que se destaca pela divisão das formas preconizados por Mayet em subgrupos.

- Unguentários: também este espólio aparece catalogado por M. Py (1993) no *DICOCER*, e é nesta monografia que nos apoiamos para classificar os tipos de unguentários descobertos na Avenida 5 de Outubro.

- Lucernas: tal como as ânforas, esta classe cerâmica também padece das patologias relacionadas com a existência de inúmeras tipologias a si dedicadas. Uma vez que ainda é pertinente e recorrente na investigação o seu recurso, optou-se por recorrer à tipologia de H. Dressel (1899), e conseqüente revisão de N. Lamboglia (1952), para a sua identificação. Acresce-se também que estas nomenclaturas permitem uma boa integração na investigação corrente e, assim, facilitar a procura de paralelos.

- Cerâmica comum: trata-se um grupo cerâmico cuja conceptualização prima pela diversidade de formas e produções, pelo que as próprias tipologias são múltiplas para alguns casos e escassas para outros. Contudo, é um grupo que se caracteriza particularmente pelo morfo-funcionalismo, pelo que é possível estabelecer algumas relações entre si, como veremos na secção a estas dedicada. No caso das importações de cerâmica de engobe vermelho pompeiano, a tipologia vigente atribui-se ao estudo de C. Aguarod (1991); para as produções da Bética litoral, pareceu pertinente o estudo de L. Girón Anguiozar (2017), particularmente pela forma como a autora procurou relacionar terminologias presentes em fontes escritas antigas com as formas e funções das peças; para as peças do Guadalquivir, optámos por seguir a tipologia preconizada por V. Peinado Espinosa (2010); por último, para as produções locais regionais, como não existe ainda uma tipologia dedicada a este fabrico, optou-se por designações morfo-funcionais mais genéricas como “pote” ou “tigela”, porém, sempre que possível, tentou-se ainda relacioná-las com as terminologias aplicadas às peças da Bética litoral.

- Vidro: por último, procurámos paralelos para as peças de vidro na tipologia de *Augusta Raurica*, actualizada por S. Fünfschilling (2015), em *Bracara Augusta* (Cruz, 2009) e na Gália romana (Foy *et al.* 2018), sendo o critério de escolha a presença das formas mais próximas das em estudo, assim como a terminologia mais adequada à realidade artefactual aqui presente.

Com os dados obtidos, criou-se então um inventário que integrou todas as peças e no qual se estabeleceram os seguintes parâmetros:

- 1) **Nº de inventário** – seguindo a inventariação da equipa de campo, foi atribuído o número de identificação de cada peça;
- 2) **Sector** – quando registado, anotou-se a área da escavação em que as peças foram descobertas, como, por exemplo, se foi exumada de uma sepultura, e qual;
- 3) **UE** – a unidade estratigráfica da qual as peças são provenientes;
- 4) **Categoria** – o tipo de material do indivíduo, como por exemplo ânfora, cerâmica comum, *terra sigillata*, ferro, sedimento, entre outros;
- 5) **Tipo de fragmento** – quando aplicável, a que parte do perfil da peça pertenceria;
- 6) **Morfologia** – a que grupo funcional o indivíduo pertenceria;
- 7) **Tipologia** – a que grupo tipológico o indivíduo pertenceria;

8) **Cronologia** – com base na bibliografia consultada, aqui é exposta a cronologia referencial do indivíduo, dando-se prioridade a contextos análogos ao da Avenida 5 de Outubro;

9) **Fabrico** – a localização geográfica da produção da peça;

10) **Observações** – parâmetro reservado para algum apontamento sobre a peça que não se enquadre em nenhum dos outros, como por exemplo a descrição de uma decoração;

11) **Desenho** – se a peça foi desenhada, e se foi pelo autor ou pela equipa de campo;

12) **Fotografia** – se a peça detém fotografia apresentada ao longo do trabalho ou em anexo.

Inventariadas as peças, procedeu-se ao desenho e tintagem das que eram passíveis de se classificar morfológica e funcionalmente. Além disso, foram elaboradas estampas a uma escala de 1:2 ou 1:3, conforme necessário, organizadas segundo a categoria, o tipo e a proveniência das peças. Destaque-se, desde já, que várias das produções identificadas neste conjunto já haviam sido descobertas no decorrer dos trabalhos na Alcáçova de Santarém, como veremos, pelo que se revestiu de especial interesse comparar estas realidades geograficamente tão próximas.

Conhecidos os detalhes de cada recipiente – forma, cronologia, produção ou outras características – foram realizadas comparações com peças similares provenientes de contextos idênticos ou relevantes, a fim de se estabelecer paralelos e comparar cronologias. Foi possível averiguar a pertinência crono-contextual das peças que abordámos, corroborando as eventuais datações propostas para cada sepultura.

No que às sepulturas diz respeito, foi possível recuperar a sequência estratigráfica das mesmas com os dados cedidos, avançando-se com a caracterização da estratigrafia e dos materiais presentes e complementando-se com uma tabela síntese dos elementos datantes de cada caso. Estas tabelas encontram-se divididas cronologicamente na horizontal e o código de cores rege-se da seguinte forma:

- a **cinzento** os elementos não datantes ou possíveis intrusões na estrutura;
- a **cinzento-escuro** quando estes mesmos elementos ultrapassam o âmbito cronológico da estrutura;
- a **amarelo** o período de produção/circulação/utilização dos materiais datantes;
- a **verde** o alinhamento cronológico dos elementos datantes. As balizas temporais propostas para cada sepultura corresponderão, então, a esta última situação.

Porém, a mesma disponibilidade de informação não se verificou para os demais materiais. Apesar destes estarem devidamente marcados com a U.E. e com o respectivo número de inventário, não nos foram transmitidos os dados que permitiriam relacionar os estratos entre si. Por estes motivos, enquanto no caso das sepulturas os dados consintam uma análise individual, no restante espólio isso não é possível, optando-se por abordar o conjunto por grupos tipológicos e de fabrico, apresentando-se uma tabela final onde se sugere uma preliminar datação para cada unidade estratigráfica com base na datação do seu espólio.

Terminada a primeira fase do trabalho, procedeu-se à revisão da bibliografia disponível sobre, entre outros domínios, a prática arqueológica em Santarém, o mundo funerário romano, obras gerais e específicas sobre o espólio identificado e também relatórios de escavação arqueológica e antropológica sobre o sítio aqui em estudo.

Durante esta segunda fase do trabalho, apercebemo-nos do uso, por vezes indiscriminado, de conceitos como “Antiguidade Tardia”, “Tardo-romano” e “período visigótico” na bibliografia, questão que ainda não é consensual entre os especialistas e pareceu relevante abordar. Efectivamente, trata-se de um longo debate sobre a periodização dos séculos que fazem a transição entre o Império Romano e o início da Idade Média (para alguns exemplos mais recentes da discussão *vide*, por exemplo Ward-Perkins, 2005: 1-10; Wickham, 2005; Sartin, 2009; Pereira, 2018: 23-28). As diversas opiniões surgem da perspectiva que os autores optam por adoptar, cujos argumentos se fundamentam em eventos históricos de ordem política, social, cultural, religiosa, económica e/ou militar. Há ainda quem defenda, naturalmente, a importância das particularidades geográficas na definição desta periodização, por exemplo, para a Gália Merovíngia a Alta Idade Média terá começado mais cedo, enquanto para a Península Ibérica a Antiguidade Tardia prolonga-se até à conquista islâmica (Silveira, 2011: 9; Pereira, 2018: 23). Não obstante, é evidente o desuso de terminologias como “Tardo-romano” e “período visigótico”, porque esses períodos, que têm conotações políticas específicas, estão agora dentro da ampla baliza cronológica denominada “Antiguidade Tardia”. Por isso, neste trabalho, optou-se por utilizar essa terminologia, referindo-se ao período que abrange desde o “Baixo-império” até a conquista islâmica, reservando o termo “visigótico” para caracterizar a cultura material associada à presença desses grupos étnicos germânicos, assim como a monarquia por eles implementada na Península Ibérica.

2. 3. Os contextos funerários romanos

Como temos vindo a expor, a intervenção que decorreu neste espaço evidenciou uma considerável utilização funerária, a qual teve início durante a época alto-imperial, mantendo-se durante o período Tardo-Antigo, concretamente na monarquia visigótica (Liberato, 2012: 6). Infelizmente, os dados nem sempre nos permitiram ter uma contextualização precisa das sepulturas, da mesma forma que não foi fácil estabelecer a evolução estratigráfica deste espaço. Apesar disso, alguns contextos já foram devidamente tratados e publicados (Liberato, 2012), nomeadamente aqueles que permitiram uma leitura da evolução urbana medieval, mas o espaço funerário romano permaneceu inédito e sem uma devida interpretação. Somos cientes de que esta análise está limitada por vários factores, como é o caso das profundas afectações estratigráficas que ocorreram nos contextos das ocupações posteriores, mas, apesar dessa situação, os dados que possuímos permitiram considerações relevantes sobre a vida e a morte na *Scallabis* romana.

No entanto, esta leitura e interpretação somente foi possível após uma análise detalhada dos contextos funerários. Apresentamos o estudo de cada sepultura, da sua arquitectura subterrânea e do espólio, análises que permitiram estabelecer as relações verticais e horizontais das disposições funerárias. Com efeito, como é frequente neste tipo de contextos, deve ter-se sempre em consideração que a relação entre as várias sepulturas está condicionada por critérios espaciais, mas também de altimetria (Vaquerizo Gil, 2010). Por outras palavras, nem sempre a cota é critério crono-evolutivo numa necrópole, pois ao rasgar os sedimentos prévios, as sepulturas podem alcançar profundidades variáveis.

Com independência desta situação, que, como dissemos, somente pode ser averiguada após a análise pormenorizada de cada sepultura, é igualmente importante analisar o(s) estrato(s) directamente relacionáveis com a existência desta necrópole, ou seja, aqueles que foram truncados pelas sepulturas ou os que as cobrem. Tal como foi mencionado (Liberato, 2012: 4), a primeira utilização efectiva deste espaço é coincidente com a realização das primeiras sepulturas de incineração. Assim, serão estes contextos que definirão a cronologia da primeira utilização do espaço funerário e, evidentemente, da necrópole alto-imperial, pois estas deposições truncaram o solo virgem.

Pertencentes a esta fácies foram registadas quatro sepulturas de incineração, um *ustrinum* e algumas áreas de concentração de cinzas. Mais difícil é determinar qual a relação dessas áreas identificadas durante os trabalhos de campo realizados (Anexos,

Cartografia: Mapa 4), mas para as quais infelizmente não possuímos qualquer informação ou registo. Apesar disso, não se pode excluir que estes estratos, com elevadas quantidades de cinzas, estejam relacionados com os ritos praticados ou com um eventual descarte dos materiais resultantes do processo de combustão. Aliás, como se verá adiante, esta situação fica bem demonstrada pelo caso concreto da relação entre a Sepultura I e o *ustrinum*.

Todavia, antes de entrarmos em questões mais abrangentes de leitura e interpretação do espaço funerário ou dos ritos aí praticados devemos expor de forma detalhada os dados compilados nesta intervenção.

2.3.1 Sepulturas de incineração

Atendendo à maior visibilidade deste contexto, impõe-se começar por apresentar a Sepultura I, a qual revelou uma dinâmica ritual própria e também sinais de uma eventual monumentalidade. Tendo-se identificado como um *ustrinum* (Liberato 2012: 4; Santos, Liberato e Próspero, 2012: 61; Boavida, Casimiro e Silva, 2015: 68), este espaço funerário poderá corresponder, na verdade, a duas realidades rituais e físicas complementares (Anexos, Acervo Fotográfico: Fotografia 1).

Antes, porém, gostaríamos de abordar de forma breve a literatura em torno do conceito de *ustrinum* (pl. *ustrina*), de forma que possamos enquadrar a sua aplicação neste caso. A sua denominação recua às fontes clássicas, das quais destacamos Sêrvio Honorato pela exposição clara das terminologias utilizadas nos processos de cremação:

“For the piling of earth over the bones is also called *tumulus*. The preparation of the dead is of course usually called *funus*. The building of the wood is *rogus*, the lighting of the fire *pyra*, the cremation of the body, *bustum*, the place *ustrina*.” (Serv. *In Aen.* III.22 trad. Noy, 2000: 3).

Intui-se, portanto, que as cinzas e demais vestígios resultantes da cremação se denominaria *bustum* (pl. *busta*), enquanto o local da queima seria o *ustrinum*. Porém, a mesma fonte facultava outra informação algo contraditória com a primeira:

“The place is called *bustum* where the deceased is cremated and his bones are buried next to it. Others say that, when a man is cremated, if he is not buried in the same place, it is not a *bustum* but an *ustrinum*.” (Serv. *In Aen.* XI.201 trad. Noy, *idem*).

Neste passo, S ervio acrescenta que se considerava *bustum* quando o enterro se dava no mesmo lugar que a crema o, enquanto o *ustrinum* implicava a desloca o dos restos osteológicos para outro local. A investiga o tem tendido para esta op o, embora alguns autores procurem simplificar, referindo-se a estes contextos como crema es primárias, no caso de *busta*, e crema es secundárias, no caso de *ustrina* (Toynbee, 1996: 49; Noy, 2000: 3-5; Gonçalves, 2007: 15; Hope, 2007: 113; Vaquerizo Gil, 2010: 31; García Pr sper, 2015: 67; Pereira, 2018: 420 e 460; Mercado Herv s, 2020: 203).

No debate destas terminologias, parece prevalecer alguma consensualidade no que diz respeito   natureza dos *ustrina*, e que vai ao encontro da identifica o feita na Sepultura I (Liberato, 2012: 4). Do ponto de vista fúnebre/ritual,   aqui que começa o processo de crema o, pelo que também será esta a primeira estrutura a ser descrita, uma vez que identificámos a associa o de um enterramento ao mencionado *ustrinum* e que, por sua vez, foram coroados por um memorial.

Este *ustrinum* materializava-se em níveis compostos maioritariamente por cinzas e argilas ruborescidas assentes no geológico, que se localizavam   cabeceira Sul da sepultura, conseqentemente debaixo do memorial (Anexos, Acervo Fotográfico: Fotografia 1 e 2). Atendendo às características e dimensões destes estratos, não parece improvável que correspondam ao *ustrinum* no qual se terá incinerado o indivíduo sepultado naquela tumba. Destaque-se que a sepultura contígua cortou parcialmente o *ustrinum*, pelo que a proximidade física entre ambas realidades e uma posterior cobertura comum consente esta ilao. Todavia, o registo não permite equacionar se a prática da crema o já havia ocorrido antes neste espaço – referimo-nos concretamente ao *ustrinum* – ou se serviu apenas   do enterramento anexo. Atendendo aos vestígios analisados, sobretudo   pouca potência de cinzas, parece-nos provável que corresponda a um *ustrinum* de utiliza o única.

Por outro lado, no limite do *ustrinum* próximo ao corte da sepultura, foram exumadas duas peças praticamente intactas: uma lucerna e uma taça de paredes finas (Anexos, Estampa I).

A lucerna integra a forma Dressel-Lamboglia 11, também identificada na bibliografia como Loeschke IV, de orla convexa e o disco pouco profundo, características reconhecíveis neste exemplar, apesar de o disco não se ter conservado. Identificável   o seu bico redondo com volutas duplas, assim como a base plana e a marca de oleiro, delimitada por uma moldura (Anexos, Estampa I).

A pasta é de tonalidade bege acinzentada com características técnicas e petrográficas que permitem intuir uma importação da costa Bética. Paralelos que suportem esta possibilidade têm sido encontrados de Norte a Sul de Portugal, por exemplo na cidade de Braga (Nunes: 2016: 100), no Castro do Monte Mozinho (Penafiel – *idem*), na Necrópole da Azinhaga do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal – Pereira, 2013: 21) ou em *Ossonoba* (Faro – Pereira, 2012: 138).

Seguindo a tipologia de S. Loeschcke, com base no sincronismo cronológico com as suas formas I e III, o autor considerou o tipo IV como uma derivação morfológica da primeira (1919: 37). Dentro do tipo IV existem duas produções com características morfológicas praticamente idênticas, mas de cronologia ligeiramente desfasada. A variante inicial é caracterizada pela orla estreita e moldurada e o bico flanqueado por duas volutas finas e alongadas. Nalguns exemplares as volutas estão afastadas, correspondendo geralmente aos exemplares mais antigos deste tipo (Malagoli, 2016: 86-87), embora em algumas peças as volutas possam unir-se.

A evolução da morfologia deste tipo de lucerna tem sido alvo de análise, tendo-se estabelecido com precisão uma evolução coerente com os contextos em que tem aparecido. O caso da peça encontrada neste *ustrinum* oferece características que permitem a sua inclusão no tipo B3 de Malagoli, de bico mais curto, volutas mais pequenas e uma orla simplificada (Morillo Cerdán, 2015: 356), para a qual tem sido sugerida uma cronologia centrada na segunda metade do século I d.C. (Deneauve, 1969: 126; Leibundgut, 1977: 29; Bailey, 1980: 153), mas que recentemente foi definida com mais detalhe entre momento pré-flaviano e do reinado de Trajano (Malagli, 2016: 87).

A marca de oleiro é perfeitamente legível, tratando-se da firma C·OPPI·RES, de *Caius Oppius Restitutus* (Anexos, Estampa I), correspondente a uma das fórmulas que foi utilizada pela *officinae* daquela *gens*, para a qual se tem sugerido uma datação entre meados do século I a meados do II d.C. A prolongada existência desta produção gerou distintas marcas, como OPPI ou C·O·R, (Maestripiéri e Ceci, 1990: 120), que variam consoante a tipologia e o local de produção das peças (Pavolini, 1976-77: 81-82).

Efectivamente, estima-se que houvesse destas olarias em Roma, cujos produtos se dataram quimicamente e tipologicamente entre 90 e 140 d.C. e que se terão difundido em diversas áreas do Império Romano, nomeadamente na Itália, Norte de África, Hispânia, Gália, Germânia, Ásia Menor, Córsega e Bretanha (Maestripiéri e Ceci, 1990: 125). Embora não seja uma corrente tão comum actualmente, há também quem tenha encontrado algumas produções desta oficina com origem no Norte de África,

concretamente em Cherchel (Tavares da Silva, Soares e Ferrer Dias, 1980: 240 e 243; Esperanza Manera e Luisa Palanqués, 1990: 318).

Não obstante estas referências que mencionam as peças com a marca de *Caius Oppius Restitutus* como proveniente da Itália ou do Norte de África, a peça parece de facto ter uma origem bética. Esta verosímil proveniência não surpreende, pois também a Bética foi um centro produtor de lucernas. Efectivamente, em *Hispalis* produziram-se Dressel-Lamboglia 11, sendo, inclusive, o principal fabrico do atelier identificado na Plaza de la Encarnación (Sevilha – Vázquez Paz, 2012: 426).

Por outro lado, a inexistência de outros exemplares desta produção concreta com a marca aqui em estudo, deverá estar relacionada com o próprio processo de sobremoldagem das peças. As peças produzidas deste modo resultariam da impressão de um arquétipo bivalve e sólido, normalmente em argila ou gesso (Morillo, 1999: 162; 2015: 336). Assim, quer a decoração quer a marca do oleiro podem já estar presentes no protótipo, que teve pouca utilização, e serem por isso replicadas em cópias pouco difundidas.

Posto isto, cruzando os dados disponíveis relativos à tipologia e à marca, a sua datação deverá situar-se na segunda metade do século I d.C.

Também a taça de paredes finas carece de algumas observações (Anexos, Estampa I e Acervo Fotográfico: Fotografia 3). A sua forma aproxima-se do tipo Mayet XLIII (1975: 101-102), ou PAR-FIN 43 (Py, 1993: 521). Considerada por Mayet como uma das formas mais produzidas nas oficinas de *Augusta Emerita* (Mayet, 1975: 99), trata-se de uma forma com origem itálica, segundo alguns autores, inspirada nas tigelas de verniz negro itálico (Rodríguez Martín, 1996: 143). A parte superior do corpo desta peça está inclinada para o interior, terminando num lábio arredondado ligeiramente saliente; a carena é alta e angular, marcada por duas caneluras. A parte inferior do corpo tem um perfil oblíquo, constringindo-se gradualmente em direcção ao pé. Este recipiente está desprovido de qualquer asa. Todavia, estes elementos são frequentes neste tipo, correspondendo a uma asa longa, fina e fortemente estriada, que repousa logo acima da carena (*idem*). Com frequência, o tipo XLIII ostenta decoração em guilhoché ou aplicada a barbotina, sendo as lisas mais incomuns.

A ausência de fractura impede uma clara observação da pasta e das suas inclusões, porém quer a face interna quer a externa transparecem uma cor ocre-carne, com alguns vestígios de engobe amarelo-acinzentado. Estas características permitem sugerir que este recipiente seja procedente da capital da província lusitana.

Deve referir-se ainda que esta peça possui uma pequena estampilha de difícil interpretação que se repete em três pontos concretos e que foram aplicadas recorrendo a um timbre. A sua localização distribui-se em distintas zonas, próximo ao bordo e na superfície externa, exibindo claramente uma iconografia própria que se repete. Apesar da difícil leitura, uma delas é mais nítida e aparenta corresponder a um busto masculino, voltado para a esquerda (Anexos, Acervo Fotográfico: Fotografia 3).

Estas taças encontram-se largamente difundidas na Península Ibérica (Mayet, 1975: 98-99; López Mullor 1990: 409; Morais, 2005: 295, 304-305), estando bem representadas em Braga (Morais 2005: 295-296, 298-299, 304-305; 336), Conímbriga (Mayet 1975, 34-36), *Ammaia* (Quaresma, 2015: 33, nº 8) ou Alandroal (Necrópole da Rouca – Rolo, 2010: 340). A cronologia que lhes tem sido atribuída também tem oscilado em função dos contextos nos quais são descobertas, embora não muito: para Mayet dever-se-á datá-las da segunda metade do século I d.C.; para Rodríguez Martín trata-se de uma produção de Tibério-Cláudio que se estende até aos primeiros anos do século II d.C. (Nolen, 1976-1977: 444-447); enquanto na necrópole de Santo André se tem associado a outros materiais balizados entre o reinado dos Flávios e o início do século II d.C. (Viegas, Nolen e Dias, 1981: 60-61).

Porém, outros vestígios materiais foram descobertos nesta unidade, ainda que fragmentados, nomeadamente elementos de ferro (chapas e pregos), complementos de cobre/bronze (tachas e cantoneiras), recipientes de vidro e uma agulha de osso (Anexos, Acervo Fotográfico: Fotografia 4). Embora os mais vincados indícios de combustão estejam presentes no solo, do qual também foi recolhida uma amostra, estes elementos estariam seguramente associados, directa ou indirectamente, com os procedimentos cerimoniais da incineração. Assim, não parece improvável que os elementos metálicos tenham incorporado o esquife utilizado na cremação, enquanto os vidros e a agulha de osso tenham feito parte das oferendas dedicadas ao morto (Toynbee, 1996: 52-53; Vaquerizo Gil, 2010: 31).

Entre os fragmentos de vidro foi possível reconhecer partes de um copo de tipo AR 39 da tipologia de *Augusta Raurica* (Fünfschilling, 2015: 481), com equivalências nas formas IN 13 e 14, da tipologia elaborada para os recipientes gauleses (Foy *et al.*, 2018: 23) (Anexo, Estampa I). Com efeito, o facto de a peça apresentar uma elevada fragmentação impossibilita uma classificação mais precisa ou de utilizar eventuais detalhes morfológicos para uma datação específica

A nomenclatura que M. Cruz utilizou, copo bicónico incolor de pé apostado (2008: 77), é, na nossa perspectiva, a que melhor caracteriza todo o conjunto das AR 39. No caso da peça aqui abordada, trata-se de uma produção possivelmente a sopro, de corpo cónico e perfil baixo, bordo exvertido e de tonalidade translúcida esbranquiçada, desconhecendo-se se possuiria pé. Tem paralelos em Lugo, na Galiza (*idem*); Miróbriga, em Santiago do Cacém (Quaresma *et al.*, 2020: 203); e na própria Alcáçova de Santarém (Antunes, 2000: 160-161), aos quais se tem atribuído uma baliza cronológica relativamente fina, concretamente entre o final do século I e início do II d.C. (Foy *et al.*, 2018: 23).

Por último, no que diz respeito à agulha de osso, não é possível sugerir qualquer datação sem metodologias bioquímicas. Estes artefactos são, na sua maioria, peças de produção local/regional, efectuadas por artesãos pouco especializados e com escasso prestígio (Pérez González, 1995: 93; Lang, 2011; Pereira, 2018: 189). Trata-se de peças relativamente comuns em contextos funerários com uma ampla diacronia, pelo que poderá estar associado quer a oferendas, quer à indumentária do defunto. Todavia, a ausência de sinais de combustão na peça permite pender mais para a primeira opção (Silva, 2018: 61). A título de exemplo, este tipo de peça foi exumado nas necrópoles de *Augusta Emerita* (Alba Calzado, 2005: 326-333), de *Olisipo* (Cabaço *et al.*, 2017: 1247) e de *Balsa* (Pereira, 2018: 191)

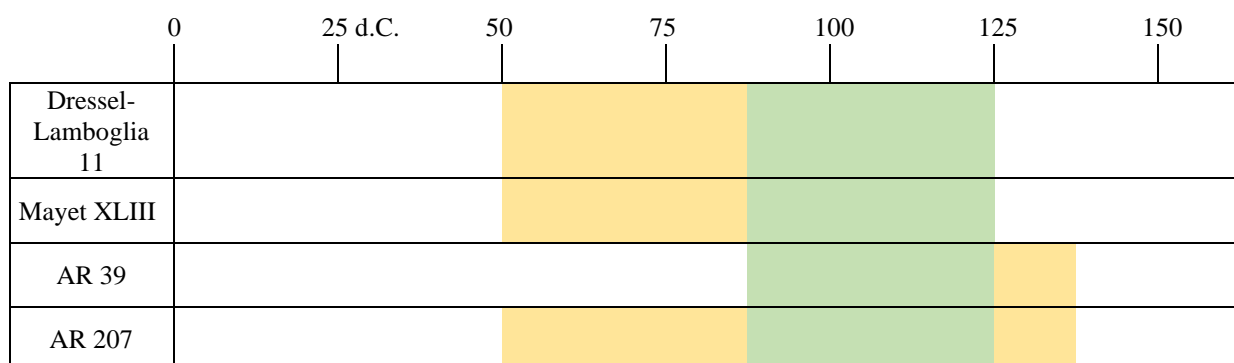


Tabela 1 – Espólio datante do *ustrinum* e da Sepultura I.

Expostos os materiais associados ao *ustrinum*, devemos agora descrever a sepultura que corta parte desta zona de cremação. Do ponto de vista estrutural, esta possui uma forma rectangular, com cerca de 1 m de comprimento por 0,4 m de largura, encontrando-se parcialmente escavada no geológico. Porém, é provável que a sua escavação tenha truncado outros estratos antrópicos, o que se pode intuir pela própria estratigrafia da intervenção, mas também pela presença de alguns materiais mais antigos, que serão

tratados mais adiante. Aliás, é visível nas fotografias deste contexto que esta sepultura cortou o próprio *ustrinum* (Anexos, Acervo Fotográfico: Fotografia 1, 6 e 7).

Tal como a área do *ustrinum*, a base da sepultura estava coberta por quantidades substanciais de cinza e de complementos metálicos de artefactos (de cobre/bronze e de ferro), correspondentes a tachas e pregos. Aqui, para além de restos do possível esquife utilizado na cremação, poder-se-á igualmente considerar a presença de um eventual contentor funerário empregado para a contenção das cinzas do cadáver. Atendendo à dimensão, matéria e formas identificadas (pregos de ferro de média dimensão, pregos de cobre/bronze de pequena dimensão e cantoneiras de bronze), podemos mesmo assumir que as duas possibilidades, quer de restos do esquife, quer da urna em material perecível, são admissíveis.

Esta realidade também integrava quantidades significativas de restos osteológicos carbonizados, os quais estavam acompanhados por outros elementos que foram introduzidos na sepultura juntamente com os restos incinerados. Referimo-nos a abundantes fragmentos de vidro, dos quais se pôde distinguir alguns que parecem corresponder a um recipiente da forma AR 207 (Anexo, Estampa I). Atendendo à ausência de vestígios de combustão, estes artefactos não deverão ter sido colocados na pira, sendo provável a sua disposição directamente na sepultura.

Relativamente ao recipiente de vidro, apesar da elevada fragmentação, foi possível recuperar parte do perfil, o que permite avançar com uma possível relação com a forma AR 207 (Fünfschilling, 2015: 525), equivalente ao tipo IN 236 (Foy *et al.*, 2018: 238). Trata-se de uma garrafa bulbiforme de tom esbranquiçado translúcido, produzida a sopro, com um colo longo e esguio. Todavia, detém o incomum detalhe de o colo se fundir ligeiramente no corpo da peça antes de curvar para o exterior. É uma peça datável da segunda metade do século I d.C., com poucos paralelos em Portugal que possuam o referido pormenor morfológico, embora pertença a um grupo genericamente comum. Uma peça análoga foi descoberta na necrópole de Sainte-Barbe, Marselha (Foy e Nenna 2003, n.º 126).

Sendo certo que os materiais e complementos de artefactos recuperados no interior desta sepultura permitem sugerir que aí foi colocada uma arca funerária, acompanhada por eventuais oferendas ou colocações ritualizadas de elementos definidores do género e estatuto do indivíduo, é igualmente possível intuir que as paredes da sepultura estavam revestidas por argamassas, reconhecidas nos níveis de enchimento onde surgiram alguns fragmentos com vestígios de pintura (Anexos, Acervo Fotográfico: Fotografia 5). A

monumentalidade desta sepultura, contudo, não se deverá ter limitado às construções subterráneas, pois, como veremos de seguida, também estaria presente no exterior.

Através do registo fotográfico pudemos apurar que estas realidades, quer o *ustrinum* quer a sepultura adjacente, se encontravam cobertas por um empedrado (Anexos, Acervo Fotográfico: Fotografia 2 e 8). Porém, na cabeceira Sul, exactamente sobreposto à mancha de cinza, o empedrado aparenta ter suportado outra estrutura pétreia, quiçá um memorial de tipo cipo (Anexos, Acervo Fotográfico: Fotografia 2). Na zona da sepultura este empedrado estava abatido, tendo colmatado o interior, situação que permite sugerir que este fenómeno ocorreu enquanto o interior ainda estava intocado (Anexos, Acervo Fotográfico: Fotografia 9). Associado às unidades do empedrado, foi também descoberto um fragmento de bojo de uma ânfora com origem no vale do Guadalquivir, mas que, infelizmente, não permite qualquer consideração cronológica.

Embora não se saiba que tipo de pedra compunha esta cobertura, o seu tamanho parece ter oscilado maioritariamente entre pequeno e médio, não excedendo o volume de cerca de 20 cm³. A irregularidade morfológica destes componentes, assim como a utilização de argamassa na sua unificação, permite considerar que se trate de uma forma algo tosca de *opus incertum*, uma técnica construtiva referida por Vitrúvio (Vitr. *De arch.* 2.8) que remonta ao início do século II a.C. em Roma (Yegül e Favro, 2019: 137-138; Sear, 2021: 14).

Apesar da heterogeneidade tipológica das construções funerárias no Império Romano, foi possível identificar alguns casos que apresentam, ainda que tangencialmente, paralelismos com o da Avenida 5 de Outubro. Em Ecija (Sevilha), durante uma intervenção arqueológica de emergência, foi identificada uma plataforma com cinco camadas de *opus incertum*, distinguíveis pela diferença de tamanho das pedras aplicadas em cada uma (Rodríguez Temiño e Nuñez Pariente de León, 1987: 401). Esta estrutura apresentava uma planimetria rectangular, medindo 3,40 por 4,30 m, com o eixo mais longo orientado na direcção Este-Oeste. Ao contrário da cobertura aqui em estudo, estimou-se que a da Bética teria um monumento turriforme em cima do embasamento, possivelmente em silhar ou tijolo, embora nenhum vestígio deste tenha chegado à actualidade (Rodríguez Temiño e Nuñez Pariente de León, 1987: 402; Ruiz Osuna, 2006: 178).

Também em *Hispalis* (Sevilha), na necrópole de Prado de San Sebastián, uma cobertura de um *bustum* com características e cronologia semelhantes merece referência. Embora a sua cobertura se cingisse a uma *tegula*, foi colocada sobre esta uma pedra de

secção sub-rectangular que terá servido, possivelmente, como um cipo (Mercado Hervás, 2020: 111), análoga à da estrutura que se destacou na Sepultura I.

Já em *Baelo Claudia*, Cádiz, a diversidade tipológica de memoriais e a riqueza da arquitectura funerária transparecem algumas características igualmente detectadas na Sepultura I. Tal como no caso escalabitano, além de várias coberturas de sepulturas de incineração terem sido construídas em *opus incertum*, sendo noutros casos em *latericium*, nas paredes internas dos covachos foram descobertos vestígios bem preservados de estuque, por vezes pintado (Vaquerizo Gil, 2010: 181-183). A descoberta de cipos e *cupae* preservadas sobre estas superfícies empedradas, com frequência conservando as inscrições dedicadas aos finados, permite conceber que tipo de arquitectura seria aplicada nos casos de maior ostentação (*idem*).

Relativamente ao território português, a procura de paralelos revelou-se mais difícil. Para a necrópole da Caldeira (Tróia), J. Almeida separou em diferentes tipos de arquitectura funerária as sepulturas de fossa revestida e de fossa simples (2009a: 67-69). É difícil intuir em qual grupo a Sepultura I se poderia enquadrar, uma vez que, embora se confirme a presença de estuque pintado, este registou-se apenas nas camadas superiores e descontextualizado, situação que impede uma relação inequívoca com esta sepultura. Com independência dessa situação, nas sepulturas da segunda metade do século I d.C. da necrópole da Caldeira somente foram identificados revestimentos concretizados com cerâmicas de construção e de pedras, situação que não se verificou na Sepultura da Avenida 5 de Outubro. Todavia, naquela necrópole várias sepulturas com e sem revestimento interno exibiam vestígios de coberturas construídas com *opus signinum* (*ibidem*).

Nas necrópoles urbanas de *Bracara Augusta*, o mesmo trabalho de análise e separação tipológica foi realizado por C. Braga, tendo revelado uma considerada diversidade de construções funerárias (2010: 54-57). Destes contextos sobressai a sepultura identificada como “INC129”, pela presença de vestígios de madeira que constituíam a urna do defunto (Braga, 2010: 54) e pela aproximação cronológica com a Sepultura I aqui analisada. A autora remete ainda para outra sepultura, em Horta das Pinas (Elvas), com significativos paralelos com esta tipologia (Caetano, 2002: 329 *apud* Braga, 2010: 55).

Assim, apesar da complexidade que a Sepultura I apresenta, parece verosímil interpretar este conjunto como duas realidades distintas, mas coetâneas e que se complementaram para constituir o *funus* do indivíduo. Por um lado, em concordância com

a bibliografia, estar-se-á na presença de um *ustrinum*, isto é, o local onde a pira funerária foi construída e a incineração consumada. Por outro, a sepultura que lhe estava contígua terá correspondido seguramente ao local de deposição dos restos resultantes daquela incineração, situação que terá auxiliado a transladação quase total desses restos. Este facto facilmente se comprova pela concentração das cinzas no lado da sepultura em contacto com o *ustrinum*. Por este motivo facilmente se compreende que na área do *ustrinum* não se tenha registado uma elevada quantidade de restos osteológicos ou da combustão.

Efectivamente, estes são os contextos mais prolíferos no que diz respeito aos dados obtidos, todavia, as sepulturas de incineração não se esgotam aqui.

A Sepultura II corresponde a uma simples deposição em urna, a qual se encontrava bastante afectada pelas ocupações posteriores. O seu local de deposição foi escavado directamente no substrato geológico, com uma forma elipsoidal e cuja largura ronda os 30 x 20 cm (Anexos, Acervo Fotográfico: Fotografia 10 e 11). Da urna apenas se recuperou o fundo, mas foi possível determinar que corresponde a uma produção comum local/regional de pasta redutora e pouco depurada, com algumas partículas micáceas, de tonalidade cinzenta, quer nas superfícies quer na fractura (Anexos, Estampa II). Embora os fragmentos sejam pouco esclarecedores quanto ao tipo que este recipiente integraria, intui-se uma semelhança morfológica com as urnas da necrópole romana do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros (Bugalhão *et al.*, 2013: 266) ou da necrópole da Rouca (Rolo, 2010: 69 e 191). Trata-se de uma forma com uma ampla baliza cronológica de utilização, porém, na necrópole de Santo André foi possível associar a sua utilização com o reinado dos flávios (Viegas *et al.*, 1981: 104). Também em Córdoba foram identificadas estruturas funerárias semelhantes, que se dataram do século I d.C. (Vaquerizo Gil, 2010: 67).

Através do registo realizado em campo foi possível averiguar que o interior deste covacho continha onze fragmentos de cerâmica comum, tendo sido a um deles atribuída uma cronologia islâmica. Infelizmente não tivemos acesso a estes fragmentos, pelo que não foi possível determinar as formas e as pastas, embora seja admissível que se trate de fragmentos de cerâmica comum local datáveis, a maioria, de período romano. A eventual presença de uma cerâmica de cronologia posterior levanta problemas de interpretação deste contexto que, sem mais dados, não é possível esclarecer. Em todo o caso, podemos admitir que a preservação unicamente do fundo da urna, assim como a presença de cerâmica de cronologia tão avançada, resulta, eventualmente, de fenómenos pós-deposicionais e intrusivos, isto é, os níveis desta sepultura terão sido posteriormente

remexidos e/ou truncados. Conquanto esta situação, segundo os dados cedidos pela direcção da intervenção, a Sepultura II encontrava-se coberta pela UE [1606] que, embora venha a ser escrutinada posteriormente, importa desde já reter que detém espólio exclusivamente romano.

	0	25 d.C.	50	75	100	125	150
Urna							
Cerâmica comum Romana							
Cerâmica comum Islâmica							

Tabela 2 – Datação do espólio presente na Sepultura II.

A Sepultura III foi reconhecida como uma deposição em “covacho” e, à semelhança das anteriores, encontrava-se escavada no solo virgem. Apresentava uma forma rectangular e dimensões que rondavam os 30 cm de largura por 40 de comprimento. O fundo estava preenchido por cinzas, sem que se tenham identificado vestígios de um possível contentor para as mesmas (Anexos, Acervo Fotográfico: Fotografia 10). No entanto, à semelhança da Sepultura I, também foram identificados pregos de ferro no seu enchimento, situação que consente a possibilidade de terem pertencido a uma urna fabricada com material perecível ou, em alternativa, ao esquife usado na incineração do defunto.

Seguramente procedentes do processo de incineração são os vários fragmentos de vidro que apresentam uma considerada deformação pela acção do calor (Anexos, Acervo Fotográfico: Fotografia 13). Embora consideremos estes elementos de forma inclassificável, não parece improvável que tenham pertencendo a um unguentário. A presença de vidros deformados é relativamente comum nas sepulturas de incineração, uma vez que algumas oferendas eram colocadas na pira ou lançadas às chamadas, ritual que está relatado nas fontes escritas (Virg. *Aen.* VI.225; Stat. *Theb.* VI.126; Luc. IX.175), mas que se encontra igualmente corroborado pelo registo arqueológico (e.g. *Valentia* –

García Prósper, 2016: 358; Vidigal, Aljezur – Pereira, 2012a: 174; *Bracara Augusta* – Cruz, 2009: 224).

No enchimento desta sepultura recolheu-se ainda uma moeda de bronze, cujas faces se encontram bastante desgastadas. No entanto, após alguma limpeza superficial foi possível distinguir um busto laureado com uma fita na base da nuca a segurar a coroa, orientado da esquerda para a direita, com uma alegoria de pé no reverso, flanqueada pelas siglas SC (*Senatus Consultum*) distribuídas em cada lado (Anexos, Acervo Fotográfico: Fotografia 14).

Apoiados nestes elementos, consideramos que este numisma poderá corresponder a um sestércio de Trajano (RIC II 466), cunhado em cerca de 103-111 d.C. (paralelos em Llorens Forcada e Ripollès Alegre, 1995: 219) Conquanto pareça a leitura mais provável, admitimos que é arriscada. Por outro lado, com independência da cronologia da moeda, a sua prolongada utilização, demonstrada pelo desgaste, obriga a que o período de amortização, desde o seu fabrico até à colocação no sepulcro, seja dilatado.

Com os elementos que expusemos, reparou-se que não é fácil determinar com detalhe a cronologia desta sepultura. Os elementos de ferro e de vidro não permitem qualquer consideração cronológica e a moeda é, infelizmente, de difícil leitura. No entanto, se considerarmos que o numisma foi produzido nas primeiras décadas do século II d.C., parece plausível que este enterramento tenha ocorrido em momento avançado, pelo menos, da segunda metade do século II d.C.

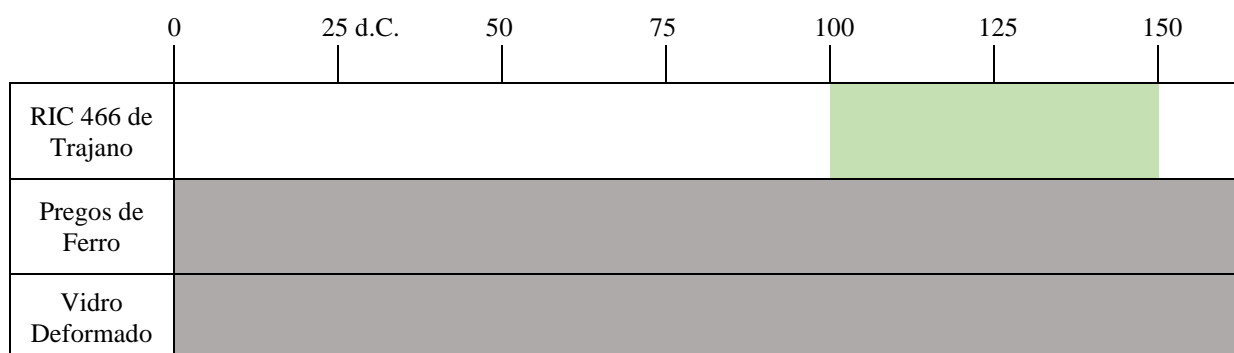


Tabela 3 - Datação do espólio presente na Sepultura III.

A Sepultura IV corresponde a um contexto de difícil interpretação, mas que, ainda assim, foi considerada outra deposição em urna. Segundo os dados de campo e o registo fotográfico, esta sepultura encontrava-se muito afectada pelas ocupações posteriores, pelo que os estratos que a preenchiam eram muito heterogéneas, embora cromaticamente semelhantes entre si. Todavia, perto da interface com o solo virgem, detectou-se um

sedimento que continha exclusivamente espólio romano, nomeadamente: uma urna com o perfil completo; um unguentário de cerâmica praticamente inteiro; fragmentos de ânforas; de cerâmica comum; de cerâmica fina; de cerâmica de verniz negro itálico; assim como de imitações hispânicas em pasta cinzenta destas importações itálicas (Anexos, Estampa II e III). Não obstante estas considerações, a equipa de campo atribuiu a todo o preenchimento da Sepultura IV a unidade estratigráfica [1367], da qual só há o registo fotográfico da urna (Anexos, Acervo Fotográfico: Fotografia 15).

Devemos salientar, neste âmbito, que embora se tenha registado este espólio num mesmo espaço, o registo de campo apenas permite assumir que à sepultura estivessem associados a urna e o unguentário, correspondendo os restantes artefactos a realidades intrusivas que terão incorporado os sedimentos de enchimento do negativo da sepultura.

A urna assemelha-se morfológicamente à da Sepultura II, sendo de produção local/regional, com uma pasta oxidante mais depurada que a anterior. Na superfície conserva vestígios de engobe esbranquiçado que terá revestido toda a face interna e externa da peça. O unguentário é de importação itálica e apresenta o corpo globular, colo alto e bordo triangular, típico do grupo D1, sendo relativamente comum em contextos funerários de 25 a.C. a 50 d.C. (Py, 1993: 584). Conquanto seja habitual estes recipientes conservarem engobe negro ou castanho na parte superior do colo, neste caso, se o teve, não se conservou. Embora este grupo cerâmico seja aqui abordado mais atentamente num capítulo posterior, adiantemos desde já que está presente em contextos da Alcáçova de Santarém (Sousa e Arruda, 2018b: 49), na Rua dos Correeiros, em Lisboa (Bugalhão *et al.*, 2013: 258), e em *Balsa* (Nolen, 1994: 146; Pereira, 2018: 117).

Os restantes artefactos que foram identificados nesta sepultura integram um considerável conjunto de categorias. No grupo das ânforas identificámos um fundo de Ovóide Lusitana, um bordo de Haltern 70 do vale do Guadalquivir e uma asa indeterminada produzida na mesma região. A primeira classificou-se em função da pasta característica do vale do Tejo e da morfologia do fundo em botão oco. Encontra-se distribuída um pouco por todo o território português, destacando-se os exemplares provenientes do Castelo de Lousa (Évora) e do Aljube (Porto), recuperadas em contextos estratigráficos datados desde meados do século I a.C. até ao início do século I d.C. (Morais, 2004: 36-40; Morais e Fabião, 2007: 127-133). Em Monte dos Castelinhos, Vila Franca de Xira, está documentada em contextos balizados entre 50 e 30 a.C. (Pimenta, 2017: 203). Importa ainda mencionar os exemplares conhecidos da Alcáçova de

Santarém, onde estão presentes em contextos que vão desde o principado de Augusto até ao segundo quartel do século I d.C. (Arruda, Viegas e Bargão, 2006).

A Haltern 70 integra o subtipo 70b e caracteriza-se pelo corpo ovóide, colo curto, asas arqueadas com uma ranhura longitudinal externa e um rebordo em forma de colarinho, baixo e exvasado, muito marcado no exterior, com um significativo desnível no início superior das asas, terminando num fundo maciço e de perfil troncocónico preenchido por uma bola de argila, sendo a ligação ao corpo marcada por uma curvatura abrupta (Filipe, 2020: 407). A produção e difusão destas ânforas parece situar-se entre meados do século I a.C./início do principado de Augusto e final do século I d.C./primeiros anos do século II. Todavia, esta variante deverá precisar-se entre os principados de Augusto e de Tibério (Remesal Rodríguez e Carreras Monfort, 2004: 21-22; Berni Millet, 2011: 87; García Vargas *et al.*, 2011: 243-244). Surge um pouco por todo o território português, com especial incidência no Noroeste, no vale do Tejo, no Alentejo e na costa algarvia (para um levantamento completo de Haltern 70 no território português, *vide* Filipe, 2020: 406 e 410-411).

Os fragmentos de cerâmica de verniz negro itálico identificados correspondem a importações de Cales, da forma Lamb. 1/F 2320. Esta forma contempla taças de perfis baixos, com incisões externas sob o bordo, uma parede pouco oblíqua com uma curvatura abrupta para um fundo largo com pé anelar. É uma peça tipicamente romano-republicana, cuja datação se enquadra entre 150 e 25 a.C. (Py, 1993a: 15). É uma das formas de verniz negro itálico de Cales com maior representatividade em Santarém (Soria, 2013: 259-261; Arruda e Viegas, 2014: 250), tendo sido identificada também em Lisboa (Mota, Pimenta e Silva, 2014: 155), Chibanes (Silva *et al.*, 2021: 141; Soria, 2021: 114), Mesas do Castelinho (Alves, 2014: 634), apenas para mencionar alguns dos sítios de Portugal.

O fragmento de imitação hispânica de importações itálicas reveste-se de um conjunto de dúvidas ainda hoje por esclarecer. Integra a produção denominada GBR (Gris Bruñida Republicana) que imita formas típicas dos vernizes negros itálicos, nomeadamente dos grupos etruscos e calenos, embora o seu repertório varie ao longo do tempo, chegando, inclusive, a imitar algumas formas de *terra sigillata* itálica (Adroher Aurox e Caballero Cobos, 2012: 24; Soria, 2014). Como o próprio nome indica, caracteriza-se pela pasta cinzenta, com poucas inclusões, sendo estas de feldspato e/ou quartzito, e por uma granulometria muito fina. A superfície da peça escalabitana é muito suave, resultado de um tratamento de superfície em que esta é coberta com argila mais depurada do que a que compõe o resto da peça, posteriormente brunida em movimentos regulares e paralelos. O

fragmento descoberto na Sepultura IV aparenta aproximar-se dos modelos das taças Lamb. 1, como se comentou também exumados na Alcáçova de Santarém quer nas versões calenas, quer de imitação (Soria, 2013: 261). O facto de ser uma imitação deverá ter conferido alguma liberdade criativa aos oleiros, pelo que se assim justificará os exemplares provenientes de Castrejón de Capote (Higuera La Real) e *Iliberri* (Cerro de San Nicolás, Granada), identificados como GBR 2b por Adroher Auroux e Caballero Cobos, se distingam unicamente pelo bordo mais engrossado e ligeiramente mais esvasado (2012: 30). Embora não seja consensual, especula-se que a produção destas cerâmicas se tenha centrado no Guadalquivir (Ventura, 1985: 128-131; 2000: 185; Soria, 2014: 79-80), inicialmente com uma função de abastecimento militar (Adroher Auroux *et al.*, 2006: 635-637).

Posto isto, a cronologia proposta para esta peça deverá enquadrar-se entre o princípio do século I a.C. e o último quartel do mesmo (Alves, Mataloto e Soria, 2014: 172; Pimenta, Soria e Mendes, 2014: 105; Soria, 2014: 83), sendo a sua presença sinal da adopção progressiva dos gostos e hábitos de comensalidade romanos, e/ou da migração de itálicos para *Scallabis*.

O bordo de paredes finas deverá corresponder à importação itálica PAR-FIN 2, embora não possamos determinar com exactidão a variante, possivelmente 2B ou 2D (Passelac, 1993: 513). Corresponde a um copo fusiforme ou ovóide, com um estrangulamento convexo a seguir ao bordo, cuja datação rondará entre o início do século I a.C. até meados do século I d.C. (Marabini, 1973: 62-63; Arruda e Elisa, 2018: 215). A presença desta forma, em território português, está documentada, por exemplo, em Mesas do Castelhinho e em Cabeça de Vaiamonte (Fabião, 1998: 336), na Alcáçova de Santarém (Arruda e Sousa, 2003: 243-244) e em Monte Molião (Arruda e Sousa, 2018: 215). Lamenta-se, contudo, a ausência de análises químicas que permitam conhecer afinidades de produção entre os diversos achados dos centros de consumo e destes com os centros de produção. Contribui também para esta indefinição a rara identificação e posterior escavação das oficinas que fabricaram estas formas, o que contribui para muitas das incertezas que ainda perduram quanto à origem destes recipientes. Actualmente, admite-se a produção da cerâmica de paredes finas, na área ocidental, em Itália, França e Espanha, apesar de apenas na Gália os centros produtores terem sido identificados (Passelac, 1993: 513; Arruda e Sousa, 2003: 238-239).

Embora com todas as dificuldades de interpretação que esta categoria de cerâmica acarreta, resta comentar o bordo de cerâmica comum. Trata-se de uma tigela cuja parte

superior do colo se encontra bastante esvasada, com o bordo espessado e uma canelura bem marcada na face externa. Tem uma pasta amarelo-clara, bem depurada, com poucos elementos não plásticos, típica das produções béticas litorais. Esta forma deverá integrar a forma 17.6 dos *poculi* da tipologia de L. Girón Anguiozar (2017: 40-41 e 324-325). Todavia, nos estudos de I. Vaz Pinto dedicados à *villa* de São Cucufate, esta forma cerâmica foi classificada como “bilha”, reconhecendo-se no sítio exemplares com perfis análogos à peça aqui em análise (2006: 174-175, n.ºs 17-22). Apesar da ampla utilização geográfica destes recipientes, L. Girón Anguiozar sugeriu uma datação referencial a partir de meados do século I a.C. até ao final do I d.C. (2017: 325).

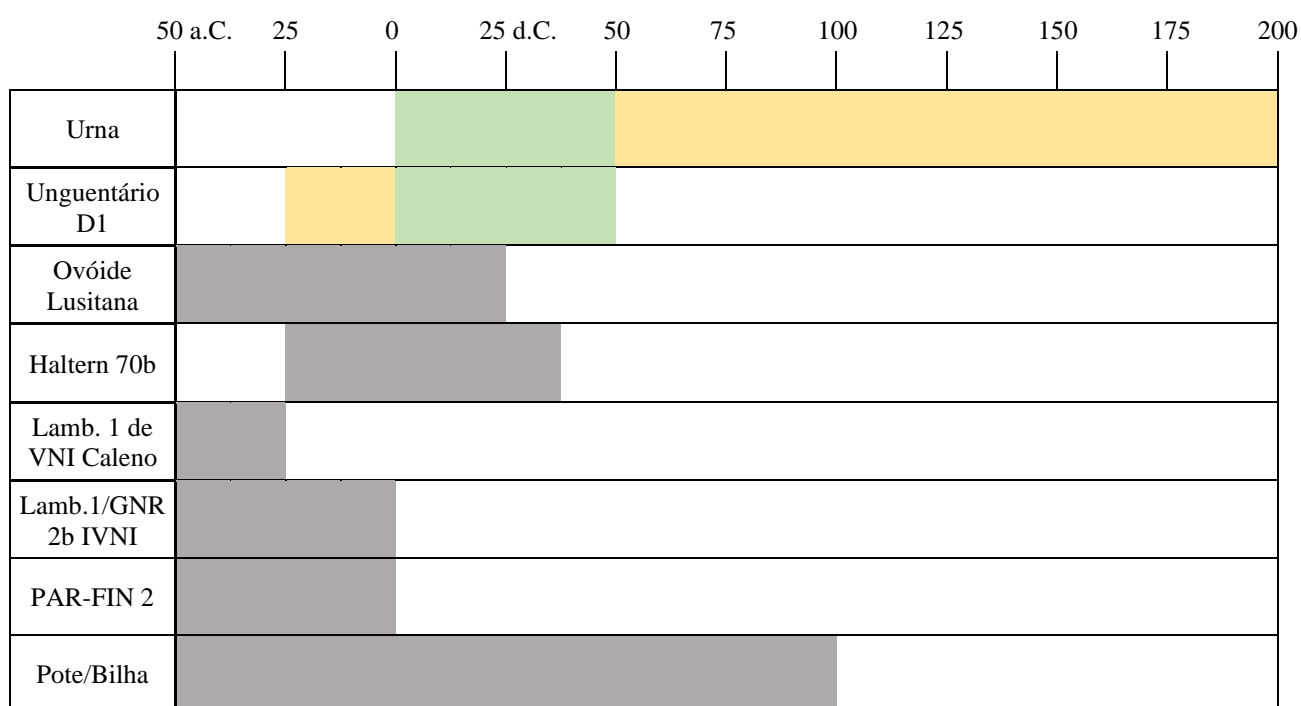


Tabela 4 - Datação do espólio presente na Sepultura IV.

Como se comentou, estes materiais não deveriam integrar o contexto funerário descrito. A breve exposição permite reconhecer que a maioria é mais antiga, ou pelo menos contemporânea, à realização da sepultura. Embora alguns recipientes não permitam conhecer com mais detalhe a sua datação, nem possamos determinar com precisão a formação do contexto funerário, fica claro que esta terá sido posterior e que, no processo de abertura e colmatação da interface negativa do “covacho”, ter-se-ão movimentado materiais alheios a esse momento. Tendo em mente esta situação, não é improvável que a sepultura tenha sido realizada em momento centrado na primeira metade do século I d.C.

2.3.2 Sepulturas de inumação

Como se pode confirmar pelas sepulturas de incineração aqui em estudo, sabe-se que até ao século II d.C. predominou essa prática funerária. Porém, a partir desse momento, a inumação tornou-se paulatinamente mais popular, podendo mesmo ter coexistido ambos ritos até ao final do século III/IV (Vaquerizo Gil, 2007: 273; Pereira, 2018: 37).

Para além dos motivos ideológicos e culturais, a preferência pela inumação também poderá derivar do custo associado às cremações. Isto é, do ponto de vista prático, na sua forma mais simples e menos dispendiosa, a inumação exigia pouco mais do que uma cova aberta no chão, com alguma forma de cobertura (Rutgers, 2013: 514-515). O triunfo da inumação, enquanto rito funerário, coincide também com a introdução do uso de sarcófagos, feitos de chumbo ou pedra lisa, sendo exemplo os de mármore. Inicialmente decorados com temas pagãos, em muitos casos de cenas mitológicas greco-latinas, com o advento do cristianismo estes motivos tornaram-se orientados para episódios retirados do Antigo e do Novo Testamento (Vaquerizo Gil, 2010: 28).

Contudo, na necrópole em análise, identificaram-se somente inumações com duas formas de *funus*, ambas praticadas em arquitectura subterrânea idêntica, apenas distintas pela presença ou não de espólio funerário. Para o primeiro caso apenas se identificou uma sepultura, prevalecendo aquelas em que o espólio é completamente ausente, correspondendo a um total de 36 enterramentos. Devemos ainda referir que, além destas sepulturas, foram reconhecidos 4 ossários tardo-antigos, mas que, uma vez mais devido à ausência de artefactos datantes, são incertos na sua cronologia (Duarte, 2015: 9).

O conjunto osteológico proveniente destes contextos foi devidamente exumado e cedido ao Departamento Ciências da Vida da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, onde parte foi alvo de estudo no âmbito de uma dissertação de mestrado (Duarte, 2015). A amostra estudada incluiu 15 enterramentos, 2 ossários, 2 reduções e 1 conjunto de ossos dispersos considerados como tardo-antigos, dos séculos IV a V d.C. O estudo enquadrrou ainda uma amostra de contextos considerados cultural e cronologicamente compatíveis com a ocupação visigótica de Santarém (VI-VIII d.C.) que, conquanto pertinentes na compreensão da evolução da necrópole, não serão aqui objecto de estudo. Embora tenha sido redigido um relatório antropológico dedicado às sepulturas descobertas na última campanha (Santos, 2010), os contextos em análise somente se encontram referenciados por Vitória Duarte (2015).

A inumação com espólio, doravante identificada como Sepultura V, não fez parte da amostra estudada, pelo que os indicadores paleoantropológicos não podem ser debatidos. Porém, através dos dados cedidos, reconhece-se que se trata de um enterramento de forma sub-oval, com uma dimensão de cerca de 30 por 90 cm, com orientação Sudoeste-Nordeste. Pelo registo fotográfico torna-se claro que esteve sujeito a perturbações, tendo-se preservado excepcionalmente os membros inferiores e posteriores. Embora o corpo deva ter sido colocado em decúbito dorsal, com as mãos em cima do ventre, o facto de as tíbias não estarem em conexão anatómica com os fémures sugere uma possível deslocação das ossadas ou estarmos perante mais que um indivíduo (Anexos, Acervo Fotográfico: Fotografia 16). Ao contrário das sepulturas de incineração, que penetravam no geológico, esta inumação consente ter sido escavada em unidades antrópicas, o que reforça a antiguidade das primeiras face a esta.

O espólio presente na Sepultura V cinge-se a duas peças de cerâmica que haviam sido colocadas junto aos pés do defunto, nomeadamente um jarro e um potinho, ambas de produção local/regional, com uma pasta castanho-clara pouco depurada, com várias inclusões de quartzo e quartzito (Anexos, Estampa III). Curiosamente, ambos recipientes apresentam vestígios de exposição ao fogo, mas que não foi possível determinar se devido a actividades domésticas concretizadas antes de integrarem este contexto ou por terem sido utilizadas durante o ritual funerário. Com efeito, frequentemente eram utilizados elementos do quotidiano nos processos fúnebres. A inexistência de outros elementos, como os pregos, as tachas ou as cantoneiras, permite conjecturar que o corpo foi embrulhado e deposto num sudário e não num esquife ou outro receptáculo em material rígido.

Correspondem a peças tipologicamente comuns no mundo do espólio votivo hispânico-romano tardio (Dias, 2015: 57). Sobre a primeira, trata-se de uma bilha de perfil globular, com o colo cilíndrico e o fundo anelar, embora pouco saliente. Pertence ao grupo das formas 11, denominadas *lagoenae* por Lourdes Girón no estudo das cerâmicas comuns béticas (2017: 195-238). Todavia, a ausência do bordo impede uma classificação concreta e, conseqüentemente, a sua datação. Se assumirmos que se enquadra nas bilhas **XIV. 2. 4. B.** da *Ammaia*, das quais o colo e o bojo se aparentam aproximar, é uma forma que surge comumente, quer em âmbito doméstico quer funerário, pelo que esta forma encontra paralelos na *villa* romana da Quinta da Bolacha (Andrade, 2018: 90), assim como na necrópole de São Salvador de Aramenha, onde se encontraram exemplares datáveis entre os séculos II e V d.C. (Dias, 2014: 251-252; 2015: 185, Est. III, n.º 13698).

Também na necrópole de Santo André se identificou esta forma, embora relativamente precoce, da primeira metade do século I d.C. (Viegas, Nolen e Dias, 1981: 131)

O potinho, também classificado como púcaro nalguns estudos, possui o bordo exvertido com aba oblíqua, perfil ovóide com um estreitamento na zona superior e uma moldura que separa o bojo do colo, não detendo qualquer acabamento ou decoração, mas apresentando indícios de exposição ao fogo. Poder-se-á ainda relacionar esta peça com a forma 13 identificada por Lourdes Girón como *olla* para as produções béticas (2017: 323). Também nesta produção se revê a larga baliza cronológica de utilização desta forma, que abrange os séculos I d.C. até meados do V d.C. Encontrada em contextos urbanos e domésticos, na *Ammaia*, esta forma, classificada como **XII. 2. 2. C.**, foi datada entre o final do primeiro quartel do século III d.C. e o final da mesma centúria (Dias, 2014: 236). Outros exemplares morfológicamente análogos a esta peça concentram-se maioritariamente em necrópoles, como são os casos de São Salvador de Aramenha (Neves, 1972: Est. IV, nº 25), da necrópole de Santo André (Santiago do Cacém - Viana e Deus, 1955: 259, fig. 7, nº 69, 71) e Conímbriga (Alarcão, 1975: pl. XXVI, nº 552, 549 e 550). Enquanto para o exemplar de Santo André se atribuiu uma datação de final do século I d.C. até início do II d. C., para Conímbriga, foi sugerida uma cronologia entre os principados de Cládio e Trajano.

A datação desta sepultura é um caso difícil de precisar, uma vez que, como já se aludiu, o rito da inumação com espólio remonta ao Alto-Império, onde chega a ser praticado em sintonia com a incineração, e só tem um hiato a partir do século IV d.C. (Cunha, 2008: 79; Branco e Vieira, 2008: 142; Braga, 2010: 52; Pereira, 2018: 19-20). O espólio presente nesta sepultura também tem uma larga diacronia de utilização, pelo que inviabiliza uma cronologia assertiva, todavia, poder-se-á estimar que a presença deste mobiliário em conjunto com o rito funerário praticado, deverá colocar o enterramento entre o início do século II d.C. e o início do IV d.C.

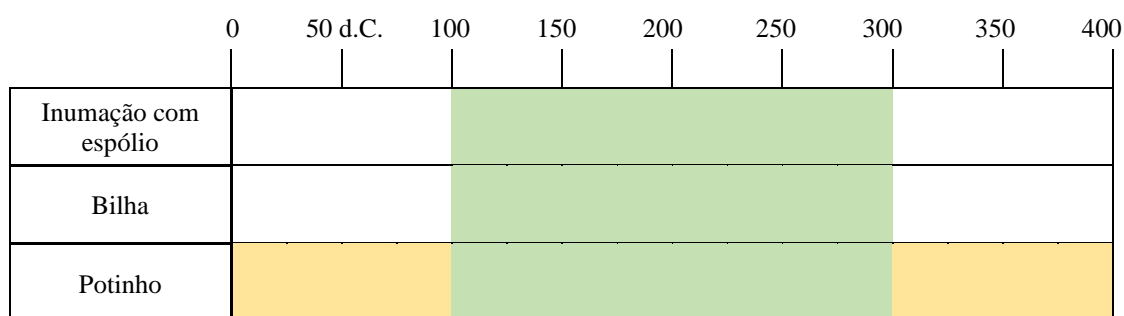


Tabela 4 - Elementos datantes da Sepultura V.

A interpretação das restantes 35 sepulturas de inumação está limitada devido à escassez de dados disponibilizados e, inclusive, impossibilita uma individualização crono-cultural e espacial. Infelizmente, não se teve acesso ao registo fotográfico, estratigráfico ou antropológico destes enterramentos, pelo que todas e quaisquer ilações se baseiam sobretudo na amostra estudada por V. Duarte (2015) e na planta de distribuição das sepulturas (Anexos, Cartografia: Mapa 4), para além de alguns apontamentos divulgados em artigos, comunicações e posters. Apesar do que foi mencionado, não parece despropositado considerar os dados da sepultura V como indicadores de que as restantes sepulturas lhes são coetâneas ou posteriores.

Relativamente à arquitectura funerária da Avenida 5 de Outubro, esta não é muito variada, coexistindo simples covachos escavados quer no geológico, quer em unidades antrópicas, nos quais somente 15% da amostra apresentavam vestígios de pedra e tijolo a cercar ou forrar as sepulturas³ (Duarte, 2015: 72). A semelhança morfo-tipológica dos casos de sepulturas tardo-antigos, em que a pedra é alinhada no seu rebordo, com as sepulturas de espólio visigótico levou V. Duarte a considerar uma cronologia mais tardia para estas (Duarte, 2015: 73). A descrição disponível também não permite assimilar a função das pedras e da cerâmica de construção presentes em certos enterramentos. Ao se verificar uma profanação, poderiam ser elementos constituintes das paredes ou até mesmo das coberturas que, de outro modo, também poderão ter sido removidas.

Com independência destes casos, a falta de diversidade na arquitectura é notória uma vez que, num universo de mais de três dezenas de sepulturas, se constata maioritariamente covas simples, facto que se pode justificar pela fragmentação destas realidades em eventos pós-deposicionais. Em jeito de comparação, por exemplo, na necrópole da Caldeira (Tróia), foram identificados 22 tipos de arquitectura funerária, embora aqui se esteja a falar de um universo de 110 inumações (Almeida, 2009a). Em Lisboa, concretamente na necrópole da Rua das Portas de Santo Antão, esta simplicidade sepulcral, quer no imobiliário, quer no mobiliário, revê-se naquela que foi identificada como a “fase IV” de ocupação do espaço, que corresponde sensivelmente entre a segunda metade do século III d.C. e o IV (Silva, 2005: 54; Cabaço *et al.*, 2017: 1245; Loja, 2022: 20).

³ Um destes empedrados foi exibido como exemplo na conferência organizada pela Câmara Municipal de Santarém *Forum da Arqueologia Scalabitana*, em 2010, por Helena Santos e Marco Liberato.

Em termos de distribuição espacial, as sepulturas em estudo aparentam ter sido implantadas nos sectores Centro e Norte da escavação, havendo uma clara predominância no lado Oeste, enquanto as sepulturas consideradas visigóticas se concentram no lado Nordeste. É também apreciável na planta o quão afectadas estas realidades foram pela ocupação islâmica, uma vez que várias foram truncadas por enterramentos que ocorreram, pelo menos, até ao final do século X. Pela planta também se pode averiguar a orientação das sepulturas, registando-se uma direcção predominante Oeste-Este, com a cabeceira para Oeste, ainda que algumas resvalam para Sudoeste-Nordeste. Conquanto a primeira orientação seja canónica para os ritos judaico-cristãos, a segunda poderá ser fruto da própria orientação solar que varia entre as estações (Pereira, 2018: 53). Tenha-se ainda em consideração certas circunstâncias, como o desnível do terreno ou da própria gestão espacial da necrópole (Conde, 2014: 204), que resultariam igualmente nestas orientações menos ortodoxas (Anexos, Cartografia: Mapa 4).

Embora não se conheça a totalidade dos espaços sepulcrais associados a *Scallabis*, à luz dos dados aqui expostos, importa ainda esclarecer a própria implantação da necrópole relativamente ao seu núcleo habitacional. Este deverá corresponder à Alcáçova de Santarém, considerando o estado actual dos conhecimentos, e o seu acesso seria feito, principalmente, pela via que hoje se plasma na Avenida 5 de Outubro (Mantas, 2012: 20-21). Isto implica que a disposição da necrópole segue os cânones do urbanismo romano, ou seja, as necrópoles distribuir-se-iam ao longo das principais vias de entrada e saída das cidades, que, por seu lado, deveriam garantir um acesso fácil aos espaços sepulcrais para o culto dos mortos (e.g.: Toynbee, 1996: 93-95; Braga, 2010; Vaquerizo Gil, 2010: 32; 2011: 198-207; 2011a: 102; Bodel, 2018: 201; Prados Martínez e Jiménez Vialás, 2021). Nas palavras de D. Vaquerizo Gil, esta procura de visibilidade transformou as necrópoles em locais de verdadeira ostentação e autopromoção, política e pessoal, cuja finalidade residia na eterna memória do indivíduo (*ibidem*). Parece, portanto, concebível a presença de uma organização estruturada em torno do acesso à Alcáçova.

Para além do princípio enunciado, é preciso analisar igualmente a distância do conjunto sepulcral ao núcleo urbano. Se por um lado a prática corrente seria utilizar como espaço funerário o *suburbium* imediatamente extramuros (Vaquerizo Gil, 2010: 170), por outro é sabido que a saturação/evolução dos espaços da morte obrigou, na maioria dos casos, a um distanciamento gradual dos limites da cidade, o que explicará o facto de os enterramentos mais afastados denunciarem cronologias mais recentes, embora coexistam com alguns mais antigos (Pereira, 2018: 314). Neste sentido, tem de se equacionar, na

utilização da necrópole, avanços e recuos multifactoriais, dependentes de situações como aumentos/decréscimos demográficos, eventos de grande mortandade repentina, introdução de novos cultos e religiões, etc.

É relativamente consensual que a transformação mais significativa nos espaços sepulcrais, no Império Romano, deu-se com a adopção de cultos orientais. Os preceitos desta religião levaram a que o mundo funerário começasse a transladar-se para o interior das cidades, sendo o objectivo aproximar os defuntos dos centros de culto (Heredia Bercero, 2008: 233; Vaquerizo Gil, 2010: 48; Pereira, 2018: 15). Porém, na amostra em estudo de *Scallabis*, não se assiste a essa tendência, uma vez que o conjunto de inumações se encontra a cerca de 200 metros da urbe, se considerarmos que o núcleo da Alcáçova se mantém sensivelmente semelhante aos momentos anteriores, e a sua maioria, devido à ausência de espólio e à sua orientação, consentem ser consideradas cristãs (Branco e Vieira, 2008: 143; Pereira, 2018: 18).

Já os dados antropológicos possibilitam uma efémera visão sobre a população tardo-antiga de *Scallabis*. Nos estudos de V. Duarte, constatou-se que a amostra analisada era composta por 23 indivíduos, 14 adultos e 9 não adultos (2015: 74). Como a autora assume, não foi possível precisar as idades de todos os indivíduos:

“A ausência ou o mau estado de preservação de alguns elementos indicadores da idade à morte e de diagnose sexual, como é o caso das extremidades, ossos coxais, clavículas, costelas, crânio, entre outros, prejudicaram a análise paleodemográfica. Vários foram os casos em que não foi possível aplicar as metodologias propostas.”
(*idem*).

Contudo, foi possível estimar a idade à morte de 16 indivíduos, nomeadamente de cinco entre os 0 e 4 anos de idade, dois entre os 5 e 13, um entre 14 e 19, um entre 20 e 29, quatro entre 30-49 e três com mais de 50 anos (Duarte, 2015: 75-76). Deste conjunto, concluiu-se que o género de sete dos nove adultos distribuía-se entre seis indivíduos do sexo feminino e um do sexo masculino (Duarte, 2015: 76). Recordemos que os resultados obtidos pela amostra seleccionada podem não ser representativos do todo, além de que a extensão da necrópole seria certamente superior à área escavada.

No que diz respeito aos indicadores de desenvolvimento osteológico, geralmente afectados na existência de perturbações ambientais, distúrbios nutricionais muitas vezes ligados aos estatutos socioeconómicos, casos patológicos, entre outros, aparentam

semelhanças com populações coevas na Península Ibérica, como por exemplo as da Silveirona (Lopes, 1997) ou as de Cerro del Castillon (Luna e Bertranpetit, 1983). As patologias e lesões identificadas estão, frequentemente, relacionadas com as actividades produtivas que exigiam destreza manual, entre elas: actividades piscatórias, remo, caça, entre outras, sem que nenhuma apontasse para um evento traumático fora do quotidiano suburbano e rural (Duarte, 2015: 88-89). Destaque-se o caso excepcional que poderá indicar um dos mais antigos casos de lepra na Antiguidade identificado no território português (Duarte, 2015: 95-96).

Como se referiu antes, os dados aqui abordados não contemplam os que foram recuperados na terceira campanha de escavação, mas que somente terá revelado inumações islâmicas e de “rito cristão pré-islâmico”, portanto, tardo-antigos (Santos, 2010: 7-8; Fontinha e Constantino, 2010: 42), não havendo quaisquer indicações de outros vestígios romanos imperiais.

2. 4. Estratos e substratos para uma definição cronológica da necrópole

Para além dos materiais e contextos relacionados com os enterramentos, foi possível também ter acesso ao espólio de outras unidades identificadas, que se relacionam contextualmente com as sepulturas. Salvo à referência que a U.E. [1606] cobriria algumas das urnas e fora cortada pelo *ustrinum*, assim como pelas inumações (Santos, Liberato e Geota, 2012: 157), este acesso limitou-se aos materiais e, portanto, desconhece-se a relação entre os estratos de que foram exumados. Da mesma forma, não é fácil determinar qual a relação destes com os contextos funerários.

Admitimos que esta abordagem é limitadora, mas atendendo aos dados disponíveis, consideramos que as propostas que avançaremos são as mais plausíveis. Recorrendo ao princípio estratigráfico de que uma sucessão de camadas fornece uma sequência cronológica relativa, da mais antiga, em baixo, à mais recente, em cima (Harris, 1989: 30; Renfrew e Bahn, 2008: 122), poder-se-á fazer o percurso inverso para o reconhecimento estratigráfico do sítio. Isto é, pressupõe-se que os materiais datam as unidades, logo uma unidade com materiais mais antigos estaria por baixo de uma com materiais mais recentes. Trata-se de uma simplificação excessiva do que é uma realidade arqueológica, motivo pelo que será considerada com as devidas ressalvas nesta análise. As intrusões previamente referidas nos contextos funerários da Avenida 5 de Outubros já provaram esta ausência de linearidade.

Não obstante esta situação, considerou-se importante a análise destes contextos para que possamos definir com mais detalhe o momento de utilização da necrópole e simultaneamente caracterizar o sítio arqueológico, cujas considerações serão feitas após a exposição e descrição. A auxiliar esta componente da investigação, encontram-se disponíveis diversas obras que visaram o estudo de espólios escalabitanos e nas quais se procuraram paralelos para os artefactos desta intervenção (e.g.: Viegas, 2003; Bargão, 2006; Almeida, 2009; Pereira, 2014).

Apesar do que foi mencionado, devemos alertar que alguns dos artefactos que apresentamos foram considerados “provenientes de contextos remobilizados”. Entendemos com isto que alguns dos artefactos recuperados na intervenção estavam em deposição secundária, mas que seriam procedentes de contextos funerários. Esta situação também não é inédita nestas ocupações, sobretudo quando a actividade antrópica posterior foi intensa, como é o caso. Estas ocorrências estão devidamente identificadas no inventário, segundo a informação cedida pela direcção da intervenção.

2. 4. 1. Ânforas

Começando pela categoria mais abundante, as ânforas totalizam 139 registos no inventário. No entanto, há que considerar que alguns números de inventário correspondem a vários fragmentos. A título de exemplo, o n.º **11668** foi utilizado para agrupar 220 fragmentos inclassificáveis de ânforas com as mais diversas proveniências, nomeadamente lusitanas, béticas costeiras e do vale do Guadalquivir. Estas peças inclassificáveis, cuja proveniência foi estimada pelas pastas⁴, surgem um pouco por todos os estratos, destacando-se a preponderância das importações do litoral da Bética e do vale do Guadalquivir, havendo também ocorrências significativas da província da Lusitânia (vale do Tejo/Sado). Em menor quantidade encontramos igualmente importações da península da Itália e um único exemplar possivelmente da Tarraconense.

Relativamente às produções das quais foi possível identificar a tipologia, existe uma diversidade apreciável, embora nalguns casos representada por poucos exemplares.

A forma mais antiga presente neste repertório remete para um exemplar de ânfora Greco-Itálica evolucionada proveniente da Ulterior (Anexos, Estampa IV). Esta

⁴ Para a análise e matização das características das pastas das ânforas foram consultadas as bases de dados dos projectos de investigação *Amphorae ex Hispania* e *Roman Amphorae: a digital resource*, além de bibliografia específica, disponíveis para consulta online, respectivamente:

<http://amphorae.icac.cat/>

https://archaeologydataservice.ac.uk/archives/view/amphora_ahrb_2005/

denominação, de Greco-Itálica, surge pela primeira vez na investigação de F. Benoit (1957: 250-256) para designar as ânforas itálicas de tradição grega que se posicionariam cronologicamente entre as produções gregas e as tipicamente romanas. Na mesma altura, N. Lamboglia atribuiu-lhe a designação de forma 4 na tipologia que dedicou às ânforas romanas-republicanas (1955: 264). Conquanto a ânfora greco-itálica seja uma criação do Mediterrâneo central, nas últimas décadas têm sido identificadas imitações destas morfologias no Mediterrâneo ocidental, nomeadamente em Ibiza (Ramón Torres, 1995), Cádiz (Perdigones Moreno e Muñoz Vicente, 1988; De Frutos e Muñoz, 1994; García Vargas 1996, 1998; Bustamante Álvarez e Martín-Arroyo Sánchez, 2004; Sáez Romero, 2008), assim como Marselha (Py, 1978) e na costa da Catalunha (López Mullor e Martín i Menéndez, 2006).

Embora os modelos itálicos desta ânfora sejam tipicamente vinários, observa-se alguma contrariedade nas produções béticas, uma vez que análises do seu paleoconteúdo detectaram derivados de peixe e não produtos vinícolas (Bernal Casasola *et al.*, 2003: 310; Arévalo González, Bernal Casasola e Lorenzo Martínez, 2006: 226-227). Não se descarta, porém, uma multiplicidade de funções (García Vargas, 2012: 200).

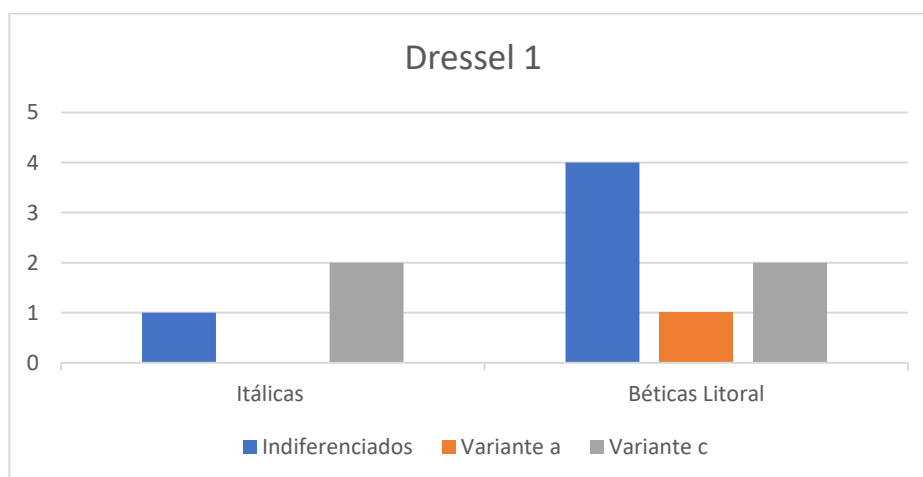
As ânforas Greco-Itálicas "clássicas" caracterizam-se pelo bordo triangular, colo cilíndrico e asas altas, mais ou menos rectas, ombros largos que normalmente marcam uma carena pronunciada na transição para um corpo de aparência ovóide marcadamente estreito na sua metade inferior e encimado por um pequeno cone, geralmente maciço. Lyding-Will estabeleceu cinco subtipos, que tomam a forma de quatro fases evolutivas (*apud* Py, 1993: 49-50), conhecidas respectivamente como Will A (350-250 a.C.), Will B (250-175 a.C.), Will C/D (200-150 a.C.) e Will E (175-100 a.C.), e que são caracterizadas por um aumento progressivo do tamanho e crescente estilização do corpo, bem como um aumento do comprimento do colo, das asas e do bordo, de perfis triangulares compactos com uma projecção horizontal para perfis mais estilizados com lábios inclinados e exvertidos (Filipe, 2019: 295).

O exemplar aqui em estudo obedece às referidas características preconizadas para o tipo greco-itálico tardio e a pasta remete claramente para o universo das produções do litoral da província da Ulterior. Embora não haja estudos petrográficos para a produção desta classe anfórica em concreto, as análises macroscópicas têm apontado para uma semelhança análoga com outras produções dos centros gaditanos. Este é também o caso mais bem conhecido para as produções de modelos hispânicos de Greco-Itálicas "clássicas" (durante o século III a.C. e primeira metade do século II a.C.), de "transição

ou tardias” (meados do século II a.C.) e “evolucionadas” (transição entre os séculos II e I a.C.) (Sáez Romero, 2008: 498). Assim, estas versões evolucionadas, semelhantes em muitos aspectos às Dressel 1A (Sáez Romero, 2008: 499), com perfil e pegas arqueadas, colo pouco alongado e bordo triangular e sólido (García, 1998), apresentam características verossimilmente compatíveis com a peça n.º **14812**.

Não se encontrou nenhum outro exemplar desta produção em território actualmente português, embora em Lisboa se tenham identificado produções do Nordeste da Citerior (Filipe, 2019: 288).

Também a forma Dressel 1 se encontra representada neste conjunto pelas importações vinárias da Itália e piscícolas da Bética litoral (Anexos, Estampa IV). Os contentores itálicos marcam presença no território hispânico ocidental desde as primeiras fases da conquista romana, em simultâneo com a forma Greco-Itálica, da qual herdou as suas principais características morfológicas (Almeida, 2008: 61; Filipe, 2019: 298). Como a nomenclatura denuncia, foi individualizada por H. Dressel (1899) e, posteriormente, foram discriminadas as variantes A, B e C por N. Lamboglia (1955). Embora estas variantes tenham permanecido (Will, 1979; Peacock e Williams, 1986), não sem as suas contestações devido, principalmente, à imprecisão perante exemplares fragmentados (Manacorda, 1981, Panella, 1981; Tchernia, 1986; Loughon, 2000). Em muitos dos círculos de investigação estas subdivisões foram abandonadas a favor da designação genérica de Dressel 1 (Hesnard *et al.*, 1989; Fabião, 1998: 375-384; Benquet e Olmer, 2002; Filipe, 2019: 298).



Esta forma caracteriza-se pelo corpo fusiforme, tendencialmente cilíndrico, com o bordo de secção triangular a resvalar para o sub-rectangular, vertical e espessado. O colo é alto e cilíndrico, com asas de secção ovalada que arrancam debaixo do bordo, descendo paralelas ao colo até se ligarem ao ombro. O bico fundeiro é maciço e de feição cónica

ou hemisférica (Peacock e Williams, 1986: 86-92; Molina Vidal, 1997: 43; Filipe, 2008: 35).

A sua produção em Itália regista-se entre meados do terceiro quartel do século II a.C. até às décadas finais do século I a.C. (Peacock e Williams, 1986; Tchernia, 1986; Desbat, 1998), em centros oleiros localizados na costa tirrénica, nomeadamente nas regiões da Etrúria, Campânia e Lácio (Peacock, 1977; Hesnard e Lemoine, 1981; Hesnard *et al.*, 1989; Olcese, 2011-2012). Esta forma foi imitada na Gália (Laubenheimer, 1990; Dangreux *et al.*, 1992; Desbat, 1994) e na Hispânia, concretamente na Catalunha e na Bética (Lagóstena Barrios, 1994; Benquet e Olmer, 2002; Almeida, 2009; Filipe, 2019: 300).

Tal como acontece com as formas Greco-Itálicas, as imitações hispânicas da Dressel 1 seguem as referências morfológicas itálicas do último terço do século II a.C. (Sáez Romero e Díaz Rodríguez, 2007). As reproduções da Ulterior são as mais bem conhecidas entre as imitações provinciais e os exemplares mais antigos, datados entre 140-130 a.C. (Bustamante Álvarez e Martín Arroyo, 2004: 444-445), parecem estar relacionados com a variante A que, por seu lado, se encontra directamente relacionada com as Greco-Itálicas de transição produzidas nos ateliers de San Fernando (Sáez Romero, 2008: 574). Em outros locais não são conhecidos até à data imitações anteriores à referida variante, à excepção de El Rinconcillo (Fernández Cacho, 1995) e Carteia (Algeciras – Bernal Casasola *et al.*, 2011).

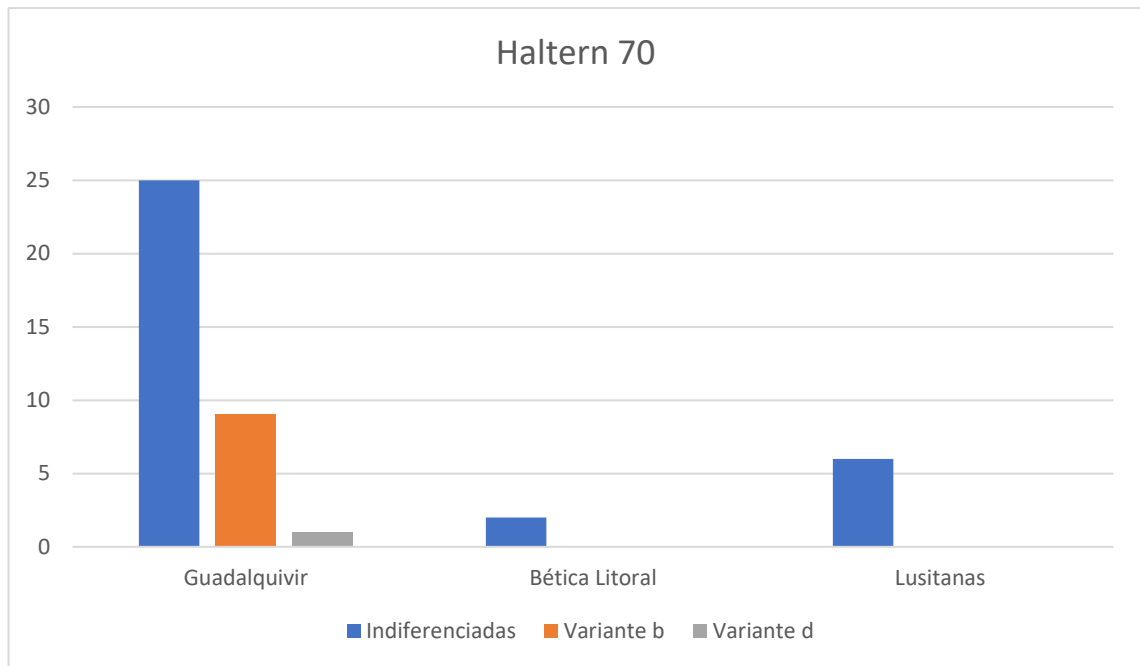
As reproduções de Dressel 1C são a variante mais frequente no litoral da Ulterior. Todavia, a proximidade formal entre a Dressel 1C e a Dressel 12 tem sido evidenciada desde os trabalhos de R. Etienne e F. Mayet (1995), sobre *Baelo Claudia*, e de A. Hesnard (1998), que tendem a considerar esta variante como formas arcaicas de Dressel 12. Tem-se também concluído que algumas séries de Dressel 1 da Ulterior terão contido preparados piscícolas (Bernal Casasola *et al.*, 2003: 310-311; Sáez Romero, 2008, 2010; Filipe, 2019: 257).

No território actualmente português, os contentores itálicos conheceram uma ampla difusão desde o Minho ao Algarve, no interior e no litoral, embora com particular incidência nas zonas costeiras e nas áreas próximas aos grandes rios (Molina Vidal, 1997: 46; *vide* Filipe, 2019: 299, Fig. 23 para o mais recente mapa de distribuição de Dressel 1 itálica em Portugal). Por outro lado, a difusão das produções da Bética litoral é mais complexa, uma vez que ainda existem algumas problemáticas na diferenciação entre estas produções e as itálicas, ou de outras regiões do Mediterrâneo (Filipe, 2019: 257). Apesar

disso, o facto de ser terem identificado ânforas produzidas em El Rinconcillo no Mediterrâneo central e oriental, como em Roma e em Delos (García Vargas e Bernal Casasola, 2008: 677), dever-se-á ter em conta nas estimativas do alcance que este contentor terá tido. Já as produções malaguenhas estão somente atestadas na Hispânia e no actual território marroquino (Filipe, 2019: 257). Posto isto, alguns exemplares têm sido identificados, sem grande margem de dúvida, no vale do Tejo, no Alentejo e no Algarve, concretamente em Castro Marim (Viegas, 2011: 474), Faro (Viegas, 2011: 187), Monte Molião (Arruda e Sousa, 2012: 120), Mesas do Castelinho (Parreira, 2009: 56), Lisboa (Pimenta, 2005: 84; Mota *et al.*, 2014: 165; Filipe, 2019: 257-258), Monte dos Castelinhos (Pimenta, Mendes e Norton, 2008: 30) e Santarém (Arruda e Almeida, 2001: 709-710).

Como já foi dito, neste conjunto encontram-se importações deste tipo provenientes do litoral da Ulterior e da costa tirrénica, respectivamente sete fragmentos daquelas e três destas. No caso das asas e do fundo, reserva-se alguma incerteza sobre a que formas corresponderão. Todavia, as pastas denunciam as produções e as próprias formas destas peças permitem considerar uma relação com o universo das Dressel 1. Já os bordos não deixam grandes dúvidas, sendo mais complexo o caso da peça n.º **14614**, que se poderá enquadrar quer nas variantes A ou C, embora o seu tamanho relativamente reduzido aponte mais para a primeira opção. Intui-se que as restantes peças pertencessem à variante C, distribuídas entre produções hispânicas e itálicas.

A forma Haltern 70, que já havia surgido na Sepultura IV como material intrusivo, apresenta-se como a mais comum no sítio onde decorreu a intervenção, n.ºs 2-8 da Avenida 5 de Outubro, quer em termos de número de indivíduos, quer pela sua representatividade estratigráfica (Anexos, Estampa V-VII). A sua proveniência, neste conjunto, é maioritariamente do vale do Guadalquivir, facto que se atesta pela pasta genericamente dura, rugosa, de cor castanho-acinzentada com numerosas inclusões brancas e incolores, concretamente elementos de quartzo, quartzito, potassa e feldspato (Peacock e Williams, 1986: 116; Morais, 2004: 545). Identificaram-se ainda produções da Bética litoral que, embora não se diferenciem significativamente das anteriores, apresentam pastas mais suaves, com menos inclusões e um tom amarelado (García Vargas, 1998; Carreras Monfort, 2004); mas também produções lusitanas, que, por seu lado, se caracterizam pelas pastas compactas e de boa cozedura, de coloração que varia entre o vermelho, laranja e castanho-avermelhado, e inclusões compostas por quartzos, feldspatos e micas (Mayet, Schmitt e Silva 1996; Cardoso *et al.*, 2016).



Esta terminologia nasce da sua identificação no acampamento militar romano de Haltern, na Germânia Inferior, por S. Loeschcke (1909), que lhe atribuiu o número 70 no catálogo que organizou (Berni Millet, 2011: 81-82; Filipe, 2019: 406-407). Porém, só em 1977, com a publicação dos dados do naufrágio Port-Vendres II (Colls *et al.*, 1977), viria a consolidar-se no meio científico enquanto forma individualizada, ainda que outros trabalhos precusores a tenham abordado (Callender, 1965: 18; Ettliger e Simonet, 1952 *apud* Remesal Rodríguez e Carreras Monfort, 2004: 19).

Através dos *tituli picti* (Martin-Kilcher, 1994: 390; Baudoux, 1996: 45-46) e de vestígios carpológicos descobertos em naufrágios (Liou e Marichal, 1978: 144-145, nº 35; Beltrán Lloris, 2000: 326, nota 34), foi possível estimar que esta classe anfórica transportava produtos alimentares como *defructum*, *sapa*, *oliva ex defructo*, *oliva dulcis*, *mulsum* e *muria*, isto é, subprodutos da vinha, azeitona em conserva e produtos piscícolas. Todavia, há quem defenda que fosse um contentor particularmente vinculado ao comércio vinário (Fabião, 1994: 18; Morais, 2013: 110; Filipe, 2019: 409). Atente-se que a geografia de produção destes contentores poderá também apontar o produto que terá sido maioritariamente comercializado. Nos casos em que se trate de produções oriundas de regiões de *hinterland* deverá haver preponderância de produtos agrícolas, enquanto nos casos costeiros verificar-se-á uma maior incidência de mercadoria piscícola (Morais e Fabião, 2007: 127-133; Morais, 2013: 110-111).

As Haltern 70, especialmente as do vale do Guadalquivir, difundiram-se um pouco por todo o Império Romano, com especial incidência nas províncias ocidentais ao longo

da fachada atlântica e, com menos impacto, nas rotas fluviais gálicas dos rios Ródano, Sena e Reno (Carreras Monfort, 2000: 94). Embora significativamente menos frequente, ou até mesmo residual, ocorre também no Mediterrâneo oriental (Peacock e Williams, 1986: 136), como se verifica em *Noricum* (Magdalensberg – Bezeczky, 2000: 1359), em *Caesarea Maritima* (Israel – Bernal Casasola, 2000: 957; Oren-Pascal e Bernal Casasola, 2000: 993, 1002 e 1009) e em Beirute (Reynolds, 2000: 1036-1037, 1050 e 1057, Fig. 1, nº 4). Todavia, é efectivamente na faixa atlântica ibérica onde a Haltern 70 surge em maior concentração, como se tem documentado (Morais e Carreras Monfort, 2004; Berni Millet, 2011: 98; Carreras Monfort e Morais, 2012: 433; Filipe, 2019: 410).

Neste estudo seguem-se as mais recentes propostas de evolução tipológica (Berni Millet, 2011), pelo que se identificaram as variantes **b**, **c** e **d** no conjunto da Avenida 5 de Outubro. No caso das asas e dos fundos, pela impossibilidade de se enquadrarem numa das variantes, optou-se por classificar genericamente como Haltern 70 com base, no caso das asas, na nervura central profunda, e nos fundos, pelo cone maciço. Relativamente à variante **b**, também denominada “clássica” ou “fase II”, é a mais representada no presente conjunto e corresponde ao período de maior apogeu comercial deste contentor, concebido e fabricado com um padrão tipológico bem definido que é reproduzido em larga escala nas olarias da costa bética e no *hinterland* do Guadalquivir e do vale do Genil. Cronologicamente, esta variante surge com o estabelecimento e conseqüente abastecimento dos assentamentos militares romanos estacionados quer Noroeste ibérico, quer no *limes germanicus*, em período augustano, concretamente na década de 20 a.C. até ao final do principado de Tibério (Berni Millet, 2011: 88 e 90). Em linhas gerais, esta variante destaca-se pelos bordos curtos e bem destacados, colos igualmente curtos, asas arqueadas e corpo tendencialmente ovóide (Filipe, 2019: 408).

No que às variantes **c** e **d** diz respeito, foi identificado um indivíduo enquadrável em cada uma (respectivamente n.º **5419** e **11672 (2 e 3)**). Enquanto a primeira centrar-se-ia nos principados de Cláudio e Nero, a segunda parece ter sido produzida durante a dinastia flávia (Berni Millet, 2011: 92-97).

Estima-se que a variante **c** tenha surgido em resposta ao aumento da produção anfórica relacionado com uma forte procura de produtos oleicos, conseqüente de um período de estabilidade política e social (Berni Millet, 2011: 92). Caracteriza-se pelo corpo ovóide, com um diâmetro máximo centrado a meia altura do recipiente. A alteração mais significativa manifesta-se no bordo, agora com um perfil afunilado, que suaviza a saliência na face externa e torna a interna menos curva. O colo torna-se mais longo e

estreito, o que se reflecte num bordo também mais comprido e recto, assim como em asas mais abastoadas. O fundo troncocónico é mais alto, robusto e pronunciado (Berni Millet, 2011: 93).

Ao contrário da hipótese levantada por Étienne e Mayet (2000), que consideraram que a produção da Haltern 70 bética tinha cessado antes da dinastia flaviana, os dados actuais corroboram a continuação da sua circulação durante a segunda metade do século I d.C. Não obstante, houve uma queda acentuada nas exportações para os mercados receptores se compararmos os níveis de representatividade alcançados nas fases anteriores (Berni Millet, 2011: 94). Morfologicamente, nesta última fase, acentua-se a estilização geral da forma, perdendo quase na totalidade o ressaltado que estabelece a ligação do bordo ao colo, tornando-se ambos mais largos. Os bordos acentuam ainda mais o perfil afunilado e tornam-se mais curvos. A parte externa do lábio destaca-se formando por vezes uma ligeira canelura horizontal, diminuindo a altura do contentor (Filipe, 2019: 408).

Destaca-se que um dos bordos de Haltern 70b tem um “E” invertido grafitado na parte exterior *post cocturae* (n.º **11715**, Anexos, Estampa VI). Esta tipologia de epígrafe encontra-se comumente difundida no universo das ânforas, pelo que se deverá interpretar como uma marca de produção, controlo de qualidade/quantidade, e permite intuir a existência de um processo de fabrico articulado em fases, relacionado com actividades especializadas que exigem necessariamente um controlo ou coordenação do trabalho (Morais, 2004: 552; Filipe, 2019: 546-550). Nesta lógica, o que por vezes poderá ter sido interpretado como grafitos, aparentemente associados a iniciais de nomes de oleiros, poderão na verdade compor valores numéricos, isto é, números romanos escritos segundo um sistema de abreviações latinas que se utilizavam na Antiguidade. Por exemplo, a utilização de um sistema numeral abreviado permite escrever o valor de 80 apenas com a letra “R” (Capelli, 1990: 413-421).

Outra forma romano-republicana que surge nos estratos em análise remete para a tipologia popularizada como Maña C2, representada por produções béticas e norte-africanas (Anexos, Estampa VII). Contudo, apresenta-se como minoritária, tendo sido identificados somente dois fragmentos da primeira produção e um, potencialmente, da segunda. Foi primariamente classificada por H. Dressel (1899: 681) que a catalogou com o número 18 e, posteriormente, agrupada nas formas 312-313 de P. Cintas (1950) e na, já referida, C2 de J. M.^a Mañá (1951). Na década de 70, J. H. Van der Werff (1977-1978) denominou-as de “neopúnicas” e dividiu-as em três tipos, embora a nomenclatura

definitiva só se tenha estabelecido aquando da reformulação tipológica de ânforas com morfologia fenício-púnica realizada por J. Ramón Torres (1981). Este investigador regressou à terminologia de Maña e atribuiu as variantes A e B para o tipo C2, que corresponderiam, respectivamente, às produções do século II a.C. do Norte de África e às produções ocidentais do século II e I a.C. (Filipe, 2019: 258). V. M. Guerrero Ayuso (1986) ainda lhes acrescentaria a variante C.

Conquanto os estudos sobre estas formas e as suas evoluções tipológicas tenham continuado a proliferar (e.g.: Peacock e Williams, 1986; Muñoz Vicente, 1987), foi efectivamente no trabalho de J. Ramón Torres que se estabeleceram as linhas gerais da evolução morfológica e cronológica destes modelos, enquadrando a Maña C2b, por exemplo, nos subtipos T-7.4.3.2. e T-7.4.3.3. (Ramón Torres, 1995: 206-211).

No que diz respeito às cronologias de produção e circulação destas ânforas, J. Ramón Torres balizou as produções africanas na primeira metade do século II a.C. (1995: 209-211). Todavia, a divulgação de diversos resultados enquadráveis na segunda metade daquele século (Monte Molião – Arruda e Sousa, 2012; Lixus – Bonet Rosado *et al.*, 2005; Valência – Ribera i Lacomba e Marín Jordá, 2003; Ribera i Lacomba, 2014: 74; Tarragona – Díaz García, 2000) permitiu avançar o final da sua produção, pelo menos, para o início do último quartel do século II a.C.

Por outro lado, as produções béticas litorais têm sido situadas, aproximadamente, entre o último quartel/terço do século II a.C. e o século I a.C., pelo que é geralmente proposto que foram produzidas até à mudança de Era (García Vargas, 1998). Trabalhos em oficinas da baía de Cádiz confirmaram este período como a fase principal do seu fabrico e expansão comercial, embora, ao mesmo tempo, tenha tornado possível recuar o início da sua produção na região até meados do século II a.C. ou até um pouco antes (Sáez Romero, 2008).

Ambos fabricos detêm morfologias semelhantes que se caracterizam pelo corpo cilíndrico e alto, com o fundo de perfil tubular, geralmente oco e alongado. O bordo é largo e adquire diversas variantes nos casos béticos, com mais ou menos complexidade, sendo menos desenvolvidos e moldurados nas fases mais antigas. As asas, localizadas na zona de transição do ombro para o corpo, apresentam perfil anelar e secção circular ou subcircular (Peacock e Williams, 1986: 151; Ramón Torres, 1995: 212-213; Arruda e Almeida, 1998: 207; Filipe, 2008: 60; Sáez Romero, 2008: 565-566).

Exposto isto, o fundo (n.º 5237) aqui em estudo parece deter as características necessárias para se considerar uma produção norte-africana: pasta vermelho-tijolo ou

laranja na secção, rígida, granulada e uma fina camada branca ou creme resultante do uso de água salina na sua produção. As inclusões são compostas principalmente por quartzo, cujas características eólicas são evidentes nos grãos mais grosseiros, que mostram uma forma arredondada e superfícies opacas. Com base unicamente na forma do fundo é arriscado precisar o tipo desta ânfora, contudo, a morfologia aliada ao facto de ser oco sugere uma analogia com os contentores de tipo Maña C2 de Monte Molião (Arruda e Sousa, 2012: 120, fig. 22). No território actualmente português, esta produção tem sido identificada exclusivamente no vale do Tejo e a Sul (Almeida e Arruda, 2005: 1329; Filipe, 2019: 315), estando já identificada em Santarém (Arruda e Almeida, 1998: 216; Almeida e Arruda, 2005: 1327; Bargão, 2005: 44-47).

Os bordos n.^{os} **5508** e **11380**, inequivocamente gaditanos, detêm as características tradicionais destas produções: pastas de fractura irregular, derivada de uma cozedura intensa, com colorações relativamente homogéneas de tom amarelado, que também podem ser esverdeadas, ocre-claras, alaranjadas e, mais raramente, avermelhadas ou castanho-escuras. As inclusões, embora pouco numerosas nos casos aqui apresentados, surgem normalmente em quantidades apreciáveis, nomeadamente quartzo e quartzito de tamanho pequeno e tonalidades brancas e negras, calcites de tamanho médio, que rara vez afloram à superfície da peça, de tonalidade branca. A dispersão desta produção, a nível nacional, é muito superior à variante africana, estando presente em praticamente toda a costa algarvia, vicentina e na península de Lisboa, penetrando nos principais rios do Sul e Centro até ao Mondego (Filipe, 2019: 259 e 261).

Outra produção Norte-africana que surge neste conjunto consiste num único exemplar, concretamente um fundo (n.º **4723**), possivelmente de Africana Antiga (Anexos, Estampa VIII).

As primeiras investigações em torno desta produção remontam ao final da década de 80, altura na qual se assumiu que o seu centro produtor seria em Trípoli, pelo que foi cunhada de Tripolitana Antiga (Empereur e Hesnard, 1987: 35-36; Sciallano e Sibella, 1991: 78), designação a qual se manteve até recentemente (Raynaud e Bonifay, 1993: 21; Asencio i Vilaró, 1996: 45). Relativamente à sua presença na Península Ibérica, os primeiros estudos tiveram lugar em Valência, com base em exemplares provenientes dos níveis republicanos (Pascual Berlanga e Ribera i Lacomba, 2002; Ribera i Lacomba, 2014: 74). Só já no início da década passada é que a problemática foi revista e se percebeu que os centros produtores desta classe anfórica se estendem para lá dos limites da antiga Tripolitânia (Capelli e Contino, 2013; Jerbania, 2013: 184-190). Foi, efectivamente, com

a análise macroscópica das pastas e sua comparação com outros fabricos tunisinos que se veio a conceber a sua produção noutros centros oleiros como o de Mnihla, próximo de Cartago (Jerbania, 2013). Estas análises demonstraram a utilização de diferentes argilas no seu fabrico, evidenciando uma produção em distintas olarias ao longo da costa tunisina e, possivelmente, também no interior do território (Capelli e Contino, 2013: 207).

Morfologicamente este tipo tem certos aspectos que têm considerado possíveis evoluções das Mañá C1, todavia destaca-se mais a afinidade com as principais formas republicanas itálicas, particularmente as ovóides brindisinas (Empereur e Hesnard, 1987: 35-36; Rizzo, 2014: 276; Filipe, 2019: 317). Efectivamente, as características que mais se evidenciam nesta forma são: o perfil ovóide do corpo, por vezes com tendência cilíndrica, com um fundo em botão, como é o caso da peça presente no conjunto da Avenida 5 de Outubro. O colo é relativamente curto e de perfil troncocónico, podendo transitar para o ombro de forma suave ou com uma ligeira inflexão, sendo aquele arredondado e descaído. O bordo destaca-se do colo e apresenta por norma uma secção triangular ou sub-rectangular podendo ser ligeiramente inclinado para o exterior, enquanto as asas, de pequena dimensão, arrancam abaixo daquele e repousam no ombro, exibindo um perfil semicircular e secção circular ou ovalada (Pascual Berlanga e Ribera i Lacomba, 2002: 305; Bargão, 2006: 47-48; Filipe, 2008: 52; Contino e Capelli, 2013: 201).

A produção das Africanas Antigas terá tido início em meados do século II a.C., como se comprova pelos contextos da conquista romana de Cartago e de Numância (Pascual Berlanga e Ribera i Lacomba, 2002: 311), assim como pelos níveis fundacionais de *Valentia* (Ribera i Lacomba, 2014: 74; Gomes, 2018: 41), e os de chegada de Décimo Júnio Bruto a *Scallabis* (Bargão, 2006: 47-49) e a *Olisipo* (Pimenta, 2005: 81; Gomes, 2018: 60). Acrescente-se ainda os contextos de naufragos da Isla Pedrosa e Jaumegarde B (Pascual Berlanga e Ribera i Lacomba, 2002: 311) onde também se identificou esta produção. Os exemplares mais tardios deste fabrico datam do principado de Augusto e apresentam-se com corpos tendencialmente cilíndricos e com um diâmetro menor que anteriormente (Pascual Berlanga e Ribera i Lacomba, 2002: 309, fig. 5; Liou e Pomey, 1985: 567, fig. 19), havendo ainda variantes documentados em Óstia morfologicamente próximas das Tripolitana I (Hesnard, 1980: Pl. VII).

Conquanto a sua ampla distribuição no Mediterrâneo ocidental, as proporções nas quais a Africana Antiga é descoberta corresponde, geralmente, a quantidades modestas (Filipe, 2019: 318). No território actualmente português tem surgido essencialmente na

costa Sul do Algarve (e.g.: Castro Marim – Arruda *et al.*, 2006: 153; Viegas, 2011a: 474; Tavira – Bargão, 2006: 99; Monte Molião – Arruda e Sousa, 2012: 110-113), no vale do Tejo (e.g.: Lisboa e Santarém – *vide* acima) e, excepcionalmente, no interior alentejano (Mesas do Castelinho – Fabião, 1989: 105; 1998: 393; Parreira, 2009: 53-54).

Estima-se que o fragmento aqui em estudo se possa integrar neste tipo não só pela sua morfologia, a qual já foi comentada, como também pela características macroscópicas da pasta, nomeadamente uma superfície áspera e uma fractura irregular na qual se podem ver principalmente grãos de quartzo vermelho-rosado (Contino e Capelli, 2013: 205-206).

Outro exemplar que surge neste conjunto é um bordo de ânfora Dressel 14, produzido no vale do Tejo (Anexos, Estampa VIII). Corresponde ao contentor alto imperial identificado primariamente por H. Dressel (1899), que lhe atribuiu o número 14. Na década de 70 separaram-se as produções béticas das lusitanas, aquando da sua inclusão por M. Beltrán Lloris (1970) na sua forma IV para o primeiro caso, e por A. Parker, que criou a designação de IVb para o segundo (1977: 37-39). Foi ainda nos estudos de C. Panella que se distinguiram as produções de Dressel 14 bética da lusitana, concluindo-se que a segunda seria uma imitação da primeira (Panella, 1973: 519-521).

Na década seguinte a investigação incidente neste tipo anfórico prosseguiu (Peacock e Williams, 1986: 128-129; Diogo, 1987; Fabião e Carvalho, 1990: 44-48) e começou a ser consensual que a Dressel 14 era efectivamente uma criação lusitana, posteriormente imitada na Bética, e não o oposto (Mayet e Silva, 1998: 58-59; Étienne e Mayet, 2002: 133).

Actualmente enquadrada dentro das produções mais antigas da Lusitânia (Filipe, 2019: 343), foi produzida entre meados do século I d.C. e a primeira metade do século III (Mayet e Silva, 1998: 123; Almeida *et al.*, 2014: 416). A morfologia desta forma conheceu, ao longo deste largo espaço de tempo, uma significativa variação, sobretudo ao nível do bordo, que se traduziu em distintas variantes (Filipe, 2019: 344). Assim, os bordos apresentam-se geralmente de secção semicircular ou triangular, ligeiramente voltado para o exterior, podendo ser mais ou menos espessados e destacados da parede do colo. Este seria tendencialmente alto, cilíndrico ou bitroncocónico, podendo ainda transitar com maior ou menor suavidade para o ombro. As asas são de secção ovalada e geralmente com um sulco longitudinal no dorso, arrancando abaixo do bordo e repousando num ombro normalmente arredondado e ligeiramente descaído, cuja transição para a pança é habitualmente suave. O corpo é cilíndrico, sendo rematado por um bico fundeiro que pode ser mais ou menos alongado e oco ou preenchido com uma bola de

argila (Panella, 1973: 520; Parker, 1977: 38; Peacock e Williams, 1986: 128; Fabião e Carvalho, 1990: 47; Mayet e Silva, 1998: 62).

Para as produções sadinas, concretamente dos centros oleiros do Pinheiro e de Abul, foi ainda possível sistematizar as variantes desta forma. Estima-se que a variante B, que integra os bordos de perfil tendencialmente triangular, correspondem aos modelos mais antigos, de imperado dos Flávios; enquanto a variante C, de lábio arredondado e por vezes encurvado para o interior, teria sido produzida durante o século II d.C., sendo a mais difundida no Império (Mayet e Silva, 1998: 62-119; Mayet e Silva, 2002: 103-108).

Efectivamente, é um contentor anfórico que se encontra distribuído um pouco por toda a costa mediterrânea, com especial incidência em Itália (Panella, 1973: 519-521; 1992: 190; Rizzo, 2003: 148-181; 2012: 92; 2014: 240-242; 2016: 409-414; Ferrandes, 2008: 256; Coletti e Lorenzetti, 2010: 158; Bombico, 2016: Vol. I, Tab. 25; Gaddi e Degrassi, 2016: 437-442). Ainda que em quantidades mais modestas, foi igualmente identificado nas ilhas da Sicília e da Córsega (Bombico, 2016: Vol. I, Tab. 25), bem como na Gália (Almeida e González Cesteros, 2017: 89-91; Djaoui e Quaresma, 2016: 357-362). Na Península Ibérica é contrastante a sua presença esporádica na costa oriental e no Sul/Sudeste (Bernal Casasola *et al.*, 2006; García Vargas, 2007: 332; Mateo Corredor, 2014: 117-118; Bombico, 2016: Vol. I, Tab. 25), bem como na generalidade do Noroeste (Naveiro López, 1991: 69-70; Fernández Fernández, 2010: 234; Fabião, 2009: 64), exceptuando-se *Bracara Augusta* (Morais, 2005: 109), com a sua distribuição no território actualmente português estando documentada de Norte a Sul, no litoral e no interior, constituindo-se como o tipo anfórico difundido em maiores quantidades e num maior número de sítios (Filipe, 2019: 348).

Relativamente ao fragmento exumado da Avenida 5 de Outubro, embora de produção certamente lusitana ocidental, macroscopicamente é impossível aferir se provém das olarias sadinas ou taganas, já que as bacias destes rios partilham o mesmo contexto geológico, fornecendo matérias-primas similares que obrigam ao recurso de técnicas laboratoriais para distinguir as respectivas pastas cerâmicas. Todavia, avança-se que a fractura do exemplar é de tonalidade vermelho-alaranjada, com um aspecto granuloso, compacto, resultante de boa cozedura, apresentando ainda inclusões de quartzo, feldspato e mica. A morfologia deste bordo apresenta características que o aproximam da variante A, situando a sua cronologia na primeira metade do século I, podendo prolongar-se na segunda metade desse século (Mayet e Silva, 1998: 63). É também uma variante que já

havia sido identificada na Alcáçova de Santarém (Arruda, Viegas e Bargão, 2006: 233-252).

Para além do exemplar recolhido na Sepultura IV, foram ainda descobertos três fragmentos de bordo e fundo de Ovóides Lusitanas, todos provenientes da mesma unidade (Anexos, Estampa VIII).

Trata-se de um contentor anfórico que, segundo R. Morais (2004: 39, fig. 35), teve um processo evolutivo que se situa entre meados do século I a.C. e início do principado de Tibério, aquando da sua conversão na forma Dressel 14. De acordo com este estudo, trata-se de ânforas provavelmente de inspiração itálica, com corpo ligeiramente ovóide, o colo e as asas curtas, idênticas a outras produções ovóides produzidas na Península Ibérica. Os bordos apresentam bastante variabilidade, mas algumas, mais tardias, aproximam-se às primeiras produções da forma Dressel 14, concretamente da variante A (Mayet e Silva, 2002). Estes exemplares parecem também enquadrar-se na forma Lusitana 12 da tipologia de D. Diogo (1987: 179-191, fig. 7).

No que diz respeito à sua distribuição, R. Morais identificou material de cronologia mais recuada em sítios da costa galega (Castro de Panxón, Montecastro e Castro de Vigo), na região entre os rios Minho e Douro (Castro de Santa Luzia e Castro de Terronha, ambos em Viana do Castelo; Porto, na Rua da Banharia e no Aljube; Castro de Fiães, Vila da Feira) e em zonas interiores a Sul do Tejo, como no Castelo de Lousa (Mourão, Évora) (Morais, 2004: 36-40; 2010: 181-218). Posteriormente, foram publicados vários conjuntos de ânforas de pasta lusitana que podem ser incluídos nestas produções mais antigas com uma morfologia e tendência ovóide (Arruda *et al.*, 2006; Filipe, 2008; Mataloto, 2008; Morais e Fabião, 2007; Pimenta *et al.*, 2006; Pimenta, 2017; Quaresma e Calais, 2005). Embora a maioria destes materiais provenha de contextos de deposição secundária, existem alguns exemplares procedentes de estratigrafias fiáveis que corroboram uma datação antiga, nomeadamente: Castelo da Lousa, Mourão, Évora (Morais, 2004: 2010), Santarém (Arruda, Viegas e Bargão, 2006) e Monte dos Castelinhos, Vila Franca de Xira (Pimenta, 2017).

Concretamente, no Castelo de Lousa e no Aljube os contextos estratigráficos foram datados entre os meados do século I a.C. e o início do século I d.C. (Morais, 2004: 36-40; Morais e Fabião, 2007: 127-133), enquanto no Monte dos Castelinhos estas ânforas foram documentadas em estratos datados entre 50 e 30 a.C. (Pimenta, 2017: 198). Em Morraçal da Ajuda (Peniche), identificou-se um centro produtor onde se registaram fornos (Cardoso e Rodrigues, 2005: 83-102; Cardoso, Rodrigues e Sepúlveda, 2006; Cardoso *et*

al., 2016), de ânforas com colo e asas curtas sugerindo o fabrico das formas ovóides mais antigas (Morais e Fabião, 2007: 127-133). Também presentes em Santarém, os exemplares escalabitanos relacionaram-se com contextos augustanos e a sua presença prolonga-se até ao segundo quartel do século I d.C. (Arruda, Viegas e Bargão, 2006: 238-243).

Do ponto de vista macroscópico, as peças da Avenida 5 de Outubro enquadram-se nas expectativas deste grupo cerâmico: fundo em botão oco; morfologia do bordo com alguns paralelos nos exemplares descobertos na Rua dos Bacalhoeiros (Lisboa – Filipe 2008a: 319, Fig. 23) e no Teatro Romano de Lisboa (Filipe, 2008: Estampa XXIX); a pasta aproxima-se à generalidade das ânforas dos vales do Tejo e do Sado, detendo uma tonalidade laranja e inclusões de quartzo angular de tamanho médio a grande, isoladas ou agrupadas, e também pequenos quartzos arredondados, espalhados por toda a pasta, com uma presença ocasional de mica e hematite. Possuem ainda uma fractura dura e a superfície frequentemente lisa.

Seguem-se três exemplares da forma Dressel 20, provenientes do vale do Guadalquivir, concretamente um bordo e duas possíveis asas (Anexos, Estampa IX). Trata-se de uma forma com um grande histórico de investigação devido, entre outros aspectos, à sua longa produção e difusão, de que o Monte Testaccio é testemunho, e pela profusa variedade e quantidade informativa que os dados epigráficos disponibilizaram sobre a sua produção e comercialização (Filipe, 2019: 423). Esta forma desenvolveu-se a partir dos modelos oleários béticos de morfologia ovóide, as Oberaden 83 e as Haltern 71, evoluindo para uma ânfora de corpo globular e de paredes grossas (Berni Millet, 2008: 57; García Vargas, Almeida e González Cesteros, 2011: 240).

Relativamente aos estudos tipológicos (Pelichet, 1946: 191; Tchernia, 1964; Beltrán, 1970; Guénoche e Tchernia, 1977; Berni Millet, 1998; 2008), destaca-se a importante investigação realizada em *Augusta Raurica* onde foi possível, através de datação contextual, classificar os perfis dos bordos de diversas fases evolutivas das Dressel 20 (Martin-Kilcher, 1983; 1987). Aceita-se que a proposta de classificação de P. Berni Millet (2008) seja a mais adequada.

Seguindo esta divisão formal, V. Filipe (2019: 423-424), baseado em Berni Millet (2008: 59-63), compartimenta os contentores anfóricos olisiponenses deste tipo em: contextos júlio-cláudios (c. 30-50 d.C.), tendo bordos de perfil semicircular, engrossados externamente e côncavos na parte interna, asas arqueadas, de secção circular, colos curtos e relativamente largos, e fundos curtos e cônicos; contextos nero-vespasianos (c. 50-80

d.C.), nos quais o corpo se torna esférico, com o colo mais largo, asas ainda arqueadas, porém cada vez mais grossas na metade superior e mais finas na inferior, fundos mais pequenos, cónicos e bicudos, e bordos em quarto de círculo no exterior, com a parte superior do lábio mais aplanada e por vezes com uma ligeira inclinação para o interior; contextos flávio-trajanos (c. 80-130 d.C.), com perfil mais estilizado, colos mais estreitos e altos, fundos mais reduzidos e discretos, asas mais verticais, altas e finas, com bordos de secção tendencialmente triangular e a extremidade externa mais elevada em relação à meia altura do bordo, a parte superior do lábio aplanada e com ligeira inclinação para o interior, marcando uma carena na parte interna; contextos antoninos (c. 130-190 d.C.), em que os bordos tendem para um perfil triangular, com a extremidade externa perfeitamente centrada em relação à altura do bordo e parte interna ainda carenada, embora progressivamente menos marcada, colos mais curtos e robustos, asas igualmente mais curtas, arredondadas e com ligação ao colo menos marcada; por último, os contextos severos e pós-severos (século III) apresentam, em geral, um menor cuidado na manufatura, descendo progressivamente a largura máxima do corpo da parte central para a metade inferior, rematadas por fundos ainda mais pequenos e discretos. Os colos ficam mais curtos, abrindo logo abaixo do arranque superior das asas, que adquirem perfil marcadamente circular, de aspecto maciço, e arrancam mais próximo do bordo. Estes, por sua vez, são de secção triangular, por vezes ligeiramente inclinados para o exterior. A produção destas ânforas diminui durante o terceiro quartel do século III d.C., mantendo-se a circulação de modelos menores, como a Dressel 20 parva e a Tejarillo I (Berni Millet, 1998: 53).

O seu fabrico ocorreu em mais de uma centena de olarias distribuídas entre as duas margens dos rios Guadalquivir (*Baetis*) e Genil (*Singilis*), num triângulo formado pelas capitais dos três conventos da Bética: *Hispalis*, *Corduba* e *Astigi* (Bonsor, 1931; Ponsich, 1974; 1979; 1991; Remesal, 1977-78; Chic-García, 1985; 2001; Barea Bautista *et al.*, 2008; Berni Millet, 2008). Ainda que em proporções bem menos significativas, foi também produzida nas regiões costeiras da Bética e da Tarraconense (García Vargas, 1998; Bernal Casasola *et al.*, 2004).

A ânfora Dressel 20 difundiu-se por todo o Ocidente do Império Romano, estando especialmente presente em Roma, onde representa mais de 80% do material depositado no Monte Testaccio (Rodríguez Almeida, 1984; Blázquez Martínez, Remesal Rodríguez e Rodríguez Almeida, 1994; Blázquez Martínez e Remesal Rodríguez 1999; 2001; 2003; 2007; 2010; 2014); em acampamentos militares do *limes* germânico (Remesal Rodríguez,

1986); na Bretanha (Carreras Monfort e Funari, 1998), na Gália (Almeida, 2008) e na Hispânia (Berni Millet, 1998).

Também a sua difusão no território actualmente português é notável, observando-se uma distribuição generalizada, mas orientada sobretudo no eixo litoral, relacionado com a rota atlântica e particularmente visível nos vales dos principais rios e costa algarvia. No interior parece estar direccionada ao abastecimento dos principais centros urbanos, aproveitando as principais vias fluviais (Fabião, 1993-1994: 238; Filipe, 2019: 425).

Do ponto de vista arqueométrico, as Dressel 20 normalmente tomam as características típicas dos locais de produção referidos, observando-se macroscopicamente uma superfície arenosa grossa e áspera, de tons amarelo-acastanhado, castanho-avermelhado claro ou cinzento, por vezes coberta com uma fina camada esbranquiçada com sal. Sobressaem proeminentes inclusões brancas e incolores de quartzo e feldspato, com menores quantidades de fragmentos de cor mais escura, e calcário branco. As produções mais antigas tendem a ser bastante arenosas, ao contrário das mais recentes, com superfícies cinzentas e fracturas que transparecem um núcleo central escuro entre zonas mais claras. Petrograficamente, são produções que se aproximam bastante da forma Haltern 70 (Peacock e Williams, 1986).

Apesar dos fragmentos da Avenida 5 de Outubro se enquadrarem sem grande margem para dúvida nestes princípios, o bordo que integrámos na variante C aproxima-se da variante *parva*. Isto é, seriam ânforas com tamanho inferior aos modelos “normais”, cuja cronologia situar-se-á sensivelmente entre 80 e 130 d.C.

Sobre as ânforas, resta comentar cinco indivíduos de produção do Guadalquivir, nomeadamente três fragmentos de fundo e dois de bordo, cuja conservação não permite taxativamente afirmar o seu tipo (Anexos, Estampas IX-X). São peças que, no caso dos fundos, enquadram-se nos perfis de vários tipos de ânforas e, por isso, não se podem atribuir indubitavelmente a um grupo. De igual modo, os perfis destes bordos também suscitam algumas incertezas.

Do ponto de vista morfológico, os fundos detêm formas genericamente cónicas, uns mais baixos e outros mais altos, e são maciços, havendo bolas de argilas a colmatar a parte superior das peças, típicas das produções tardias do Guadalquivir. Por outro lado, as pastas pautam-se pelo mesmo tipo que distingue a maioria das produções do vale do Guadalquivir até, pelo menos, ao século II d.C. Estas peças abrangem tonalidade entre o acastanhado-escuro até tons mais acinzentados. São ásperas ao toque, ligeiramente arenosas e de dureza média. Têm numerosas inclusões de tamanho médio e grande, que

podem ser observadas sem auxílio de lupa e que são quer brancas, quer escuras, embora ocasionalmente possa haver algumas inclusões avermelhadas de origem férrea. Conquanto estas características arqueométricas, o seu perfil não permite atribuir-lhes um grupo tipológico.

Já sobre os bordos, enquanto um aparenta ser claramente afim da forma Ovóide 6, o outro deixa margem para questionar se se trata desta mesma forma ou de uma possível Oberaden 83 (Anexos, Estampa IX).

Do ponto de vista formal, as Ovóides 6 apresentam uma variedade morfológica muito diversa, eventualmente convertendo-se nas Oberaden 83 nas últimas décadas do século I a.C. (Filipe, 2019: 283). Embora já tenha sido anteriormente alvo de investigação (Fabião, 1989: 73-74), a individualização e estruturação tipológica mais actual deve-se ao estudo de R. Almeida no âmbito do estudo sobre as ânforas do vale do Guadalquivir presentes em Santarém (Almeida, 2008: 145-149). Por outro lado, a Oberaden 83 apresenta-se com um histórico de investigação muito mais elaborado, recuando à individualização por S. Loeschcke no contexto do estudo da cerâmica do acampamento militar de Oberaden, onde recebeu o número 83 (Filipe, 2019: 416). Os trabalhos mais recentes têm vindo a caracterizar os seus aspectos morfológicos, delimitando igualmente as balizas cronológicas da sua produção e consumo (Almeida, 2008: 150; García Vargas, Almeida e González Cesteros, 2011: 237-238; González Cesteros e Almeida, 2017).

Relativamente à morfologia das Ovóides 6, os exemplares mais antigos destes contentores anfóricos têm os corpos mais ovóides ou, em alguns casos, arredondados, com colos mais compridos e asas mais finas e alongadas, com uma secção oval também alongada (Anexos, Estampa IX). Os fundos são normalmente maciços e mais ou menos altos (Fabião, 1989: 73-74; Fabião, 2001: 670-671; Almeida, 2008: 145; García Vargas, Almeida e González Cesteros, 2011: 228-230). Aquando da sua conversão na forma Oberaden 83, adquirem um corpo menos ovalado, embora os colos ainda sejam moderadamente altos, com asas que tendem a adquirir uma secção mais arredondada, embora ainda tenham a ranhura central característica, e com fundos que tendem a ser menos altos e que, por vezes, são colmatados com uma bola ou sulco de argila (Berni Millet, 1998: 27; Almeida, 2008: 150; Filipe, 2008: 55; García Vargas, Almeida e González Cesteros, 2011: 237-238; García Vargas, 2012: 188). Tal como a sua antecessora, não se notabiliza pela estandardização (Filipe, 2019: 416).

Efectivamente, a semelhança entre a Ovóide 6 e a Oberaden 83, e a inerente dificuldade da sua distinção, poderá mascarar a real amplitude da difusão destes

contentores. Todavia, regista-se a presença da primeira em âmbitos geográficos tão distintos como no actual território francês, em França (Saint-Roman-en Gal e Narbona – Almeida, 2008: 146; Lyon – Desbat e Lemaître, 2001: 805), na Suíça (*Augusta Raurica*, ainda que este exemplar não apresente o típico sulco longitudinal no dorso – Martin-Kilcher, 1999: Taf. 60, nº 40), na Itália (Roma – Ferrandes, 2008: 274, fig. 4, nº 21) e em Marrocos (*Lixus* – Bonet Rosado *et al.*, 2005: 122). Na Península Ibérica parece ter circulado principalmente na região meridional e no litoral oriental (Berni Millet, 1998: 28; Almeida, 2008: 146; García Vargas, Almeida e González Cesteros, 2011: 234-235; Bernal Casasola *et al.*, 2013: 20; Mateo Corredor, 2014: 82-84; Sáez Romero *et al.*, 2016: 82), destacando-se no actual território português no Algarve (Monte Molião – Arruda e Viegas, 2012: 122; Castro Marim – Viegas, 2011: 97), no Alentejo (Castelo Velho de Veiros – Mataloto e Roque, 2012: 677; Rocha da Mina – Mataloto e Roque, 2013: 136; Mataloto *et al.*, 2014: 29; Castelo dos Mouros – Mataloto, 2008: 130; Soeiros – Mataloto e Angeja, 2015: 852; Monte Manuel Galo – Alves, 2014a: 393; Mesas do Castelinho – Fabião, 2001: 670-671), ao longo do rio Tejo (Lisboa – Filipe, 2008: 54-56 e Est. XX e XXI; Filipe, 2015: 140-145 e fig. 9; Filipe, 2019: 285; Santarém – Almeida, 2008: 145-149; Alto dos Cacos – Pimenta, Mendes e Henriques, 2014: 267; Fabião *et al.*, 2016: 73; Monte dos Castelinhos – Pimenta, 2013: 79-80; Pimenta, 2015: 156-157), e no Centro-Norte (Lomba do Canho – Fabião, 1989: 73-74).

Já a identificação da forma Oberaden 83 tem ocorrido em acampamentos militares do *limes* germânico, em França ao longo do eixo fluvial delimitado pelos rios Ródano e Reno, na Península Itálica, na Bretanha, na Hispânia e em diversos naufrágios (Hesnard, 1980: Pl. VI, fig. 2; Peacock e Williams, 1986: 134; Martin-Kilcher, 1987: 54; Liou e Domergue, 1990; Berni Millet, 1998: 26-27; Desbat e Lemaître, 2001: 806; Almeida, 2008: 150; García Vargas *et al.*, 2011: 237-238; González Cesteros e Almeida, 2017: 49-51). No Ocidente peninsular, esta ânfora surge com maior expressividade que a anterior, um pouco por todo o Norte a Sul (*vide* Filipe, 2019: 417-418 e fig. 67 para um levantamento em território nacional da forma Oberaden 83), inclusive na Galiza (Carreras Monfort e Morais, 2011: 44; Vigo – Fernández Fernández, 2011: 624) e em Mérida (Almeida e Sanchez Hidalgo, 2013: 50).

Por último, a cronologia de fabrico das Ovóides 6 tem-se balizado entre o segundo quartel e as últimas décadas do século I a.C., concretamente, entre 70/60 a.C. e 20 a.C. (Almeida, 2008: 146-147; García Vargas *et al.*, 2011: 230-235; García Vargas *et al.*: 2016; González Cesteros e Almeida, 2017: 59; Filipe, 2019: 284), pelo que se estima que

o arranque da produção da Oberaden 83 coincide com o fim da anterior e com os primeiros acampamentos militares ocupados na fronteira do Reno, portanto em torno a 20 a.C., enquanto o seu término deverá ter ocorrido na mudança da Era (García Vargas, Almeida e González Cesteros, 2011: 238; González Cesteros e Tremmel, 2011-2012: 535; González Cesteros e Almeida, 2017: 49-51; Filipe, 2019: 417).

2. 4. 2. Cerâmica de verniz negro itálico e imitações

Outro conjunto cerâmico que poderia ser fundamental na caracterização dos contextos aqui em estudo é composto pelas cerâmicas finas de mesa, dentro das quais se pôde identificar distintas produções, quer do ponto de vista geográfico, quer cronológico. A maioria destas categorias tem sido considerada como dos mais importantes instrumentos datantes de contextos arqueológicos romanos (Passelac, 1993a: 569; Morais, 2019: 517). No entanto, como na Avenida 5 de Outubro surge descontextualizada, não se poderão considerar elementos datantes. Não obstante, uma vez que facilmente se podem datar, é-lhes dada a sua devida atenção.

Começamos pelas importações itálicas de verniz negro, comumente identificadas na bibliografia como cerâmica campaniense (Anexos, Estampa XI). Embora seja uma classe cerâmica de período romano-republicano com uma expressiva difusão de Norte a Sul do território actualmente português, destaca-se a especial incidência com que ocorre no vale do Tejo (Soria, 2018: 48, fig. 11⁵). O conjunto proveniente dos trabalhos realizados na Alcáçova de Santarém já foi alvo de publicações (Soria, 2013; 2014; Arruda e Viegas, 2014).

Para além do fragmento já abordado na Sepultura IV, identificaram-se mais dois, tratando-se nestes casos de bojos inclassificáveis. Pelas características das pastas e dos vernizes foi possível distinguir a sua proveniência, sendo um de produção calena (n.º **11757**) e o outro napolitano (n.º **11719**).

Para a produção calena, destaca-se a pasta bege amarelada, com fracturas um pouco irregulares, de textura porosa, dura, de grão muito fino de forma arredondada. As inclusões são de pequenas dimensões e compostas essencialmente por minerais negros e pequenas partículas de mica. O engobe não está vitrificado, é fácil de lascar, e tem cor negra, com manchas de várias tonalidades, variando desde o avermelhado, azul e

⁵ O autor explicita que o no mapa estão não só representadas as cerâmicas de verniz negro, como as imitações de pasta cinzenta, não as distinguindo nesta representação. Todavia, ao longo da sua publicação, a diferenciação entre estas classes cerâmicas é discriminada.

esverdeado. Por outro lado, a importação napolitana define-se pela pasta rosada, dura, com fracturas regulares, de grão muito fino e de forma arredondada, não sendo visíveis quaisquer inclusões. Encontra-se revestido por um esmalte não vitrificado de cor negro, com reflexos metalizados de cor azulada e acinzentada.

A par destas importações itálicas, foram produzidas na Hispânia modelos que as procuravam reproduzir (Anexos, Estampa XI). Trata-se de um tipo de cerâmica que só nos últimos anos ganhou destaque nos estudos de cerâmica de mesa de período romano tardo-republicano, tendo sido denominado na investigação espanhola como Cerâmica Gris Bruñida Republicana (Adroher Auroux e Caballero Cobos, 2008; Ruiz-Montes e Peinado Espinosa, 2012; Adroher Auroux, 2014), e imitações em pasta cinzenta de cerâmicas de verniz negro itálico de período tardo-republicano (Soria, 2013; Alves, Mataloto e Soria, 2014; Pimenta, Soria e Mendes, 2014; Soria, 2014; Soria, 2018), em Portugal.

Estas imitações correspondem a um conjunto de fabricos cujo centro produtor ainda hoje é desconhecido. Todavia, já foi sugerido que se localize no vale do Guadalquivir, onde o começo da sua produção deverá situar-se nos meados do século I a.C. (Ventura Martínez, 2000: 185). O crescente desenvolvimento económico desta região, resultante da exploração dos recursos mineiros e agro-pecuários (García Vargas, Almeida e González Cesteros, 2011: 270-271), encontra-se intimamente ligado com a produção anfórica local, da qual as imitações cerâmicas de verniz negro itálico deverão ter sido subsidiárias (Soria, 2013: 263).

É uma cerâmica cuja pasta, como a denominação denuncia, detém tons cinzentos e é compacta, bem depurada, dura e com fractura regular. Apesar de relativamente bem depurada, as inclusões são comuns e compostas por pequenas calcites e quartzos de média dimensão, dando um aspecto rugoso da superfície da fractura. Já a superfície da peça é geralmente bem cuidada, podendo ser coberta por um engobe fino opaco, aderente e de cor mais escura comparativamente à pasta. Na ausência deste revestimento, as peças, como acontece com os exemplares da Avenida 5 de Outubro, são brunidas/polidas, dando um efeito visual e táctil semelhante ao do engobe.

Dado que a cronologia destas peças ainda é motivo de debate, destacam-se os estudos dedicados ao conjunto de Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira), onde se dataram as peças com fabricos deste tipo em função das importações itálicas estratigraficamente a elas associadas (Pimenta, Soria e Mendes, 2014: 105; Pimenta, 2022: 161-171). Aqui,

a baliza cronológica da forma Lamb. 5/7 tem-se situado entre o início do segundo quartel do século I a.C. até ao final do terceiro quartel (Pimenta, 2022: 168).

A sua distribuição em território português não é muito ampla, cingindo-se a sítios como Faro, Castro Marim, Monte Molião, Mesas do Castelinho e Santarém (Soria, 2013; Alves, Mataloto e Soria, 2014). Já no território actualmente espanhol, produções deste tipo, ou afins, têm sido descobertas principalmente na costa oriental, no vale do Ebro e na região Norte (Adroher Auroux, 2014: 288).

2. 4. 3. Terra Sigillata

Outra importante categoria de cerâmica de mesa presente neste sítio arqueológico corresponde a um dos principais recipientes datantes em contexto romano: a *terra sigillata*, cujo termo latino foi adoptado pelos académicos modernos e aplicado a recipientes decorados com figuras em relevo (*sigilla*), e, conseqüentemente, a toda a cerâmica de mesa fina revestida a engobe vermelho datada das últimas décadas da República e durante todo o período Imperial. Note-se, contudo, que o termo *terra sigillata* não aparece em nenhuma fonte escrita Antiga (Morais, 2015: 18).

Fundamentado na investigação de Dragendorff (1895) e Loeschcke (1909), inicialmente acreditava-se que o principal, se não o único, centro produtor de *terra sigillata* itálica se localizava em Arezzo (Viegas, 2003: 41). Todavia, o estudo e a divulgação de outros conjuntos, das marcas de oleiro, a criação de tipologias e, sobretudo, o recurso às análises químicas das argilas permitiu desenvolver o conhecimento sobre este grupo cerâmico, concluindo-se que a produção era significativamente mais expansiva que a região aretina (Pucci, 1985: 367). Actualmente, é relativamente consensual seguir a obra colectiva *Conspectus Formarum Terrae Sigillatae italico modo confectae* (Ettlinger *et al.*, 1990; citada aqui doravante como *Conspectus*), onde se procurou compilar o conhecimento até então adquirido sobre as *sigillatas* “feitas à maneira itálica”.

Numa visão cronológica geral, as primeiras produções de *terra sigillata* itálica provêm da região da Etrúria e datam-se de c. 45 a.C., dotando-se de formas idênticas às da cerâmica dita campaniense. Somente no principado de Augusto, até Tibério, é que as importações deste fabrico atingem o seu auge no território actualmente português, correspondendo também ao período de maior produção (Viegas, 2003: 43). A escassez de *sigillata* tardo-itálica em Portugal, assim como noutros locais, deverá estar associada à concorrência dos produtos das oficinas sudgálicas (Passelac, 1993: 554).

No conjunto dos contextos em estudo, da Avenida 5 de Outubro, surgiram três fragmentos desta produção, sendo um inclassificável e os restantes pertencentes às formas lisas *Consp.* 12 (Anexos, Estampa XI). Este trio de peças apresenta uma pasta muito depurada, de cor salmão e uma superfície engobada vermelha/alaranjada muito brilhante, típica da fase clássica desta produção (Passelac, 1993: 554; Morais, 2015: 42).

A primeira peça (n.º **11726**) deverá corresponder à forma *Consp.* 12, quiçá à variante 12.1, pois trata-se de um bordo pendente de prato dotado de um grande diâmetro, cuja cronologia se enquadrará entre 15 a.C. e 15 d.C., e cujos paralelos se poderão encontrar em Dangstetten e Oberaden (*Consp.*: 72-73; Viegas, 2003: 51-52; Morais, 2015: 47). De igual forma, a segunda (n.º **11727**) consente ser considerada como pertencente à forma *Consp.* 12, variante 12.3, pois também é um bordo pendente, embora de diâmetro muito inferior. Isto facilmente levaria a enquadrar este fragmento nas *Consp.* 14, dado que são formas que partilham alguns paralelismos nos bordos, todavia, a pronunciada e angulosa transição do bordo para um corpo horizontal denuncia a sua afinidade com a morfologia deste prato (*idem vs* Passelac, 1993: 558; Viegas, 2003: 55-56).

Relativamente às produções sudgálicas, inventariaram-se dez indivíduos, dos quais seis apresentam-se como inclassificáveis e os restantes são discriminados de seguida (Anexos, Estampa XI-XII).

A produção deste grupo cerâmico teve início em La Murette (Lyon), ainda seguindo as formas itálicas, no que se julga ter sido uma “sucursal” das aretinas (Passelac, 1995: 569). Todavia, foi só no principado de Tibério e início do de Cláudio que as produções sudgálicas começaram a adquirir importância nos circuitos comerciais romanos, destacando-se o papel da célebre oficina de La Graufesenque (Viegas, 2003: 101).

A investigação das produções sudgálicas seguiu de forma relativamente paralela à das itálicas. Foi também Dragendorff (1895) quem estabeleceu a tipologia geral das formas lisas da *sigillata* itálica e sudgálica, no que constitui, ainda hoje, a base para a classificação desta cerâmica. À obra deste autor juntam-se outros trabalhos de referência como o de Hermet (1934), que estudou exaustivamente os motivos e composições decorativas das produções de *terra sigillata* sudgálica, ou o de Vernhet (1979), que sintetizou as fases de produção deste grupo cerâmico.

Segundo este, fundamentando-se na investigação de La Graufesenque, decorreu um primeiro momento experimental algures entre 10 e 20 d.C. ao qual se seguiu uma fase primitiva de produção entre 20 e 40 d.C., ambas com pouca ou nenhuma expressividade comercial. A exportação e consumo a uma escala interprovincial, a dita fase de

“esplendor”, iniciou-se entre 40 e 60 d.C.; seguindo-se a fase de “transição” de 60 a 80 d.C.; e o momento de “decadência” deste fabrico, que se situa entre 80 e 120 d.C. (Vernhet, 1979: 18). Por fim, é ainda referida a existência de um fabrico tardio, com uma cronologia entre o início e os meados do século II (Vernhet, 1979: 19).

No conjunto sudgálico foi identificado um exemplar por forma, nomeadamente de uma possível Drag. 15/17; uma 24/25B; e uma 33, exceptuando-se a Drag. 27 da qual se estima haver duas ocorrências. Arqueometricamente, alguns elementos são comuns entre estas peças, concretamente a pasta bem depurada, dura, a presença de elementos calcários brancos muito pequenos e um engobe vermelho-alaranjado; pelo que se possa intuir que sejam todas produções de La Graufesenque (Vernhet, 1986: 100; Passelac, 1993: 569; Viegas, 2003: 102; Roca Roumens, 2005: 117-118).

O fundo parece consentir uma integração na forma Drag. 15/17, pois apresenta características típicas destes pratos (Passelac, 1993: 572; Viegas, 2003: 110; Roca Roumens, 2005: 124 e 134, Fig. 1; Genin *et al.*, 2008 *apud* Morais, 2015: 131, Lám. II). Ainda assim, não se descarta uma eventual correspondência com outra forma, como é o caso da Drag. 18. Todavia, se assumirmos o primeiro caso, esta forma caracterizar-se-á pelo bordo e a parede verticais com intensa e repetida molduração exterior e moldura em quarto de círculo (meia cana), na ligação entre a parede e o fundo. Se, por outro lado, for o segundo caso, a peça apresentaria um perfil simples, de parede côncava e o bordo de perfil semicircular. A circulação quer duma forma, quer da outra, situa a peça entre a primeira década do século I d.C. e o II d.C., dependendo das variantes que nos fragmentos não se reconhecem.

A peça da forma Drag. 24/25B conserva o perfil quase completo, à excepção do fundo. É uma forma que replica taças hemisféricas itálicas e possui o bordo vertical, uma moldura externa bem marcada na parede e o típico guilhoché frequentemente aplicado nesta forma (Bourgeois e Mayet, 1991: 87). A cronologia desta variante deverá centrar-se nas últimas décadas do século I d.C. até a momento incerto do século seguinte (Viegas, 2003: 106; Roca Roumens, 2005: 126; Morais, 2015: 128).

Relativamente aos fragmentos classificados como Drag. 27, correspondem a um bordo (n.º **11728**) e a um bojo (n.º **11720**), cuja morfologia da parede dividida em duas partes convexas o permitem relacionar com a dita forma, embora ditar variantes seja difícil. São, efectivamente, taças de parede biconvexa e bordo de lábio semicircular, cuja datação as deverá colocar, genericamente entre a primeira década do século I d.C. e um momento indeterminado do século seguinte (Viegas, 2003: 115, Morais, 2015: 128).

Tal como ocorre com o fundo da forma Drag. 15/17, apurou-se outra situação semelhante em que outro fragmento de fundo é passível de se classificar, com as devidas ressalvas, como Drag. 33. Esta forma deverá corresponder a uma taça de perfil troncocónico datável da década de 40 do século I d.C. até a final do século II d.C. (Passelac, 1995: 574; Viegas, 2003: 118; Roca Roumens, 2005: 126; Morais, 2015: 128).

Por último, a partir do século I d.C., diversas áreas da Península Ibérica iniciaram o fabrico de *terra sigillata*, imitando as formas sudgálicas e itálicas. Crê-se que as primeiras produções estejam intimamente ligadas à presença de vários contingentes militares no Noroeste da Península, após o fim das guerras cantábricas, concretamente em Herrera de Pisuerga (Palencia) e em León (Morillo, 2008; Romero Carnicero, 2015: 155).

Apesar da grande multiplicidade de centros produtores, destacam-se dois grandes centros: o de Trício e o de Andújar (Viegas, 2003: 139), também designadas, respectivamente, por produções setentrionais e béticas (Fernández García e Ruiz Montes, 2005; Romero Carnicero e Ruiz Montes, 2005). Cronologicamente e tipologicamente, este grupo cerâmico divide-se entre as produções do século I-II d.C. e a produção tardia dos séculos III a V d.C., da qual não existe qualquer exemplar no repertório da necrópole.

O único fragmento de *terra sigillata* hispânica identificado (n.º **14180**) deverá corresponder a um bordo da forma 35 (Anexos, Estampa XII). Este apresenta-se com uma aba larga, arredondada, transparecendo um diâmetro relacionável com o serviço de taças. Ao contrário da forma análoga sudgálica, não detém qualquer decoração de barbotina (Fernández García e Ruiz Montes, 2005: 143). A pasta aproxima-se dos fabricos trícios, caracterizados por uma coloração vermelho-alaranjada, textura rugosa, com pequenos vacúolos redondos e desengordurantes de pequenas dimensões, enquanto o engobe é espesso e de coloração castanho-alaranjada.

2. 4. 4. Cerâmica de Paredes Finas

Também se identificou neste espólio o grupo cerâmico genericamente denominado “paredes finas”, de produções itálicas e hispânicas. Este termo abrange cerâmicas pertencentes a produções de diferentes oficinas ou grupos de oficinas, cada uma com as suas próprias características (Passelac, 1993: 511). É por este motivo que se trata de uma classe cerâmica com uma variedade formal, arqueométrica e decorativa relativamente grande, conquanto o denominador comum seja a um nível sobretudo funcional e técnico, por serem recipientes para beber com uma espessura muito fina.

O estudo das paredes finas recua ao final do século XIX, tendo havido dois vectores de investigação distintos para as produções itálicas e para as hispânicas que só se vieram a complementar posteriormente (Arruda e Sousa, 2003: 238; Bustamante Álvarez, 2011: 163). Para a Península Ibérica, já no século XX, merecem destaque as sistematizações de M. Vegas (1973) e de F. Mayet (1975), enquanto na Itália são apresentadas as de M. Moevs (1973) e a de A. Ricci (1985), entre outros estudos que se realizaram ao longo do tempo. Concretamente sobre o território português, também na segunda metade do século XX se constituíram trabalhos de referência incidentes em Conímbriga (Alarcão *et al.*, 1976) e Mesas do Castelinho (Almodôvar – Fabião, 1998), número que tem vindo a crescer com a proliferação de referências, publicações e trabalhos de âmbito académico (e.g.: Alcáçova de Santarém – Arruda e Sousa, 2003; Braga – Morais, 2005; Castelo da Lousa – Morais, 2010a; Lisboa – Pimenta *et al.*, 2014; Castelo de Castro Marim – Abade, 2018; Abade e Arruda, 2020; Monte Molião – Sousa e Arruda, 2018).

A cerâmica de paredes finas não foi importada nem produzida no Mediterrâneo ocidental até à segunda metade do século II a.C. A importação destes recipientes somente se documenta a partir desse momento, originários da Itália central (Mayet, 1980: 204), e eram compostos por copos altos, geralmente lisos, sem engobe, embora por vezes decorados com pérolas, guilhoché ou padrões em escama (Passelac, 1993: 511). O repertório de formas permaneceu muito limitado até ao período augustano, quando a produção aumentou consideravelmente e se diversificou (*idem*). Contiguamente a esta fase inicial, os ateliers provinciais começaram a reproduzir os modelos itálicos na Gália (Lyon, Vienne e Bram – Desbat, 1985) e no Nordeste da Península Ibérica (Lopez Mullor, 1990).

É no primeiro século d.C. que ocorre o maior período de difusão desta cerâmica, agora fabricada em todo o Império, particularmente em Itália (Luni, Sutri, Campania e Sicília), na Gália (Lyon – Grataloup, 1988; La Graufesenque e Lezoux – Mayet, 1980: 207) e na Hispânia (particularmente na Bética e em Mérida – Mayet, 1975; Bustamante Álvarez, 2011). Esta produção foi diminuindo ao longo do século nas regiões mediterrâneas, provavelmente devido à competição com o vidro, enquanto nas regiões da Gália Interior se manteve, todavia com formas altas e engobes escuros, mais característicos do mundo celta (Passelac, 1993: 511).

Como já foi aludido, dos exemplares aqui em estudo, dois procedem da Península Itálica sob as formas Mayet XIV e XXXVII; um exemplar da forma XXXVII de Mérida e um fragmento inclassificável da Bética litoral (Anexos, Estampa XII).

Sobre as importações itálicas, importa reiterar a dificuldade inerente em relacionar grupos de fabrico macroscópicos com áreas geográficas específicas no quadro da produção da cerâmica de paredes finas (López Mullor, 2008; Passelac, 1993: 511; Sousa e Arruda, 2018: 203). Todavia, os fragmentos da Avenida 5 de Outubro onde se observaram pastas finas e muito bem depuradas, de tonalidades castanho-claro/alaranjado e de superfícies cuidadosamente polidas, consentem uma origem itálica (Sousa e Arruda, 2018: 206); enquanto as pastas calcárias, de tonalidades amareladas/beges, consentem uma origem bética litoral (*idem*); e por último as pastas brandas de cor esbranquiçada e engobe laranja, sem brilho ou reflexos metálicos, correspondem, de facto, ao que se considera emeritense (Mayet, 1975: 142-147; Arruda e Sousa, 2003: 279; Bustamante Álvarez, 2011: 163).

A forma XIV, variante PAR-FIN 14A, remete para os copos cilíndricos, de parede vertical e sem carena, fundo plano e sem pé, porém, a variante aqui em estudo apresenta-se com um corpo ligeiramente convexo e de bordo divergente. A sua baliza cronológica centra-se no último quartel do século I a.C. e na primeira década e meia do século seguinte (Passelac, 1993: 516) e a sua distribuição em território actualmente português é mais limitada que o primeiro exemplar, destacando-se os exemplares de *civitas Igaeditanorum* (Idanha-a-Velha – Carvalho, 2009: 122) e de Castro Marim (Angeja e Arruda, 2020: 118).

Já a forma XXXVII caracteriza-se pela sua configuração hemisférica, perfil baixo, bordo divergente, e pela possível presença de asas. O ponto de inflexão do corpo localiza-se, geralmente, abaixo da meia altura da peça e a sua decoração é composta por uma faixa lisa abaixo do bordo, que será a parte que se conservou neste caso, e, após esta, pela aplicação de um areado, guilhoché ou barbotina (Mayet, 1975: 72-73). Na Península Ibérica, esta forma tem-se datado do segundo quartel do século I d.C. (Passelac, 1993: 520), encontrando-se bem documentada um pouco por todo o território hispânico (Mayet, 1976: 29-30; López Mullor, 1990: 348-350; Morais 2005: 295-296, 298, 304, 333; Sousa e Arruda, 2018: 220).

2. 4. 5. Unguentários

Passando agora a outra classe cerâmica, os unguentários têm sido tradicionalmente vistos como uma categoria própria de cerâmica, embora, por vezes, assimilados nos conjuntos de paredes finas. As formas difundidas no Mediterrâneo ocidental tiveram a sua origem no mundo helénico, durante os séculos V-IV a.C. (Py, 1993: 581). Em contextos gregos este tipo de recipiente foi identificado principalmente em necrópoles

(Anderson-Stojanović, 1987), como se testemunha em numerosos exemplares encontrados nas necrópoles de Ampúrias, onde foram objecto de uma primeira classificação tipológica e cronológica (Almagro, 1953: 396-397), assim como em El Cigarralejo (Murcia – Cuadrado Díaz, 1977). Destes estudos, assim como de outros, resultou a tripartição em três grupos A, B, C e, acrescentado posteriormente por M. Py, D, ainda hoje vigentes na investigação, como comprovam as referências ao longo deste texto.

A partir do principado de Augusto os unguentários tornam-se mais frequentes e mais amplamente distribuídos, ainda que na sua maioria localizados em contextos funerários, também se encontraram em ambientes domésticos (Anderson-Stojanović, 1987: 105). Atestam-se dois tipos principais, o tipo fusiforme com pé moldado e colo alto, também conhecido como Oberaden 28, que representa a evolução de uma das séries helenísticas (grupo C); e um novo tipo com fundo plano, que se encontra em vários tamanhos e variantes, e que forma o grupo D, ou Oberaden 29 (Anderson-Stojanović, 1987: 106-107; Py, 1993: 581; Sousa e Arruda, 2018b: 51). O final do primeiro século d.C. marca o desuso generalizado de unguentários em cerâmica, a favor de recipientes de vidro que tomam, inclusive, a forma de algumas das variantes do grupo D (Isings, 1957; Anderson-Stojanović, 1987: 111).

Relativamente ao conjunto de unguentários descobertos nos contextos da Avenida 5 de Outubro, as características macroscópicas das pastas são praticamente idênticas em todos os exemplares (Anexos, Estampa XIII). É uma produção que reflecte uma boa qualidade, com argila bastante fina, pasta castanho-clara e a superfície externa lisa, assim como a interna estriada. À semelhança com os demais conjuntos unguentários de cronologia semelhante descobertos no vale do Tejo, estas características parecem favorecer uma coincidência com as importações originárias da Península Itálica, situação que se verifica igualmente nas paredes finas, marginalizando as produções locais/regionais (e.g.: Lisboa – Bugalhão *et al.*, 2013: 258; Mota, Pimenta e Silva, 2014: 157-158; Alcáçova de Santarém – Sousa e Arruda, 2018b: 48; Monte dos Castelinhos – Pimenta, 2022: 197). Na maioria dos casos, foi aplicado um engobe cinzento-escuro ou avermelhado no bordo interno e externo, assim como no colo, que deveria assinalar o conteúdo da peça (Pereira, 2018: 117).

O tipo de fragmentos descobertos permite ainda intuir algumas considerações tipológicas: um deles – n.º **9994** – encontra-se integralmente preservado, inclusive o engobe negro, pelo que prontamente se enquadra no grupo D1 pelo corpo globular, colo

longo e bordo arredondado e exvertido (Py, 1993: 584). Outros fragmentos remetem igualmente para esta forma, contudo dois bojos permitem consentir a possibilidade de se tratar da forma B9, pela forma similar como o colo transita para o corpo da peça (Py, 1993: 583). Outro fragmento, um fundo, poderá igualmente integrar o grupo dos D1, assim como dos D2, pela sua forma aplanada (*idem*). O bordo n.º **14448**, em muito semelhante à peça inteira, deverá igualmente corresponder à forma D1, todavia, apenas se conservou até ao colo, pelo que sem a restante peça não será possível distinguir-se da D2. Identificou-se também um bordo arredondado com pouco colo conservado, mas com um diâmetro ligeiramente maior que os referidos até agora e que transparece um estreitamento compatível com as formas D3 e B9 (Py, 1993: 583-584); assim como outros dois bordos triangulares, um deles com algum colo conservado, que se poderão enquadrar na forma D4. Não obstante, e não renegando essa possibilidade, também se encontram bordos triangulares nas formas B5, B6 e B9, porém, a cronologia das duas primeiras afasta-se da expectável para estes contextos (*idem*).

2. 4. 6. Lucernas

Outra classe cerâmica por vezes enquadrada nas peças tecnicamente finas, é a das lucernas. Já referida nos contextos funerários, aqui surge sob a forma de um exemplar fragmentado de Dressel 20, detentor da marca de oleiro [M. NOVIUS.I.], e de um exemplar de Dressel 27/28 no qual, por seu lado, é passível de se ler [...NIALEX] (Anexos, Estampa XIV).

As primeiras monografias dedicadas às lucernas recuam ao século XVII, nas quais não só se realizaram os catálogos de algumas colecções, como também o que se pode considerar como as primeiras classificações tipológicas com base nos temas iconográficos (Malagoli, 2016: 31). Contudo, só no final do século XIX, H. Dressel compôs a primeira tabela tipológica com base nas escavações realizadas em Roma (1899). Assim, foi na obra *Inscriptiones urbis Romae latinae. Instrumentum domesticum* que se deu a primeira classificação das lucernas com base na sua morfologia. Seguiu-lhe Loeschke (1919), que estudou o material lychnológico do acampamento militar de *Vindonissa* (Suíça), originando uma classificação igualmente baseada na morfologia das peças, mas integrando os dados estratigráficos (Pereira, 2014: 2).

Este trabalho permitiu calibrar certos grupos em variantes, tais como o de lucernas com bicos triangulares ou as com pequenos bicos redondos, e a sua importância ainda se reflecte na actual da investigação lychnológica romana (Malagoli, 2016: 33). Todavia,

durante o século XX, multiplicaram-se as tipologias, uma vez que eram elaboradas com base em peças de colecções privadas ou de museus, as quais apresentam a desvantagem de advir dos mais diversos locais, estando assim desprovidas de qualquer contexto arqueológico ou cronológico (Caetano, 2001: 36; Pereira, 2014: 2). Por outro lado, a grande variabilidade morfológica deste grupo cerâmico tem levado à criação de inúmeras variantes das formas tradicionais.

Relativamente à peça Dressel 20 descoberta na Avenida 5 de Outubro, pertence ao grupo maioritário das produções mais antigas das lucernas imperiais da série de disco (Morillo Cerdán, 2015: 367). Difundiu-se a partir dos centros de produção centro-italícos, em direcção ao Mediterrâneo Ocidental, surgindo posteriormente em oficinas na África Proconsular. Arqueometricamente, ambas as produções são de difícil distinção (Pavolini, 1981: 176).

Do ponto de vista morfológico, é uma forma que se caracteriza pelo corpo circular com uma secção troncocónica. A orla é larga e inclinada para fora, assim como o disco é côncavo e, embora não se tenha preservado no presente exemplar, frequentemente decorado com motivos faunísticos. O bico é curto e plano na parte superior, arredondado e ligeiramente oblíquo, geralmente separado do corpo da lucerna por uma linha recta em cima e por linhas oblíquas dos lados. A asa é pequena e anelar, com uma ou duas molduras que separam o disco da orla. A marca de oleiro é frequente, detendo, geralmente, a fórmula *tria nomina* abreviada (Pereira, 2014: 49; Morillo Cerdán, 2015: 366).

Neste caso, a marca de oleiro corresponde à oficina de *M. Novius Justus* (Anexos, Estampa XIV), facto que permite precisar a produção desta peça em El Djem (Tunísia). A partir do estudo de 295 exemplares, A. Manzoni estimou que a exportação desta oficina foi ínfima, sendo a maioria dos exemplares oriundos da região norte-africana, e a sua cronologia balizada entre o final do século I d.C. e o II (Manzoni, 1985). Embora também existam exemplares que alcançam o final do século III d.C., estes mais tardios comportam a marca de *Quintus Justus*, o que consente a possível permanência da oficina na mesma família durante cerca de 250 anos (Manzoni, 1984: 141).

Até à década de 80, a datação desta forma carecia fundamentalmente de contextos stratigráficos para se balizar com precisão (Bailey, 1980: 314). Com os dados existentes à altura, nomeadamente de Pompeia e Herculano (Bisi, 1977: 91), estimou-se que a produção de lucernas Dressel 20 se centraria entre o final do imperado dos Flávios e meados do século II (Deneauve, 1969: 165; Bailey, 1980: 316; Pereira, 2014: 48).

Na Península Ibérica é a forma mais frequente das lucernas de disco, estando presente em Mérida (Rodríguez Martín, 2002: 33), em diversas necrópoles malagueñas (Serrano Ramos, 2006: 161 e 168), em Valência (Benedito Nuez e Melchor Monserrat, 2020: 570) e no território actualmente português, como é o caso de Alcácer do Sal (Pereira, 2013: 17), de Lisboa (Fernandes *et al.*, 2011: 255; Grilo, 2013: 283), da Alcáçova de Santarém (Pereira, 2014: 30), de Santa Bárbara de Padrões (Castro Verde – Maia e Maia, 1997: 36-37) ou de Conímbriga (Alarcão *et al.*, 1976: 99).

O exemplar da forma Dressel 27/28 pertence ao grupo das lucernas com bico em forma de coração e apresenta um corpo circular, orla larga e convexa, separada do disco côncavo por uma ou duas molduras (Pereira, 2014: 31; Morillo Cerdán, 2015: 367-368). O que difere o tipo 28 da 27 é a elaboração da decoração na orla (Morillo Cerdán, 1999: 119-120), pelo que, uma vez que a orla não se conservou no exemplar em estudo, é muito difícil distinguir a variante. Por outro lado, este exemplar, conservou um engobe negro no lado externo da peça.

O fabrico destes tipos centra-se na Itália e, posteriormente, na África Proconsular, assim como noutras partes do Mediterrâneo ocidental como na Bética litoral e em Augusta Emérita. Não surpreende, pois, que o exemplar em estudo seja provavelmente Bético, uma vez que as reproduções de protótipos norte-africanos no litoral Bético não oferecem actualmente quaisquer dúvidas, principalmente das formas 20 e 28 de Dressel (Morillo Cerdán e Rodríguez Martín, 2009: 296-297).

Aqui estamos também perante uma marca que corresponde aos fabricos de *Junius Alexius*, cujo *praenomen* se desconhece (Maia e Maia, 1997: 135; Pereira, 2014: 46) (Anexos, Estampa XIV). Tem-se defendido que [CIVNALEX] e [C.IVNIVS.AL] poderão corresponder a este fabrico, pelo que desta forma o seu *praenomen* seria *Caius*, todavia, não passam de suposições (*apud* Pereira, 2010: 46). Ainda segundo C. Pereira, o cognome *Alexius* sugere uma origem grega, o que transparece uma condição de servil ou liberto (*idem*), todavia, a peça que temos em mãos, sendo produzida na Bética litoral como a pasta denuncia, deverá resultar de um processo de sobremoldagem e não das oficinas originais do Norte de África (Maia e Maia, 1997: 135), que se têm balizado entre final do século I e o ano 285 d.C. (Parodi, 2012: 80). É uma marca que surge com alguma frequência por todo o Império Romano, conhecendo-se exemplares em Portugal, por exemplo em Alcácer do Sal, numa Dressel 20 proveniente de Mérida (Pereira, 2013: 18, Fig. 13, n.º 3).

No que à cronologia diz respeito concretamente da forma Dressel 27/28, enquanto A. Provoost apontou para um quadro que abarca todo o século III d.C. (Provoost, 1976: 557), D. Bailey propõe que o seu término se localize em meados do mesmo século (Bailey, 1980: 336-376), e M. Ponsich apresenta unicamente o referido século enquanto marco temporal destas formas (Ponsich, 1961: 35). À luz dos dados actuais, a sua presença tem-se confirmado em vários contextos arqueológicos datados da segunda metade do século II d.C. e ao longo da centúria seguinte (Morillo, 1999: 120; 2015: 368; Pereira, 2014: 31).

A sua difusão abrange o Mediterrâneo ocidental, especialmente no Centro e Sul da Itália, bem como na África Proconsular e na Hispânia, atingindo ainda regiões mais orientais, como a Panónia (Morillo Cerdán, 2015: 368). No território actualmente português, foi identificada em locais como na necrópole da Rouca (Alandroal – Rolo, 2010: 150), na necrópole da Caldeira (Tróia – Almeida, 2009a: 85, Est. III, n.º 5), no teatro romano de Lisboa (Diogo e Sepúlveda, 2000: 156, Fig. 2, n.º 11; 2001: Est. II, n.ºs 8 e 9), na Alcáçova de Santarém (Pereira, 2014: 31) e em Alcácer do Sal (Pereira, 2013).

2. 4. 7. Cerâmica Comum

A exposição dos artefactos não ficaria completa sem a inclusão da, geralmente, mais abundante classe cerâmica em contextos romanos: a cerâmica comum (Peinado, 2017: 100; Girón Anguiozar, 2017: 1). Conquanto esta realidade, a sua investigação só tem proliferado mais recentemente, estando ainda longe de atingir a divulgação, o estudo, ou sequer o interesse que outras classes de cerâmica detêm, como é o caso da *terra sigillata* ou das ânforas (Viegas, 2019: 717).

A problemática em torno da designação desta produção cerâmica, bem como os desenvolvimentos da investigação exigem uma reflexão, ainda que breve, para que melhor se compreenda a sua evolução e as suas características. Uma análise a este grupo cerâmico adensa-se ainda mais quando se observa que a terminologia habitualmente empregue surge igualmente noutros contextos cronológicos. Quiçá também pela sua “estética pouco apelativa”, foi durante muito tempo relegado para um plano secundário que levou com que a sua publicação servisse somente de apoio aos estudos de materiais dos sítios onde aparecem (Dias, 2014: 52; Blanco García, 2017: 145; Girón Anguiozar, 2017: 8).

A primeira vez que a designação de cerâmica comum foi utilizada recua a N. Lamboglia (1950), que a apelidou de *vasi comuni* (Girón Anguiozar, 2017: 1; Peinado,

2010: 39-41; 2017: 99-100). Porém, só na década de 70 se realizou uma classificação tipológica e funcional desta categoria, corporizada na obra de M. Vegas *Cerámica comuna romana en el Mediterráneo occidental* (1973). Aqui, a autora diferenciou quatro grupos: cerâmica de cozinha, mesa, armazenamento e transporte; procurando também possíveis relações das peças com e entre as diferentes áreas produtoras. Em Portugal também se deram alguns passos no conhecimento deste material, nomeadamente por J. de Alarcão (1975) que introduziu a noção de cerâmica local e regional na investigação portuguesa, incorporando, para além da classificação tipológica e funcional tradicional, aspectos relacionados com a identificação dos fabricos. O seu estudo foi igualmente pioneiro no relacionamento dos dados estratigráficos de *Conimbriga* com o espólio e as áreas de produção (Girón Anguiozar, 2017: 8).

Posteriormente, destaca-se o trabalho de M. Beltrán, que na sua obra *Guía de la Cerámica romana* (1990) incluiu vários capítulos sobre cerâmica comum que se encontram divididos em: elementos de mesa, de cozinha e de armazenamento; peças de engobe vermelho pompeiano; de cozinha africanos e, por último, almofarizes. Refira-se ainda o esforço de sistematização e actualização da informação que teve lugar com as obras dirigidas por D. Bernal Casasola e A. Ribera i Lacomba, que, em dois momentos diferentes (2008 e 2012), reuniram contribuições sobre um conjunto altamente diversificado de produções cerâmicas da Península Ibérica, incluindo a cerâmica comum. Deve também ser feita referência à obra *Manual de Cerámica Romana*, publicado pelo Museu Regional de Madrid, cujo terceiro volume (2017) dedica alguns capítulos às produções de cerâmica comum produzida na Hispânia.

Infelizmente, a investigação incidente na cerâmica comum tardo antiga é significativamente mais escassa que a referente à produção alto-imperial. Contudo, vale a pena mencionar a contribuição de P. Reynolds na região de Alicante (1986), de M. A. Cau para as Ilhas Baleares (2003) e de J. M. Macias Solé para Tarraco (1999), bem como relevantes encontros científicos, tais como o *Cerámicas Tardorromanas Alto Medievales en la Península Ibérica* ou o *Late Roman coarse wares, cooking wares and Amphorae in the Mediterranean: Archaeology and Archaeometry (LRCW)*.

Embora não seja o objectivo desta abordagem o estudo exaustivo da cerâmica comum, é ainda oportuno citar outros trabalhos, como os de M. Santrot e J. Santrot (1979) para as produções da Aquitânia; M. Peinado (2010; 2017) para o Alto Guadalquivir e Bética numa visão geral, respectivamente; Blanco García (2017) para a Meseta Central; Girón Anguiozar (2017) para a Bética Litoral; enquanto em Portugal destacamos o

trabalho de J. Nolen (1985) para as Necrópoles do Alto Alentejo; I. Vaz Pinto (2003) para a Vila de São Cucufate, Beja; V. Dias (2014) para *Ammaia*, Marvão; A. Figueira (2018) para a *Villa Romana* da Quinta da Bolacha, Amadora; F. Santos (2018) para alguns contextos da primeira metade do século V em Tróia; e C. Neto (2023) para Monte Molião, Lagos.

Posto isto, é algo consensual que a terminologia de “cerâmica comum” abarca as produções oriundas de uma área específica e caracteriza-as pela sua finalidade prática, mais que estética, fabricadas de forma a conferir-lhes as propriedades necessárias para se tornarem resistentes no seu uso, principalmente na cozinha, para armazenar, processar e cozer alimentos (Olcese, 2003: 19; Peinado, 2010: 41; 2017: 100). Há ainda quem defenda que outros recipientes e peças cerâmicas se podem enquadrar nesta classe, como os unguentários, as urnas, as miniaturas/brinquedos, os pesos de tear ou os de pesca, entre outros (*apud* Viegas, 2019: 720). Porém, aqui optou-se por agrupar sob a terminologia “cerâmica comum” somente as peças identificáveis com o universo da armazenagem, confecção, preparação de alimentos e serviço. Foi com base nestes princípios que L. Girón Anguiozar (2017) atribuiu às várias formas de cerâmica comum bética a nomenclatura que aqui seguimos.

Contudo, nem sempre é fácil atribuir uma função específica a certos recipientes, pelo que ocorrem inúmeras situações em que a mesma forma pode ser utilizada para fins diferentes. Por exemplo, uma peça de determinado perfil deverá classificar-se como pote ou como panela no caso desta apresentar sinais de utilização no fogo, ou ainda enquanto urna se surgir em contextos funerários (Girón Anguiozar, 2017: 36; Viegas, 2019: 721).

As correntes de investigação mais actuais reconhecem ainda o potencial na análise de aspectos ligados à utilização e reutilização dos recipientes cerâmicos (Peña, 2007). Isto é, o ciclo de vida dos objectos é valorizado, havendo um foco não só na sua produção, como também nos seus sinais de utilização (abrasão, desgaste), como e quando são descartados, bem como na sua reparação, reutilização e reciclagem (Viegas, 2019: 720).

No espólio em estudo, tendo em conta a terminologia referida, detectaram-se distintas produções de cerâmica comum, entre as quais contamos com importações itálicas, concretamente etruscas e de cerâmica de engobe vermelho pompeiano, importações béticas do litoral e do vale do Guadalquivir, e produções do vale do Tejo, consideradas como locais/regionais. Também se identificaram produções locais/regionais do que se poderá considerar como cerâmica comum, todavia com cronologias posteriores às aqui estudadas, como se irá ver.

Começando pela importação de recipientes itálicos de cerâmica de engobe vermelho pompeiano, em contraste com o resto da cerâmica comum itálica, esta recebeu especial atenção desde o início do século XX (Ritterling, 1901), uma vez que abundava entre o espólio dos acampamentos do *limes* germânico. Foi S. Loeschcke que cunhou esta cerâmica de “Pompejanisch-rote Platten”, aludindo à semelhança dessa cor, presente no interior das peças, com a das pinturas murais de Pompeia (Loeschcke 1909: 271). Destaque-se ainda o trabalho de C. Aguarod, que incidiu sobre as cerâmicas comuns romanas exportadas para a Tarraconense, pela sua importância na criação de tipologias ainda hoje vigentes e no qual se fez uma síntese sobre a história da investigação deste grupo cerâmico (1991: 51-96).

As peças descobertas nos contextos escalabitanos aqui em estudo correspondem a um fragmento de bordo e outro de bojo (Anexos, Estampa XV), tratando-se de formas tipicamente associadas a este grupo cerâmico: pratos, geralmente de amplo diâmetro, destinados à cozedura de alimentos, cujo engobe interno desempenhava uma função antiaderente (Bats, 1988: 69; Passelac, 1993b: 545; Arruda e Viegas, 2002b: 222; Huguet, 2013: 311).

É um fabrico muito característico com dois focos de produção na Itália: um no Norte, na região etrusca, de composição granítica (Aguarod, 1991: 37-40; Lapuente Mercadal *et al.*, 1996: 89); e outro na região campana que se distingue pela pasta granular, castanha, dura, bem cozida, contendo piroxenas e micas (Aguarod, 1991: 40-41; Passelac, 1993: 545; Lapuente Mercadal *et al.*, 1996: 89). Como já foi referido, a superfície interna é coberta por um espesso engobe de cor vermelha e as superfícies externas são apenas alisadas, podendo, no entanto, este engobe cobrir parte da superfície externa do bordo (Passelac, 1993: 545; Arruda e Viegas, 2002b: 222). É uma forma cerâmica bastante imitada nas províncias (Peacock, 1977a), cujas produções locais se encontram documentadas em França, em Inglaterra, na Flandres, na Renânia, em Espanha e também em Portugal (Braga – Delgado, 1993; Coimbra – Carvalho, 1998; Conímbriga – Alarcão, 1975; Cidade das Rosas, Serpa – Caeiro, 1978; Algarve, e.g.: Faro e Torre de Balsa – Viegas, 2020).

Porém, foi a produção da Campânia que mais se difundiu no mundo romano, encontrando-se exportações dos seus centros produtores nos territórios de países actuais como Portugal, Espanha, França, Bélgica, Suíça, Inglaterra, Alemanha, Grécia e Chipre (Aguarod, 1991: 55-57).

No que diz respeito à datação deste grupo cerâmico, tem-se apontado uma antiguidade das produções da Etrúria em relação às da Campânia. As cerâmicas com pastas de matriz granítica, associadas aos produtos etruscos, surgem em contextos datados entre o final do século III a.C. e o segundo quartel do século II a.C., dando lugar às produções campanas ainda no século I a.C. (Aguarod, 1991: 58). É relativamente consensual que estas produções de engobe vermelho pompeiano atingem o seu auge em época augustana, desaparecendo dos repertórios arqueológicos no último quartel do século I d.C. (Arruda e Viegas, 2002: 224).

O bordo presente na Avenida 5 de Outubro detém alguns paralelos que o permitem incorporar na forma 4 de Aguarod, cuja distribuição é recorrente nas áreas meridionais do Império Romano (Aguarod, 1991: 70). É uma forma que começou a ser produzida nos centros etruscos e encontrou continuidade nas produções da Campânia, balizando-se o seu fabrico entre o final do século II a.C. e os principados de Tibério e de Cláudio. A sua difusão para o exterior da Península Itálica parece ter ocorrido apenas a partir do século I a.C. (Arruda e Viegas, 2002: 228). Efectivamente, os dados tarraconenses corroboram esta hipótese, de que as importações deste tipo se iniciam no segundo quartel deste século, enquanto no *limes* germânico o seu começo deverá localizar-se já no principado de Augusto (Loeschcke, 1942). O término das importações desta forma acompanha o final das produções campanas (Arruda e Viegas, 2002: 228; Huguet, 2013: 311-312).

Outra importação itálica identificada no conjunto é o bordo de cerâmica comum etrusca, que se apresenta significativamente fragmentado e pertenceria, quiçá, a um pote/panela, cuja pasta se caracteriza pela presença de feldspato branco de potássio, mica, quartzo e fragmentos de óxido de ferro avermelhado (Aguarod, 1991: 37; Py, 1993: 343; Huguet, 2013: 305) (Anexos, Estampa XV). Dentro do quadro das importações itálicas na Península Ibérica, especialmente no território actualmente português, é uma produção minoritária que deverá ter chegado a *Scallabis* nos primeiros momentos de ocupação romana (Aguarod, 1991: 405), tendo a sua importação sido completamente suplantada, não só em Santarém como em todo o Império, pelas produções campanas durante o século I a.C. (Di Giovanni, 1996: 69; Arruda e Viegas, 2014: 247).

Por outro lado, as importações béticas encontram uma representatividade superior neste conjunto, contando com treze entradas no inventário, distribuídas entre produções da região litoral e do baixo Guadalquivir.

Actualmente, na actual província de Cádiz, assim como no Baixo Guadalquivir, conhecem-se dezenas de centros oleiros produtores de cerâmica comum, cuja actividade,

concretamente na região gaditana, recua à ocupação púnica e se mantém activa durante a época romana imperial (Bernal Casasola e Lagóstena Barrios, 2004: 86-89; Peinado, 2017: 102). Acompanhando o curso do Guadalquivir, destacam-se ainda os fabricos oriundos de centros produtores cordubenses (Moreno Almenara, 1997; 1998: 247- 272; Valera Pérez, 2005: 67-77).

Ainda que se reconheça uma grande variabilidade nas cores, na porosidade, na fractura e nas inclusões, tradicionalmente atribui-se às pastas calcárias claras uma origem litoral (Pinto e Morais, 2007: 237-238); enquanto as pastas menos depuradas, com tons mais escuros e fracturas mais duras, remetem-se para o universo do vale do Guadalquivir (Peinado, 2010: 131-132). Apesar da referida simplificação, estas compartimentações são, na verdade, questões complexas que frequentemente só se resolvem com análises microscópicas e/ou químicas. Tem-se, por isso, procurado especificar a origem das produções, separando entre dois grandes grupos à imagem do que já foi *supra* debatido sobre as importações anfóricas: as produções da Bética Litoral e as do vale do Guadalquivir (Pinto e Morais, *idem*; Girón Anguiozar, 2017: 10; Peinado, 2017: 134).

No conjunto da Avenida 5 de Outubro, foi possível caracterizar as peças provenientes da Bética, tendo-lhes sido atribuída forma e tipo fundamentado nas obras de M. Peinado Espinosa (2010 e 2017) e L. Girón Anguiozar (2017). Para as produções do Baixo Guadalquivir, importa também referir os achados de Sevilha, concretamente do Hospital de las Cinco Llagas, onde se descobriram fornos romanos que produziram vários tipos de peças cerâmicas, e se propôs uma sistematização do repertório de cerâmica comum alta-imperial (Huarte Cambra, 2003).

De uma forma geral, três indivíduos apresentam uma pasta oxidante, bege-acastanhado escura, de aspecto compacto, fractura dura e uniforme, embora áspera devido a algumas inclusões brancas, relacionável com as produções do Baixo Guadalquivir (Anexos, Estampa XVI). Quanto às formas, um bordo enquadra-se na forma COM-RO-BET 5.1, isto é, nas *lagoenae* (jarras) de bordo exvasado com presença na parte superior interna do lábio de uma reentrância como apoio para uma tampa. É uma forma que, em Los Villares de Andújar, se datou entre a segunda metade do século I d.C. e a primeira metade do século II d.C. (Peinado, 2010: 141-142; 2017: 121-122, Fig. 4), enquanto a forma análoga produzida no Hospital de las Cinco Llagas se enquadra entre o século I d.C. e o início do III (Huarte Cambra, 2003: 220).

Embora só se tenha conservado parte do bordo, o perfil da peça n.º **11813** remete imediatamente para os *opercula*. Conquanto o seu nível de conservação não permita

afirmar taxativamente, o seu diâmetro relativamente reduzido permite colocá-la no tipo COM-RO-BET 1.2. A cronologia proposta para esta peça em Los Villares de Andújar enquadra-se na segunda metade do século I d.C. (Peinado, 2010: 133-134 e 192, Fig. 4.1; 2017: 113-114, Fig. 2).

Por último, identificou-se um *mortarium* de paredes espessas, bordo em martelo e ranhuras internas, típicas dos almofarizes da forma COM-RO-BET 3.2. A cronologia de produção destas peças em Los Villares de Andújar situa-se entre 50 d.C. e primeiro quartel do século II d.C. (Peinado, 2010: 138-139 e 202-203, Figs. 4.11 e 4.12; 2017: 117-118, Fig. 3). Todavia, dentro desta categoria cerâmica, é das peças mais difundidas, tendo sido documentada também em Cercadilla (Córdoba – Moreno Almenara, 1997: 193, Fig. 78), em contextos da segunda metade do século I d.C., e produzida em diversos centros quer da costa mediterrânea andaluza, quer da Alta Andaluzia, e ainda em olarias granadinas (Peinado, 2017: 118). Esta forma pode ainda relacionar-se com a IV-C-1 da *villa* romana de São Cucufate, documentada em contextos do século II d.C. ao IV d.C. (Pinto, 2006: 173, Fig. 13- 16), assim como se enquadra na Forma 4 preconizada por A. M. Arruda e C. Viegas, no seu estudo realizado aos almofarizes da Alcáçova de Santarém, onde a balizaram cronologicamente como baixo-imperial (2004: 346, Fig. 6).

Já as produções da Bética litoral contam com mais exemplares no conjunto (Anexos, Estampa XV). Apresentam, na sua generalidade, uma pasta calcária, cozida em modo "A", com uma textura arenosa, cuja cor varia entre os tons bege, bege-esbranquiçado e rosado, havendo também exemplares com uma textura mais compacta e um desgordurante mais fino. Estas pastas deverão corresponder aos grupos 9 e 10 definidos por I. Vaz Pinto para a *villa* de S. Cucufate (2003: 134-137). As formas presentes são bastante comuns no mundo provincial hispânico, compreendendo panelas, jarras, potes, púcaros, tampas e tigelas.

Começando pelo bordo de panela, este tem um diâmetro relativamente grande, é horizontal e ligeiramente exvertido, apresentando no seu interior uma saliência, possivelmente para o encaixe de uma tampa. Trata-se de uma típica forma de *caccabus* do tipo 3.25, cujo perfil carenado, bordo horizontal e base convexa se deverá datar entre o século I a.C. e os meados do III d.C. (Girón Anguiozar, 2017: 150-151).

O exemplar de jarra pertence à forma *lagoena* tipo 11.5, que se caracteriza pelo perfil ovóide, colo troncocónico invertido, bordo arredondado ou pontiagudo e base simples (Girón Anguiozar, 2017: 202-204). O fragmento de bordo do conjunto que se enquadra nesta forma é dotado de um diâmetro relativamente pequeno e de um estreitamento na

transição para o colo que sugere o encaixe para tampas. Na maioria dos sítios arqueológicos da antiga Bética em que é identificada, esta forma tem sido datada entre meados do século I a.C. ou da viragem da Era até ao século II d.C., tendo surgido também na *villa* de S. Cucufate, ainda que sem cronologia atribuída (Pinto 2003: 432, Fig. 480).

Também nas produções litorais se identificou um *operculum*, isto é uma tampa, aqui sob a forma 14.3, de perfil cónico, bordo arredondado e pega simples (Girón Anguiozar, 2017: 279-280, Fig. 268, c). É um bordo de diâmetro pequeno, levantado do plano horizontal, arredondado e curvo, cujas paredes cónicas e rectas resultariam numa pega cilíndrica. Infelizmente, o seu amplo período de utilização não tem permitido a investigação avançar com uma baliza cronológica precisa (Girón Anguiozar, 2017: 280).

Por último, no que às peças classificáveis diz respeito, identificou-se um bordo exvasado e arredondado de tigela tipo *calathus* 4.2 de perfil tipicamente acampanado e base plana. Deverá corresponder à forma 292 de Conímbriga de época flávia (Alarcão, 1975: 141, Fig. 292), embora os contextos arqueológicos de Puente Melchor, onde também foi exumada, apontem para uma utilização que se prolonga por todo o século I d.C. (Girón Anguiozar, 2017: 153-154, Fig. 106).

Sobre as importações béticas, resta ainda comentar uma peça cujo perfil se recuperou na totalidade (n.º 11701 e 11729), mas que suscita algumas dúvidas morfo-funcionais. Tem uma pasta bege-acastanhada, relativamente bem depurada, com algumas inclusões brancas de pequenas dimensões, de toque áspero, pouco polvorenta e fractura rija, características que consentem considerá-la uma produção do Baixo Guadalquivir. Quanto ao perfil, tem o bordo ligeiramente exvertido, quase direito, lábio boleado, colo em S que forma um suave estrangulamento interno, corpo globular e fundo com um pequeno pé anelar. Esta forma não encontra paralelos nos *corpura* organizados por M. Peinado Espinosa (2010 e 2017) e L. Girón Anguiozar (2017), contudo reconhece-se alguma proximidade ao perfil de alguns *urceus* litorais (Girón Anguiozar, 2017: 329-342, especialmente Fig. 346). Porém, o reduzido diâmetro da peça afasta-a deste universo funcional, uma vez que se trata de peças com diâmetros não inferiores a 13 cm. Sugere-se, então, aplicar a terminologia de I. Vaz Pinto (2003; e Morais, 2007: 242) e de V. Dias de “potinho”, enquadrável concretamente na forma XII. 2. 1 do último (2014: 234 e Est. LXXXII). É uma categoria que apresenta na cidade de *Ammaia* uma cronologia balizada entre Flávio-Antonino e segunda a metade do século V, contudo documenta-se uma grande dispersão espacial da forma, com particular incidência, no território português, em Conímbriga (Alarcão, 1975: 124). Não obstante estes dados, também em Mérida se

identificaram peças com formas análogas, aqui denominadas de “cubiletes” (Bustamante Álvarez, 2012: 423, Fig. 15, n.º 4 – note-se a aproximação no perfil, porém, sem asas).

Por último, há que comentar aquela que é a produção de cerâmica comum mais abundante nos contextos em estudo: a de produção local/regional, isto é, proveniente do Baixo Tejo. Conquanto a sua presença assídua nos contextos da região, é uma classe cerâmica com a qual contamos ainda com poucos dados para o seu conhecimento, tomando especial relevância o trabalho de J. Nolen (1988), centrado no estudo da cerâmica comum da *villa* romana do Alto do Cidreira; o contexto de produção da cerâmica comum da olaria da Quinta do Rouxinol (Seixal – Santos, 2012); o espólio proveniente da Casa dos Mosaicos (Setúbal – Coelho-Soares e Tavares da Silva, 2018); da *villa* romana de Povos (Vila Franca de Xira – Grilo e Santos, 2017); e alguns artigos sobre contextos e materiais olisiponenses (Silva, 2015; 2018; Silva, Nozes e Miranda, 2015). Estes trabalhos e restantes referências a estas produções têm-se centrado mais na sua caracterização morfo-tipológica do que na problemática da sua produção, consumo e distribuição no contexto regional, devido, essencialmente, à sua transversalidade cronológica e formal, intrínseca das próprias cerâmicas comuns (Grilo e Santos, 2017: 88). Estes factores tornam-na evidentemente limitada enquanto indicador crono-contextual.

Por outro lado, a informação disponível é marcada pela ausência de contextos publicados de forma exaustiva e pelo teor desigual da informação perante outros conjuntos artefactuais. Assim, a informação disponível traduz-se invariavelmente em informações de cariz preliminar ou em referências a estas produções no âmbito de estudos centrados em outros conjuntos cerâmicos, aos quais devemos acrescentar o conhecimento ainda muito incipiente sobre os seus locais de produção e de consumo.

Embora se tenham detectado algumas variantes no conjunto da Avenida 5 de Outubro (Anexos, Estampa XVI-XVII), genericamente as pastas destas produções apresentam uma matriz não-calcária de cor castanho-alaranjada com textura variável, podendo ir da fina à grosseira. A fractura é frequentemente dura, ainda que se assinale algumas pastas mais suaves. Os elementos não plásticos contam essencialmente com quartzos sub-arredondados de dimensão variável e de frequência média a elevada, moscovites finas a médias e nódulos avermelhados que poderão corresponder a minerais férreos ou à reutilização de material cerâmico.

Na unidade estratigráfica [1625], um dos referidos “contextos remobilizados”, identificaram-se três fragmentos de bordos passíveis de se classificar. Começando pelo

bordo de uma tigela n.º **11758**, assemelha-se à forma *poculum* 17.1, que inclui os perfis mais comuns no mundo romano: semiesféricos, bordo boleado e base simples; pelo que a sua produção é considerada transversal a todo o mundo romano (Girón Anguiozar, 2017: 320). Esta grande abrangência cronológica é notável no Vale do Tejo e do Sado, havendo formas análogas de produções locais/regionais identificadas em sítios como *villa* de Povos, onde se dataram entre o século III d.C. e o abandono do local no século V (Grilo e Santos, 2017: 93-95, Fig. 3, Forma 1.3.2.2); em Setúbal, na Travessa de João Galo, em contextos da segunda metade do século II d.C. (Silva e Soares-Coelho, 2014: Fig. 9, n.º 45), assim como na Casa dos Mosaicos, atribuíveis a um quadro cronológico entre Augusto e Tibério (Coelho-Soares e Tavares da Silva, 2018: 146, Fig. 2, n.º 15-20); no centro oleiro da Quinta do Rouxinol, datando do século IV d.C. até ao início do século V (Santos: 2012, 60); e na *villa* romana da Quinta da Bolacha, onde se materializou em contextos do século III d.C. ao VI (Andrade, 2018: 61-62 e 165, Est. VI., Forma 1.3.2, n.º 71).

O bordo exvasado e boleado, de parede vertical, n.º **11759** dever-se-á incluir no tipo *kalathus* 4.2, uma xícara/tigela que, nas produções béticas, se tem datado do século I d.C. (Girón Anguiozar, 2017: 154). Todavia, no âmbito geográfico do extremo Ocidente peninsular a datação deste tipo de formas é significativamente mais abrangente: na olaria da Quinta do Rouxinol, surge bem representada a partir da transição do Alto para o Baixo Império, mantendo-se até ao final do primeiro quartel do século V d.C. (Santos, 2012: 60 e fig. 56); na *villa* de Povos, é uma forma com presença mais assídua no auge da ocupação do espaço, entre os séculos II e III d.C., havendo também alguns exemplares mais tardios (Grilo e Santos, 2017: 93 e 95, Fig. 3, Forma 1.3.2.1); no Palácio Sant'Anna, Carnide, classificou-se um exemplar semelhante ao aqui debatido (Batalha, Monteiro e Cardoso, 2020: 1338 e 1344, Fig. 8, n.º 26) e ao qual os autores atribuíram uma data entre o século I d.C. e o início do III, com base em paralelos presentes nas necrópoles do Alto Alentejo (Nolen, 1985: 100, Fig. 372).

Já o bordo n.º **11760** é de mais difícil classificação, porém, o seu perfil muito exvertido e em dobra, aponta para um pote/panela do universo dos *caccabi* ou das *ollae*. Com um perfil tão limitado, não tentaremos avançar com propostas de cronologia nem relacionar com outros espólios, uma vez que poderão induzir a falsos paralelismos.

Também a unidade [1606] conta com algumas peças classificáveis: dois bordos exvertidos e pendentes que remetem genericamente para os potes/panelas do tipo *ollae* (Grilo e Santos, 2017: 98-102), uma delas com sinais de utilização ao lume; um bordo de

poculum, com um perfil semelhante ao da peça n.º **11758**, detentor de algumas incisões horizontais; um bordo e parte do corpo de uma caçarola tipo *caccabus* da forma 3.23, cujo perfil se identificou pelas paredes convexas que ligam a um bordo horizontal bem desenvolvido para o exterior da peça, com paralelos da segunda metade do século I d.C. em Setúbal (Coelho-Soares e Tavares da Silva, 2018: 151, Fig. 6, n.º 58); e um bordo de jarra, ou *lagoena*, que se caracterizou pelo perfil tipicamente bético, isto é, diâmetro reduzido e formato triangular, exvertido e engrossado, que encontra paralelos, coincidentemente datados entre o terceiro quartel do século I e a primeira metade do século II d.C., em *villa* de Povos (Grilo e Santos, 2017: 103 e 106, Fig. 8, Forma 2.5.5.1), Freiria (Cardoso, 2015: 401, Fig. 254, n.º 2) e na Travessa de João Galo (Silva e Soares, 2014: Fig. 6, n.º 27).

No que à cerâmica de produção local/regional diz respeito, é necessário ainda tecer alguns comentários sobre a presença de alguns indivíduos que pelas características tecno-morfológicas deverão pertencer a cronologias posteriores à ocupação romana (Anexos, Estampa XVIII). Embora não seja o intuito deste trabalho explorar detalhadamente este grupo de peças, é absolutamente fundamental reconhecê-las e assinalá-las, pois permitem perceber como o sítio foi afectado nos períodos que se seguiram.

Relativamente ao seu fabrico, as pastas não diferem muito das que as precederam, notando-se uma presença relativamente inferior de inclusões, mantendo os tons castanho-alaranjado e castanho, típicos da cozedura em modo A. As formas identificadas, de cronologia islâmica, seguem aquelas que já foram estudadas para a Alcáçova de Santarém (Viegas e Arruda, 1999a; Silva, 2011) e do próprio sítio aqui em análise (Liberato, 2012; 2012a, Liberato *et al.*, 2021). O conjunto é composto por potes, tigelas, cântaros, testos e bilhas, sendo possível apreciar alguma da pintura a branco nalgumas peças, típica desta cronologia (Liberato, 2012a).

Por último, merece ainda referência a presença de duas peças possivelmente baixo-medievais ou, até mesmo, do período Moderno, por se encontrarem em unidades de material maioritariamente romano. Correspondem a um bojo de cerâmica vidrada (n.º **7346**) e a uma pequena asa em fita de pasta muito depurada, laranja e cozida em ambiente redutor (n.º **5509**).

2. 4. 8. Cerâmica de Construção e outros

Resta, pois, acrescentar a este acervo a presença de alguma cerâmica de construção romana, que se encontrava, naturalmente, já desvinculada de qualquer edificação ou estrutura e, portanto, em contextos secundários. Não se pode excluir, ainda assim, que alguns destes fragmentos possam ser originários dos contextos funerários, mas que devido a fenómenos pós-deposicionais foram desvinculados da sua posição original. Referimo-nos a telhas, concretamente um *imbrex* e uma tégula, particularmente interessante por apresentar uma pasta típica das produções da bética litoral. Não parece de todo impensável a importação de material de construção de outras províncias, sendo mesmo uma realidade comum na região do Algarve (Bernardes, 2017: 392).

Finalmente, foi também identificada uma peça de cerâmica afeiçoada. A estimar pela pasta e pela espessura, deveria ter pertencido a um fragmento de ânfora da Bética litoral que foi trabalhado no sentido de lhe ser dado um formato arredondado. Embora seja uma “classe” cerâmica muitas vezes ignorada, um conjunto análogo foi estudado em *Iliberri* que permite conceder que se trate de uma peça de jogo (Granada – Moreno Rodríguez e Adroher Aurox, 2019: 72).

2. 5. Análise contextual

Como já foi mencionado, os dados de que dispomos relativos à intervenção realizada não permitem ainda uma relação ajustada dos artefactos com as unidades estratigráficas. Mas se neste caso foi possível, ainda assim, expor e enquadrar devidamente os materiais, pelo menos para aqueles a que tivemos acesso, nas relações estratigráficas a situação complica-se consideravelmente, sendo necessários outros dados de campo que estão ainda em processamento. Estamos certos de que no futuro este trabalho permitirá um entendimento mais conciso da evolução da necrópole romana. Apesar disso, após uma exposição dos materiais impõe-se uma valorização conjunta destes enquadrada nos respectivos estratos, para depois esboçarmos algumas considerações crono-estratigráficas sobre os contextos funerários da Avenida 5 de Outubro.

É sabido que, no caso dos contextos funerários romanos, estas realidades são geralmente descobertas fortuitamente e que, nestas situações, isso implica que os contextos de utilização/frequentação destes espaços estejam irremediavelmente afectados por fenómenos pós-deposicionais. São situações que ocorrem quer em meio rural, quer em meio urbano, como é o caso em estudo, e das quais são igualmente representativos

sítios como os demais contextos funerários romanos descobertos em Santarém (Boavida, Casimiro e Silva, 2014-2015: 67-68; 2017; Liberato e Santos, 2017: 1396; 2017a: 18); nas necrópoles olisiponenses, quer do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Bugalhão *et al.*, 2013: 245-246), quer das Portas de Santo Antão (Cabaço *et al.*, 2017: 1243-1245); na generalidade dos espaços funerários de *Bracara Augusta* (Braga, 2015: 128-129); em Mérida, aquando da ampliação do Museu Nacional de Arte Romano (Murciano Calles e Sabio González, 2021: 154); só para referir alguns casos.

São, por isto, frequentes as necrópoles das quais desconhecemos os níveis de frequência ou as realidades arqueológicas que se lhes sobrepuseram. O contexto que aqui se apresenta, porém, permitiu registar as realidades que amortizaram as sepulturas romanas, situação que permite um conhecimento mais ou menos claro da evolução da necrópole e da utilização do espaço durante um longo período. Aliás, é evidente que a função funerária do espaço não se limita unicamente ao período romano, tendo-se registado também sepulturas islâmicas, como já foi aludido (Liberato, 2012). A continuada função do espaço como necrópole, que implicava a constante e repetida afectação do subsolo, justifica algumas situações de materiais revolvidos/intrusivos e a frequente convivência de artefactos de diferentes cronologias nos mesmos estratos. Com efeito, esta é uma situação que está bem documentada noutros contextos escalabitanos, concretamente na Alcáçova (Arruda e Viegas, 2002: 190-191).

A parca quantidade de materiais em alguns contextos e unidades estratigráficas foi também um critério limitador para o entendimento e interpretação da sequência temporal, das associações espaciais e dos padrões de deposição no sítio. Essas associações fornecem informações cruciais não só sobre o uso funcional, como também das práticas culturais e das relações sociais dos indivíduos. Com efeito, foram frequentes os casos em que dispúnhamos somente de alguns fragmentos para caracterizar determinados contextos, situação que pode ser corroborada através dos dados do inventário. Se a isto somarmos a limitação de relacionar estratos entre si ou mesmo com as sepulturas, melhor se compreendem as fortes limitações que nos impedem de delinear um quadro crono-evolutivo conciso da necrópole romana.

Já tivemos igualmente oportunidade de justificar os motivos que nos levaram a incorporar estes contextos neste trabalho, ainda que dispondo de uma informação muito limitada. Com efeito, a ausência de espólio num vasto conjunto de sepulturas impede uma datação concreta recorrendo aos tradicionais métodos histórico-culturalistas. Na

impossibilidade de realizar eventuais análises laboratoriais, somente a análise dos contextos prévios e subsequentes poderia trazer algumas reflexões relevantes ao debate.

Neste sentido, a realidade estratigráfica correspondente à U.E. [1606] pareceu-nos um ponto de partida importante, uma vez que parece materializar uma separação entre as sepulturas de incineração e parte das de inumação (Santos, Liberato e Próspero, 2012: 61). A este estrato somámos outros (Anexos: Tabela cronológica das UE's ⁶), para os quais é mais difícil uma definição crono-espacial na área intervencionada. É, de facto, em torno daquele contexto que se desenvolverá a exposição das realidades arqueológicas que definem o antes e o depois da necrópole romana. Insistimos, contudo, que, pelos motivos já mencionados supra, esta análise não está isenta de problemas.

Como se disse, segundo informações que nos foram transmitidas pelos responsáveis da escavação, a U.E. [1606] disponha-se praticamente por toda a área intervencionada, ainda que sendo mais evidente na zona Oeste/Noroeste. Se a isto considerarmos que a maioria das sepulturas de incineração se encontraram sob este estrato (*idem*), reparamos que esta unidade é um nível estruturante da estratigrafia desta área. Aliás, atendendo aos dados analisados, à potência/espessura, e aos materiais nela contidos parece provável que este estrato separe duas realidades temporalmente distintas, ainda que funcionalmente equivalentes. O espaço continuou a ser utilizado como necrópole, mas devemos mencionar que não tivemos oportunidade de corroborar se a totalidade de sepulturas de inumação cortavam a U.E. [1606].

Apesar disso, parece-nos bastante plausível que, de facto, aquela unidade corresponda a um depósito que amortizou as sepulturas de incineração. Segundo os responsáveis pela intervenção, a única excepção seria o *ustrinum* (*idem*), mas que, como já tivemos oportunidade de expor, essa estrutura é, na verdade, coetânea da sepultura de incineração que lhe é contígua. Supomos que por se encontrar a uma cota superior e por conservar a base de uma estrutura que se desenvolveria verticalmente, referimo-nos ao memorial, foi considerada uma realidade independente. Insistimos, contudo, que estas possibilidades requerem confirmação estratigráfica após o processamento dos dados pelos responsáveis da intervenção.

⁶ No final do trabalho apresenta-se uma tabela síntese das UE's. Nessa tabela, as áreas que abrangem a cronologia do espólio em cada estrato estão destacadas em verde-claro, enquanto a proposta de datação está destacada em verde-escuro.

Porém, antes de avançar mais propostas sobre a leitura e evolução deste espaço funerário, importa averiguar quais os materiais que foram recolhidos naquela unidade estratigráfica e o momento que delatam.

Na U.E. [1606] foi recuperado um total de 88 fragmentos, dos quais um corresponde a cerâmica de VNI napolitana, oito a *terra sigillata* de produção itálica e sudgálica, quatro a cerâmica comum e os restantes a ânforas (75 NFR). Nesta categoria foram documentados contentores de tipo Ovóide Lusitano, Dressel 14 e 20 e Haltern 70, sendo maioritários os fragmentos de forma indeterminada, concretamente 39 NFR.

Destes materiais, parece evidente que a campaniense integra o grupo dos elementos intrusivos, já que a sua fase de produção e consumo está claramente desfasada da cronologia da maioria dos artefactos. A *terra sigillata*, embora minoritária neste estrato, revela um momento bastante conciso, que podemos centrar na primeira metade do século I d.C. As mesmas conclusões podem ser tidas para o conjunto anfórico, que oferece um considerado número de exemplares de tipo Haltern 70 do vale do Guadalquivir e, em menor número, da Lusitânia, às quais se podem somar os tipos Dressel 14 e 20 representados por um único exemplar cada. As ânforas de tipo Ovóide Lusitano, embora se inicie a sua fase de produção num momento bastante recuado, como vimos, pode perdurar até momento sincrónico com o que se sugeriu.

Conquanto o conjunto de materiais recuperados nesta unidade estratigráfica seja relativamente parco e tendo permitido classificar um reduzido número de NFR, é cronologicamente coerente, permitindo considerar que este estrato se possa ter formado num momento indeterminado entre o final do século I d.C. e a primeira metade da centúria seguinte. No entanto, esta proposta não está isenta de problemas, já que alguns artefactos oferecem datações de final de produção mais antigas e algumas sepulturas de incineração não parecem ter sido concretizadas antes do momento de transição do século I para o II.

Sublinhe-se ainda a identificação de cerâmica de construção que deverá estar relacionada com as estruturas funerárias da necrópole, porém, é difícil novamente determinar se esta presença se deve à utilização deste estrato como superfície de frequência da necrópole.

Parece, pois, bastante difícil averiguar se este estrato se formou antes ou depois das sepulturas de incineração, uma vez que a datação destas realidades oferece momentos muito próximos. Sem outros dados em nossa posse, parece arriscado avançar aqui qualquer sugestão. Na verdade, somente as relações estratigráficas detalhadas da intervenção poderão determinar se este estrato se formou antes da necrópole de

incineração, devendo estar truncado pelas sepulturas, ou se corresponde a um nível que amortizou a necrópole alto-imperial, cobrindo as sepulturas e nivelando o espaço.

Infelizmente, as restantes unidades estratigráficas não parecem oferecer dados mais concretos sobre a utilização/ocupação deste espaço. A maioria dos estratos oferece um limitado número de materiais, raramente ultrapassando dois ou três NFR. Se a isto somarmos o facto de que é frequente a convivência de materiais antigos (romano-republicanos) com outros mais recentes (alto-imperiais), mais se acentuam as dúvidas na interpretação destes estratos. Além disso, devemos ainda mencionar que em vários dos estratos listados é frequente a presença de artefactos pertencentes a outros períodos, concretamente islâmicos, medievais ou modernos, que convivem com cerâmicas romanas. Insistimos, pois, que sem uma análise detalhada da estratigrafia registada durante a intervenção estamos impossibilitados de leituras mais concretas.

Apesar do que foi mencionado, não podemos deixar de transmitir aqui alguns dados. Totalizaram-se 278 entradas⁷ no inventário que se distribuem por 64 U.E.s. Como foi mencionado, apenas um estrato oferece uma quantidade de materiais passível de ser analisada de forma a fornecer dados cronológicos. Ademais, diversas unidades eram detentoras de espólio dificilmente datável, embora seguramente romano, como bojos de ânforas.

Os contextos correspondem à expectativa material e cronológica do que seria a ocupação romana de *Scallabis*, pelo que se reconhecem estratos que oferecem materiais datáveis entre o último terço do século II a.C. o final do século IV d.C.

Para a U.E. [853] foi sugerido corresponder a um “contexto remobilizado”, identificado pela equipa de campo, situação que eventualmente se pode argumentar pela presença de um unguentário de tipo D1 bem conservado, comum em contextos funerários deste período. A cronologia de produção destes recipientes foi balizada entre o último quartel do século I a.C. e meados do I d.C., sendo o único elemento que permite considerações cronológicas para aquele estrato.

Também a [941] corresponde a um depósito com uma quantidade significativa de espólio romano e, portanto, potencialmente interessante na caracterização estratigráfica do sítio, contudo, a presença de cerâmica comum islâmica e vidrada moderna avança drasticamente a cronologia e inviabiliza a sua integração nos contextos funerários romanos.

⁷ Recorde-se que algumas entradas no inventário correspondem a mais que um fragmento, e.g.: o n.º 11810 agrupa vários bojos de ânforas inclassificáveis com proveniências distintas.

Entre as U.E.'s [1041] e [1978] o cenário pouco muda, continuando a haver uma predominância dos contentores anfóricos inclassificáveis. Dos que permitem classificação, reparamos que se repete o padrão verificado na U.E. [1606], ou seja, material intrusivo (ânforas Dressel 1 da Bética Litoral, T-7.4.3.3. e cerâmica de VNI), que integra estratos onde predominam Haltern 70 do Guadalquivir e da Lusitânia.

Alguns níveis continuam a delatar a presença de cerâmicas mais recentes, como é o caso das U.E.s [1635] e [1886], onde se regista a presença de cerâmica comum e pintada de período Islâmico, ainda que outros acusem uma quantidade superior de espólio romano que a baliza entre meados do século I a.C. e o final da centúria seguinte, como é o caso da [1564].

Por último, as restantes unidades, nomeadamente as numeradas entre [2010] e [9091], são as que possivelmente estariam subjacentes às sepulturas, se seguirmos a lógica de atribuição da numeração estratigráfica, desconhecendo-se, porém, a sua verdadeira relação com estas. Sublinhe-se que o estrato [2068] aparenta ser mais tardio que os demais, devido à presença de *terra sigillata* hispânica de Trício, representada pela forma 35, que já surgira em contextos da Alcáçova datados entre a segunda metade do século I até meados ou final do II (Viegas, 2003: 149).

Mencione-se, por último, a U.E. [2350], que continha, para além de *terra sigillata* sudgálica e uma lucerna Dressel 27/28, material férreo (possivelmente pregos ou tachas) e um fragmento de osso muito deteriorado, o que valida a possibilidade de que se trate de um dos mencionados “contextos remobilizados”.

Para além dos dados referidos, foi exumada uma quantidade excepcional de fundos de ânfora, a maioria compatível com o perfil típico das Haltern 70, distribuída por vários estratos.

Em suma e segundo os dados que nos foram disponibilizados, parece que a maioria da estratigrafia se formou antes da necrópole de inumação. Mais difícil é determinar qual a sua relação com as sepulturas de incineração, não parecendo improvável que estes contextos sejam contemporâneos. Com efeito, a coincidência cronológica dos materiais num e no outro contexto não permite afirmar com segurança que tenha existido uma separação temporal evidente entre ambos.

Situação distinta pode ser prevista para o caso das sepulturas de inumação, cujas evidências sugerem um hiato na utilização do espaço. Ademais, não se conhece a extensão real da U.E. [1606], que separa as duas realidades funerárias, sendo, assim, impossível conceber se amortizaria todas as realidades aqui em debate. Não obstante, a

heterogeneidade que se verifica denota a intensa actividade pós-deposicional que o sítio sofreu e que alterou profundamente a sua estratigrafia original.

III. ENQUADRAMENTO E DINÂMICAS DA NECRÓPOLE ROMANA: A EVOLUÇÃO DO ESPAÇO FUNERÁRIO E RELAÇÃO COM O URBANISMO DE *SCALLABIS*

Expostos e interpretados todos os dados disponíveis, segue-se, a partir destes, uma leitura global da necrópole, do espaço em que esta se enquadra e do seu contributo na compreensão do urbanismo da *Scallabis* romana. Antes, porém, não podemos deixar de lembrar que as considerações aqui esboçadas estão fortemente condicionadas por factores de natureza variada. Aquele que mais tem limitado o entendimento da evolução da cidade romana também se pôde sentir nesta intervenção, concretamente a afectação de contextos mais antigos por acções de ocupações mais recentes. Aliás, esta situação é frequente em espaços que foram ocupados de forma continuada ao longo do tempo.

Relembramos ainda que também o volume de dados obtidos na intervenção arqueológica e o acesso ao registo de campo limitou a análise. Com efeito, somente quando nos encontramos em plena posse dos dados, necessários para reconstruir os contextos arqueológicos e as associações materiais, podemos avançar considerações mais justas.

Apesar destas limitações e dos problemas que são inerentes da própria arqueologia de emergência e salvaguarda, foi possível analisar os contextos funerários com relativo detalhe, assim como alguns estratos que lhes estão directamente relacionados. Ademais, esta análise permite igualmente traçar uma leitura e interpretação evolutiva do espaço, ainda que não esteja igualmente isenta de problemas.

A função que mais se destaca desta área é, com efeito, a de espaço da morte, situação que não se limita unicamente a período romano. Relembramos que também durante a Antiguidade Tardia Visigótica e época Islâmica se concretizaram enterramentos nesta área. As inumações são particularmente frequentes durante este momento, tendo truncado várias das mais antigas (Liberato, 2012; Liberato e Santos, 2017: 1394).

Apesar disso, é possível intuir que a área que foi alvo de intervenção acolheu outras funções antes de aí se começarem a realizar incinerações romanas. Nesse sentido falam as abundantes cerâmicas romano-republicanas que, embora estejam descontextualizadas, atestam eventuais actividades nesta área concreta. Não podemos deixar de assinalar igualmente a proximidade desta intervenção com as que foram realizadas na Alcáçova, especialmente no n.º 9 da Avenida 5 de Outubro, na área dos antigos Viveiros e no restaurante do Jardim (Viegas, 2003: 264-273), onde se documentou

uma considerável ocupação materializada em contextos e arquitecturas dos quais estes materiais são coetâneos.

Esta presença de materiais romano-republicanos em contextos funerários imperiais, sem que estejam associados a eventuais ocupações, parece ser frequente, tendo-se documentado estas situações, por exemplo, na necrópole do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Lisboa – Bugalhão *et al.*, 2013: 244-245), do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal – Gomes, 2021), e também da Horta de São Cristóvão (Faro – Pereira, 2018: 333-334). Embora necessitemos de mais dados para interpretar adequadamente esta realidade, parece aceitável considerar que estes materiais mais antigos são evidências de frequentações pontuais do espaço (como área de trânsito, de cultivo, de trabalho ao ar livre, entre outros...), motivo que terá justificado a sua eleição como área funerária. Desta forma, sublinhando que as necrópoles também podiam ser entendidas como espaços funestos (Retief e Cilliers, 2006: 134; Vaquerizo Gil, 2010: 19; Pereira, 2018: 16), a sua implantação não desrespeitava eventuais espaços habitados.

As primeiras evidências da utilização desta área como necrópole correspondem às sepulturas de incineração e áreas de combustão. Trata-se, concretamente, de cinco sepulturas, uma delas associada a um *ustrinum*, quatro áreas de combustão e outros contextos estratigráficos, que, por terem sido profundamente afectados, não permitem considerações seguras. Quanto às áreas de combustão, não foi possível averiguar a sua associação a qualquer espólio ou contextos, sendo o seu reconhecimento resultado da análise da planta elaborada pela equipa de campo. Atendendo a esta ausência de dados, seria precipitado distinguir estas áreas como outros *ustrina* de simples depósitos.

Como já foi dito, os demais dados arqueológicos aqui expostos parecem consentir todas estas evidências como coetâneas da segunda metade do século I d.C., ou pelo menos próximas. Efectivamente, os ritos de incineração no mundo romano, aliados à materialidade presente nestas sepulturas, apontam para essa cronologia. Recordemos, pois, as características que permitem esta sugestão.

Na Sepultura I, a baliza cronológica que se propôs não só é corroborada pela presença no *ustrinum* da lucerna bética Dressel-Lamboglia 11, pela sua marca de oleiro C·OPPI·RES, pela taça de paredes finas emeritense Mayet XLIII, pelo copo de vidro AR 39, como também pelo recipiente de vidro AR 207 recolhido da base do enterramento. A própria arquitectura funerária aponta neste sentido, e exemplo de tal é o recurso ao *opus incertum* em contextos funerários que têm sido datados entre os séculos I a.C. e I d.C. um pouco por todo o Império Romano (e.g.: *Onoba*, Huelva – Fernández Sutilo, Campos

Carrasco e Vidal Teruel, 2013: 179; *Carissa Aurelia*, Cádiz – Vaquerizo Gil, 2010: 287; *Cumes*, Pozzuoli – Brun *et al.* 2021: 5 e 15).

Já a materialidade e arquitectura da Sepultura II condiciona uma datação mais fina, uma vez que se trata de uma simples deposição, cujo único elemento associado ao enterramento é a própria urna cerâmica. Todavia, a existência de paralelos noutras necrópoles de cronologia análoga (e.g.: Lisboa – Bugalhão *et al.*, 2013: 266; Rouca, Alandroal – Rolo, 2010: 69; Santo André, Portalegre – Viegas *et al.*, 1981: 104; Córdoba – Vaquerizo Gil, 2010: 67), permite também afirmar a possibilidade deste enterramento ser igualmente da segunda metade do séc. I d.C.

Sobre a Sepultura III, o processo de enterro do defunto é semelhante ao da primeira, uma vez não se detectou uma urna em cerâmica, mas sim elementos metálicos que poderiam corresponder a uma urna perecível ou ao esquife. Aqui detectaram-se fragmentos de vidro deformados e uma moeda de bronze cuja datação, assumidamente arriscada como *supra* se afirmou, coloca a sua produção no principado de Trajano (Llorens Forcada e Ripollès Alegre, 1995: 219). Conquanto não se saiba qual o período de amortização deste numisma, facilmente podemos aceitar que tenha circulado durante a primeira metade do século II d.C., o que, constituindo o único elemento datante, implica que a Sepultura III deverá ser posterior às já referidas. Por outro lado, o rito associado à deposição de moedas em sepulturas, quer de incineração, quer de inumação, não se poderá considerar um indicador cronológico, uma vez que parece ser prática comum e transversal ao mundo romano, estando inicialmente relacionada com a crença pré-cristã de Caronte e do rio Aqueronte, na qual os defuntos tinham de pagar um “valor” para poder cruzá-lo e assim chegar à vida eterna (Dias *et al.*, 2022: 62), mantendo-se praticamente imune às alterações culturais, rituais e religiosas dos séculos posteriores (Pereira, 2018: 22).

Por último, não obstante a quantidade considerável de espólio exumado da Sepultura IV, importa salientar que uma parcela significativa deste é susceptível de ser considerada intrusiva. Com efeito, a sepultura em questão apresenta um estado de conservação consideravelmente afectado, restringindo-se à presença de um unguentário D1 e uma urna cerâmica como peças pertencentes à deposição primária. Ainda que a urna cerâmica não permita uma datação mais precisa, é no unguentário que encontramos indícios que sugerem que este poderá ser o enterramento mais antigo nesta necrópole, situando-o entre a transição da Era e a primeira metade do século I d.C. Ademais, é crucial ressaltar que o agrupamento de materiais intrusivos aparenta apontar para uma cronologia possivelmente anterior ou contemporânea à própria sepultura, o que sugere que resultam

de uma perturbação posterior ao sepultamento inicial, que, por sua vez, também pode ter truncado outros contextos.

Sendo verdade que estas sepulturas não colocam significativas interrogantes quando à sua datação, apoiada, como vimos, nos frequentes materiais analisados, distinta situação é-nos imposta quanto à sua interpretação.

Enquanto os dados relativos à Sepultura IV permitem, com pouca margem para dúvida, integrá-la na Fase 3 proposta por C. Viegas e R. Almeida, as Sepulturas I, II e III deverão corresponder à Fase 4 da ocupação romana de *Scallabis* (Viegas, 2003: 282-289; Almeida, 2009: 36-37), momentos ao quais se associa uma considerada abundância de outras evidências contextuais e materiais. Além disso, facilmente se reconhece na planta da intervenção uma dispersão considerável da necrópole alto-imperial situação que se poderá dever a vários factores. Por um lado, deve ter-se em conta o afastamento à área nuclear do assentamento, uma vez que, geralmente, as áreas mais ambicionadas para se fazer sepultar eram as mais próximas à acrópole ou à principal via de acesso às cidades. Por outro lado, deve ter-se em conta que a área intervencionada não deverá corresponder à totalidade da necrópole alto-imperial, não parecendo improvável que esta zona fosse limítrofe.

Como dissemos, estas considerações não estão isentas de problemas. Se considerarmos que, com efeito, uma das principais vias de acesso à cidade romana passava, *grosso modo*, pela actual Avenida 5 de Outubro, a zona Noroeste da intervenção é justamente a que estaria mais próxima dessa via e onde se concentram as sepulturas de incineração. Esta proximidade poderá explicar a presença de uma sepultura com uma arquitectura mais destacada, quer subterrânea, quer superficial. No entanto, embora próxima da via, insistimos que o afastamento à urbe é considerável, motivo pelo qual as sepulturas parecem ser de grande simplicidade e mesmo aquela não parece alcançar uma monumentalidade evidente. Ademais, a presença de abundantes manchas de combustão, que poderiam estar destinadas a incinerações ou a outras tarefas do *funus*, pode ser também indício de que estamos perante uma área limítrofe da necrópole (Vaquerizo Gil, 2010: 18; Pereira, 2018: 16).

Neste âmbito, devemos sublinhar que a Sul desta zona, no bairro ribeirinho de Onias, já se havia documentado vestígios funerários romanos de incineração (Saa, 1959: 86-87; Alarcão, 1988a: 116; Viegas, 1996: 12; Abreu, 2002: 164), situação que alenta a localização de uma das eventuais estradas de acesso a *Scallabis* neste ponto, assim como de uma possível necrópole (Viegas, 1996: 13). O paradeiro destes achados, assim como

o local exacto da sua descoberta, é desconhecido, sabendo-se que incluíam “[...] muitas moedas de prata, bronzes dos Romanos, vasos ao modo de urnas de barro, solhos de mosaico marchetados, e [...] caveiras e ossos de finados.” (Aragão, 1897: 26-31 *apud* Saa, 1959: 86-87).

Se tivermos em consideração a topografia do planalto onde se estabeleceu a Alcáçova, as opções de implantação das necrópoles não são, de facto, variadas. Podemos assumir que nos primeiros séculos após a viragem da Era as sepulturas se terão disposto nesta zona, em ambos os lados da via de acesso ao assentamento.

Além dos contextos em análise, é importante relembrar outros achados, que já foram *supra* referidos, descobertos no Largo Pedro Álvares Cabral (Boavida, Casimiro e Silva, 2014-2015: 67-68; 2017) e na Rua Capelo e Ivens (Liberato e Santos, 2017: 1396; 2017a: 18) (Anexos, Cartografia: Mapa 1).

No primeiro sítio, destaca-se a presença de bolsas contendo cinzas com, por vezes, alguma materialidade. Quando presente, o espólio inclui fragmentos de vidro, correspondentes a recipientes na sua maioria deformados por exposição ao fogo, assim como esquirolas de osso carbonizado e elementos metálicos, análogos aos descobertos na Avenida 5 de Outubro (Boavida, Casimiro e Silva, 2017: 1221-1222). Em conjunto com a restante materialidade, nomeadamente uma cerâmica de paredes finas emeritense da forma XIV (Rodríguez Martín, 1996: 164-165) e unguentários em vidro B1/B2 (Isings, 1957: 97-99; Rütli, 1991: 119 e 314, tafel 102, n.º 2355), os autores atribuíram uma datação entre o final do século I d. C. e os meados da centúria seguinte (Boavida, Casimiro e Silva, 2017: 1222), coetânea com quase a totalidade dos contextos de incineração aqui em estudo.

Já na Rua Capelo e Ivens, os resultados incidentes em realidades possivelmente romanas resumem-se à identificação de várias manchas de cinza e ossos descontextualizados, resultado de acções pós-deposicionais, e de um pequeno covacho de planta circular que continha o fundo de uma urna, assim como alguma cerâmica comum, restos osteológicos e cinza (Liberato e Santos, 2017a: 17-18). Cobrindo a urna, bem como a sua envolvente, identificou-se um depósito que era composto por sedimento de coloração cinzento-escuro, tendencialmente argiloso, semi-compacto a compacto e com muitas pedras calcárias, sobretudo no topo (*idem*). Estas características, aliadas à presença de alguns fragmentos de osso carbonizado, para M. Liberato e H. Santos, evidenciam esta ser uma zona de incineração, isto é, um *ustrinum* que fora cortado para a deposição do defunto (2017a: 18). Não existindo fósseis-directores que permitam afinar a baliza

cronológica destas realidades, segundo o rito praticado, parece verosímil que sejam coetâneas das em estudo.

Não obstante, como dissemos, os vestígios de utilização do espaço funerário da Avenida 5 de Outubro, durante o alto-império, são limitados. Não se pode considerar que a área tenha assistido a uma considerada acumulação de sepulcros, da mesma forma que parece improvável que tenha sido utilizada durante um largo período. Infelizmente, não podemos avançar quaisquer considerações sobre o que terá motivado esta situação, além de repararmos que coincide maioritariamente com a Fase 4 proposta para a urbe. Esta fase caracteriza-se por uma profunda afectação dos contextos pelas ocupações posteriores, o que, aliás, está em concordância com o que foi apurado na análise dos estratos relacionáveis com os contextos funerários. Recordamos ainda que esta é uma fase que se tem associado ao início de um declínio comercial no qual *Scallabis* assistiu a:

“[...] um decréscimo das importações de cerâmicas finas e de produtos alimentares envasados em ânforas, sobretudo a partir de finais do século I d.C., numa tendência que se acentua a partir de meados do século II.” (Viegas, 2003: 22).

Todavia, parece evidente que entre final do século I e meados da centúria seguinte este espaço terá sido amortizado, sem que nele se tenham registado quaisquer construções. É provável que as poucas sepulturas aí concretizadas tenham caído no esquecimento e que a área tenha voltado a adquirir funções idênticas às que havia tido em período romano-republicano. A unidade estratigráfica [1606] é evidência de que a necrópole terá sido colmatada por uma espessa camada de sedimentos, que se concentrava particularmente na zona Noroeste da escavação, coincidente com a área onde se haviam realizado os enterramentos alto-imperiais. É difícil determinar se este soterrar das sepulturas teve como objectivo o simples ocultar de realidades funestas, ou se se pretendeu dessacralizar o espaço para lhe conferir outras funções. Lembramos que após o processo do *funus* aqueles que haviam estado em contacto com o defunto ou haviam participado nos ritos deveriam passar por um processo de purificação (Toynbee, 1996: 43), situação que podia ser extensível a estes casos.

Apesar das incertezas, certo é que este espaço se manteve sem um grande protagonismo do quotidiano da urbe durante bastante tempo. Somente séculos depois voltaria a ser espaço de acomodação cadavérica, agora assistindo a novos ritos de deposição e a novos processo de *funus*. Embora notemos que se mantém a função, é

possível afirmar que a necrópole alto-imperial não tem qualquer relação com a tardo-antiga. A coincidência topográfica poder-se-á ter devido à escassez de opções de expansão da urbe e dos seus equipamentos.

É bastante notório, contudo, que ambas compartilhem a mesma proximidade à via de acesso ao assentamento. Aliás, a mesma situação é verificável também para as necrópoles da Antiguidade Tardia de espólio visigótico e Islâmicas, motivo pelo qual a área Sudeste da intervenção praticamente não regista enterramentos e os poucos aí verificados deverão ser mais modestos.

Se aceitarmos que na Antiguidade o acesso à Alcáçova seria feito pela via que actualmente corresponde à Avenida 5 de Outubro, a concentração das sepulturas no lado Noroeste da área intervencionada coloca-as numa posição privilegiada na paisagem para serem vistas e cultuadas. Esta disposição hierarquizada em função da proximidade à via seria a forma mais comum de estruturar as necrópoles nos contextos deste período, como já observámos, e encontra-se presente em incontáveis sítios, tais como: Lisboa (Bugalhão *et al.*, 2013: 272; Cabaço *et al.*, 2017: 1244; Silva, 2005; 2012), *Bracara Augusta* (Braga, 2010; 2014; Braga e Martins, 2015), Córdoba (Vaquerizo Gil, 2010: 57), Pompeia (Vaquerizo Gil, 2010: 32), e, por excelência, a própria cidade de Roma (*idem*). Devemos, pois, interpretar este posicionamento numa lógica de visibilidade e acesso, sendo o seu distanciamento ao núcleo urbano um factor menos decisivo na sua implantação do que será em momentos posteriores.

Voltando aos contextos que nos interessam, o grande inconveniente que esta fase da necrópole impõe relaciona-se com a sua datação. Somente foi possível detectar uma sepultura que continha espólio, cujos artefactos nos permitirão delimitar uma baliza entre o início/meados do século II d.C. e o final do IV ou mesmo primeiras décadas do V. A grande maioria das sepulturas, como vimos, estava desprovida de quaisquer elementos, o que impede uma datação mais apurada.

Em algumas regiões concretas já foi sugerido que certas necrópoles de inumação tenham sido desguarnecidas de espólio a partir de momento centrado do século III d.C., como é o caso do Algarve (Pereira, 2018: 19 – e.g.: necrópole da Horta, *idem*: 93; Faro, *idem*: 311), ou da necrópole do Moinho do Castelinho (Dias e Encarnação, 2022: 37-39), mas nestes casos isso foi observado apenas nas necrópoles suburbanas ou rurais, mantendo as urbanas um registo semelhante às centúrias anteriores até mais tardiamente, como se verificou em Lisboa (e.g.: Rua dos Correeiros – Bugalhão *et al.*, 2013: 272; Rua da Adiça – Filipe e Santos, 2017: 249; Rua de São Nicolau – Casimiro *et al.*, 2022: 120)

ou em Braga (Braga, 2015: 377), já para os séculos IV e V. Conquanto o quadro social e votivo anteveja que a população que se fez sepultar nesta zona fosse possivelmente mais humilde, o facto de estarmos perante uma necrópole urbana obriga a questionar porque o panorama funerário não se apresenta mais complexo e diverso, como é o caso de *Bracara Augusta* onde é notória a convivência de ritos de inumação com e sem espólio (Braga, 2015), não se devendo considerar que estas sepulturas se tenham concretizado apenas a partir do referido momento. É, apesar disso, uma baliza a ter em consideração.

Se a esta possibilidade somarmos o facto de a arquitectura subterrânea ser fundamentalmente austera, tendo-se utilizado sobretudo materiais naturais locais ou simplesmente negativos no subsolo, dificilmente podemos sugerir uma cronologia antiga dentro daquela baliza, uma vez que se documentam estruturas desta natureza, desprovidas de espólio, num espectro cronológico entre o século I/II d.C. até ao VIII, um pouco por todo o mundo romano (González Villaescusa, 2001: 102). É, quiçá, na *supra* referida orientação dos defuntos que podemos afinar esta baliza, já que denuncia um rito judaico-cristão, não descartando, também, a possibilidade de se tratar de um culto solar (González Villaescusa, 2001: 69).

Por outro lado, a utilização de tijolos e pedra é uma constante a partir de momento avançado do século III, mas que, nesta altura, convive ainda com uma utilização frequente de tégulas, elementos que não se registaram nesta necrópole em contexto primário e/ou funerário. Regressemos à Rua Capelo e Ivens onde, sobrepondo-se à já mencionada incineração, foram identificadas duas inumações, também estas, sem qualquer espólio no seu interior, de orientação SO-NE, ambas cobertas por telhas e cujos covachos foram escavados até ao geológico (Liberato e Santos, 2017a: 18). Conquanto os autores não avancem com uma datação para estes enterramentos, dada a orientação dos defuntos, coloca-se a possibilidade de se tratar de enterramentos tardo-antigos, embora aqui um pouco mais precoces que os da Avenida 5 de Outubro.

Assim, questionamo-nos se a maioria destas sepulturas vazias de espólio não terão sido concretizadas já no século IV ou mesmo no V d.C. Aliás, neste sentido falam também as recorrentes aglomerações de ossadas que se registaram nestas sepulturas, aos pés dos últimos inumados (Duarte, 2015), demonstrando que se trata de sepulturas que foram sucessivamente utilizadas, situação que é particularmente frequente a partir de momento avançado do século IV (*vide* paralelos, por e.g., em Miroiço, Cascais – Cardoso e Cardoso, 2022: 114; Setúbal – Figueiredo, 2018; Beringel, Beja – Nunes, 2022: 210). A reutilização de sepulturas de inumações, gerando-se as deposições destes ossários,

acontece quer nas sepulturas “tardo-romanas”, quer nas ditas “visigóticas”, sendo, portanto, uma realidade transversal às necrópoles tardo-antigas presentes na área intervencionada, o que permite consentir algum, ainda que relativo, nível de continuidade e homogeneidade nas práticas funerárias (Arezes, 2017: 282-283).

Conquanto estas características tenham sido utilizadas como critério para a determinação da natureza crono-cultural dos enterramentos, tem-se constatado que a ausência de espólio nos sepulcros não deverá consubstanciar indícios exclusivamente cristãos e, conseqüentemente, a existência de uma relação directa entre a adesão ao cristianismo e o despojamento dos túmulos (Arezes, 2017: 170). Não obstante, partindo deste pressuposto, assim como de outras informações contextuais e materiais, encontram-se em certas necrópoles situações análogas às em estudo.

Começemos por alguns exemplos rurais, em Serpa, na necrópole da Torre Velha 3, foram identificados vinte e sete indivíduos e duas reduções, divididos por vinte e três estruturas funerárias, nomeadamente, covachos simples, sepulcros em caixas cerâmicas ou pétreas e fossas. (Alves *et al.*, 2013). Tal como na Avenida 5 de Outubro, estes covachos simples foram escavados apenas o necessário para acomodar um corpo, o que resultou numa afectação considerável nos restos ósseos e nos contornos das próprias estruturas funerárias, devido à acção antrópica posterior; e os defuntos encontravam-se depositados em decúbito dorsal e orientados de NO-SE (Alves *et al.*, 2013: 1934). Não obstante a ausência de espólio, os autores consentem que a estratigrafia de algumas destas sepulturas, as posições e orientações dos esqueletos apontam para um momento indefinido da Antiguidade Tardia (*idem*: 1935). Em Miroiço, Cascais, encontrou-se um significativo e variado conjunto de estruturas funerárias, do qual se destacam os covachos simples, sem espólio, orientados a NO-SE e, por vezes, reutilizados para a deposição de ossários. A sua datação também ilude os investigadores, embora aceitem que façam parte de um fenómeno cultural e religioso que tem início no século V d.C. (Cardoso, 2018: 172 e 174; Cardoso e Cardoso, 2022: 113).

Já em realidades urbanas, como em *Olisipo*, o cenário avizinha-se mais complexo. Aqui, o faseamento da ocupação romana da Praça da Figueira foi delineado por R. Banha da Silva em cinco momentos (2005: 38-58), pelo que nos interessam entre a 3ª e a 5ª Fase a propósito do estudo das inumações da Avenida 5 de Outubro. Estruturado em torno da “Via Norte”, o espaço sepulcral começou a desenvolver-se naquela que hoje é a Rua das Portas de Santo Antão, logo no século I d.C., tendo atingido a sua fase mais monumental algures entre os séculos II e III (Silva, 2005: 43; Cabaço *et al.*, 2017: 1244; Loja, 2022:

19). Curiosamente, a prática da incineração coexiste com as inumações até ao início do século IV neste local (Silva, 2005: 56), momento a partir do qual se começa a verificar uma desmonumentalização do espaço, a favor da construção de uma estrutura defensiva (Cabaço *et al.*, 2017: 1245; Loja, 2022: 20). Tem, então, início a 5ª Fase, que se caracteriza pelo abandono gradual e lento desta área como espaço de necrópole, a partir de uma data imprecisa ainda no século IV d.C. (Cabaço *et al.*, 2017: 1245). Foi deste momento, do início do século V, que se exumaram três enterramentos de covachos simples, sem espólio, todos eles infantis (Cabaço *et al.*, 2017: 1245; Loja, 2022: 21). No que concerne aos paralelos com as sepulturas escalabitanas, para além dos enterramentos sem espólio, importa mencionar que na necrópole da Rua das Portas de Santo Antão identificou-se uma inumação cujo posicionamento do defunto e dos seus membros é análogo à Sepultura V dos contextos em estudo, e cuja datação se estimou situar, pela materialidade, entre o século III d.C. e o início do IV (Cabaço *et al.*, 2017: 1246).

Este tipo de enterramento simples, despojado de bens materiais, encontra-se também presente na capital provincial de *Emerita Augusta*, onde convive cronologicamente e espacialmente com outras mais elaboradas e ricas em espólio. Embora a investigação tenha aqui também reconhecido a dificuldade inerente à datação deste tipo de contextos (Bejarano Osorio, 1996: 348; Heras Mora e Olmedo Gragera, 2018-2019: 205-206), para algumas das necrópoles de Mérida tem-se sugerido uma aproximação aos séculos IV e V, com base nestas relações contextuais e nos demais indícios já referidos para outros sítios, como, por exemplo, a orientação cadavérica (Heras Mora, Olmedo Gragera e Pérez Maestro, 2006-2008: 732).

Regressando a Santarém, como já foi dito, e por todos os motivos que têm sido apontados, do ponto de vista arqueológico o momento histórico aqui representado pelas inumações sem espólio é difícil de precisar, principalmente devido à ausência de elementos que permitam afinar as balizas cronológicas. Já a Sepultura V, assim como as com espólio culturalmente visigótico, permitem outras considerações. Efectivamente, recorrendo, novamente, ao faseamento preconizadas por C. Viegas (2003: 289) e R. Almeida (2009: 37) para a ocupação romana da Alcáçova de Santarém, enquanto a Sepultura V deva corresponder à Fase 5 e as “visigóticas” à Fase 7, as demais inumações deverão enquadrar-se algures entre as Fases 5 e 6, podendo ainda alcançar a 7.

Certo é que estamos perante realidades que se relacionam com o fenómeno generalizado de difusão do cristianismo pelo Império Romano e que terá tido especial

impacto em *Scallabis*, uma vez que se estima ter havido um bispado nesta cidade (Viegas, 2003: 22-23). Como já foi dito por outros autores, esta religião:

“[...] teria penetrado no espaço de *Scallabis*, quer por via comercial (atendendo às relações com o Mediterrâneo Oriental e à presença judaica e síria no seu território) quer por via romana oficial [...]” (Viegas, Custódio e Mata, 1996: 65).

Além disso, a presença destas sepulturas nesta área permite considerar que o assentamento localizado na área do planalto onde se viria a implantar a Alcáçova não se deverá ter expandido consideravelmente, caso contrário teria invadido os contextos alto-imperiais. No entanto, devemos ser prudentes acerca destas possibilidades, sobretudo devido ao facto de não estarmos em plena posse dos dados de campo. Se, por um lado, não se pode atribuir taxativamente a austeridade na tumba exclusivamente ao cristianismo, por outro, quer as religiões orientais, quer as interpretações do cristianismo primitivo trazido pelas comunidades germânicas apresentavam uma heterogeneidade considerável que seguramente tinha reflexo na sepultura.

Mais seguro é afirmar que se localizaria também paralelamente à principal via de acesso ao núcleo urbano, sendo evidentemente o espaço funerário mais relevante para aquelas populações.

Infelizmente, os vestígios arqueológicos que atestam a ocupação de *Scallabis* nessa cronologia são limitados à necrópole da Avenida 5 de Outubro e à sepultura da Rua Capelo e Ivans, embora ressalvemos a incerteza da sua datação. Se para os séculos mais avançados da Antiguidade Tardia o registo funerário é parco, outros contextos, como de habitação ou circulação, também escasseiam. Como afirmaram A. M. Arruda e C. Viegas em dois momentos de síntese relativa aos trabalhos na Alcáçova de Santarém:

“Da cidade romana tardia, paleocristã ou visigótica, pouco ou nada se sabe. Apesar de existirem materiais cerâmicos datados de meados do séc. VI no local, estes não se encontram associados a qualquer estrutura” (Arruda e Viegas, 2002: 80; 2003: 200-201).

Neste sentido, embora tenham surgido recentemente novos dados para outras cronologias, a paisagem urbana da Antiguidade Tardia continua a apresentar desafios à investigação arqueológica. Prevalece a crença de que a maior parte da ocupação se concentrava na Alcáçova (Liberato, 2018: 137), no entanto, a Norte do local em estudo, onde a paróquia de S. Martinho de Tours foi mencionada pela primeira vez em 1214

(Viana, 2007: 88), há referência da descoberta de uma lápide possivelmente de origem tardo-antiga (Liberato, 2012: 5-6). Esta situação pode recuar a cronologia de fundação da referida igreja para um momento paleocristão ou, mais possivelmente, indicar a reutilização de materiais da necrópole na sua construção. Ainda assim, outros elementos arquitectónicos, como as cruces da Igreja de Santo Estevão e da Porta de Manços; a cancela de altar de labor artístico visigótico; dois capitéis tardios do arco triunfal da Igreja de São João Evangelista (Alfange) e alguns capitéis da Igreja de Santa Maria da Alcáçova (Viegas, Custódio e Mata, 1996: 64-68), atestam uma riqueza cultural e artística ainda silenciosa nas fontes arqueológicas.

Com este vigor arquitectónico e religioso conviveriam outros elementos do quotidiano que tiveram reflexo nestes enterramentos. Embora se destaque uma possível influência do cristianismo na tipologia de enterramento, onde os indivíduos foram colocados em decúbito dorsal e orientados em sua maioria de Este para Oeste, as amostras antropológicas estudadas por V. Duarte revelam uma simplicidade quer na vivência, quer na morte da população (2015: 98). Enquanto na amostra considerada, pela autora, visigótica as lesões predominam nos membros superiores, nas outras inumações essas afectaram principalmente os membros inferiores. No entanto, esses dados, igualmente corroborados nas campanhas de escavação posteriores (Santos, 2010: 15-16 e 18-19), apontam de forma unânime para um estilo de vida associado a possíveis actividades rurais, caracterizado por uma notável mobilidade e esforço físico por parte destes indivíduos (Duarte, 2015: 98).

À luz destas afirmações, parece-nos importante recordar que *Scallabis* fora um polo urbano de relativa importância estratégica, o que lhe concedeu, inclusivamente, o estatuto de sede do convento jurídico (Viegas, 2003: 17). Contudo, foi perdendo a sua influência a partir do século II d.C. devido a uma reestruturação das prioridades políticas e económicas, nunca sendo, porém, retirado o seu estatuto jurídico. A partir de então, *Olisipo* surge como o principal centro urbano da região, realidade reflectida, por exemplo, nos dados epigráficos (Guerra, 2002; 2006: 272) e arqueológicos (para além dos trabalhos que se têm vindo a ser citados, *vide* Filipe *et al.*, 2015; Fernandes *et al.*, 2015). Quando agrupada a totalidade das inscrições do município olisiponense, esta é equiparável ao conjunto epigráfico da capital provincial, *Emerita Augusta*. Por comparação, *Scallabis*, a capital conventual, apresenta um conjunto epigráfico reduzido e de pobre qualidade, mesmo ocupando uma posição jurídica superior à de *Olisipo* (Ribeiro, 1994: 60). Considerando as informações antropológicas apresentadas, é plausível inferir que em

consonância com a redução do dinamismo comercial da cidade, tenha ocorrido um processo de transição gradual para actividades económicas de cunho mais rural.

Mais difícil é determinar qual a relação das sepulturas sem espólio com aquelas que foram consideradas “visigóticas”, dos séculos VI e VII (Liberato, 2012: 6), ou se existiu um hiato entre ambas realidades funerárias. Na zona Norte da necrópole, num espaço pelo qual se prolongou a intervenção, foram descobertas algumas sepulturas que continham material que foi datado desse momento e desse grupo cultural. Também a arquitectura subterrânea serviu de argumento para avançar aquela datação, mas que, ainda assim, nos parece algo semelhante à de algumas das sepulturas anteriores.

Sem que pretendamos questionar a datação atribuída, vejamos os vários materiais recuperados naquelas sepulturas. Começando pelos adornos pessoais, foram identificados, em duas sepulturas, anéis de bronze, especialmente frequentes nos enterramentos com cronologias centradas nos séculos VI e VII (González Villaescusa, 2001: 72; Arezes, 2017: 391), uma bracelete de bronze, de semelhante cronologia às peças anteriores (Arezes, 2017: 394), dois brincos normalmente associados ao espólio feminino visigótico maioritariamente do século VI, alcançando também o VII (Arezes, 2017: 395), e algumas dezenas de contas de âmbar, assim como uma maior de vidro, que compunham um colar atribuível a um intervalo de tempo que se estende entre os séculos V e VII (Arezes, 2017: 405-407).

Para além destas peças, que se faziam acompanhar por um jarro, consideramos que a semelhança entre a arquitectura das sepulturas consideradas tardo-romanas, que aqui tratámos, com a das “visigóticas” consente uma aproximação cronológica de ambas realidades. Além disso, deve ter-se igualmente em conta a presença dos mesmos ritos praticados, concretamente a frequente realização de enterramentos múltiplos nos quais o primeiro estaria já consumido quando sepultam o segundo, ou mesmo o terceiro. Neste caso é possível que a presença ou ausência de artefactos que acompanham o defunto possa dever-se simplesmente a questões económicas ou de diversidade sociocultural que caracteriza um momento tão complexo como o do estabelecimento de reinos germânicos na Antiguidade Tardia peninsular.

Neste âmbito merece ainda uma palavra a ausência de jarros litúrgicos colocados geralmente ao lado da cabeça do finado, situação que, a aceitar que estamos perante sepulturas de cristãos, é evidência de que este seria um cristianismo de momentos avançados da Antiguidade Tardia (Pereira, 2018: 19). De facto, este rito parece ser mais frequente em necrópoles onde se fazem sepultar indivíduos que reservam o rito baptismal

para o momento da sua morte. Contrariamente, em necrópoles de cronologia mais avançada, como seguramente é o caso, este rito não está presente.

Neste sentido, poderíamos entender as evidências destas sepulturas como correspondentes ao que Vigil-Escalera Guirado considera como necrópoles pós-imperiais e que integra nos séculos V e VI (2013: 260). No entanto, tampouco esta possibilidade está isenta de problemas, já que o autor considera que nesta fase as sepulturas são exclusivamente individuais. A favor desta possibilidade está a ausência de materiais característicos da “moda danubiana” (Arezes, 2017: 330; Eger, 2020: 183) e o facto de a maioria das sepulturas não conter espólio e, quando presente, corresponde sobretudo a adornos pessoais (Vigil-Escalera, 2013: 261).

Podemos, pois, ponderar sobre a eventual possibilidade de que todas as sepulturas, as tardo-romanas e as “visigóticas”, tenham integrado o mesmo espaço da morte, ainda que correspondendo a fases distintas. No conjunto, parece provável que se tenham concretizado a partir do século V, já que algumas ausências, como vimos, permitem esta consideração. Mais surpreendente é a ausência de elementos característicos de época tardo-antiga culturalmente visigótica, como é o caso dos elementos bélicos introduzidos a partir do Danúbio Médio (Arezes, 2017: 330).

Esta situação não é fácil de justificar, mas devem ter-se em conta alguns pontos que já foram salientados, nomeadamente o facto de nesta fase a população considerada visigótica ser uma minoria comparativamente à hispano-romana (Ripoll López, 1989: 395-396) e de o século V representar um ponto de cisão no que respeita aos ritos funerários com o momento precedente (Arezes, 2017: 133-134). Uma dessas transformações passa justamente pela forma como se encara a morte, que, no caso das populações germânicas, não segue os mesmos preceitos apregoados pelas comunidades hispano-romanas cristãs, com as quais convivem.

O maior inconveniente na análise das sepulturas da necrópole da Antiguidade Tardia reside, pois, na distinção de duas realidades que, sendo contemporâneas, oferecem evidências ténues. Este espaço da morte terá acolhido indivíduos entre os séculos V e VII, o que não significa que tenha estado activa em todo este tempo. A comprová-lo está o facto de serem abundantes as sepulturas de múltipla utilização, que exigiam um tempo considerável entre sepultamentos. Por outro lado, a ausência ou presença de espólio pode ser resultado da capacidade económica dos sepultados ou mesmo de distintas etnias que conviveram neste momento concreto. No entanto, esta é uma questão bastante complexa que exige mais dados do que aqueles que aqui tratámos.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo de conclusão, emerge da investigação e das interpretações anteriormente feitas uma nova visão sobre a necrópole romana descoberta entre os n.^{os} 2-8 da Avenida 5 de Outubro. O decurso desta dissertação conduziu a um melhor entendimento da materialidade, fases de ocupação e evolução cronológica da necrópole, bem como à sua integração na malha urbana de *Scallabis*, a cidade romana que hoje conhecemos como Santarém.

Os objectivos delineados guiaram a meticulosa análise do espólio e dos contextos registados nas escavações de âmbito empresarial coordenadas sob a direcção de H. Santos e M. Liberato em 2007 e 2008. Cada fragmento e cada U.E. inventariada e analisada contou a história das diversas fases de ocupação deste espaço, apresentando um panorama que abrange desde os vestígios tardo-republicanos até a um momento avançado da Antiguidade Tardia, incluindo as próprias perturbações posteriores. O minucioso escrutínio do *ustrinum*, das incinerações e das inumações revelou os traços distintivos destas práticas funerárias em *Scallabis* ao longo do tempo, assim como os demais materiais e estratos possibilitaram algumas ilações sobre a evolução deste sítio arqueológico.

A evolução da necrópole, por sua vez, contribuiu para entender o mosaico que são as descobertas arqueológicas romanas de Santarém, preenchendo certas lacunas e corrigindo preconceitos sobre o entendimento que se tem da malha urbana de *Scallabis*. Tal como já se havia constatado na longa e profícua investigação incidente na Alcáçova, as fases de ocupação dos n.^{os} 2-8 da Avenida 5 de Outubro revelaram-se como fragmentos cronológicos de uma cidade em constante transformação, onde os ritos funerários ecoaram estas mudanças culturais, sociais e religiosas.

Se, por um lado, o primeiro momento de ocupação do sítio é atestado por evidências materiais que poderão recuar à segunda metade do século II a.C., a sua presença deverá resultar de aterros ou, simplesmente, de actividades do quotidiano. Porém, sem mais dados relativos à relação contextual entre estes estratos e o restante espaço, seria imprudente intuir outras conclusões mais concretas sobre a presença deste espólio mais antigo, para além de ser símil com as descobertas da própria Alcáçova.

Efectivamente, o local em estudo só começou a ter uma funcionalidade fúnebre a partir da viragem da Era, cujo momento se encontra representado pela Sepultura IV. Este enterramento foi significativamente afectado por uma actividade pós-deposicional que

introduziu uma miríade de peças, se não mais antigas, contemporâneas do mesmo. A equipa de campo, com quem concordamos, aponta que os objectos originalmente depositos no covacho se limitariam à urna cerâmica e ao unguentário de tipo D1, peça que baliza cronologicamente a sepultura entre o último quartel do século I a.C. e a primeira metade da centúria seguinte.

Já as outras sepulturas de incineração aparentam ser ligeiramente posteriores. Por exemplo, o conjunto de estruturas complementares composto pela Sepultura I e pelo *ustrinum*, não só tinha uma estreita relação estratigráfica, já que a primeira cortava a segunda, como o espólio de ambas era coetâneo. Como *supra* se viu, dentro do covacho identificaram-se vestígios de estuque pintado, cinzas e vários elementos metálicos que denunciam a presença de uma urna feita de material perecível ou a utilização de um esquife e ainda fragmentos de vidro cujo perfil se aproxima da forma AR 207. Por outro lado, colocado sugestivamente no limite do corte que o *ustrinum* sofreu pela sepultura, foram exumadas duas peças, concretamente uma cerâmica de paredes finas Mayet XLIII inteira e uma lucerna Dressel-Lamboglia 11, à qual faltava somente parte da orla. Neste espaço de incineração foi igualmente descoberta cinza, elementos metálicos semelhantes aos do covacho, fragmentos de vidro identificáveis com a forma AR 39 e uma agulha de osso. Dado este panorama material, parece verosímil apontar para uma baliza cronológica da segunda metade do século I d.C. aos primeiros momentos do II. Este conjunto caracteriza-se também pela monumentalização que o visibilizava no exterior, sob a forma de um empedrado encimado por um memorial.

Segue-se a Sepultura II, uma estrutura significativamente afectada em período islâmico, cujo único elemento caracterizador corresponde ao fundo de uma urna cerâmica. A escassez de elementos datantes poderá resultar desta reocupação do espaço, da condição socioeconómica do defunto ou do próprio rito funerário, porém, com independência disto, é uma situação que torna difícil avançar com datações concretas. Julgando pelo rito associado à urna de incineração, o término *post quem* da Sepultura II deverá ser colocado algures no século II d.C., possivelmente ainda na primeira metade se consentirmos uma proximidade às demais realidades em estudo.

Efectivamente, a Sepultura III padece igualmente de problemáticas de datação. Esta continha mais espólio que a anterior, nomeadamente pregos de ferro, fragmentos de vidro inclassificável e um sestércio, sendo este último elemento o único que permite avançar com algumas considerações cronológicas. Apesar da assumida difícil leitura, cremos que a moeda apresenta características que a aproximam de um RIC II 466 de Trajano,

tratando-se de uma cunhagem operada entre 103 e 111 d.C. e que se estima ter estado em circulação até 143/144 d.C. Conscientes da morosa amortização característica dos numismas, parece, contudo, plausível que a sua deposição corresponda ao referido intervalo, datando o sepulcro da primeira metade do século II d.C.

Esgotados os contextos de incineração, resta referir a Sepultura V, a única inumação cujos dados estratigráficos e espólio foram cedidos. No que à antropologia diz respeito, esta inumação não integra o conjunto estudado por V. Duarte (2012), uma vez que a autora refere que nenhuma das amostradas por si analisadas continha espólio. Contudo, o registo fotográfico denota uma orientação Sudoeste-Nordeste e um posicionamento decúbito dorsal, com as mãos sobre o ventre. Além desses elementos caracterizadores, refira-se que o espólio é composto por duas peças de cerâmica comum de produção local/regional amplamente utilizadas no mundo romano, cuja circulação e utilização deverá coincidir em meados do século II d.C.

Expostos os contextos para os quais houve um acesso aos espólios e aos dados de campo, urge também sintetizar os dados relativos ao conjunto de 35 sepulturas de inumação sem espólio, a fim de se obter uma mais completa imagem evolutiva da necrópole. Os elementos que caracterizam estas realidades limitam-se à total ausência de objectos votivos, à disposição predominante das sepulturas no eixo Oeste-Este, e o recurso a estruturas funerárias de extrema simplicidade, compostas por um covacho escavado no solo, desprovido de qualquer forma de cobertura. Como vimos na sua exposição e interpretação, a ausência de espólio é uma característica das práticas cristãs em meio urbano que tem início na segunda metade do século III d.C., prolongando-se pelos séculos seguintes. De mesmo modo, a ausência de *tegulae* ou *imbrices* a cobrir os enterramentos poderá inclusive avançar a datação deste conjunto sepulcral para o final do século IV d.C. ou V. Outras hipóteses foram levantadas, como a orientação das sepulturas ter a sua origem num culto solar, ou a ausência de telhas resultar da forte acção antrópica que se verificou nas ocupações posteriores. Ainda nesta lógica, recordemos as sepulturas identificadas na Rua Capelo e Ivens sem qualquer espólio no seu interior, de orientação Sudoeste-Nordeste e cobertas por telhas (Liberato e Santos, 2017a: 18). Porém, dada a quantidade de enterramentos identificados na Avenida 5 de Outubro, a homogeneidade entre as suas características estruturais e, principalmente, a ausência de mais dados contextuais, adoptamos uma postura preferencialmente conservadora e assumimos que se trata de sepulcros tarde-antigos com uma abrangente baliza cronológica, ainda que possivelmente incidam num momento mais tardio como seguidamente explicaremos.

Cabe-nos ainda analisar a relação existente entre o conjunto de sepulturas *supra* discutidas e aquelas que foram identificadas como pertencentes ao período visigótico da Antiguidade Tardia. Com base nas investigações previamente conduzidas por M. Liberato (2012), é possível estimar que o espólio estudado e divulgado indica que a cronologia das sepulturas “visigóticas” se enquadra no intervalo compreendido entre o século VI e VII. Contudo, é prudente salientar a possibilidade de uma maior proximidade temporal entre as sepulturas de cronologia incerta, embora tardo-antiga, e as de espólio visigótico. Esta suposição fundamenta-se nas semelhanças arquitectónicas das estruturas funerárias e na própria organização da necrópole. Desta forma, a hipótese de uma organização dos enterramentos com base na riqueza ou estatuto dos indivíduos/famílias, ou até mesmo por grupos étnicos e sociais, ganha força caso esta possibilidade venha a ser confirmada. No entanto, é crucial reiterar que tal perspectiva permanece no domínio das conjecturas, uma vez que a falta de dados contextuais e a dificuldade em datar a grande maioria das sepulturas impossibilita estabelecer afirmações assertivas neste sentido.

A partir dos dados matizados, tornou-se viável, por um lado, corroborar certas concepções que gradualmente têm solidificado a compreensão da ocupação romana de *Scallabis*, por outro, também contribuíram em resolver algumas questões sobre o urbanismo que há muito afectavam a investigação escalabitana.

Em primeiro lugar, os dados mais precoces da área ocupada pela necrópole encontram-se em plena consonância com os resultados obtidos da Alcáçova. A materialidade aqui apresentada não só compartilha uma concordância cronológica, mas também em termos tipológicos, com o espólio previamente exumado e publicado da acrópole, como tem vindo a ser evidenciado pelas diversas referências ao longo desta dissertação. Posto isto, infelizmente, à luz dos dados actuais, os espaços da morte quer de período sidérico, quer do romano-republicano permanecem uma incógnita.

Por outro lado, as descobertas alto-imperiais reforçam a visão que já se suspeitava do *pomerium* da cidade romana e das vias de acesso de Santarém e da própria Alcáçova. Como já foi observado, os espaços sepulcrais organizavam-se em torno destas estradas e, neste sentido, foi possível recuperar as referências às descobertas em Onias (Saa, 1959: 86-87; Alarcão, 1988a: 116; Viegas, 1996: 12; Abreu, 2002: 164), que alentam a passagem da via proveniente de *Olisipo* por essa área (Alarcão, 2002: 110), assim como confirmar que uma das possíveis – se não a principal – via de acesso à acrópole encontra-se plasmada pela actual Avenida 5 de Outubro. Embora ainda não tenham sido encontrados vestígios concretos dessa estrada romana, a disposição e organização da

necrópole permitem supor que o traçado seja, de forma geral, compatível com esse princípio.

Além desse aspecto, a presença dos contextos funerários descobertos tanto na Avenida 5 de Outubro quanto no Largo Pedro Álvares Cabral (Boavida, Casimiro e Silva, 2014-2015: 67-68; 2017), e ainda na Rua Capelo e Ivens (Liberato e Santos, 2017: 1396; 2017a: 18) (Anexos, Cartografia: Mapa 1), permite consolidar a crença de que no planalto de Marvila não existiriam núcleos habitacionais (Mantas, 1996: 597-598; Viana, 2007: 53-55; Viegas, 2018: 128), ao contrário do que foi defendido entre as décadas de 70 a 90 (Gaspar, 1975; García, 1977; Rodrigues e Custódio, 1996).

Esta linha de raciocínio, que já foi previamente observada, baseou-se em dados cartográficos e fotografia aérea para conjecturar que a intersecção das ruas Capelo e Ivens, Miguel Bombarda, João Afonso e 1.º de Dezembro poderia corresponder à disposição do cardo e do decumano de *Scallabis* (Rodrigues e Custódio, 1996: 181). Entretanto, até o presente momento, não surgiu qualquer indício arqueológico que aponte nessa direcção (Viegas, 2018: 128). Pelo contrário, os dados funerários que têm sido mencionados sugerem que essas áreas deverão ser consideradas *suburbia*, ou seja, imediatamente adjacentes, porém exteriores ao tecido urbano propriamente dito.

Em última instância, poder-se-ia associar os indícios de sepulcros mais distantes da acrópole a possíveis assentamentos rurais. No entanto, a falta de evidências quanto à existência de *villae* ou outras implantações rurais nas proximidades descarta qualquer conjectura nesse sentido. Portanto, a teoria que sustenta o plano ortogonal romano, considerando *Scallabis* e *Presidium Iulium* como duas entidades topográficas distintas, permanece não só desprovida de provas que a fundamentem, como os dados actuais contradizem essa suposição.

Uma possibilidade com maiores perspectivas de confirmação é a existência de um *portus*, que tem sido situado na região do Alfange (Viana, 2007: 54), embora ainda faltem evidências arqueológicas que sustentem essa hipótese. De facto, causa estranheza a ausência de estruturas conservadas ao longo da margem ribeirinha, no entanto, é imperativo considerar a significativa importância estratégica e económica que uma ocupação nessa área teria tido. Nesse sentido, os indícios funerários de Onias poderiam não somente delinear o trajecto da via em direcção a *Olisipo*, mas também estabelecer o limite da zona habitacional do núcleo portuário. Esforços também foram empregues na identificação dos topónimos mencionados em fontes medievais, *Seserigo* e *Runa*, como

possíveis testemunhos do desenvolvimento da frente ribeirinha durante a ocupação visigótica de *Scallabis* (Viana, 2007: 56-57).

Posto isto, acreditar que, ao longo da sua ocupação, a totalidade da população de *Scallabis* se concentraria exclusivamente na acrópole é questionável, o que, considerando o estatuto jurídico da cidade, sustenta a persistência de alguma convicção na existência de uma relação complementar entre a posição fortificada do planalto da Alcáçova e uma zona ribeirinha, de vocação mercantil, ainda por descobrir (Lavedan e Huguenay, 1974: 2).

Uma questão de resolução mais complexa diz respeito à problemática levantada por C. Viegas (2003: 205), referente ao notável decréscimo das importações de cerâmica e à reestruturação da malha urbana (Arruda e Viegas, 2003: 196), ocorridos em *Scallabis* entre o final do século I e o início do II. Como já mencionado, considera-se que a cidade começou a perder relevância geoestratégica devido à pacificação da Hispânia e, comercialmente, face ao excelente posicionamento atlântico de *Olisipo*. No entanto, é importante não esquecer que *Scallabis* manteve seu estatuto administrativo, sendo incorrecto supor que a cidade foi relegada a um papel secundário. Para confirmar essa afirmação, contamos com a Sepultura I e o *ustrinum*, que atestam a capacidade financeira da população em suportar os custos inerentes à monumentalização de um *locus sepulcral*.

Apesar da notória diminuição dos vestígios arqueológicos romanos e tardo-antigos na Alcáçova ao longo dos séculos posteriores, é admissível a ideia de que o padrão da estrutura urbana tenha sido mantido até o final do século IV ou mesmo o V (Arruda e Viegas, 2003: 195). Esta ausência de dados talvez não resulte de uma diminuição da população, mas sim porque esses contextos estão bastante próximos dos níveis de superfície actuais. Portanto, esta fase terá sido particularmente afectada pelas fossas e silos medievais, assim como pelas edificações modernas presentes na área (Viegas, 2003: 288). Caso consideremos que, pelo menos, parte do conjunto sepulcral de inumações sem espólio pertença a este período, não será contraditório admitir a continuidade de uma presença populacional significativa em *Scallabis*.

Por outro lado, ao aproximarmos cronologicamente este conjunto daquele que continha espólio considerado como visigótico, as ponderações tomarão um rumo distinto. Como já referido, é plausível que estejamos perante uma segregação de natureza cultural, possivelmente motivada por diversos factores, como a identidade étnico-cultural, o estatuto económico ou sociopolítico dos indivíduos inumados. Com efeito, os séculos em análise caracterizam-se também pela notável diversidade religiosa dentro do contexto

cristão. Nesse âmbito, as diferenças teológicas entre o cristianismo calcedónio, praticado pelos romanos de Bizâncio, e o arianismo, seguido pelos visigodos até à conversão do rei Recaredo em meados do século VI, desempenharam um papel crucial não apenas nas doutrinas, mas também nas práticas religiosas, incluindo os rituais funerários (Collins, 1999: 211-212).

Contudo, na actualidade, acredita-se que as práticas funerárias associadas ao cristianismo bizantino possuem uma expressão mais marcante no contexto oriental do Império, ao passo que no Ocidente ocorre uma convergência com as práticas locais predominantes (Vizcaíno Sánchez, 2009: 537).

Tendo em conta esses aspectos, a tentativa de estabelecer correlações entre os rituais funerários mais tardios na Avenida 5 de Outubro e identidades étnicas ou sociais, no que se refere à estrutura funerária e aos ritos de sepultamento, revela-se uma tarefa complexa. Isto porque, dentro da sua diversidade, as práticas transcendem os diversos grupos. Por exemplo, mesmo que os sarcófagos de pedra sejam mais comuns no mundo bizantino do que entre as populações hispano-romanas ou visigóticas, a sua iconografia é muito próxima, assim como a sua adopção estará intrinsecamente ligada à capacidade financeira, o que impossibilita considerá-los como um indicador válido de identidade. A população bizantina, assim como a hispano-romana ou visigótica, também utiliza covachos simples e estruturas subterráneas de pedra ou material laterício, seguindo a mesma orientação e disposição dos corpos (Vizcaíno Sánchez, 2009: 537).

A fim de entender as dinâmicas destes séculos arqueologicamente algo intrincados, importa também reflectir sobre a significativa presença, percentualmente face a outros sítios, de *terra sigillata* foceense, uma vez que tem sido considerado um indicador da recuperação de alguma importância comercial de *Scallabis*, já no século VI (Viegas, 2003: 298). Aliás, a aquisição destas importações orientais tem sido relacionada com a ocupação do Sul hispânico pelos romanos de Bizâncio (Nieto Prieto, 1984: 547). Atente-se que não se inventariou espólio destes momentos mais tardios, sendo do nosso desconhecimento se efectivamente não foi cedido pela direcção dos trabalhos de campo ou se, com excepção das sepulturas, não foi exumado de outras unidades.

Em suma, apesar dos desafios inerentes à presente investigação, é nossa convicção de que os resultados obtidos conferiram uma maior clareza tanto aos vestígios funerários de *Scallabis* quanto aos obstáculos contemporâneos que os investigadores enfrentam para uma compreensão integral dos sítios arqueológicos. Para além das respostas científicas alcançadas, consideramos que, no contexto mais abrangente da disciplina arqueológica,

esta dissertação desempenhou um papel de relevância ao conferir visibilidade aos desdobramentos muitas vezes subalternos da Arqueologia de âmbito empresarial. O estudo contribuiu substancialmente para uma apreensão mais profunda da malha urbana da Santarém romana, delineando algumas propostas de contornos da urbe e caracterizando os rituais praticados pela sua população ao longo de séculos. A confluência entre a análise das práticas funerárias e a contextualização histórica manifestou-se como um instrumento fulcral por meio do qual não apenas as mutações físicas da cidade se tornam visíveis, mas igualmente as transformações culturais e sociais que moldaram a existência de seus habitantes, desde os primórdios da ocupação romana até à presença visigótica.

Ao encerrar esta etapa do estudo da necrópole romana dos n.^{os} 2-8 da Avenida 5 de Outubro, esperamos que os resultados aqui obtidos ecoem através de investigações futuras, contribuindo para uma compreensão cada vez mais aprofundada e enriquecedora do património histórico-arqueológico da Santarém romana.

BIBLIOGRAFIA

AAVV (2002) – *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

ABADE, Pedro (2018) – *A Cerâmica de Paredes Finas do Castelo de Castro Marim*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia.

ABADE, Pedro e ARRUDA, Ana M. (2020) – “A ocupação tardo-republicana do Castelo de Castro Marim: o contributo da cerâmica de paredes finas para a sua caracterização”, in AQUILUÉ ABADÍAS, Javier *et al.* (coords) – *Estudis sobre ceràmica i arqueologia de l'arquitectura. Homenatge al Dr. Alberto López Mullor*. Barcelona: Diputació de Barcelona. pp. 111-122.

ADROHER AUROUX, Andrés (2014) – “Cerámica Gris Bruñida Republicana (GBR): el problema de las imitaciones en ceramología arqueológica”, in MORAIS, Rui; FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, Adolfo e SOUSA, M.^a José (eds.) – *As produções cerâmicas de imitação na Hispania. Monografias Ex Officina Hispana II*. Tomo II. Porto. pp. 281-290.

ADROHER AUROUX, Andrés (2016) – “Arquitectura, urbanismo y paisaje”, in PERA I ISERN, Joaquim. et VIDAL PALOMINO, Jordi (coords.) – *Fortificaciones y control del territorio en la "Hispania" republicana*. Zaragoza: Libros Pórtico. pp. 53-82.

ADROHER AUROUX, Andrés e CABALLERO COBOS, Alejandro (2008) – “Imitaciones de barniz negro en pasta gris en época tardoibérica. La cerámica gris bruñida”, in ADROHER AUROUX, Andrés e BLÁNQUEZ PÉREZ, Juan (coords.) – *1er Congreso Internacional de Arqueología Ibérica Bastetana*. Vol. 2. Madrid e Granada: Universidad Autónoma de Madrid e Universidad de Granada. pp. 319-330.

ADROHER AUROUX, Andrés e CABALLERO COBOS, Alejandro (2012) – “Imitaciones de campaniense en el mediodía peninsular. La cerámica gris bruñida republicana”, in BERNAL CASASOLA, Darío e RIBERA I LACOMBA, Albert (coords.) – *Cerámicas hispanorromanas II: producciones regionales*. Cádiz: Universidad de Cádiz. pp. 23-38.

ADROHER AUROUX, Andrés *et al.* (2016) – “Estructuras defensivas tardorrepublicanas en el ámbito rural de la Bastetania”, in MORILLO CERDÁN, Ángel (coord.) – *Producción y abastecimiento en el ámbito militar: arqueología militar romana en Hispania II*. León: Universidad de León e Ayuntamiento de León. pp. 625-638

AEDPHCS (1979) – *A Alcáçova de Santarém na arqueologia e na história: exposição-catálogo*. Santarém: Associação para o Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém.

AGUAROD, Carmen (1991) – *Cerámica romana importada de cocina en la Tarraconense*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico.

ALARCÃO, Jorge de (1968) – “Espólio de uma sepultura luso-romana de Pombalinho (Santarém)”, in *O Arqueólogo Português*. Vol. 2(3). Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. pp. 77–86.

ALARCÃO, Jorge de (1975) – “La céramique commune, locale et régionale”, in ALARCÃO, Jorge de e ÉTIENNE, Robert (eds.) – *Fouilles de Conímbriga*. Vol. 5. Paris: Diffusion E. de Boccard.

ALARCÃO, Jorge de (1988) – *O Domínio Romano em Portugal*. 3ª ed. Mem Martins: Europa-América.

ALARCÃO, Jorge de (1988b) – *Roman Portugal*. Vol. II. Warminster: Aris & Phillips LTD.

ALARCÃO, Jorge de (1994) – “Lisboa romana e visigótica”, in *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Electa. pp. 58-63.

ALARCÃO, Jorge de (2002) – “Scallabis e o seu território”, in ARRUDA, Ana M.; VIEGAS, Catarina e ALMEIDA, M.^a João (coords.) – *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. pp. 37-46.

ALARCÃO, Jorge de (2006) – “As vias romanas de Olisipo a Augusta Emerita”, in *Conimbriga*. Vol. 45. Coimbra: Universidade de Coimbra. pp. 211–251.

ALARCÃO, Jorge de *et al.* (1976) – “Céramiques diverses et verres”, in ALARCÃO, Jorge de e ÉTIENNE, Robert (eds.) – *Fouilles de Conímbriga*. Vol. 6. Paris: Diffusion E. de Boccard.

ALBA CALZADO, Miguel (2005) – “Dos áreas funerarias superpuestas, pagana e islámica, en la zona sur de Mérida. Intervención arqueológica en un solar en la confluencia de la calle Albuhera y Avenida Lusitania” in *Mérida Excavaciones Arqueológicas 2002. Memoria*. N.º 8. Mérida: Consorcio Ciudad Monumental Histórico-Artística y Arqueológica de Mérida. pp. 309-342.

ALMAGRO, Martín (1953) – *Las necrópolis de Ampurias: Introducción y necrópolis griegas*. Vol. 1. Tomo 1. Barcelona: Diputación de Barcelona.

ALMEIDA, João P. (2009a) – *A necrópole romana da Caldeira, Tróia de Setúbal: escavações de Manuel Heleno nas décadas de 40-60 do século XX*. Dissertação elaborada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em Pré-História e Arqueologia.

ALMEIDA, Maria J. (2002) – “Santarém, a cidade e os homens: arqueologia 25 anos depois”, in *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. pp. 61-67.

ALMEIDA, Maria J. (2002a) – *Carta Arqueológica do Concelho de Santarém – Relatório de Progresso 2001-2002*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém.

ALMEIDA, Maria J. (2002b) – “O planalto de Marvila e os núcleos ribeirinhos”, in ARRUDA, Ana M.; VIEGAS, Catarina e ALMEIDA, M.^a João (coords.) – *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. pp. 83-93.

ALMEIDA, Rui de (2009) – *Ánforas del Guadalquivir en "Scallabis" (Santarém, Portugal): una aportación al conocimiento de los tipos minoritários*. Barcelona: Universitat de Barcelona.

ALMEIDA, Rui de e ARRUDA, Ana M. (2005) – “As ânforas de tipo Mañá C em Portugal”, in GIAMMELLARO, Antonella (coord.) – *Ati del V Congresso Internazionale di Studi Fenici i Punici (Marsala, 2000)*. Palermo: Universidad de Palermo, pp. 1319-1329.

ALMEIDA, Rui de e GONZÁLEZ CESTEROS, Horacio (2017) – “Las ánforas lusitanas en los orígenes del mundo romano septentrional”, in CARRERAS MONFORT, César e BERG, Joost van der (eds.) – *Amphorae from the Kops Plateau (Nijmegen): trade and supply to the lower-rhineland from the Augustan periodo to AD 69/70*. Oxford: Archaeopress. pp. 87-91.

ALMEIDA, Rui de e PIMENTA, João (2018) – “Ânforas do Acampamento / Sítio romano de Alto dos Cacos (Almeirim, Portugal)”, in *Onoba*. N.º 6. Huelva: Universidad de Huelva. pp. 3-56.

ALMEIDA, Rui de e SÁNCHEZ HIDALGO, Francisco (2013) – “Las ánforas del Cuartel de Hernán Cortés. Nuevos datos para el estudio de la importación y consumo en Augusta Emerita”, in BERNAL CASASOLA, Darío *et al.* (eds.) – *Hornos, talleres y focos de producción alfarera en Hispania* (Actas do I Congreso Internacional de la SECAH. Tomo II. Cádiz: SECAH. pp. 49-58.

ALMEIDA, Rui de *et al.* (2014) – *El comercio de ánforas hispanas en Kops Plateau (Nijmegen) desde Época de Augusto a época Flavia*, in MORAIS, Rui; FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, Adolfo e SOUSA, M.^a José (eds.) – *As produções cerâmicas de imitação na Hispania. Monografias Ex Officina Hispana II*. Tomo I. Porto. pp. 379-392.

ALVES, Catarina (2014) – “Campanian Ware from Mesas do Castelinho (Portugal), in *Rei Cretaria Romanae Fautores Acta 43*. Catania: Rei Cretaria Romanae Fautores. pp. 631-638.

ALVES, Catarina (2014a) – “Os castella do Baixo Alentejo. O caso do Monte Manuel Galo”, in *Cira Arqueologia*. N.º 3. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. pp. pp. 385-403.

ALVES, Catarina *et al.* (2013) – “Necrópole Tardo-antiga da Torre Velha 3, Serpa (Baixo Alentejo, Portugal)”, in JIMÉNEZ ÁVILA, Javier, BUSTAMANTE ÁLVAREZ, Macarena e GARCÍA CABEZAS, Miriam (eds.) – *VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Villafranca de los Barrios: Ayuntamiento de Villafranca de los Barrios. pp. 1929-1966.

ALVES, Catarina; MATALOTO, Rui e SORIA, Vincenzo (2014) – “As produções de imitação da campaniense itálica em pasta cinzenta no Sul do território actualmente português”, in MORAIS, Rui; FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, Adolfo e JOSÉ SOUSA, María (coords.) – *As Produções cerâmicas de imitação na Hispania*. Tomo II. Porto: Universidade do Porto e SECAH. pp. 165- 176.

ANDERSON-STOJANOVIĆ, Virginia (1987) – “The Chronology and Function of Ceramic Unguentaria”, in *American Journal of Archaeology*. Vol. 91. N.º 1. Chicago: University of Chicago. pp. 105-122.

ANDRADE, Arlete (2018) – *A cerâmica comum da villa romana da Quinta da Bolacha (Amadora, Portugal)*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia.

ANTUNES, A. Sofia (2000) – “Vidros romanos da Alcáçova de Santarém”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 3. N.º 2. Lisboa: Instituto Português da Arqueologia. pp. 153-199.

ARÉVALO GONZÁLEZ, Alicia; BERNAL CASASOLA, Darío e LORENZO MARTÍNEZ, Lourdes (2006) – “Producciones anfóricas tardorrepublicanas y tempranoaugusteanas del valle del Guadalquivir. Formas y ritmos de la romanización en Turdetania a través del artesanado cerámico”, in *Almoraima: revista de estudios campogibraltareños*. N.º 33. Gibraltar: Mancomunidad de Municipios del Campo de Gibraltar. pp. 221-234.

AREZES, Andreia (2017) – *O mundo funerário na Antiguidade Tardia em Portugal: as necrópoles dos séculos V a VIII*. Porto: CITCEM.

ARRUDA, Ana M. (1983-1984) – “A Alcáçova de Santarém: relatório de trabalhos arqueológicos de 1984”, in *Clio/Arqueologia: Revista da UNIARCH*. Vol. 1. Lisboa: UNIARCH. pp. 217-233.

ARRUDA, Ana M. (1986) – “Santarém: Alcáçova de Santarém”, in *Informação Arqueológica*. Vol. 8. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural. pp. 75-77.

ARRUDA, Ana M. (1987) – “Alcáçova de Santarém: a Idade do Ferro”, in SILVA, António (dir.) – *Arqueologia no Vale do Tejo*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural. pp. 53-54.

ARRUDA, Ana M. (1993) – “A ocupação da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém no contexto da expansão fenícia para a fachada atlântica peninsular”, in *Estudos Orientais*. Vol. 4. Lisboa: Instituto Oriental. pp. 193-214.

ARRUDA, Ana M. (1999-2000) – *Los fenícios en Portugal: Fenícios y mundo indígena en el Centro y sur de Portugal*. Barcelona: Universidad Pompeu Fabra.

ARRUDA, Ana M. (2000) – *Fenícios e o Mundo indígena no Centro e Sul de Portugal (séculos VIII-VI a.C.). Em torno às histórias possíveis*. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

ARRUDA, Ana M. (2003) – “Contributo da colonização fenícia para a domesticação da terra portuguesa”, in GÓMEZ BELLARD, Carlos (coord.) *Ecohistoria del paisaje agrario - la agricultura fenicio-púnica en el mediterráneo*. Valência: Universidad de Valência. pp. 205-217.

ARRUDA, Ana M. (2008) – “Fenícios e púnicos em Portugal: problemas e perspectivas”, in *Cuadernos de arqueología mediterránea*. N.º 18. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra. pp. 13-24.

ARRUDA, Ana M. (2018) – “A época romano-republicana”, in MATIAS, António (coord.) – *Santarém: Carta Arqueológica Municipal*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. pp. 118-122.

ARRUDA, Ana M. (2018) – “A Idade do Ferro”, in MATIAS, António (coord.) – *Santarém: Carta Arqueológica Municipal*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. pp. 112-117.

ARRUDA, Ana M. e ALMEIDA, Rui de (1998) – “As ânforas da Classe 32 da Alcáçova de Santarém (campanhas de 1983-1991)”, in *Conimbriga*. N.º 37. Coimbra: Universidade de Coimbra. pp. 201-231.

ARRUDA, Ana M. e ALMEIDA, Rui de (1998) – “As ânforas da Classe 32 da Alcáçova de Santarém (campanhas de 1983-1991)”, in *Conimbriga*. N.º 37. Coimbra: Faculdade de Letras de Coimbra. pp. 201-231.

ARRUDA, Ana M. e ALMEIDA, Rui de (1998) – “As ânforas da Classe 32 da Alcáçova de Santarém (Campanhas de 1983-1991)”, in *Conimbriga*. N.º 37. Coimbra: Universidade de Coimbra. pp. 201-231.

ARRUDA, Ana M. e ALMEIDA, Rui de (1999) – “As importações de vinho itálico para o território actualmente português: Contextos, cronologias e significado”, in GORGES, Jean-Gérard, RODRÍGUEZ MARTÍN, F. Germán (eds.) – *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid: Casa de Velázquez. Vol. 65. pp. 307-337.

ARRUDA, Ana M. e ALMEIDA, Rui de (2001) – “Importação e consumo de vinho bético na Colónia romana de Scallabis (Santarém, Portugal)”, in *Congreso internacional Ex Baetica Amphorae: conservas, aceite y vino de la Bética en el Imperio Romano (Écija y Sevilla, 17 al 20 de diciembre de 1998): actas*. Vol. II. Ecija: Editorial Graficas. pp. 703-716.

ARRUDA, Ana M. e CATARINO, Helena (1982) – “Cerâmica da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém”, in *Clio*. 1ª série, Vol. 4. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. pp. 35-42.

ARRUDA, Ana M. e PIMENTA, João (2014) – “Novos dados para o estudo dos Chões de Alpompe – Santarém”, in *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Vol. 21. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras. pp. 375-392.

ARRUDA, Ana M. e SOUSA, Elisa de (2003) – “Cerâmica de paredes finas da Alcáçova de Santarém”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 6. N.º 1. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. pp. 235-286.

ARRUDA, Ana M. e SOUSA, Elisa de (2012) – “Ânforas republicanas de Monte Molião (Lagos, Algarve, Portugal)”, in *SPAL. Revista de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Sevilla*. Vol. 21. Sevilla: Universidad de Sevilla. pp. 93-133.

ARRUDA, Ana M. e SOUSA, Elisa de (2015) – “Late Bronze Age in Alcáçova de Santarém (Portugal)”, in *Trabajos de Prehistoria*. Vol. 72. N.º 1. Madrid: CSIC. pp. 176-187.

ARRUDA, Ana M. e SOUSA, Elisa de (2018) – “A I Idade do Ferro na Alcáçova de Santarém (Portugal): os resultados da campanha de 2001”, in *Onoba*. N.º 6. Huelva: Universidad de Huelva. pp. 57-95.

ARRUDA, Ana M. e VIEGAS, Catarina (1999) – “The Roman temple of Scallabis (Santarém, Portugal)”, in *Journal of Iberian Archaeology*. Vol. 1. Porto: ADECAP. pp.185-224.

ARRUDA, Ana M. e VIEGAS, Catarina (1999a) – “Cerâmicas islâmicas da Alcáçova de Santarém”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 2. N.º 2. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. pp. 105-186.

ARRUDA, Ana M. e VIEGAS, Catarina (2002) – “A Alcáçova”, in *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. pp. 73-81.

ARRUDA, Ana M. e VIEGAS, Catarina (2002a) – “O templo romano de Scallabis”, in ARRUDA, Ana M.; VIEGAS, Catarina e ALMEIDA, M.^a João (coords.) – *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. pp. 173-178.

ARRUDA, Ana M. e VIEGAS, Catarina (2002b) – As cerâmicas de “engobe vermelho pompeiano” da Alcáçova de Santarém. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 5, 1. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 221–238.

ARRUDA, Ana M. e VIEGAS, Catarina (2003) – “Vinte anos de arqueologia na Alcáçova de Santarém: balanço de resultados e perspectivas de futuro”, in *Actas do Encontro Associativismo e Património. 25 anos da Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico cultural de Santarém*. Santarém: Fundação Passos Canavarro - Arte, Ciência e Democracia. pp. 187-205.

ARRUDA, Ana M. e VIEGAS, Catarina (2004) – “Les mortiers de l’Alcáçova de Santarém (Portugal)”, in PASQUALINI, Michel e PELLEGRINO, Emmanuel (eds.) – *Société Française d’Étude de la Céramique Antique en Gaule: actes du Congrès de Vallauris, 20-23 mai 2004*. Marseille: Société Française d’Étude de la Céramique Antique en Gaule, pp. 341-349

ARRUDA, Ana M. e VIEGAS, Catarina (2014) – “Santarém durante a Época Romano-Republicana”, in *Cira Arqueologia*. N.º 3. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. pp. 242-255.

ARRUDA, Ana M. *et al.* (2006) – “A importação de preparados de peixe no Castelo de Castro Marim: da Idade do Ferro à Época Romana”, in *Simpósio Internacional Produção e comércio de preparados piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da*

Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet. Setúbal Arqueológica. Vol. 13. Setúbal: MAEDS. pp. 153-176.

ARRUDA, Ana M. *et al.* (2018) – “Chões de Alpompe (Vale de Figueira, Santarém): lendas e narrativas”, in *SPAL. Revista de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Sevilla*. N.º 27. Sevilla: Universidad de Sevilla. pp. 201-227.

ARRUDA, Ana M., VIEGAS, Catarina e BARGÃO, Patrícia (2006) – “Ânforas lusitanas da Alcáçova de Santarém”, in *Setúbal Arqueológica*. Vol. 13. Setúbal: MAEDS. pp. 233-252.

ASENCIO I VILARÓ, David (1996) – “Les àmfores d'importació de la ciutadella ibèrica d'Alorda Park o Les Toixoneres (Calafell, Baix Penedès, Tarragona)”, in *Revista d'Arqueologia de Ponent*. N.º 6. Lleida: Universitat de Lleida. pp. 35-79.

BAILEY, Don M. (1980) – *A Catalogue of the Lamps in the British Museum, II. Roman Lamps made in Italy*. Londres: British Museum Publications.

BALIL, Alberto (1982) – Estudios sobre lucernas romanas III. *Studia Archaeologica* 70. Santiago de Compostela: Universidad Santiago de Compostela.

BARBOSA, M. Benedita (1995) – “Um tesouro sertoriano da região de Santarém”, in CENTENO, Rui e GARCÍA-BELLIDO, M. Paz (coords.) – *La moneda hispánica: ciudad y territorio. Actas del I Encuentro Peninsular de numismática antigua. Anejos de Archivo Español de Arqueología XIV*. Madrid: CSIC. pp. 239-244.

BARBOSA, M. Benedita (1998-2002) – “Tesouros monetários romanos em Portugal: da República ao reinado de Augustus”, in *Nummus*. 2ª série. Vols. 23-25. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 7-144.

BAREA BAUTISTA, José. S. *et al.* (2008) – *Figlina Scalensia. Un centroproductor de ánforas Dressel 20 de la Bética*. Barcelona: Universitat de Barcelona.

BARGÃO, Patrícia (2006) – *As importações anfóricas durante a época romana republicana Alcáçova de Santarém*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, para obtenção do grau de Mestre em Pré-História e Arqueologia.

BATALHA, Luísa; MONTEIRO, Mário e CARDOSO, Guilherme (2020) – “Estruturas romanas de Carnide – Lisboa”, in ARNAUD, J. Morais; NEVES, César e MARTINS, Andrea (eds.) – *Arqueologia em Portugal: 2020 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. pp. 1335-1345.

BATS, Michel (1988) – *Vaisselle et alimentation à Olbia de Provence (v. 350-v. 50 Avenida J.-C.): Modèles culturels et catégories céramiques*. Paris: CNRS.

BAUDOUX, Juliette (1996) – *Les Amphores du nord-est de la Gaule (territoire française): contribution à l'histoire de l'économie provinciale sous l'Empire romain*. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme.

BEJARANO OSORIO, Ana M.^a (1996) – “Tipología de las sepulturas en las necrópolis tardorromanas-cristianas de Mérida: evolución de los espacios funerarios”, in *Mérida, excavaciones arqueológicas*. N.º 2. pp. 341-360.

BELTRÁN LLORIS, Miguel (1970) – *Las ánforas romanas de España*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico.

BELTRÁN LLORIS, Miguel (1990) – *Guía de la cerámica romana*. Zaragoza: Libros Pórtico.

BELTRÁN LLORIS, Miguel (2000) – “Ánforas béticas en la Tarraconense: bases para una síntesis”, in CHIC-GARCÍA, Genero (coord.) – *Congreso internacional. Ex Baetica amphorae. Conservas, aceite y vino de la Bética en el imperio romano*. Écija: Editorial Gráficas. pp. 441-536.

BENEDITO NUEZ, Josep e MELCHOR MONSERRAT, José M. (2020) – “Espacios y usos funerarios en la ciudad de Valentia junto a la vía Augusta: paisaje rural vs. paisaje urbano”, in BENEDITO NUEZ, Josep (ed.) – *Salve lucrum: homenaje al profesor Juan José Ferrer Maestro*. Barcelona: Calambur. pp. 565-597.

BENOIT, Fernand (1957) – “Typologie et épigraphie amphoriques: les marques de Sestius”, in *Rivista di Studi Liguri*. Vol. 23. Bordighera: Institut international d'études ligures. pp. 247-285.

BENQUET, Laurence e OLMER, Fabienne (2002) – “Les amphores”, in *La Loba (Fuenteovejuna, Cordoue, Espagne). La mine et le village minier antiques*. Bordeaux: Ausonius. pp. 295-331.

BERNAL CASASOLA, Darío (2000) – “Las ánforas béticas en los confines del imperio. Primera aproximación a las exportaciones a la pars Orientalis”, in CHIC-GARCÍA, Genero (coord.) – *Congreso internacional. Ex Baetica amphorae. Conservas, aceite y vino de la Bética en el imperio romano*. Écija: Editorial Gráficas. pp. 935 -988.

BERNAL CASASOLA, Darío e LAGÓSTENA BARRIOS, Lázaro G. (2004) – “Alfares y producciones cerámicas en la provincia de Cádiz: balance y perspectivas”, in LAGÓSTENA BARRIOS, Lázaro G. e BERNAL CASASOLA, Darío (eds.) – *Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C.-VII d.C.)*. Oxford: John W Hedges. pp. 39-124.

BERNAL CASASOLA, Darío *et al.* (2003) – “Imitations of Italic amphorae for fish sauce in Baetica. New evidence from the salt-fish factory of Baelo Claudia (Hispania)”, in *Rei Cretariae Romanae Favtorum. Acta 38*. Roma: Universidad de Roma. pp. 305-313.

BERNAL CASASOLA, Darío *et al.* (2004) – “Las Dr. 2-4 béticas. Primeras evidencias de su manufactura en el Conventus Gaditanus”, in *Actas del Congreso Internacional Figlinae Baeticae. Talleres Alfareros y Producciones Cerámicas en la Bética Romana (ss. II a.C. - VII d.C.)* Oxford: Archaeopress Publishing.

BERNAL CASASOLA, Darío *et al.* (2006) – “Instalaciones fluviomarítimas de drenaje con ánforas romanas. A propósito del embarcadero flavio del Caño de Sancti Petri (San Fernando, Cádiz)”, in *SPAL. Revista de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Sevilla*. N.º 14. Sevilla: Universidad de Sevilla. pp.179-230.

BERNAL CASASOLA, Darío *et al.* (2011) – “De la producción anfórica de Carteia en Época Republicana. Primeras evidencias”, in ABELLÁN PÉREZ, Juan e CASTAÑEDA FERNÁNDEZ, Vicente (dirs.) – *Homenaje al Profesor Antonio Caro Bellido*. Cádiz: Universidad de Cádiz. pp. 65-82

BERNAL CASASOLA, Darío *et al.* (2013) – “Del teatro romano de Cádiz. Contextos cerámicos asociados a las fases constructivas y de reforma del edificio”, in BERNAL CASASOLA, Darío *et al.* (eds.) – *Hornos, talleres y focos de producción alfarera en Hispania (Actas do I Congreso Internacional de la SECAH (Cádiz, 3-4 March 2011))*. Vol. II. Cádiz: Universidad de Cádiz. pp. 15-29.

BERNARDES, João Pedro (2017) – “O sistema portuário de Ossonoba”, in CAMPOS CARRASCO, Juan M. e BERMEJO MELÉNDEZ, Javier (eds.) – *Los puertos atlánticos béticos y lusitanos y su relación comercial con el Mediterráneo*. Huelva: Universidad de Huelva. pp. 379-398.

BERNI MILLET, Piero (1998) – *Las ánforas de aceite de la Bética y su presencia en la Cataluña Romana*. Barcelona: Universitat de Barcelona.

BERNI MILLET, Piero (2008) – “Epigrafía anfórica de la Bética. Nuevas formas de análisis”, in *Col.lecció Instrumenta*. Vol. 29. Barcelona: Universidad de Barcelona.

BERNI MILLET, Piero (2011) – “Tipología de la Haltern 70”, in CARRERAS MONFORT, César; MORAIS, Rui e GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, Enrique (coords.) – *Ánforas romanas de Lugo Comercio romano en el Finis terrae*. Lugo: Concello de Lugo. pp. 80-107

BEZECZKY, Tamás (2000) – “Baetican amphorae from the north-eastern provinces of the Roman Empire”, in CHIC-GARCÍA, Genaro. (ed.) – *Congreso internacional ex Baetica amphorae: conservas, aceite y vino de la Bética en el Imperio Romano*. Écija: Editorial Gráficas. pp. 1359–1369.

BISI, Anna M.^a (1977) – “Le lucerne fittili dei nuovi scavi di Ercolano. L’ Instrumentum domesticum di Erculano e Pompei nella prima età imperiale” in *Quaderni di Cultura Materiale*. N.º 1. Roma: L’Erma di Bretschneider. pp. 73-104.

BLANCO GARCÍA, J. Francisco (2017) – “Cerámica común romana altoimperial de cocina y mesa, de fabricación local, en la Meseta”, in FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen; MORILLO CERDÁN, Ángel e ZARZALEJOS PRIETO, M.^a del Mar (eds.) – *Manual de cerámica romana III. Cerámicas romanas de época altoimperial III. Cerámica común de mesa, cocina y almacenaje. Imitaciones hispanas de series romanas. Otras producciones*. Madrid: Museo Arqueológico de la Comunidad de Madrid. pp. 143-236.

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, José M.^a e REMESAL RODRÍGUEZ, José (eds.) (1999, 2001, 2003, 2007, 2010 e 2014) – *Estudios sobre el Monte Testaccio (Roma)*. Vol. I a VI. Barcelona: Universitat de Barcelona.

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, José M.^a; REMESAL RODRÍGUEZ, José e RODRÍGUEZ ALMEIDA, Emilio (1994) – *Excavaciones arqueológicas en el monte Testaccio (Roma)*. Madrid: Ministerio de Cultura.

BOAVIDA, Carlos; CASIMIRO, Tânia M. e SILVA, Telmo (2014-2015) – “Do Romano ao Contemporâneo: 2000 Anos de Arqueologia nas ruas de Santarém”, in *Arqueologia & História*. Vol. 66-67. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. pp. 63-84.

BOAVIDA, Carlos; CASIMIRO, Tânia M. e SILVA, Telmo (2017) – “Evidências de um espaço funerário. Vestígios de uma necrópole romana às portas de Scallabis”, in ARNAUD, J. Morais e MARTINS, Andrea (eds.) – *Arqueologia em Portugal: 2017 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. pp. 1219-1227.

BODEL, John (2018) – “Roman Tomb Gardens”, in JASHEMSKI, Wilhelmina F. *et al.* (eds.) – *Gardens of the Roman Empire*. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 199-242.

BOMBICO, Sónia (2016) – *Economia marítima da Lusitânia romana: exportação e circulação de bens alimentares*. Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutora em Arqueologia.

BONET ROSADO, Helena *et al.* (2005) – “Lixus 2. Ladera Sur. Excavaciones arqueologica marroco-españolas en la colonia fenicia. Campañas 2002-2003”, in *Sagvntum*. Vol. Extra 6. València: Universitat de València. pp. 87-140.

BONSOR, Jorge E. (1931) – *The Archaeological Expedition Along the Guadalquivir, 1889-1901*. New York: Order of the Trustees.

BOURGEOIS, Ariane e MAYET, Françoise (1991) – *Les sigillées*, in *Fouilles de Belo*. Tomo VI. Madrid: Casa de Velázquez.

BRAGA, Cristina (2010) – *Rituais funerários em Bracara Augusta: o novo núcleo de necrópole da Via XVII*. Dissertação elaborada na Universidade do Minho para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia.

BRAGA, Cristina (2014) – “A new sector of Via XVII Necropolis in Bracara Augusta: the High Empire phase”, in ÁLVAREZ MARTÍNEZ, José M.^a; NOGALES BASARRATE e RODÀ DE LLANZA, I. Trinidad (coords.) – *Centro y periferia en el mundo clásico Actas XVIII Congreso Internacional Arqueología Clásica*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano de Mérida. pp. 1253-1257.

BRAGA, Cristina (2015) – “Entre a vida e morte: Rituais funerários e espaços sepulcrais em Bracara Augusta”, in SILVA, G. Ventura da *et al.* (orgs) – *Cotidiano e Sociabilidades no Império Romano*. Vitória: GM Editora. pp. 124-139.

BRAGA, Cristina e MARTINS, Manuela (2015) – “Bracara Augusta: rituais e espaços funerários”, in *Férvedes: Revista de investigación*. Nº. 8. Vilalba: Museo de Prehistoria e Arqueoloxía de Vilalba. pp. 301-310.

BRANCO, Gertrudes e VIEIRA, M. Afonso (2008) – “Outeiro do Vale: sepulturas de Nogueira de Côta (Côta, Viseu)”, in *CuPAUAM*. Vol. 34. Madrid: UAM Ediciones. pp. 125-146.

BUGALHÃO, Jacinta *et al.* (2013) – “Uma necrópole na praia: o cemitério romano do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Lisboa)”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 16. Lisboa: DGPC. pp. 243-275.

BUSTAMANTE ÁLVAREZ, Macarena (2011) – *La Cerámica romana de Avgvsta Emerita en época Altoimperial: entre el consumo y la exportación*. Mérida: Asamblea de Extremadura.

BUSTAMANTE ÁLVAREZ, Macarena (2012) – “Las cerámicas comunes altoimperiales de Augusta Emerita”, in BERNAL CASASOLA, Darío e RIBERA I LACOMBA, Albert (coords.) – *Cerámicas hispanorromanas II. Producciones regionales*. Cádiz: Universidad de Cádiz. pp. 407-433.

BUSTAMANTE ÁLVAREZ, Macarena e MARTÍN-ARROYO SÁNCHEZ, Daniel (2004) – “La producción de ánforas greco-italicas de imitación y su evolución en la bahía gaditana durante el siglo II a.C.: los contextos de la Avenida Pery Junquera en San Fernando (Cádiz)”, in BERNAL CASASOLA, Darío e LAGÓSTENA BARRIOS, Lázaro G. (eds.) – *Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C. - IV d.C.)*. Oxford: BAR Publishing. pp. 441-446.

CABAÇO, Nuno *et al.* (2017) – “O espaço de necrópole romana das Portas de Santo Antão, Lisboa”, in ARNAUD, J. Morais e MARTINS, Andrea (eds.) – *Arqueologia em Portugal: 2017 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. pp. 1234-1254.

CABAÇO, Nuno *et al.* (2017) – “O espaço de necrópole romana das Portas de Santo Antão, Lisboa”, in

CAEIRO, J. Olívio (1978) – “Observações sobre a cerâmica comum romana do séc. III proveniente da “cidade das rosas” Serpa”, in *Actas das III Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Vol. 1. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. pp. 249-271.

CAETANO, José (2001) – *Lucernas Romanas de Conimbriga: Escavações de 1963–1970*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia.

CALLENDER, Maurice H. (1965) – *Roman Amphorae With Index of Stamps*. Oxford: Oxford University Press.

CAPELLI, Adriano (1990) – *Dizionario di abbreviature latina ed italiane*. Milão: Edizione Latino.

CAPELLI, Claudio e CONTINO, Alessia (2013) – “Amphores tripolitaines ou africaines anciennes?”, in *Antiquités Africaines*. N.º 49. Aix-en-Provence: CNRS Éditions. pp. 199-208.

CARDOSO, Guilherme (2015) – *Estudio arqueológico da villa romana de Freiria*. Tese apresentada à Universidad de Extremadura para obtenção do grau de Doutor em Arqueologia.

CARDOSO, Guilherme (2018) – “As necrópoles romanas/visigóticas de Miroiço e Alcoitão (Cascais)”, in *Conimbriga*. Vol. 57. Coimbra: Universidade de Coimbra. pp. 169-216.

CARDOSO, Guilherme e RODRIGUES, Severino (2005) – “Olaria romana do Morraçal da Ajuda”, in *Actas do Congresso A Presença Romana na Região Oeste*. Bombarral: Câmara Municipal do Bombarral. pp. 83-102.

CARDOSO, Guilherme *et al.* (2016) – “Production during the Principate in Peniche (Portugal). Raw Materials, Kilns and Amphora Typology”, in PINTO, I. Vaz, ALMEIDA, Rui de, MARTIN, Archer (eds.) – *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution. Roman and Late Antique Mediterranean Pottery*. Oxford: Archaeopress. pp. 3-17.

CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino e SEPÚLVEDA, Eurico (2006) – “A olaria romana de Peniche. In Simpósio Internacional Produção e comércio de preparados piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet”, in *Setúbal Arqueológica*. Vol. 13. Setúbal: MAEDS. pp. 253-278.

CARRERAS MONFORT, César (2000) – *Economía de La Britannia romana: la importación de alimentos*. Barcelona: Universitat de Barcelona.

CARRERAS MONFORT, César (2004) – “Geografía de la producción de les Haltern 70”, in *Culip VIII i les àmfores Haltern 70*. Girona: Museu d'Arqueologia de Catalunya. pp. pp. 75-81.

CARRERAS MONFORT, César e FUNARI, Pedro P. (1998) – *Britannia y el Mediterráneo. Estudios sobre el comercio de aceite bético y africano en Britannia*. Barcelona: Universitat de Barcelona.

CARRERAS MONFORT, César e MORAIS, Rui (2011) – “Las ánforas de Lucus Augusti”, in CARRERAS MONFORT, César; MORAIS, Rui e GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, Enrique (coords.) – *Ánforas romanas de Lugo Comercio romano en el Finis terrae. Trabalhos de Arqueoloxía*. Lugo: Concello de Lugo. pp. 33-78.

CARRERAS MONFORT, César e MORAIS, Rui (2011) – “The Atlantic roman trade during the Principate: new evidence from the western façade”, in *Oxford Journal of Archaeology*. Vol. 31. N.º 4. Oxford: Blackwell Publishing. pp. 419-441.

CARVALHO, A. Faustino (2018) – “A Pré-História recente”, in MATIAS, António (coord.) – *Santarém: Carta Arqueológica Municipal*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. pp. 106-111.

- CARVALHO, Pedro C. (1998) – *O forum de Aeminium*. Lisboa: Instituto Português de Museus.
- CARVALHO, Pedro C. (2009) – “O forum dos Igaeditani e os primeiros tempos da civitas Igaeditanorum”, in *Archivo Español de Arqueología*. Vol. 82. Madrid: CSIC. pp. 115-131
- CASIMIRO, Sílvia *et al.* (2022) – “Núcleos Ocidentais II - Rua de São Nicolau e Corpus Christi: Discretas evidências da Antiguidade Tardia” in SILVA, R. Banha da (coord.) – *Lisboa romana, Felicitas Iulia Olisipo: Para além desta vida. A Memória funerária da cidade*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. p. 120.
- CAU, Miguel Ángel (2003) – *Cerámica tardorromana de cocina de las Islas Baleares*. Oxford: Archaeopress Publishing.
- CHIC-GARCÍA, Genaro (1985) – *Epigrafía anfórica de la Bética I. Las marcas impresas en el barro sobre ánforas olearias (Dressel 19, 20 y 23)*. Sevilla: Universidad de Sevilla.
- CHIC-GARCÍA, Genaro (2001) – *Datos para un estudio socioeconómico de la Bética. Marcas de alfar sobre ánforas olearias*. 2 vols. Écija: Editorial gráficas Sol.
- CHIC-GARCÍA, Genaro (2007-2008) – “Los saltus y las explotaciones mineras”, in *Boletín Arkeolan*. N.º 15. Gipuzkoa: Arkeolan. pp. 143-163.
- CINTAS, Pierre (1950) – *Cerámique Punique*. Paris: Publications de Institut des Hautes-Études de Tunis.
- COELHO-SOARES, António e SILVA, C. Tavares da (2018) – “Cerâmica comum romana”, in *Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos*. Setúbal Arqueológica. N.º 17. Setúbal: MAEDS. pp. 143-160.
- COLETTI, Fulvio e LORENZETTI, Elena G. (2010) – “Le anfore orientali a Roma. Nuovi dati dagli scavi della Soprintendenza Archeologica di Roma nell’area del Testaccio”, in *Rei Cretariae Romanae Fautorum. Acta 41*. Cádiz: RFCF. pp. 155-164.
- COLLINS, Roger (1999) – *Early Medieval Europe, 300–1000*. New York: Palgrave Macmillan.
- COLLINS, Roger (2004) – *Visigothic Spain: 409-711*. Oxford: Blackwell Publishing.
- COLLS, Dali *et al.* (1977) – *L'épave Port-Vendres II et le commerce de la Bétique à l'époque de Claude*. Paris: Editions du CNRS.
- CONDE, Alberto S. (2014) – *Funus Hispaniense: Espacios, usos y costumbres funerarias en la Hispania Romana*. Oxford: BAR Publishing.
- Conspectus = ETTLINGER, Elisabeth *et al.* (1990) - *Conspectus Formarum Terrae Sigillatae Italico Modo Confectae*. Bonn: Dr. Rudolf Habelt GmbH.
- CÓRDOBA, José Ortiz (2016) – Emigración e inmigración en las colonias romanas de Lusitania: el caso de Scallabis Praesidium Iulium, in *Forma Breve. Exodus: conto e recontos*. N.º 13. Aveiro: Universidade de Aveiro. pp. 375–388.

CUSTÓDIO, Jorge (1996) – “A perspectiva de toponímia”, in CUSTÓDIO, Jorge (coord.) – *Santarém: Cidade do Mundo*. Vol. II. Santarém: Câmara Municipal. pp. 96-110.

CRUZ, Mário da (2009) – *O vidro romano no Noroeste Peninsular: um olhar a partir de Bracara Augusta*. Tese de Doutoramento em Arqueologia (área de conhecimento de Materiais e Tecnologias), apresentada à Universidade do Minho.

CUADRADO DÍAZ, Emeterio (1977) – “Ungüentarios cerámicos en el mundo ibérico: aportación cronológica”, in *Archivo Español de Arqueología*. Vol. 50-51. N.º 135-138. Madrid: CSIC. pp. 389-404.

CUNHA, Mélanie (2008) – “As Necrópoles da Silveirona (Santo Estevão, Estremoz) - Do mundo funerário romano à antiguidade tardia”, in *O Arqueólogo Português*. Supl. 4. Lisboa: DGPC.

DANGREAU, Bernard *et al.* (1992) – “La production d’amphores à Lyon”, in LAUBENHEIMER, LAUBENHEIMER (ed.) – *Les Amphores en Gaule. Production et Circulation*. Paris: CNRS (Centre de Recherches d’Histoire Ancienne. pp. 37-49.

DELGADO, Manuela (1994) – “Notícia sobre cerâmicas de engobe vermelho não vitrificável encontradas em Braga”, in *Cadernos de Arqueologia*. Série II. N.ºs 10-11. Minho: Universidade do Minho. pp. 113-149.

DENEAUVE, Jean (1969) – “Lampes de Carthage”, in *Études d’antiquités africaines*. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique.

DESBAT, Armand (1985) – “L’atelier de gobelet d’Aco de Saint-Romain-en-Gal (Rhône), note préliminaire”, in *SFECAG. Actes du Colloque de Reims*. Reims: SFECAG. pp. 10-14.

DESBAT, Armand (1994) – “Imitations of roman amphora in Gaul”, in SYMONDS, Robin (ed.) – *Roman Amphorae: Problems of identification and methodology*. London: Museum of London.

DESBAT, Armand (1998) – “L’arrêt des importations de Dressel 1 en Gaule”, in RIVET, Licien (ed.) – *Actes du Congrès d’Istres*. Marseille: Société Française d’Étude de la Céramique Antique en Gaul. pp. 31–35.

DESBAT, Armand e LEMAÎTRE, Séverine (2001) – “Les premières importations d’amphores de Bétique à Lyon”, in *Actas del Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae. Conservas, Aceite y Vino de la Bética en el Império Roman*. Vol. III. Écija: Gráficas Sol. pp. 793-816.

DI GIOVANNI, Vincenzo (1996) – “Produzione e consumo di ceramica da cucina nella Campania romana (II a.C.-II d.C.)”, in BATS, Michel (ed.) – *Les Céramiques Communes de Campanie et Narbonaise (Ier s. Avenida J.-C. – Iie s. Ap. J.-C.)*. La vaisselle de cuisine et de table. Napoli: Centre Jean Bérard. pp. 65-103.

DIAS, Vanessa e ENCARNAÇÃO, Gisela (2022) – “Necrópoles Romanas e da Antiguidade Tardia na Amadora”, in CARDOSO, Guilherme e NOZES, Cristina (coords.) –

Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo: A morte no Ager Olisiponensis. Vol. VII. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. pp. 37-43.

DIAS, Vanessa *et al.* (2022) – “«Dar Rosto à Villa»: Projeto de aproximação facial em torno de um esqueleto da Necrópole Romana do Moinho do Castelinho (Amadora, Portugal)”, in CARDOSO, Guilherme e NOZES, Cristina (coords.) – *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo: A morte no Ager Olisiponensis*. Vol. VII. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. pp. 57-69.

DIAS, Vítor M. (2014) – *A cerâmica comum de Ammaia*. Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do grau de Doutor em Arqueologia.

DIAS, Vítor M. (2015) – “A cerâmica comum das necrópoles de Ammaia”, in QUARESMA, J. Carlos; BORGES, Sofia e FABIÃO, Carlos (eds.) – *Ad Aeternitatem. Os espólios funerários de Ammaia a partir da coleção Maçãs do Museu Nacional de Arqueologia*. Lisboa e Marvão: Museu Nacional de Arqueologia e Fundação Cidade de Ammaia. pp. 47-89.

DÍAZ GARCÍA, Moisés (2000) – “Tipocronología de los contextos cerámicos tardo-republicanos en Tarraco”, in *Empúries*. N.º 52. Girona: Museu d'Arqueologia de Catalunya. pp. 201-260.

DIOGO, A. M. Dias (1982) – “A propósito de “Morón”. Estudo de alguns documentos provenientes dos Chões de Alpompe (Santarém)”, in *Clio*. Vol. 4. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. pp. 147-154.

DIOGO, A. M. Dias (1984) – “O material romano da 1ª campanha de escavações na Alcáçova de Santarém”, in *Conimbriga*. N.º 23. Coimbra: Universidade de Coimbra. pp. 111-141.

DIOGO, A. M. Dias (1987) – “Ânforas provenientes do rio Tejo (Salvaterra de Magos), no Museu do Mar”, in *Arqueologia*. N.º 16. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. pp. 112-114

DIOGO, A. M. Dias (1987-1988) – “Notícias de dois vestígios romanos no concelho de Vila Franca de Xira”, in *CIRA. Boletim Cultural*. N.º 3. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. pp. 107-112.

DIOGO, A. M. Dias e ALVES, Francisco (1988-1989) – “Ânforas provenientes do meio fluvial nas imediações de Vila Franca de Xira e de Alcácer do Sal”, in *O Arqueólogo Português*. Sér. IV. 6-7. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. pp. 227-240.

DIOGO, A. M. Dias e SEPÚLVEDA, Eurico de (2000) – “As lucernas das escavações de 1989/93 do Teatro Romano de Lisboa”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 3. N.º 1. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. pp. 153-162.

DIOGO, A. M. Dias e TRINDADE, Laura (1993-1994) – “Materiais provenientes de Chões de Alpompe (Santarém)”, in *Conimbriga*. Vols. 32-33. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. pp. 263-281.

DJAOUI, David e QUARESMA, J. Carlos (2016) – “Lusitanian Amphorae from the Dump Layer above the Arles-Rhône 3 Shipwreck”, in PINTO, I. Vaz, ALMEIDA, Rui de, MARTIN,

Archer (eds.) – *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution. Roman and Late Antique Mediterranean Pottery*. Oxford: Archaeopress. 357-368.

DOPICO CAINZOS, M. Dolores (1988) – *La Tabula Lougeiorum. Estudios sobre la implantación romana en Hispania*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco.

DRAGENDORFF, Hans (1895) – “Terra sigillata”, in *Bonner Jahrbücher*. Vols. 96/97. Bonn: Landesmuseum Bonn. pp. 18-155

DRESSEL, Heinrich (1899) – *CIL XV: Inscriptiones urbis Romae Latinae. Instrumentum domesticum*. Berlin.

DUARTE, Vitória (2015) – *De Scallabis a Chantirene: análise paleoantropológica de duas amostras paleocristãs dos séculos IV e VI da necrópole da Avenida 5 de Outubro (Santarém)*. Dissertação apresentada à Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre em Evolução e Biologias Humanas.

EGER, Christoph (2020) – “The Visigothic Kingdom – A Kingdom without Visigoths? The Debate on the Ethnic Interpretation of the Early Medieval Cemeteries on the Iberian Peninsula”, in PANZRAM, Paulo e PACHÁ, Paulo (eds.) – *The Visigothic Kingdom: The Negotiation of Power in Post-Roman Iberia*. Amsterdam: University Press. pp. 173-193.

EMPEREUR, Jean-Yves e HESNARD, Antoinette (1987) – “Les amphores hellénistiques”, in LÉVÊQUE, Pierre e MOREL, Jean-Paul (eds.) – *Cerámiques Hellénistiques et Romaines*. Tomo II. Paris: Annales littéraires de l’Université de Besançon. pp. 9-71.

ESPERANZA MANERA, Roca e LUISA PALANQUÉS, María (1990) – “La marca “C.Oppi.res” a través de “La ruta de la plata””, in *Simposio sobre la red viaria en la Hispania romana*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico.

ÉTIENNE, Robert e MAYET, Françoise (1995) – “À propos de l’amphore Dressel 1C de Belo (Cádiz)”, in *Melanges de la Casa de Velásquez*. Vol. 30. N.º 1. Madrid: Casa de Velázquez. pp. 130-138

ÉTIENNE, Robert e MAYET, Françoise (2000) – *Le vin hispanique*. Paris: De Boccard

ÉTIENNE, Robert e MAYET, Françoise (2002) – *Salaisons et Sauces de Poisson Hispaniques*. Paris: E. de Boccard.

ETTLINGER, Elisabeth e SIMONET, Christoph (1952) – *Römische Keramik aus dem Schutthügel von Vindonissa*. Basel: Verlag Birkhäuser Basel.

FABIÃO, Carlos (1989) – *Sobre ânforas do acampamento Romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Lisboa: UNIARQ.

FABIÃO, Carlos (1993-1994) – “O azeite da Baetica na Lusitania”, in *Conimbriga*. Vol. 32-33. Coimbra: Universidade de Coimbra. pp. 219-245.

FABIÃO, Carlos (1994) – “As Ânforas”, in NOLEN, Jeannette (coord.) – *Cerâmicas e Vidros de Torres de Ares. Balsa*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. pp. 17-34

FABIÃO, Carlos (1997) – “A Romanização do actual território português”, in Mattoso, José (coord.) – *História de Portugal. Antes de Portugal*. Vol 1. Lisboa: Editorial Estampa. pp. 191-271.

FABIÃO, Carlos (1998) – *O Mundo Indígena e a sua Romanização na área céltica do território hoje português*. Tese apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Doutor em Arqueologia.

FABIÃO, Carlos (2001) – “Sobre as mais antigas ânforas «romanas» da Baetica no Ocidente Peninsular”, in *Actas Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae. Conservas y vino de la Bética en el Imperio Romano*. Vol. 2. Écija: Gráficas Sol. pp. 665-682.

FABIÃO, Carlos (2002) – “Chões de Alpompe”, in *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. pp. 149-152.

FABIÃO, Carlos (2004) – “Arqueologia militar romana da Lusitânia: textos e evidências materiais”, in PÉREZ GONZÁLEZ, Cesáreo e ILLARREGUI GÓMEZ, Emilio (eds.) – *Arqueología militar romana en Europa*. Junta de Castilla y León: Universidad Internacional SEK. pp. 53-74.

FABIÃO, Carlos (2007) – “El ejército romano en Portugal”, in MORILLO CERDÁN, Ángel (ed.) – *El ejército romano en Hispania: guía arqueológica*. León: Universidad de León. pp. 113-134.

FABIÃO, Carlos (2009) – “A dimensão atlântica da Lusitânia: periferia ou charneira no Império Romano?”, in GORGES, Jean-Gerard *et al.* (eds.) – *Lusitânia Romana: entre o mito e a realidade*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais. pp. 53-74.

FABIÃO, Carlos e CARVALHO, António (1990) – “Ânforas da Lusitânia: uma perspectiva”, in ALARCÃO, Adília de e MAYET, Françoise (eds.) – *As ânforas lusitanas. Tipologia, produção, comércio*. Coimbra/Paris: MMC/Diff. E. de Boccard. pp. 37-63.

FABIÃO, Carlos *et al.* (2016) – “Marcas de ânforas romanas na Lusitânia (do Museu Nacional de Arqueologia de Lisboa ao Museo Nacional de Arte Romano de Mérida)”. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. Universidade de Lisboa e Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

FABIÃO, Carlos; PEREIRA, Teresa e PIMENTA, João (2015) – “Coleção de metais do sítio arqueológico dos Chões de Alpompe – Santarém”, in *Cira Arqueologia*. N.º 4. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. pp. 110-150.

FÁRIA, António (1999) – “Colonização e municipalização nas províncias hispano-romanas: reanálise de alguns casos polémicos”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 2. N.º 2. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. pp. 29-50.

FERNANDES, Lúcia *et al.* (2011) – “A transformação de produtos piscícolas durante a Época Romana em Olisipo: o núcleo da Rua dos Bacalhoeiros (Lisboa)”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*. N.º 14. Lisboa: DGPC. pp. 239-261.

FERNANDES, Lúdia *et al.* (2015) – “Paisagem urbana de Olisipo: fatias da história de uma cidade”, in *Revista portuguesa de arqueologia*. Vol. 18. N.º 1. pp. 203-224.

FERNÁNDEZ CACHO, Silvia (1992) – “Excavaciones arqueológicas en “El Rinconcillo” (Algeciras, Cádiz)”, in *Anuario Arqueológico de Andalucía*. N.º 3. Sevilla: Junta de Andalucía. pp. 70-77.

FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, Adolfo (2010) – “Rías Baixas and Vigo (Vicus Eleni)”, in CARRERAS MONFORT, César e MORAIS, Rui (eds.) – *The Western Roman Atlantic Façade: a study of economy and trade in the Mar Exterior. From the Republic to the Principate*. Oxford: BAR Publishing. pp. 229-237.

FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, Adolfo (2011) – *El comercio tardoantiguo (ss. Iv-Vii) en el Noroeste Peninsular através del registro arqueológico de la ría de Vigo*. Tese apresentada à Universidad de vigo para obtenção do grau de Doutor em Arqueologia.

FERNÁNDEZ GARCÍA, M.^a Isabel e RUIZ MONTES, Pablo (2005) – “Sigillata Hispânica de origen bético”, in ROCA ROUMENS, Mercé e FERNÁNDEZ GARCÍA, M.^a Isabel (coords.) – *Introducción al estudio de la cerâmica romana. Una breve guía de referencia*. Málaga: Universidad de Málaga. pp. 115-137.

FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen; MORILLO CERDÁN, Ángel e ZARZALEJOS PRIETO, M. del Mar (coords.) – *Manual de cerâmica romana II. Cerâmicas romanas de época altoimperial en Hispania: Importación y producción*. Madrid: Museo Arqueológico de la Comunidad de Madrid.

FERNÁNDEZ SUTILO, Lucía; CAMPOS CARRASCO, Juan e VIDAL TERUEL, Nuria (2013) – “El mundo funerario en la ciudad romana de Onoba: Las manifestaciones arquitectónicas de la necrópolis Norte”, in *Revista Onoba*. N.º 1. Huelva: Universidad de Huelva. pp. 175-186.

FERRANDES, A. F. (2008) – “I contenitori da trasporto”, in FILIPPI, Fedora (ed.) – *Horti et sordes. Uno scavo alle falde del Gianicolo*. Roma: Edizioni Quasar. pp. 247-283.

FERREIRA, Carlos; CATARINO, João e PINHO, Luís (1992) – “Chões de Alpompe. Síntese cultural”, in *Revista ESES*. N.º 3. Santarém: Escola Superior de Educação de Santarém. pp. 55-63.

FIGUEIRA, Arlete (2018) – *A cerâmica comum da villa romana da Quinta da Bolacha (Amadora, Portugal)*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia.

FIGUEIREDO, Margarida (2018) – “Antropologia funerária”, in *Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos*. Setúbal Arqueológica. Vol. 17. Setúbal: MAEDS. pp. 181-201.

FILIPPE, Vanessa e SANTOS, Raquel (2017) – “As termas romanas às portas de Alfama”, in CAESSA, Ana *et al.* (coords.) – *I Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma Cidade em Escavação (Teatro Aberto, 26, 27 e 28 de nov. de 2015)*. Lisboa: CAL – Centro de Arqueologia

de Lisboa, Departamento do Património Cultural, Direção Municipal da Cultura, Câmara Municipal de Lisboa. pp. 246-253.

FILIPE, Victor (2008) - *As ânforas do teatro romano de Lisboa*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em Pré-história e Arqueologia.

FILIPE, Victor (2008a) – “Importação e exportação de produtos alimentares em Olisipo: as ânforas romanas da Rua dos Bacalhoeiros”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 11. N.º 2. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. pp. 301-324.

FILIPE, Victor (2015) – “As ânforas do teatro romano de Olisipo (Lisboa, Portugal): campanhas 2001-2006”, in *SPAL. Revista de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Sevilla*. Vol. 24. Sevilla: Universidad de Sevilla. pp. 129-163.

FILIPE, Victor (2019) – *Olisipo, o grande porto romano da fachada atlântica: economia e comércio entre a República e o Principado*. Tese apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Doutor em História, na especialidade de Arqueologia.

FILIPE, Victor *et al.* (2015) – “Produção, consumo e comércio de alimentos entre os séculos II e III d.C. em Olisipo: os contextos romanos da Casa dos Bicos, Lisboa (intervenção de 2010)”, in JÁRREGA, Ramon e BERNI, Piero (eds.) – *Amphorae ex Hispania: paisajes de producción y consumo*. Tarragona: Institut Català d’Arqueologia Clàssica. pp. 423-445.

FOY, Danièle e NENNA, Marie-Dominique (dir.) (2003) – “Échanges et commerce du verre dans le monde antique”, in *Monographies Instrumentum*. Vol. 24. Montagnac: Éditions Monique Mergoil.

FOY, Danièle *et al.* (2018) – *Verres incolores de l’Antiquité romaine en Gaule et aux marges de la Gaule*. Oxford: Archaeopress.

FRUTOS REYES, Gregorio de e MUÑOZ VICENTE, Ángel (1994) – “Hornos púnicos de Torre Alta (San Fernando, Cádiz)”, in CAMPOS CARRASCO, J. Manuel; PÉREZ MACÍAS, J. Aurelio e GÓMEZ RUIZ, Francisco (coords.) – *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana: actas del Encuentro Internacional de Arqueología del suroeste*. Huelva: Universidad de Huelva. pp. 393-414.

FÜNFSCHILLING, Sylvia (2015) – “Die römischen Gläser aus Augst und Kaiseraugst”, in *Forschungen in Augst*. Vol. 51. Augst: Museum Augusta Raurica.

GADDI, Dario e DEGRASSI, Valentina (2016) – “Lusitanian Amphorae in Northern Adriatic Italy: the Eastern Part of Decima Regio”, in PINTO, I. Vaz, ALMEIDA, Rui de, MARTIN, Archer (eds.) – *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution. Roman and Late Antique Mediterranean Pottery*. Oxford: Archaeopress. pp. 437-444.

Gallo-Romaines d'Aquitaine. Paris: CNRS.

GALSTERER-KRÖLL, Brigitte (1975) – “Zu den spanischen Städtelisten des Plinius”, in *Archivo Español de Arqueología*. Vol. 48. N.ºs 131-132. Madrid: CSIC. pp. 120-128.

GARCÍA PRÓSPER, Elisa (2016) – *Los ritos funerarios de la necrópolis romana de la calle Quart de Valencia (Siglos II a.C-III d.C)*. Tese apresentada à Universitat de València para obtenção do grau de Doutora em Prehistoria i Arqueologia del Mediterráneo.

GARCÍA VARGAS, Enrique (1996) – “La producción anfórica en la Bahía de Cádiz durante la República como índice de romanización”, in *Habis*. N.º 27. Sevilla: Universidad de Sevilla. pp. 49-57.

GARCÍA VARGAS, Enrique (1998) – *La producción de ánforas en la bahía de Cádiz en Época Romana (siglos II A.C. - IV D.C.)*. Ecija: Gráficas Sol.

GARCÍA VARGAS, Enrique (2007) – “Hispalis como centro de consumo desde época tardorrepublicana a la antigüedad tardía”, in *Anales de Arqueología Cordobesa*. N.º 18. Córdoba: Universidad de Córdoba. pp. 317-360.

GARCÍA VARGAS, Enrique (2012) – “Producciones anfóricas tardorrepublicanas y tempranoaugusteas del valle del Guadalquivir. Formas y ritmos de la romanización en Turdetania a través del artesanado cerámico”, in BERNAL CASASOLA, Darío e RIBERA I LACOMBA, Albert (coords.) – *Cerámicas hispanorromanas II. Producciones regionales*. Cádiz: Universidad de Cádiz. pp. 177-205.

GARCÍA VARGAS, Enrique e BERNAL CASASOLA, Darío (2008) – “Ánforas de la Bética”, in BERNAL CASASOLA, Darío e RIBERA I LACOMBA, Albert (eds.) – *Cerámicas hispanorromanas: un estado de la cuestión*. Cádiz: Universidad de Cádiz. pp. 661-687.

GARCÍA VARGAS, Enrique; ALMEIDA, Rui de e GONZÁLEZ CESTEROS, Horacio (2011) – “Los tipos anfóricos del Guadalquivir en el marco de los envases hispanos del siglo I a.C. Un universo heterogéneo entre la imitación y la estandarización”, in *SPAL. Revista de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Sevilla*. N.º 20. Sevilla: Universidad de Sevilla. pp. 185-283.

GARCÍA Y BELLIDO, Antonio (1958) – “Las colonias romanas de la Provincia Lusitania”, in *Arqueologia e história*. Série 8.Vol. 8. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. pp. 11-23.

GARCIA, José (1977) – “Em torno de Scallabis”, in *Santarém. A Cidade e os Homens*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. pp. 65-77.

GASPAR, Jorge (1975) – “Estudo Geográfico das aglomerações urbanas em Portugal continental”, in *Finisterra*. Vol. 10 (19). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos. pp. 107-152.

GIRÓN ANGUIOZAR, Lourdes (2017) – *La Cerámica Común romana en la Bahía Gaditana en Época romana: Alfarería y centros de producción*. Oxford: Archaeopress.

GOMES, Francisco B. (2021) – *A necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal, Portugal): Práticas Funerárias, Cultura Material e Identidade(s) na Idade do Ferro do Baixo Sado (séculos VII – II a.n.e.)*. Estudos & Memórias 17. Lisboa: UNIARQ/FL-UL.

GOMES, João (2018) – *À conquista da Hispânia: análise histórico-arqueológica da campanha de Décimo Júnio Bruto, o Galaico*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, para obtenção do grau de Mestre em História Antiga.

GONÇALVES, David (2007) – *FUNUS: recomendações para a escavação e análise em laboratório de cremações em urna*. Dissertação de Mestrado em Evolução Humana para a Universidade de Coimbra.

GONÇALVES, Victor S. (2006) – “Pequenos sítios, objectos perdidos, artefactos sem contexto: A placa de xisto gravada (medieval?) da Alcáçova de Santarém”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 9. N.º 1. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. pp. 185-195.

GONZÁLEZ CESTEROS, Horacio e ALMEIDA, Rui de (2017) – “Las ánforas de aceite de oliva béticas. De las Oberaden 83 hasta las Dressel 20 en el Kops Plateau de Nimega”, in CARRERAS MONFORT, César e BERG, Joost van der (eds.) – *Amphorae from the Kops Plateau (Nijmegen): trade and supply to the lower-rhineland from the Augustan periodo to AD 69/70*. Oxford: Archaeopress Publishing. pp. 47-60.

GONZÁLEZ CESTEROS, Horacio e TREMMEL, Bettina (2011-2012) – “Aceite, vino y salazones hispanos en Oberaden”, in NOGUERA CELDRÁN, J. Miguel e ANTOLINOS MARÍN, J. Antonio (eds.) – *De vino et óleo Hispaniae. Áreas de producción y procesos tecnológicos del vino y el aceite en la Hispania romana. Anales de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Murcia*. N.ºs 27-28. Murcia: Universidad de Murcia. pp. 527-542.

GONZÁLEZ VILLAESCUSA, Ricardo (2001) – *El mundo funerario romano en el País Valenciano. Monumentos funerarios y sepulturas entre los siglos I a. de C.-VII d. de C.* Madrid: Casa de Velázquez.

GRATALOUP, Catherine (1988) – *Les ceramiques à paróis fines de la rue de Farges (Lyon)*. Oxford: Archaeopress.

GRILO, Carolina (2013) – “As lucernas do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, Lisboa”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*. N.º 16. Lisboa: DGPC. pp. 277-292.

GRILO, Carolina e SANTOS, César (2017) – “A cerâmica comum da villa romana de Povos, Vila Franca de Xira”, in *Cira Arqueologia*. N.º 5 Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. pp. 86-115.

GUÉNOCHE, Alain e TCHERNIA, André (1977) – “Essai de construction d'un modèle descriptif des amphores Dr. 20”, in *Méthodes Classiques et Méthodes Formelles dans l'Étude des Amphores*. Paris: École Française de Rome. pp. 241-259.

GUERRA, Amílcar (1995) – *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. Lisboa: Colibri.

GUERRA, Amílcar (2002) – “A epigrafia de Scallabis”, in ARRUDA, Ana M.; VIEGAS, Catarina e ALMEIDA, M.^a João (coords.) – *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. pp. 179-184.

GUERRA, Amílcar (2006) – “Os mais recentes achados epigráficos do Castelo de S. Jorge, Lisboa”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 9. N.º 2. pp. 271–297.

GUERRERO AYUSO, Victor M. (1986) – “Una aportación al estudio de las ánforas púnicas Mañá C”, in *Archaeonautica*. N.º 6. Paris: CNRS Éditions. pp. 147-196.

GUILAINE, Jean e FERREIRA, O. da Veiga (1970) – “Le Néolithique ancien au Portugal”, in *Bulletin de la Société préhistorique française*. Tomo 67. Fasc. 1. Paris: Société Préhistorique Française. pp. 304-322.

HARRIS, Edward (1989) – *Principles of Archaeological Stratigraphy*. 2^a ed. London e New York: Academic Press.

HERAS MORA, F. Javier; OLMEDO GRAJERA, A. Belén (2018-2019) – “Novedades en la necrópolis tardorromana de Mérida. Las princesas bárbaras”, in *Anas*. N.º 31-32. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano. pp. 201-208.

HERAS MORA, F. Javier; OLMEDO GRAJERA, A. Belén e PÉREZ MAESTRO, Carmen (2006-2008) – “Dinámica urbana en el Suburbio Norte de «Augusta Emérita»: síntesis diacrónica de las excavaciones en el llamado «Corralón de los Blanes», in *Mérida, excavaciones arqueológicas*. N.º. 12. 2. Mérida: Consorcio Ciudad Monumental Histórico-Artística y Arqueológica de Mérida. pp. 707-745.

HEREDIA BERCERO, J. Beltrán de (2008) – “Inhumaciones "privilegiadas" "intra muros" durante la Antigüedad Tardía el caso de "Barcino"”, in *Anales de arqueología cordobesa*. N.º 19. Córdoba: Universidad de Córdoba. pp. 231-260.

HERMET, Frédéric (1934) – *La Graufesenque. (Condatomago)*. Vol. I: Vases Sigillées e Vol. II: Graffites. Paris: Librairie Ernest Leroux.

HESNARD, Antoinette (1980) – “Un dépôt augustéen d'amphores à La Longarina, Ostie”, in D'ARMS, John H. e KOPFF, E. Christian (dirs.) – *The Seaborne Commerce of Ancient Rome: Studies in Archaeology and History*. Vol. 36. Roma: American Academy. pp. 141-156.

HESNARD, Antoinette (1998) – “Des amphores pour l'histoire du commerce. Que compter et pourquoi”, in ARCELIN, Patrice e TUFFREAU-LIBRE, Marie (eds.) – *La quantification des céramiques: conditions et protocole*. Paris: Centre archéologique européen du Mont Beuvray. pp. 17–22.

HESNARD, Antoinette e LEMOINE, Charlotte (1981) – “Les amphores du Cécude et du falerne: Prospection, typologie et analyses”, in *Mélanges de l'École Française de Rome (Antiquité)*. N.º 93. p. 243-295.

HESNARD, Antoinette *et al.* (1989) – “Aires de production des gréco-italiques et des DR. 1”, in *Amphores romaines et histoire économique, dix ans de recherche : actes du colloque de Sienne (22-24 mai 1986)*. Roma: Publications de l'École Française de Rome.

HOPE, Valerie (2008) – *Death in Ancient Rome: A Sourcebook*. Londres: Routledge.

HUARTE CAMBRA, Rosario (2003) – “Las producciones de la figlina. Cerámicas comunes”, in VÁZQUEZ LABOURDETTE, Alejandro (coord.) – *Arqueología y rehabilitación en el Parlamento de Andalucía*. Sevilla: pp. 220-237.

HUGUET, Esperança (2013) – “El material más usado por los antiguos: la cerámica común y de cocina”, in RIBERA I LACOMBA, Albert (coord.) – *Manual de cerámica romana: del mundo helenístico al Imperio Romano*. Madrid: Comunidad de Madrid e Museo Arqueológico Regional. pp. 291-330.

ISINGS, Clasina (1957) – *Roman Glass from Dated Finds*. Gröningen: D. B. Wolters

JERBANIA, Imed B. (2013) – “Observations sur les amphores de tradition punique d’après une nouvelle découverte près de Tunis”, in *Antiquités Africaines*. N.º 49. Paris: CNRS Éditions. pp. 179-192.

LAGÓSTENA BARRIOS, Lázaro G. (1994) – “Alfarerías romanas de el Puerto de Santa María. Un modelo de transición económica del ámbito cultural púnico al romano en la bahía gaditana”, in *Revista de Historia de El Puerto*. N.º 13. Puerto de Santa María: Aula de Historia "Menesteo". pp. 9-41.

LAMBOGLIA, Nino (1950) – *Gli scavi di Albintimilium e la cronologia della ceramica romana*. Bordighera: Istituto internazionale di studi liguri.

LAMBOGLIA, Nino (1952) – “Per una classificazione preliminare de la ceramica campana”, in *I Congresso Internazionale di Studi Liguri*. Bordighera: Istituto Internazionale di Studi Liguri. pp. 139-206.

LAMBOGLIA, Nino (1955) – “Sulla cronologia delle anfore romane di età repubblicane (II-I secolo a.C.)”, in *Rivista di Studi Liguri*. Vol. 22. Bordighera: Istituto Internazionale di Studi Liguri. pp. 241-270.

LAMBOGLIA, Nino e BELTRÁN MARTÍNEZ, Antonio (1952) – “Apuntes sobre cronología cerámica”, in *Caesaraugusta*. N.º 3. Zaragoza: Institución Fernando el Católico. pp. 73-90.

LANG, Felix (2011) – “Activity not Profession. Considerations about Bone Working in Roman Times”, in BARON, Justyna e KUFEL-DIAKOWSKA, Bernadeta (eds.) – *Written in Bones. Studies on Technological and Social Contexts of Past Faunal Skeletal Remains*. Wrocław: University. pp. 295-303.

LAPUENTE MERCADAL, M^a. Pilar (1996) – “Caracterización de imitaciones provinciales micáceas de englobe interno rojo-pompeyano en el norte de la Península Ibérica”, in

Actes du colloque de Périgueux 1995, Supplément à la Revue d'Archéométrie. Rennes: Université de Rennes. pp. 89-94.

LAUBENHEIMER, Fanette (1990) – *Le Temps Des Amphores En Gaule. Vins, Huiles Et Sauces*. Paris: Editions Errance.

LAVEDAN, Pierre e HUGUENAY, Jeanne (1974) – *L'urbanisme au Moyen Âge*. Paris: Arts et Métiers Graphiques.

LEIBUNDGUT, Annalis (1977) – *Die römischen lampen in der Schweiz*. Bern: Francke Verlag.

LIBERATO, Marco (2012) – “Novos dados sobre a paisagem urbana da Santarém medieval (séculos V-XII): a necrópole visigoda e islâmica de Alporão”, in *Medievalista*. N.º 11. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Posto online no dia 26 Fevereiro 2014, mais recentemente consultado a 8 Junho 2023. URL: <http://journals.openedition.org/medievalista/803>

LIBERATO, Marco (2012a) – *A cerâmica pintada a branco na Santarém Medieval: uma abordagem diacrónica séculos XI a XVI*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia.

LIBERATO, Marco (2018) – “Uma imagem em construção: funções urbanas e materialidade em Santarém durante a alta Idade Média”, in MATIAS, António (coord.) – *Santarém. Carta Arqueológica Municipal*. Santarém: Museu Municipal de Santarém. pp. 132-139.

LIBERATO, Marco e SANTOS, Helena (2017) – “Evolução da estrutura urbana de Santarém entre os séculos VIII e XIII: uma análise macroscópica a partir da localização das necrópoles islâmicas”, in ARNAUD, José M. e MARTINS, Andrea (coords.) – *Arqueologia em Portugal*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. pp. 1393-1404.

LIBERATO, Marco *et al.* (2021) – “Islamic tradition pottery in Portuguese contexts. 12th–14thcenturies”, in P. Petridis; A. G. Yangaki; N. Liaros; E-E. Bia (eds.) – LIAROS, Nikos *et al.* (eds.) – *12th International Congress on Medieval and Modern Period Mediterranean Ceramics*. Vol. I. Athens: National and Kapodistrian University of Athens. pp. 347-354.

LIOU, Bernard e MARICHAL, Robert (1978) – “Les inscriptions peintes sur amphores de l'anse Saint- Gervais a Fos-Sur-Mer”, in *Archaeonautica*. N.º 2. Paris: CNRS Éditions. pp. 109-181

LIOU, Bernard e POMEY, Patrice (1985) – “Informations archéologiques”, in *Gallia*. N.º 43. Paris: CNRS. pp. 547-576.

LLORENS FORCADA, M.^a del Mar e RIPOLLES ALEGRE, Pere Pau (1995) – “El depósito monetar de la domus A de Romeu: nuevas aportaciones a la circulación de moneda de bronce en Saguntum durante el siglo III d.C.”, in *Saguntum*. N.º 28. Valencia: Universitat de València. pp. 217-228.

LOESCHKE, Siegfried (1919) – *Lampen aus Vindonissa, Ein Beitrag zur Geschichte von Vindonissa und des Antiken Beleuchtungswesens*. Zurich: Beer & cie.

LOESCHKE, Siegfried (1942) – “Die römische und belgische Keramik aus Oberaden”, in *Das Römerlager in Oberaden*. Vol. II. Dortmund: Ch. Albrecht.

LOESCHKE, Siegfried (1909) – “Kerasmische funde in Haltern”, in *Mitteilungen der Altertums-Kommission für Westfalen*. Vol. 5. Münster. pp. 103-322.

LOJA, Sílvia M. (2020) – *Os contextos funerários romanos da Rua das Portas de Santo Antão (Lisboa): uma contribuição para o conhecimento da Necrópole Noroeste de Olisipo*. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia.

LOPES, Célia C. (1997) – *Silveirona revisitada: nova análise antropológica quatro décadas depois*. Relatório de estágio realizado na área de Ciências Humanas pelo Departamento de Antropologia Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

LÓPEZ MULLOR, Alberto (1990) – *Las cerámicas romanas de paredes finas en Cataluña*. Zaragoza: Pórtico.

LÓPEZ MULLOR, Alberto (2008) – “Las cerámicas de paredes finas en la fachada mediterránea de la Península Ibérica y las Islas Baleares”, in BERNAL CASASOLA, Darío e RIBERA I LACOMBA, Albert (eds.) – *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz: Universidad de Cádiz. pp. 343-384.

LÓPEZ MULLOR, Alberto; MARTÍN I MENÉNDEZ, Albert (2006) – “La production d'amphores gréco-italiques, Dressel 1, Lamboglia 2 et Tarraconaise 1 à 3 en Catalogne, typologie et chronologie”, in SAULNIER, Sylvie (ed.) – *Actes du Congrès de Pézenas, 25-28 mai 2006*. Marseille: Société Française d'Étude de la Céramique en Gaule. pp. 441-460

LOUGHTON, Matthew E. (2000) – *Republican amphorae in the Auvergne central France: an archaeological and petrological study*. Tese apresentada à University of Bournemouth para obtenção do grau de Doutor em Filosofia.

LUNA, Francisco e BERTRANPETIT, Jaume (1983) – “Estudio antropológico de los restos de la necrópolis del Cerro del Castillón (Montefrío, Granada)”, in *Trabajos de Antropología*. Vol. 19. N.º 2. Barcelona: CSIC. pp. 93-105.

MACIAS SOLÉ, Josep M.^a (1999) – *La ceràmica comuna tarroantiga a Tàrraco. Anàlisi tipològica i històrica (segles V-VII)*. Tarragona: Museu Nacional Arqueològic de Tarragona.

MAESTRIPIERI, Daniela e CECI, Monica (1990) – “Gli Oppi: una famiglia di fabbricanti urbani di lucerne”, in *Journal of Roman Archaeology*. Vol. 3. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 119-132.

MAIA, M.^a Garcia P. e MAIA, Manuel (1997) – *Lucerna de Santa Bárbara*. Castro Verde: Edição Cortisol.

MALAGOLI, Claude (2016) – *Les lampes en terre cuite du centre-est de la Gaule (Ier siècle Avant J.-C. - IV^o siècle ap. J.-C.): production, diffusion et consommation*. Tese apresentada à Université de Franche-Comté para a obtenção do grau de Doutor em Archéologie.

MAÑÁ, José M.^a (1951) – Sobre tipología de ánforas púnicas, in *Crónica del VI Congreso de Arqueología del Sudeste*. Cartagena: Papelería Española. pp. 203-210.

MANACORDA, Daniele (1981) – “Le anfore dell'Italia repubblicana: aspetti economici e sociali”, in *Amphores romaines et histoire économique. Dix ans de recherche*. Roma: Publications de l'École française de Rome. pp. 443-467.

MANTAS, V. Gil (1986) – “Arqueologia urbana e fotografia aérea: contributo para o estudo do urbanismo antigo de Santarém, Évora e Faro”, in *Trabalhos de Arqueologia (Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana – Setúbal 1985)*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural. N.º 3. pp 13-26.

MANTAS, V. Gil (1993) – “As fundações coloniais no território português nos finais da República e inícios do Império”, in *II Congresso Peninsular de História Antiga*. Coimbra: Instituto de Estudos Clássicos. pp. 467-499.

MANTAS, V. Gil (1994) – “Olisiponenses: epigrafia e sociedade na Lisboa romana”, in *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Electa. pp. 70-75

MANTAS, V. Gil (1996) – *A Rede Viária Romana da Faixa Atlântica entre Lisboa e Braga*. Dissertação de doutoramento (policopiada). Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

MANTAS, V. Gil (2002) – “A rede viária de Scallabis”, in ARRUDA, Ana M.; VIEGAS, Catarina e ALMEIDA, M.^a João (coords.) – *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. pp. 107-112.

MANTAS, V. Gil (2012) – “A estrada romana de Olisipo a Scallabis. Traçado e vestígios”, in *Cira Arqueologia. Atas mesa redonda: De Olisipo a Ierabriga*. N.º 1. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. pp. 7-23.

MANZONI, Anna (1984) – “An Egotistical Lamp Maker from El Djem”, in *The J. Paul Getty Museum Journal*. Vol. 12. Califórnia: Getty Publications. pp. 141-144.

MANZONI, Anna (1985) – *The Workshop of M. Novius Justus, a North African Lampmaker of the Roman Period*. Tese apresentada à University of Southern California para obtenção do Ph.D. em Filosofia.

MARABINI, M. Teresa (1973) – “The Roman Thin Walled Pottery: From Cosa (1948-1954)”, in *Memoirs of the American Academy in Rome*. Vol. 32. Michigan: University of Michigan.

MARTIN-KILCHER, Stefanie (1983) – “Les amphores romaines à huile de Bétique (Dressel 20 et 23) d' August (Colonia Augusta Rauricorum) et Kaiseraugst (Castum Rauracense): un rapport préliminaire”, in BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, José M.^a e REMESAL RODRÍGUEZ,

José (coords.) – *Producción y Comercio en la Antigüedad. Segundo Congreso Internacional (Sevilla)*. Madrid: Universidad Complutense. pp. 337-347.

MARTIN-KILCHER, Stefanie (1987) – *Die römischen Amphoren aus Augst und Kaiseraugst. Ein Beitrag zur römischen Handels- und Kulturgeschichte. Band 1: Die südspanischen Ölamphoren - Gruppe 1*. Augst: Museum Augusta Raurica.

MARTIN-KILCHER, Stefanie (1994) – “Die römischen Amphoren aus Augst und Kaiseraugst”, in *Forschungen in Augst*. Vol. 3. Augst: Museum Augusta Raurica.

MARTIN-KILCHER, Stefanie (1999) – “Amphoren”, in SCHUCANY, Caty e MARTIN-KILCHER, Stefanie (eds.) – *Römische Keramik in der Schweiz. Antiqua 31*. Basel: Verl.Schweizerische Gesellschaft für Ur- und Frühgeschichte. pp. 79-83.

MATALOTO, Rui (2008) – “O Castelo dos Mouros (Graça do Divor, Évora): a arquitectura “ciclópica” romana e a romanização dos campos de Liberalitas Iulia Eborae”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 11. N.º 1. Lisboa: DGPC. pp. 123-147.

MATALOTO, Rui e ANGEJA, Pedro (2015) – “Soeiros revisitado: aspectos da romanização do território alto alentejano nos meados do séc. I a.C.”, in *Actas del VII Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Aroche: Ayuntamiento de Aroche. pp. 841-866.

MATALOTO, Rui e ROQUE, Conceição (2012) – “Um regresso, de passagem, ao Castelo Velho de Veiros”, in *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Almodôvar: Câmara Municipal de Almodôvar. pp. 669-685.

MATALOTO, Rui e ROQUE, Conceição (2013) – “Gentes de Endovélico: um primeiro balanço sobre a arqueologia da Rocha da Mina”, in *Cadernos do Endovélico*. N.º 1. Lisboa: Edições Colibri. pp. 125-141.

MATEO CORREDOR, Daniel (2014) – *El comercio en Hispania Ulterior durante los siglos II a. C. y II d. C. Tráfico anfórico y relaciones mercantiles*. Tese apresentada à Universidade de Alicante para obtenção do grau de Doutor em Arqueologia.

MATIAS, António (2009) – Culturas distintas, um mesmo espaço: o Largo Cândido dos Reis na caracterização de gestos quotidianos e rituais funerários de Santarém medieval, in *Xelb*. N.º 9. Silves: Câmara Municipal de Silves. pp. 637-654.

MATIAS, António (2009a) – Anatomia de um complexo funerário medieval: perspectiva bioantropológica do Largo Cândido dos Reis em Santarém, in *Xelb*. N.º 9. Silves: Câmara Municipal de Silves. pp. 655-676.

MAYET, Françoise (1975) – *La Céramique à Parois Fines de la Péninsule Ibérique*. Paris: Diffusion de Boccard.

MAYET, Françoise (1980) – “Les céramiques à parois fines: état de la question”, in LÉVÊQUE, Pierre e MOREL, Jean-Paul (eds.) – *Céramiques hellénistiques et romaines*. Tomo 1. Besançon: Université de Franche Comté. pp. 201-229.

MAYET, Françoise e SILVA, C. Tavares da (1998) – *L'atelier d'amphores de Pinheiro. Portugal*. Paris: De Boccard.

MAYET, Françoise e SILVA, C. Tavares da (2002) – *L'atelier d'amphores d'Abul*. Paris: De Boccard.

MAYET, Françoise; SCHMITT, Anne e SILVA, C. Tavares da (1996) – Les amphores du Sado (Portugal): prospection des fours et analyse du matériel. Paris: E. de Boccard.

MERCADO HERVÁS, Laura. V. (2020) – *La necrópolis romana del Prado de San Sebastián, Sevilla*. Tese apresentada à Universidad de Sevilla para obtenção do grau de Doutora em Prehistoria y Arqueología.

MOEVS, Marabini (1973) – “The Roman Thin Walled Pottery: From Cosa (1948-1954)”, in *Memoirs of the American Academy in Rome*. Vol. 32. Michigan: University of Michigan Press.

MOLINA VIDAL, Jaime (1997) – *La dinámica comercial romana entre Italia e Hispania Citerior*. Alicante: Instituto de Cultura Juan Gil-Albert.

MORAIS, Rui (2004) – “Bracara Augusta: um pequeno "testaccio" de ânforas Haltern 70. Considerações e problemáticas de estudo”, in LAGÓSTENA BARRIOS, Lázaro G. e BERNAL CASASOLA, Darío (eds.) – *Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C.-VII d.C.)*. Vol. 2. Oxford: British Archaeological Reports Oxford Ltd. pp. 545-566.

MORAIS, Rui (2005) – “Autarcia e Comércio em Bracara Augusta. Bracara Augusta”, in *Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas*. Vol. 2. Braga: Universidade do Minho.

MORAIS, Rui (2010) – “Ânforas”, in ALARCÃO, Jorge de; CARVALHO, Pedro C. e GONÇALVES Ana (coords.) – *Castelo da Lousa - Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano. pp. 181-218.

MORAIS, Rui (2010a) – “Cerâmica de Paredes Finas”, in ALARCÃO, Jorge de; CARVALHO, Pedro C. e GONÇALVES Ana (coords.) – *Castelo da Lousa - Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano. pp. 153-172.

MORAIS, Rui (2013) – “Um naufrágio bético, datado da Época de Augusto, em rio de Moinhos”, in MORAIS, Rui, GRANJA, Helena e MORILLO CERDÁN, Ángel (eds.) – *O Irado Mar Atlântico. O naufrágio bético augustano de Esposende (Norte de Portugal)*. Braga: [S.I.]. pp. 309-334.

MORAIS, Rui (2015) – “La terra sigillata gálica: un indicador esencial en los registros estratigráficos altoimperiales”, in C. Fernández Ochoa, A. Morillo y M. Zarzalejos (eds.) – *Manual de cerámica romana II. Cerámicas romanas de época altoimperial en Hispania: Importación y producción*. Madrid: Museo Arqueológico de la Comunidad de Madrid. pp. 81-148.

MORAIS, Rui (2019) – “Circulação de cerâmica romana na Hispânia”, in OLIVEIRA, J. Brandão (ed.) – *História de Roma antiga: Império romano do ocidente e romanidade*. Vol. 2. Coimbra: Universidade de Coimbra. pp. 511-520.

MORAIS, Rui e CARRERAS MONFORT, César (2004) – “Geografía del consum de les Haltern 70”, in *Culip VIII i les àmfores Haltern 70*. Girona: Museu d'Arqueologia de Catalunya. pp. 93-112.

MORAIS, Rui e FABIÃO, Carlos (2007) – “Novas produções de fabrico lusitano: problemáticas e importância económica”, in ARÉVALO GONZÁLEZ, Alicia; LAGÓSTENA BARRIOS, Lázaro G., BERNAL CASASOLA, Darío (coords.) – *CETARIAE 2005: salsas y salazones de pescado en occidente durante la Antigüedad*. Oxford: British Archaeological Reports Oxford Ltd. pp. 127-133.

MOREL, Jean-Paul (1981) – *La Céramique Campanienne. Les Formes*. 2 vols. Roma: Bibl. Ec. Fr. d'Athènes et Rome.

MORENO ALMENARA, Maudilio (1997) – *La villa Alto-imperial de Cercadilla (Cordoba): análisis arqueológico*. Sevilla: Junta de Andalucía, Consejería de Cultura.

MORENO ALMENARA, Maudilio (1998) – “Importaciones e imitaciones de cerámica romana en el yacimiento de Cercadilla (Córdoba): siglos I al III d.C.”, in *Anales de arqueología cordobesa*. N.º 9. Córdoba: Universidad de Córdoba. pp. 247-272.

MORENO RODRÍGUEZ, Daniel e ADROHER AUROUX, Andrés (2019) – “Piezas discoidales recortadas en cerámica: perspectiva desde un depósito íbero de Iliberri (Granada)”, in *Zephyrus*. N.º 84. Salamanca: Universidad de Salamanca. pp. 63–88.

MORILLO CERDÁN, Ángel (1999) – “Lucernas romanas en la región septentrional de la península ibérica”, in *Monographies Instrumentum*. Vol. 2/8. Montagnae: Éditions Monique Mergoïl.

MORILLO CERDÁN, Ángel (2008) – “Producciones cerámicas militares en Hispania”, in BERNAL CASASOLA, Darío e RIBERA I LACOMBA, Albert (eds.) – *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz: Universidad de Cádiz. pp. 275-296.

MORILLO CERDÁN, Ángel (2015) – “Lucernas romanas en Hispania: entre lo utilitario y lo simbólico”, in FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen; MORILLO CERDÁN, Ángel e ZARZALEJOS PRIETO, M. del Mar (coords.) – *Manual de cerámica romana II. Cerámicas romanas de época altoimperial en Hispania: Importación y producción*. Madrid: Museo Arqueológico de la Comunidad de Madrid. pp. 321-428.

MORILLO CERDÁN, Ángel (2015) – “Lucernas romanas en Hispania: entre lo utilitario y lo simbólico”, in FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen; MORILLO CERDÁN, Ángel e ZARZALEJOS PRIETO, M. del Mar (coords.) – *Manual de cerámica romana II. Cerámicas romanas de época altoimperial en Hispania: Importación y producción*. Madrid: Museo Arqueológico de la Comunidad de Madrid. pp. 321-428

MORILLO CERDÁN, Ángel e RODRÍGUEZ MARTÍN, F. Germán (2009) – “Lucernas Hispanorromanas”, in BERNAL CASASOLA, Darío e RIBERA I LACOMBA, Albert (coords.) – *Cerámicas hispanorromanas II: producciones regionales*. Cádiz: Universidad de Cádiz. pp. 291-312

MOTA, Nuno; PIMENTA, João e SILVA, R. Banha da (2014) – “Acerca da ocupação romana republicana de Olisipo”, in *Cira Arqueologia*. N.º 3. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. pp. 149-177.

MUÑOZ VICENTE, Ángel (1987) – “Las ânforas prerromanas de Cádiz (informe preliminar)”, in *Anuario Arqueológico de Andalucía/1985*. Vol. 2. Sevilla: Junta de Andalucía. pp. 472-478.

MURCIANO CALLES, José M.^a e SABIO GONZÁLEZ, Rafael (2021) – “El área funeraria del solar de la ampliación del Museo Nacional de Arte Romano (Mérida): ritualidad y prácticas mágico-religiosas de las capas humildes de Augusta Emerita”, in RUIZ OSUNA, Ana (coord.) – *Morir en Hispania: novedades en topografía, arquitectura, rituales y prácticas funerarias*. Sevilla: Universidad de Sevilla. pp. 153-174.

NAVEIRO LOPEZ, Juan L. (1991) – *El comercio antiguo en el N.W. peninsular. Lectura histórica del registro arqueológico*. A Coruña: Edicións do Museo Arqueolóxico e Histórico.

NETO, Cátia (2023) – *Cerâmica comum alto-imperial em Monte Molião (Lagos, Portugal): as importações béticas*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia.

NEVES, Josefa C. (1972) – “Uma colecção particular de materiais romanos de Aramenha”, in *Conímbriga*. N.º 11. Coimbra: Universidade de Coimbra. pp. 5-34.

NIETO PRIETO, F. Javier (1984) – “Algunos datos sobre las importaciones de Cerámica «Phocean Red Slip Ware» en la Península Ibérica”, in BLAGG, Thomas; JONES, Rick e KEAY, Simon (eds.) – *Papers in Iberian Archaeology*. Oxford: BAR (International Series 193: 2). pp. 540-551.

NOLEN, Jeanette (1976-77) – “Alguns fragmentos de paredes finas de Miróbriga”, in *Setúbal Arqueológica*. Vols. 2-3. Setúbal: Junta Distrital de Setúbal. pp. 423-454.

NOLEN, Jeanette (1985) – *Cerâmica comum de necrópoles do Alto Alentejo*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança.

NOLEN, Jeanette (1988) – “A villa romana do Alto do Cidreira (Cascais): os materiais”, in *Conímbriga*. N.º 26. Coimbra: Universidade de Coimbra. pp. 61-140.

NOLEN, Jeanette (ed.) (1994) – *Cerâmicas e vidros de Torre de Ares, Balsa, incluindo o espólio ósseo e medieval*. Lisboa: Instituto Português de Museus, Museu Nacional de Arqueologia.

NOY, David (2000) – “Building a Roman Funeral Pyre”, in *Antichthon*. Vol. 34. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 30-45.

NUNES, Flávia (2016) – *Lucernas romanas importadas no Norte de Portugal. Contributo para o seu estudo*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

NUNES, Tiago (2022) – “O núcleo de ocupação visigótica dos séculos VI a VIII do sítio de Vale de Barrancas 1 (Beringel, Beja)”, in *digitAR - Revista Digital de Arqueologia, Arquitectura e Artes*. N.º 8. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. pp. 204-212.

OLCESE, Gloria (2011-2012) – *Atlante dei siti di produzione cerâmica (Toscana, Lazio, Campania e Sicília) com le tabelle dei principali relitti del Mediterraneo Occidentale (IV secolo a.C.-I secolo d.C.)*. Roma: Immensa Aequora.

OLCESE, Gloria (coord.) (2003) – *Ceramiche comuni a Roma e in area romana: produzione, circolazione e tecnologia: tarda età repubblicana-prima età imperiale*. Mântua: SAP Società Archeologica.

OREN-PASCAL, Michal e BERNAL CASASOLA, Darío (2000) – “Ánforas sudhispánicas en Caesarea Maritima, en ejemplo de importación de vino, aceite y conservas de pescado béticas en Iudaea”, in CHIC-GARCÍA, Genaro. (ed.) – *Congreso internacional ex Baetica amphorae: conservas, aceite y vino de la Bética en el Imperio Romano*. Écija: Editorial Gráficas. pp. 989-1013.

PANELLA, Clementina (1973) – “Le anfore”, in CARANDINI, Andrea e PANELLA, Clementina (eds.) – *Ostia III. Le terme del Nuotatore. Scavo dell’ambiente V e di un saggio nell’area SO*. Roma: De Luca. pp. 460-633.

PANELLA, Clementina (1981) – “Merci destinate al commercio transmarino. Il vino: la distribuzione e i mercati” in GIARDINA, Andrea e SCHIAVONE, Aldo (eds.) – *Società romana e produzione schiavistica. II. Merci, mercati e scambi nel Mediterraneo*. Roma: Laterza. pp. 55-80

PARKER, Antony. J. (1977) – “Lusitanian Amphoras”, in *Méthodes classiques et méthodes formelles dans l’étude des amphores (Colloque, Rome, 1974)*. Roma: EFR. pp. 35-46.

PARODI, Anna (2012) – “Alcune considerazioni sulle lucerne delle Piccole Terme (scavi 2009 – 2011)”, in *Quaderni Norensi*. Pádua: Università degli studi di Padova. N.º 4. pp. 77 – 87.

PARREIRA, Jorge (2009) – *As ânforas romanas de Mesas do Castelinho*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia.

PASCUAL BERLANGA, Guillermo e RIBERA I LACOMBA, Albert (2002) – “Las ánforas tripolitanas antiguas en el contexto del Occidente Mediterráneo. Un contenedor poco conocido de la Época Republicana”, in RIVET, Lucien e SCIALLANO, Martine (coords.) – *Vivre, produire, échanger: reflets méditerranéens, Mélanges offerts à Bernard Liou*. Montagnac: Monique Mergoil. pp. 303-318.

PASSELAC, Michel (1993) – “Céramique à parois fines”, in PY, Michel (dir.) – *DICOCER: Dictionnaire des céramiques antiques en Méditerranée nord-occidentale. Provence, Languedoc, Ampurdan (Lattara, 6)*. Lattes: Association pour le Développement de l’Archéologie en Languedoc-Roussillon pp. 511–521.

PASSELAC, Michel (1993a) – “Céramique sigillée sud-gauloise”, in PY, Michel (dir.) – *DICOCER: Dictionnaire des céramiques antiques en Méditerranée nord-occidentale. Provence, Languedoc, Ampurdan (Lattara, 6)*. Lattes: Association pour le Développement de l’Archéologie en Languedoc-Roussillon pp. 569–580.

PASSELAC, Michel (1993b) – “Céramique à vernis rouge pompéien”, in PY, Michel (dir.) – *DICOCER: Dictionnaire des céramiques antiques en Méditerranée nord-occidentale. Provence, Languedoc, Ampurdan (Lattara, 6)*. Lattes: Association pour le Développement de l’Archéologie en Languedoc-Roussillon pp. 545–547.

PASSELAC, Michel (1993b) – “Céramique sigillée italique”, in PY, Michel (dir.) – *DICOCER: Dictionnaire des céramiques antiques en Méditerranée nord-occidentale. Provence, Languedoc, Ampurdan (Lattara, 6)*. Lattes: Association pour le Développement de l’Archéologie en Languedoc-Roussillon pp. 554–568.

PAVOLINI, Carlo (1976) – “Una produzione italica di lucerne: le Vogelkopflampen ad ansa trasversale”, in *Bullettino della Commissione Archeologica Comunale di Roma*. Vol. 85. Roma: L’Erma. pp. 45-134.

PAVOLINI, Carlo (1981) – “Le lucerne nell’Italia romana”, in GIARDINA, Andrea e SCHIAVONE, Aldo (eds.) – *Società romana e produzione schiavistica II. Merci, mercati e scambi nel Mediterraneo*. Roma e Bari: Laterza. pp. 139-184.

PEACOCK, David P. S. (1977) – “Roman amphorae: typology, fabrics and origins”, in *Méthodes classiques et méthodes formelles dans l’études des amphores*. Roma: Collection de l’École française de Rome. pp. 261-278.

PEACOCK, David P. S. (1977a) – “Pompeian red ware”, in PEACOCK, David. P. S. (ed.) – *Pottery and early commerce characterization and trade in Roman and later ceramics*. Londres: Academic Press. pp. 147-162.

PEACOCK, David P. S. (1991) – “The amphorae”, in HOIBROOK, Neil and BIDWELL, Paul T. (eds) – *Roman Finds from Exeter*. Exeter University Press. pp. 215-219.

PEACOCK, David P. S. e WILLIAMS, David F. (1986) – *Amphorae and the Roman Economy, an Introductory Guide*. London: Longman Publications.

PEINADO ESPINOSA, M. Victoria (2010) – *Cerámicas comunes romanas en el Alto Guadalquivir: el alfar de Los Villares de Andújar*. Tese de Doutoramento pela Universidade de Granada.

PELICHET, Edgar (1946) – "A propos des amphores romaines trouvées à Nyon", in *Zeitschrift für Schweizerische Archäologie und Kunstgeschichte*. Vol. 8. Zúrique: ZAK. pp. 189-202.

PEÑA, J. Theodore (2007) – *Roman Pottery in the Archaeological Record*. Cambridge: Cambridge University Press.

PERDIGONES MORENO, Lorenzo e MUÑOZ VICENTE, Ángel (1988) – "Excavaciones arqueológicas de urgencia en los hornos púnicos de Torre Alta. San Fernando, Cádiz", in *Anuario Arqueológico de Andalucía/1988*. Vol. 3. Sevilla: Junta de Andalucía. pp. 106-112.

PEREIRA, Carlos (2012) – "Lucernas romanas de Ossonoba (Faro, Portugal). Um contexto ambíguo", in *Al-Madan Online*. Série II. N.º 17. Tomo 2. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. pp. 13-28.

PEREIRA, Carlos (2012a) – "O sítio romano do Vidigal, Aljezur", in *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 15. N.º 1. Lisboa: DGPC. pp. 155-179

PEREIRA, Carlos (2013) – "Lucernas romanas de Alcácer do Sal. Entre a prática e o sagrado", in *Habis*. N.º 43. Sevilla: Universidad de Sevilla. pp. 119-147.

PEREIRA, Carlos (2014) – *Roman lamps of Scallabis (Santarém, Portugal)* Oxford: Archaeopress.

PEREIRA, Carlos (2018) – "As Necrópoles Romanas Do Algarve. Acerca dos espaços da morte no extremo sul da Lusitânia", in *O Arqueólogo Português*. Supl. 9. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

PÉREZ GONZÁLEZ, Cesáreo (1995) – "Un taller de útiles óseos de la Legión III Macedónica", in *Revista Universidad SEK*. Santiago de Chile: Universidad SEK. pp. 90-102

PÉREZ MACÍAS, Juan e DELGADO DOMÍNGUEZ, Aquilino (2014) – "La minería romana en el suroeste ibérico", in *Cuadernos de prehistoria y arqueología de la Universidad de Granada*. N.º 24. Granada: Universidad de Granada. pp. 239-265.

PIMENTA, João (2005) – *As ânforas romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

PIMENTA, João (2017) – "Em Torno dos Mais Antigos Modelos de Ânfora de Produção Lusitana: os dados do Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira)", in FABIÃO, Carlos *et al.* (eds.) – *Olaria Romana. Seminário Internacional e Ateliê de Arqueologia Experimental*. Lisboa, Seixal e Almada: Lisboa: UNIARQ, Câmara Municipal do Seixal e Centro de Arqueologia de Almada. pp. 195-205.

PIMENTA, João (2022) – *Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo*. Tese apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Doutor em Pré-História e Arqueologia.

PIMENTA, João (coord.) (2013) – *Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo, Vila Franca de Xira) e a conquista romana no Vale do Tejo. Catálogo da Exposição*. Lisboa e Vila Franca de Xira: Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira.

PIMENTA, João (coord.) (2015) – *O sítio arqueológico de Monte dos Castelinhos. Em busca de Ierabriga. Catálogo da Exposição*. Vila Franca de Xira: Museu Municipal de Vila Franca de Xira.

PIMENTA, João *et al.* (2006) – “Cerâmicas romanas do lado ocidental do castelo de Alcácer do Sal, 4: ânforas de importação e de produção Lusitana”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 9. N.º 2. Lisboa: Instituto Português da Arqueologia. pp. 299-316.

PIMENTA, João *et al.* (2014) – “O estabelecimento romano republicano de Olisipo: estrutura e contextos do Beco do Forno do Castelo, Lote 40 (n.ºs 16-20)”, in *Cira Arqueologia*. N.º 3. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. pp. 122-148.

PIMENTA, João; MENDES, Henrique e HENRIQUES, Eurico (2014) – “O Acampamento militar romano do Alto dos Cacos – Almeirim”, in *Cira Arqueologia*. N.º 3. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. pp. 256-292.

PIMENTA, João; MENDES, Henrique, e NORTON, José (2008) – “O povoado Tardo-Republicano do Monte dos Castelinhos, Vila Franca de Xira”, *Al-Madan*. IIª Série. N.º 16. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. pp 26-37.

PIMENTA, João; SORIA, Vincenzo e MENDES, Henrique (2014) – “Cerâmicas de verniz negro itálico e imitações em pasta cinzenta de Monte dos Castelinhos - Vila Franca de Xira”, in *Cira Arqueologia*. N.º 3. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. pp. 86-121.

PINTO, I. Vaz (2003) – *A cerâmica comum das villae romanas de São Cucufate (Beja)*. Lisboa: Universidade Lusíada.

PINTO, I. Vaz (2006) – “A cerâmica comum bética das villae romanas de São Cucufate: uma revisão”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 9. N.º 1. Lisboa: Instituto Português da Arqueologia. pp. 167-184.

PINTO, I. Vaz e MORAIS, Rui (2007) – “Complemento de comércio das ânforas: cerâmica comum bética no território Português”, in ARÉVALO GONZÁLEZ, Alicia; LAGÓSTENA BARRIOS, Lázaro G., BERNAL CASASOLA, Darío (coords.) – *CETARIAE 2005: salsas y salazones de pescado en occidente durante la Antigüedad*. Oxford: British Archaeological Reports Oxford Ltd. pp. 235-254.

PONSICH, Michel (1961) – “Les lampes romaines en terre cuite de la Maurétania Tingitane”, in *Antiquités du Maroc*. N.º 15. Rabat: Service des Antiquités du Maroc.

PONSICH, Michel (1974) – *Implantation rurale antique sur le Bas-Guadalquivir*. Tomo I. Madrid: Publications de la Casa de Velazquez.

PONSICH, Michel (1979) – *Implantation rurale antique sur le Bas-Guadalquivir*. Tomo II. Madrid: Publications de la Casa de Velazquez.

PONSICH, Michel (1991) – *Implantation rurale antique sur le Bas-Guadalquivir*. Tomo IV. Madrid: Publications de la Casa de Velazquez.

PRADOS MARTÍNEZ, Fernando e JIMÉNEZ VIALÁS, Helena (2021) – “La vía sepulcral y la topografía extraurbana de Baelo Claudia: apuntes metodológicos e interpretativos”, in RUIZ OSUNA, Ana B. (coord.) – *Morir en Hispania: novedades en topografía, arquitectura, rituales y prácticas funerarias*. Sevilla: Universidad de Sevilla. pp. 17-30.

PROVOOST, Arnold (1976) – “Les lampes antiques en terre-cuite. Introduction et essai de typologie générale avec des détails concernant les lampes trouvées en Italie”, in *L'Antiquité Classique*. Vol. XLV. Bruxelles: Université de Liège. pp. 5-39 e 550-586.

PUCCI, Giuseppe (1985) – “Terra Sigillata Italica”, in CARRATELLI, Giovanni (coord.) – *Atlante delle Forme Ceramiche, Ceramica Fine romana nel Bacino Mediterraneo – Enciclopedia Dell'Arte Antica Classica e Oriental*. Vol. 2. Roma: Istituto della Enciclopedia italiana. pp. 361-404.

PY, Michel (1978) – “Quatre siècles d'amphore massaliète. Essai de classification des bords”, in *Figlina*. Vol. 3. Lyon: Laboratoire de Céramologie de Lyon. pp. 1-24.

PY, Michel (1993) – “Amphores gréco-italiques”, in PY, Michel (dir.) – *DICOCER: Dictionnaire des céramiques antiques en Méditerranée nord-occidentale. Provence, Languedoc, Ampurdan (Lattara, 6)*. Lattes: Association pour le Développement de l'Archéologie en Languedoc-Roussillon. pp. 49–51.

PY, Michel (1993) – “Unguentariums”, in PY, Michel (dir.) – *DICOCER: Dictionnaire des céramiques antiques en Méditerranée nord-occidentale. Provence, Languedoc, Ampurdan (Lattara, 6)*. Lattes: Association pour le Développement de l'Archéologie en Languedoc-Roussillon. pp. 581–584.

PY, Michel (dir.) (1993) – “DICOCER: Dictionnaire des céramiques antiques (VIIe s. Avenida n. è.-VIIe s. de n. è.) en Méditerranée nord-occidentale (Provence, Languedoc, Ampurdan)”, in *Lattara*. N.º 6. Lattes: Association pour le Développement de l'Archéologie en Languedoc-Roussillon.

QUARESMA, J. Carlos (2005) – “Ânforas romanas provenientes da pesca de arrasto no Tejo, depositadas no Museu Municipal de Vila Franca de Xira”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 8. N.º 2. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. pp. 403-428.

QUARESMA, J. Carlos (2015) – “Terra sigillata, Paredes finas e lucernas dos setores funerários de Ammaia”, in QUARESMA, J. Carlos; BORGES, Sofia e FABIÃO, Carlos (eds.) – *Ad Aeternitatem. Os espólios funerários de Ammaia a partir da coleção Maçãs do Museu Nacional de Arqueologia*. Lisboa e Marvão: Museu Nacional de Arqueologia e Fundação Cidade de Ammaia. pp. 23-46.

QUARESMA, J. Carlos *et al.* (2020) – “Espaços residenciais em Mirobriga (Santiago do Cacém, Portugal)”, in PIZZO, Antonio (ed.) – *La arquitectura doméstica urbana de la Lusitania romana*. Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida. pp. 195-207.

QUARESMA, J. Carlos; CALAIS, Cristina (2005) – “S. Pedro (Coruche): novos dados para o processo de romanização do vale do Sorraia na época augústea e Júlio-Cláudia”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 8. N.º 2. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. pp. 429-447

QUINTEIRA, António (1998) – “Estação arqueológica da Azeitada: (Almeirim)”, in *Conimbriga*. N.º 37. Coimbra: Universidade de Coimbra. pp. 151–183.

RAMÓN TORRES, Joan (1981) – *Ibiza e la circulación de ânforas fenicias y punicas en el Mediterráneo Occidental*. Ibiza: Conselleria del cultura, educación i esports.

RAMÓN TORRES, Joan (1995) – *Las ánforas fenicio-púnicas del Mediterráneo central y occidental*. Barcelona: Universitat de Barcelona.

RAYNAUD, Claude e BONIFAY, Michel (1993) – “Amphores africaines”, in PY, Michel (dir.) – *DICOCER: Dictionnaire des céramiques antiques en Méditerranée nord-occidentale. Provence, Languedoc, Ampurdan (Lattara, 6)*. Lattes: Association pour le Développement de l'Archéologie en Languedoc-Roussillon. pp. 15-22.

REMESAL RODRÍGUEZ, José (1977-1978) – “La economía oleícola de la Bética: nuevas formas de análisis”, in *Anuario Español de Arqueología*. Vol. 50. N.º 1. pp. 87-142.

REMESAL RODRÍGUEZ, José (1986) – *La annona militaris y la exportación de aceite bético a Germania*. Madrid: Universidad Complutense.

REMESAL RODRÍGUEZ, José e CARRERAS MONFORT, César (2004) – “Historia de la recerca”, in *Culip VIII i les ànfores Haltern 70*. Girona: Museu d'Arqueologia de Catalunya. pp. 19-23.

RENFEW, Colin e BAHN, Paul (2008) – *Archaeology: Theories, Methods and Practice*. 5ª ed. London: Thames & Hudson.

RETIEF, Francois P. e CILLIERS, Louise (2006) – “Burial customs and the pollution of death in ancient Rome: procedures and paradoxes”, in *Acta Theologica*. Vol. 26. N.º 2. Bloemfontein: Faculty of Theology.

REYNOLDS, Paul (1985) – “Cerámica tardorromana modelada a mano de carácter local, regional y de importación en la provincia de Alicante”, in *Lucentum*. N.º 4. Alicante: Universidad de Alicante. pp. 245-268

REYNOLDS, Paul (2000) – “Baetican, Lusitanian and Tarraconensian amphorae in classical Beirut: some preliminary observations on trends in amphora imports from the western Mediterranean in the anglo-lebanese excavations in Beirut (BEY 006, 007 and 045)”, in CHIC-GARCÍA, Genaro. (ed.) – *Congreso internacional Ex Baetica Amphorae: conservas, aceite y vino*

de la Bética en el Imperio Romano (Écija y Sevilla, 17 al 20 de diciembre de 1998): actas. Vol. II. Ecija: Editorial Graficas. pp. 1035-1060.

RIBEIRO, J. Cardim (1994) – “Felicitas Iulia Olisipo – Algumas Considerações em torno do Catálogo Lisboa Subterrânea”, in *Al-Madan*. 2(3). Almada: Centro de Arqueologia de Almada. pp. 75-95.

RIBERA I LACOMBA, Albert (2014) – “La fundación de Valentia: historia, arqueología, ritos, basureros y cabañas”, in *Cira Arqueologia*. Vol. 3. Vila Franca de Xira: Museu Municipal de Vila Franca de Xira. pp. 61-85.

RIBERA I LACOMBA, Albert e MARÍN JORDÁ, Carmen (2003) – “Las importaciones itálicas del nivel de fundación (138 a.C.) de la ciudad romana de Valentia”, in *Rei Cretariae Romanae Fautorum. Acta 38*. Abigdon. pp. 287-294.

RICCI, Andreina (1985) – “Ceramica a pareti sottili”, in CARRATELLI, Giovanni (dir.) – *Enciclopedia dell'arte antica: classica e orientale. Atlante delle forme ceramiche. Ceramica fine romana nel bacino mediterraneo (tardo ellenismo e primo impero)*. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana. pp. 231-357.

RIPOLL LÓPEZ, Gisela (1989) – “Características generales del poblamiento y la arqueología funeraria visigoda de Hispania”, in *Espacio, tiempo y forma. Serie I, Prehistoria y arqueología*. N.º 2. Madrid: UNED, Facultad de Geografía e Historia. pp. 389-418.

RITTERLING, Emil (1901) – *Die römische Niederlassung bei Haltern, B: Die Fundstücke. Mitt. Der Altertumskommission für Westfalen II*. Münster. pp. 107-114.

RIZZO, Giorgio (2003) – *Instrumenta Urbis I. Ceramiche fini da mensa, lucerne ed anfore a Roma nei primi due secoli dell'Impero*. Rome: École française de Rome.

RIZZO, Giorgio (2012) – “Roma e Ostia, un binomio ancora possibile? Di alcuni generi trasportati in ânfora in età tardo-Antonina”, in KEAY, Simon (ed.) – *Rome, Portus and the Mediterranean*. London: The British School at Rome. pp. 87-103.

RIZZO, Giorgio (2014) – “Le anfore, Ostia e i commerci mediterranei”, in PANELLA, Clementina e RIZZO, Giorgio (eds.) – *Ostia VI. Le Terme del Nuotatore*. Roma: L'Erma di Bretschneider. pp. 65-440.

ROCA ROUMENS, Mercedes (2005) – “Terra Sigillata Sudgálica”, in ROCA ROUMENS, Mercé e FERNÁNDEZ GARCÍA, M.ª Isabel (coords.) – *Introducción al estudio de la cerâmica romana. Una breve guía de referencia*. Málaga: Universidad de Málaga. pp. 115-137.

RODRIGUES, José A. e CUSTÓDIO, Jorge (1996) – “A Cidade Romântica: ocupação durante o século XIX”, in CUSTÓDIO, Jorge (coord.) – *Santarém. Cidade do Mundo*. Vol. I. Santarém: Câmara Municipal de Santarém, pp. 234-251.

RODRÍGUEZ ALMEIDA, Emilio (1984) – *El Monte Testaccio, Storia. Ambiente Material*. Roma: Edizioni Quasar.

RODRÍGUEZ MARTÍN, F. Germán (1996) – “La cerámica de "paredes finas" en los talleres emeritenses”, in *Mélanges de la Casa de Velázquez*. N.º 32-1. Madrid: Éditions de la Casa de Velázquez.

RODRÍGUEZ MARTÍN, F. Germán (2002) – *Lucernas romanas del Museo Nacional de Arte Romano (Mérida)*. Madrid: Secretaria General Técnica.

RODRÍGUEZ TEMIÑO, Ignacio e NÚÑEZ PARIENTE DE LEÓN, Esther (1987) – “Excavaciones urbanas de urgencia en Écija (Sevilla)”, in *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Tomo III. Sevilla: Junta de Andalucía. pp. 397-402

ROLO, Mónica (2010) – *A necrópole romana da Rouca (Alandroal, Évora)*. Dissertação elaborada para a Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia.

ROMERO CARNICERO, M.^a Victoria (2015) – “La terra sigillata hispánica: producciones del área setentrional”, in FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen; MORILLO CERDÁN, Ángel e ZARZALEJOS PRIETO, M. del Mar (coords.) – *Manual de cerámica romana II. Cerámicas romanas de época altoimperial en Hispania: Importación y producción*. Madrid: Museo Arqueológico de la Comunidad de Madrid. pp. 151-230.

ROMERO CARNICERO, M.^a Victoria e RUIZ MONTES, Pablo (2005) – “Los centros de producción de T.S.H en la zona septentrional de la Península Ibérica”, in ROCA ROUMENS, Mercé e FERNÁNDEZ GARCÍA, M.^a Isabel (coords.) – *Introducción al estudio de la cerámica romana. Una breve guía de referencia*. Málaga: Universidad de Málaga. pp. 182-223.

RUIVO, José (1997) – “O conflito sertoriano no ocidente hispânico: o testemunho dos tesouros monetários”, in *Archivo Español de Arqueología*. Vol. 70. Madrid: CSIC. pp. 91-100.

RUIVO, José (1999) – “Moedas do acampamento romano-republicano os Chões de Alpompe (Santarém)”, in CENTENO, Rui; GARCÍA-BELLIDO, María e MORA, Gloria (eds.) – *Rutas, Ciudades y Moneda en Hispania. Actas del II Encuentro Peninsular de Numismática antigua*. Madrid: CSIC. pp. 101-110.

RUIVO, José *et al.* (2015) – “O tesouro romano-republicano do casal Ascenso Antunes (Ferreira do Zêzere, Santarém, Portugal)”, in *Conimbriga*. Vol. 54. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. pp. 133-156.

RUIZ OSUNA, Ana B. (2006) – “Arquitectura funeraria en la Bética: el ejemplo de las capitales conventuales”, *Anales de Arqueología Cordobesa*. Vol. 17(1). Córdoba: Universidad Córdoba. pp. 157-194 (2006)

RUIZ-MONTES, Pablo e PEINADO ESPINOSA, M.^a Victoria (2012) – “Las cerámicas grises bruñidas republicanas en el Alto Guadalquivir o un fenómeno de imitatio hacia fines del Mundo Ibérico. A cuento de un conjunto en el asentamiento iberorromano de Isturgi” in *Sagvntum*. N.º 44. València: Universitat de València. pp. 111-126.

RUTGERS, Leonard (2013) – “Cemeteries and catacombs”, in ERDKAMP, Paul (ed.) – *The Cambridge Companion to Ancient Rome*. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 497-521.

RÜTTI, Beat (1991) – *Die römischen Gläser aus Augst und Kaiseraugst. Katalog und Tafeln. (Forschungen in Augst, 13)*. Augst: Römermuseum Augst.

SAA, Mário (1959) – *As grandes vias da Lusitânia*. Vol. II. Lisboa: Sociedade Astória Lda.

SÁEZ ROMERO Antonio M. e DÍAZ RODRÍGUEZ, José J. (2007) – “La producción de ánforas de tipo Griego e Grecoitalico en Gadir y en el área del estrecho. Cuestiones tipológicas y de contenido”, in *Zephyrus*. N.º 60. Salamanca: Universidad de Salamanca. pp. 195-208.

SÁEZ ROMERO, Antonio M. (2008) – *La producción cerámica en Gadir en época tardopúnica* (siglos -III/-I). Oxford: BAR Publishing.

SÁEZ ROMERO, Antonio M. (2010) – “La producción alfarera y la economía salazonera de Gadir: balance y novedades”, *Mainake*. Vol. 32. Málaga: CEDMA. pp. 885-932.

SÁEZ ROMERO, Antonio M.; GONZÁLEZ CESTEROS, Horacio.; HIGUERAS-MILENA CASTELLANO, Aurora (2016) – “Una aportación al estudio del comercio marítimo antiguo gaditano a partir de un conjunto de ánforas halladas en aguas del área de La Caleta (Cádiz)”, in *Onoba*. N.º 4. Huelva: Universidad de Huelva. pp. 69-103.

SANTOS, César (2012) – *As cerâmicas de produção local do centro oleiro romano da Quinta do Rouxinol*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia.

SANTOS, Filipa (2018) – *A cerâmica comum da oficina desalga 1 de Troia (Grandola, Portugal): contextos da primeira metade do século V*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia.

SANTOS, Helena; LIBERATO, Marco e PRÓSPERO, Ricardo (2012) – “Alterações urbanísticas na Santarém pós-medieval: a diacronia do abandono de uma rua no planalto de Marvila”, in TEIXEIRA, André e BETTENCOURT, José M. (coords.) – *Velhos e Novos Mundos – Estudos de Arqueologia Moderna*. Vol. 2. Lisboa e Ponta Delgada: Centro de História do Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores. pp. 157-162.

SANTROT, M.^a-Hélène e SANTROT, Jacques (1979) – *Céramiques Communes*

SARTIN, Gustavo (2009) – “O surgimento do conceito de «Antiguidade Tardia» e a encruzilhada da historiografia actual”, in *Brathair*. Vol. 9. N.º 2. Maranhão: Universidade Estadual do Maranhão. pp. 15-40

SCIALLANO, Martine e SIBELLA, Patricia (1991) – *Amphores. Comment les identifier?*. Aix-en-Provence: Edisud.

SEAR, Frank (2021) – *Roman Architecture*. New York: Routledge.

SERRANO RAMOS, Encarnación (2006) – “Aproximación a las necrópolis de época romana en el territorio malagueño”, in *Baética: Estudios de Historia Moderna y Contemporánea*. N.º 28-2. Málaga: Universidad de Málaga. pp. 159-174.

SILVA, C. Tavares da e COELHO-SOARES, António (2014) – “Preexistências de Setúbal. A ocupação da Época Romana da Travessa de João Galo, n.ºs 4-4B”, in *Setúbal Arqueológica. II Encontro de Arqueologia da Arrábida. Homenagem a A.I. Marques da Costa*. Vol. 15. Setúbal: MAEDS. pp. 305-341.

SILVA, C. Tavares da *et al.* (2021) – “Ocupação do período romano Republicano dos setores ocidentais do Castro de Chibanes (Palmela): um balanço”, in CARDOSO, Guilherme e NOZES, Cristina (eds.) – *Lisboa romana, Felicitas Iulia Olisipo: O ager olisiponensis e as estruturas de povoamento*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. pp. 134-149.

SILVA, C. Tavares da, SOARES, Joaquina e DIAS, L. Ferrer (1980) – “Trabalhos arqueológicos na Ilha do Pessegueiro (1980)”, in *Setúbal arqueológica*. Vols. 6-7 Setúbal: Junta Distrital de Setúbal. pp. 219-247.

SILVA, Filipa A. (2018) – *Mundo funerário romano sob o prisma da cremação: Análise antropológica de amostras alto-imperiais da Lusitânia*. Dissertação de Doutoramento em Antropologia Biológica, apresentada ao Departamento da Ciências da Vida da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

SILVA, Marta (2011) – *A Cerâmica Islâmica da Alcáçova de Santarém, das unidades estratigráficas 17, 18, 27, 28, 30, 37, 39, 41, 193, 195, 196, 197 e 210*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia.

SILVA, R. Banha da (2005) – *As «marcas de oleiro» na terra sigillata da Praça da Figueira (Lisboa): contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (séc. I a. C. - II d. C.)*. Dissertação apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia.

SILVA, R. Banha da (2012) – *As «marcas de oleiro» na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa*. Tese apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa para obtenção do grau de Doutor em Arqueologia.

SILVA, R. Banha da (2015) – “O contexto alto-imperial da Rua dos Remédios (Alfama – Santa Maria Maior, Lisboa): Vidros, cerâmicas e análise contextual”, in QUARESMA, José C. e MARQUES, J. António (coords.) – *Contextos Estratigráficos na Lusitânia (Do Alto Império à Antiguidade Tardia)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. pp. 41-67.

SILVA, R. Banha da (2018) – “La "facies" cerámica de "Olisipo" (Lisboa) en el periodo julio-claudio, una primera aproximación a partir de contextos suburbanos seleccionados”, in RUIZ MONTES, Pablo; PEINADO ESPINOSA, M.^a Victoria e FERNÁNDEZ GARCÍA, M.^a Isabel (coords.) – *Estudios para la configuración de las facies cerámicas altoimperiales en el sur de la Península Ibérica*. Oxford: Archaeopress. pp. 3-31.

SILVA, R. Banha da; NOZES, Cristina e MIRANDA, Pedro (2015) – “O contexto [9033] da Praça da Figueira e a circulação de produtos oleiros em Olisipo”, *Estudos e Relatórios de Arqueologia Tagana*. N.º 2. Lisboa: DGPC. pp. 1-16.

SILVA, R. Banha da; PIMENTA, João e MENDES, Henrique (2017) – “As «marcas de oleiro» na "terra sigillata" de Vale de Tijolos (Almeirim) e as dinâmicas comerciais no "ager scallabitanvs" durante o principado”, in ARNAUD, J. Morais e MARTINS, Andrea (eds.) – *Arqueologia em Portugal: 2017 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. pp. 1205-1217.

SOARES, L. Maria (2012) – “Da Scallabis romana a Sanctaren medieval: espaço, gentes e lendas” in *Espaços e paisagens. Antiguidade clássica e heranças contemporâneas*. Coimbra: Universidade de Coimbra. pp. 211–216.

SORIA, Vincenzo (2013) – “A cerâmica de mesa em época tardorepublicana em Scallabis: o contributo da campaniense”, in BERNAL CASASOLA, Dario *et al.* (eds.) – *Hornos, talleres y focos de producción alfarera en Hispania: Producciones y contextos cerámicos en ámbito atlántico-mediterráneo*. Vol. II. Cádiz: Servicio de Publicaciones. pp. 249-269.

SORIA, Vincenzo (2014) – “A cerâmica de mesa de pasta cinzenta que imita protótipos itálicos tardo republicanos/proto-imperiais, proveniente da Alcáçova de Santarém”, in MORAIS, Rui; FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, Adolfo e JOSÉ SOUSA, María (coords.) – *As Produções cerâmicas de imitação na Hispania*. Tomo II. Porto: Universidade do Porto e SECAH. pp. 75-84.

SORIA, Vincenzo (2018) – *La ceramica a vernice nera italica e le imitazioni a impasto grigio in Portogallo tra il II e il I secolo a.C.: una prospettiva di studio*. Tese apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Doutor em Pré-História e Arqueologia.

SORIA, Vincenzo (2021) – “Caracterização morfo-estratigráfica das cerâmicas de verniz negro itálico e imitações de Chibanes”, in SILVA, C. Tavares da e SOARES, Joaquina (coords.) – *O Castro de Chibanes na Conquista Romana: Intervenções arqueológicas de 1996 a 2017*. Setúbal: MAEDS. pp. 113-120.

SOUSA, Elisa de e ARRUDA, Ana M. (2018) – “A Cerâmica de Paredes Finas de Monte Molião (Lagos, Portugal)”, in *CuPAUAM*. Madrid: UAM Ediciones. pp. 201-226.

SOUSA, Elisa de e ARRUDA, Ana M. (2018a) – “A I Idade do Ferro na Alcáçova de Santarém (Portugal): os resultados da campanha de 2001”, in *Onoba*. Nº 6. Huelva: Universidad de Huelva. pp. 57-95.

SOUSA, Elisa de e ARRUDA, Ana M. (2018b) – “Ceramic unguentaria from Scallabis (Santarém, Portugal)”, in BERNAL CASASOLA, Darío *et al.* (eds.) – *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta 45*. Bona: RCRF. pp. 47-53.

TCHERNIA, André (1964) – “Amphores et marques d'amphores de Bétique à Pompéi et à Stabies”, in *Mélanges d'archéologie e d'Histoire*. Vol. 76. N.º 2. Paris: École Française de Rome. pp. 419-449.

TCHERNIA, André (1986) – *Le vin de l'Italie romaine. Essai d'histoire économique d'après les amphores*. Paris: De Boccard.

TOYNBEE, Jocelyn M. C. (1996) – *Death and Burial in the Roman World*. 2ª ed. Baltimore e Londres: The Johns Hopkins University Press.

VALERA PÉREZ, Rafael (2005) – “Producciones realizadas en el alfar localizado en la parcela 2.12 del plan Parcial de RENFE”, in *Arte, Arqueología e Historia*. Córdoba: Asociación "Arte, Arqueología e Historia de Córdoba". pp. 67-77.

VAN DER WERFF, Jaap H. (1977-1978) – “Amphores de tradition punique à Uzita”, in *Bulletin antieke beschaving*. Vols. 52-53. Lovaina: Peeters. pp. 171-200.

VAQUERIZO GIL, Desiderio (2007) – “Crematio et humatio in hispania: cordubensium mos”, in *Körpergräber des 1-3. Jahrhunderts in der römischen Welt. Internationales Kolloquium, Frankfurt am Main, 2004*. Frankfurt: Schnell & Steiner. pp. 271-290.

VAQUERIZO GIL, Desiderio (2010) – *Necrópolis urbanas en Baetica*. Sevilla: Universidad de Sevilla e Tarragona: Institut Català d'Arqueologia Clàssica.

VAQUERIZO GIL, Desiderio (2011) – “De la agonía al luto. Muerte y funus en la hispania romana”, in PACHECO JIMÉNEZ, César (coord.) – *La Muerte en el tiempo. Arqueología e Historia del hecho funerario en la provincia de Toledo*. Talavera de la Reina: Colectivo de Investigación Histórica Arrabal. pp. 95-125.

VÁZQUEZ PAZ, Jacobo (2012) – “Producción de lucernas altoimperiales en Hispalis: el taller de la plaza de la Encarnación de Sevilla”, in BERNAL CASASOLA, Darío e RIBERA I LACOMBA, Albert (coords.) – *Cerámicas hispanorromanas II: producciones regionales*. Cádiz: Universidad de Cádiz. pp. 309-323.

VEGAS, Mercedes (1973) – *Cerámica comum romana del Mediterráneo occidental*. Barcelona: Universitat de Barcelona.

VENTURA, J.J. (2000) – “La ceràmica de barniz negro de los siglos II – I a.C. en Andalucía Occidental”, in AQUILUÉ ABADÍAS, Javier; GARCÍA ROSELLÓ, Joaquim e GUITART I DURAN, Josep (coords.) – *La ceràmica de vernís negre dels segles II i I aC: Centres productors mediterranis I comercialització a la Península Ibèrica*. Barcelona: Museu Municipal de Mataró; Museu D'Arqueologia de Catalunya e Universitat Autònoma de Barcelona. pp. 177-215.

VENTURA, Juan José (1985) – “La cerámica campaniense «C» yseudocampaniense de pasta gris en la provincia de Sevilla”, in *Lucentum*. N.º 4. Alicante: Universidad de Alicante. pp. 125-132.

VERNHET, Alain (1979) – *La Graufesenque, atelier de potier gallo-romain*. Toulouse: Musée Saint Raymond de Toulouse e Musée Municipal de Millau.

VIANA, Abel e DEUS, António D. de (1955) – “Necropolis de La Torre das Arcas”, in *Archivo Español de Arqueología*. Madrid: Instituto Español de Arqueología y Prehistoria Rodrigo Caro. pp. 243-265.

VIANA, Mário (2007) – *Espaço e Povoamento numa vila portuguesa*. Lisboa: Caleidoscópio.

VIEGAS, Catarina (1996) – “Proposta de Actuação e Funcionamento da Área da Arqueologia”, in CUSTÓDIO, Jorge (ed.) – *Santarém Cidade do Mundo*. Vol. II. Santarém. Santarém: Câmara Municipal de Santarém, pp. 17-27.

VIEGAS, Catarina (2003) – “Terra sigillata da Alcáçova de Santarém – Economia, Comércio e Cerâmica”, in *Trabalhos de Arqueologia*. Vol. 26. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

VIEGAS, Catarina (2011) – “Ritmos do povoamento e da economia do Algarve romano: entre o Mediterrâneo e o Atlântico”, in *O Arqueólogo Português*. Série 5. Vol. 1. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. pp. 15-204.

VIEGAS, Catarina (2011a) – “A ocupação romana do Algarve. Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano”, in *Estudos & Memórias*. Vol. 3. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

VIEGAS, Catarina (2018) – “Breves apontamentos sobre o período romano imperial e a antiguidade tardia de Santarém”, in MATIAS, António (coord.) – *Santarém. Carta Arqueológica Municipal*. Santarém: Museu Municipal de Santarém, pp. 124-131.

VIEGAS, Catarina (2019) – “La producción de cerámicas comunes en la Península Ibérica”, in SÁNCHEZ LÓPEZ, Elena e BUSTAMANTE ÁLVAREZ, Macarena (eds.) – *Arqueología Romana de la Península Ibérica*. Granada: Universidad de Granada. pp. 717-729.

VIEGAS, Catarina (2020) – “Late Republican and Early Empire common ware in southern Lusitania (Algarve-Portugal): the Italian imports”, in *Rei Cretariae Romanae Favtorvm Acta 46*. Oxford: Archaeopress. pp. 125-134.

VIEGAS, Catarina e ARRUDA, Ana M. (1999) – “Cerâmicas islâmicas da Alcáçova de Santarém”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 2. N.º 2. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. pp. 105-186.

VIEGAS, Catarina; CUSTÓDIO, Jorge e MATA, Luís (1996) – “Santarém. Fundamentação histórica”, in CUSTÓDIO, Jorge (coord.) – *Santarém: Cidade do Mundo*. Santarém: Câmara Municipal. Vol. I. pp. 59-94.

VIEGAS, J. Rosa e PARREIRA, Rui (1984) – “Der Schatzfund von Santana da Carnota (Alenquer/Portugal)”, in *Madridrer Mitteilungen*. Vol. 25. Madrid: Deutsches Archäologisches Institut. pp. 79-91.

VIEGAS, J. Rosa; NOLEN, Jeannette e DIAS, L. Ferrer (1981) – “A necrópole de Santo André”, in *Conimbriga*. Vol. 20. Coimbra: Universidade de Coimbra. pp. 5-178.

VIGIL-ESCALERA GUIRADO, Alfonso (2013) – “Prácticas y ritos funerários”, in QUIRÓS CASTILLO, J. Antonio (ed.) – *El poblamiento rural de época visigoda en Hispania: Arqueología del campesinado en el interior peninsular*. Bilbao: Universidad del País Vasco. pp. 259-288.

VIZCAÍNO SÁNCHEZ, Jaime (2009) – “La presencia bizantina en Hispania (siglos VI-VII). La documentación arqueológica”, in GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, Rafael (dir.) – *Antigüedad y Cristianismo: Monografías históricas sobre la Antigüedad Tardia*. Vol. XXIV. Murcia: Universidad de Murcia.

WARD-PERKINS, Brian (2005) – *The Fall of Rome and the End of Civilization*. Oxford: Oxford University Press.

WICKHAM, Chris (2005) – *Framing the Early Middle Ages*. Oxford: Oxford University Press.

WILL, Elizabeth. L. (1979) – "The Sestius amphorae: a re-appraisal", in *Journal of Field Archaeology*. Boston: Routledge. pp. 339-349

YEGÜL, Fikret e FAVRO, Diane (2019) – *Roman Architecture and Urbanism: From the Origins to Late Antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press.

Relatórios técnicos

ALMEIDA, M. José de (1998) – *Intervenção arqueológica no Miradouro de S. Bento*. Relatório de trabalhos arqueológicos.

ALMEIDA, Maria José de (1998a) – *Intervenção arqueológica na rua Miguel Bombarda n.º33-35*. Relatório de trabalhos arqueológicos.

BATATA, Carlos; BARRADAS, Elisabete e SOUSA, Vanessa (2005) – *Relatório Final do Acompanhamento Arqueológico da Ribeira de Santarém*. Abrantes: Ozecarus, Serviços Arqueológicos, Lda.

BOAVIDA, Carlos; CASIMIRO, Tânia Manuel; SILVA, Telmo (2013) – *Sondagens de diagnóstico – Largo Pedro Álvares Cabral (Marvila, Santarém)*. Relatório Final. ARPA – Arqueologia e Património, Lda.

FONTINHA, Artur da; CONSTANTINO, Mauro (2010) – *Escavação Arqueológica - Relatório Final: Avenida 5 de Outubro, N.ºs 2 a 8 – Villa Rosa Palace, Santarém – 3ª Fase*. Relatório final dos trabalhos.

LIBERATO, Marco e SANTOS, Helena (2017a) – *Projeto de alterações para os imóveis sitos na Rua Capelo e Ivens, n.ºs 90/92 e Travessa do Froes, n.ºs 32/34 e 34A/36, Santarém*. Relatório final da escavação arqueológica.

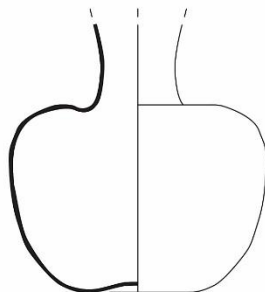
SANTOS, Cláudia M. Lopes (2010) – *Relatório antropológico de campo da intervenção arqueológica no Empreendimento Villa Rosa Palace – 5OUT-09 – Fase III*. Análise antropológica de campo – Novembro/Janeiro de 2010.

ANEXOS

Estampas

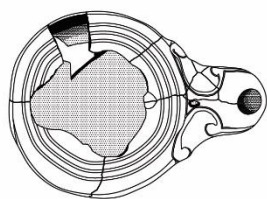
Estampa I

Sepultura 1

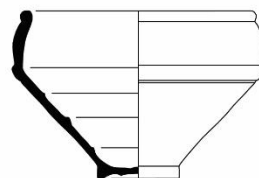


[2433] 15393

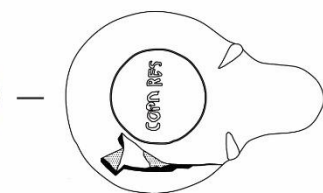
Ustrinum



[2452] 15713



[2452] 15454



[2452] 15453



1:2 10 cm

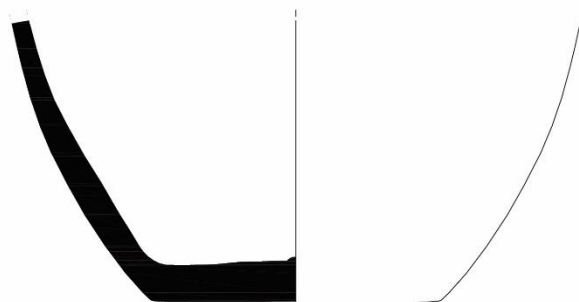
15393 – Vidro AR 207 15713 – Vidro AR 39.

15453 – Lucerna Dressel-Lamboglia 11 com marca de oleiro C.OPPI.RES.

15454 – Taça de Paredes Finas emeritense Mayet XLIII.

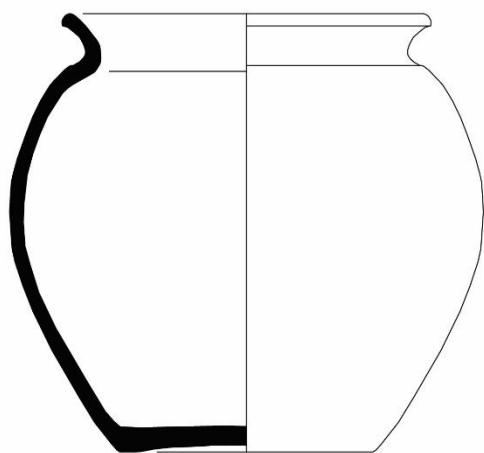
Estampa II

Sepultura 2

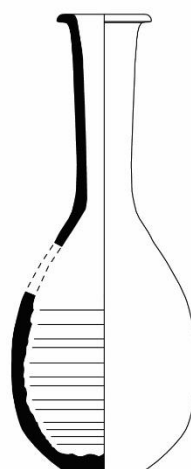


[2304] 15270

Sepultura 4



[1367] 9992



[1367] 9993

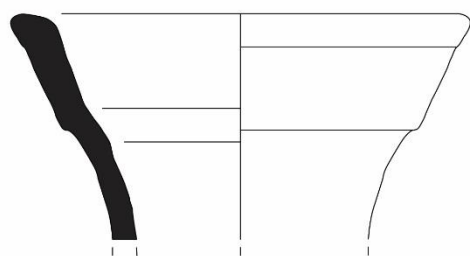
1:2 10 cm

15270 e 9992 – Urnas de cerâmica comum local/regional.

9993 – Unguentário D1 itálico.

Estampa III

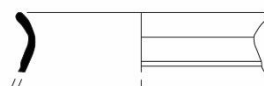
Sepultura 4



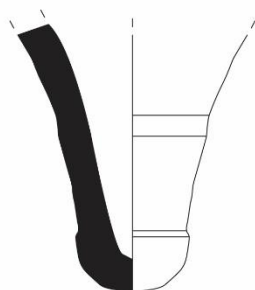
[1367] 9988



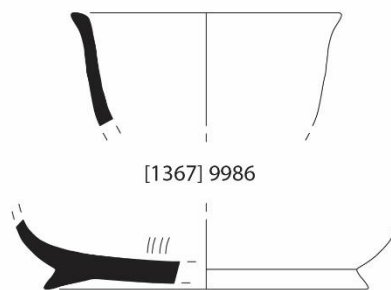
[1367] 9985



[1367] 9987



[1367] 9990

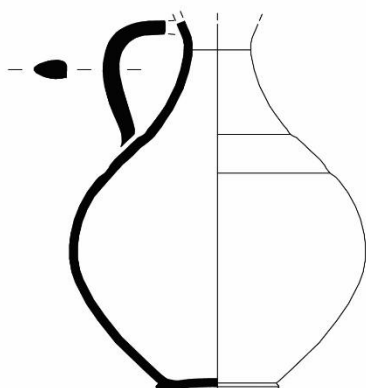


[1367] 9986

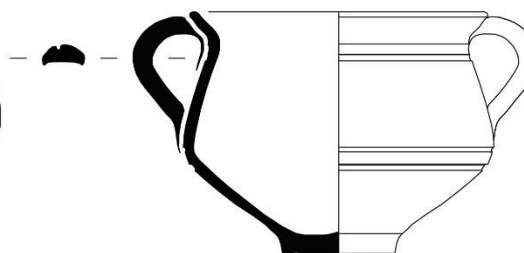


[1367] 9991

Sepultura 5



[2440] 15421



[2439] 15420

1:2 10 cm

9988 – Haltern 70b do Guadalquivir.

9985 – Poculum 17.6 da Bética Litoral.

9986 – Imitação hispânica de Lamb. 1 de pasta cinzenta.

9987 – Taça de Paredes Finas PAR-FIN 2 itálica.

9990 – Fundo de ânfora Ovóide Lusitana.

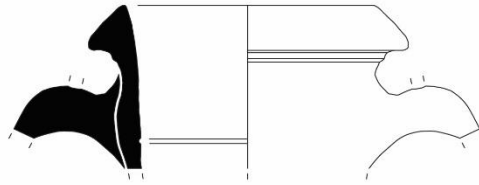
9991 – Taça Lamb. 1 de Verniz Negro Calena.

15421 – Lagoena em cerâmica comum local/regional.

15420 – Potinho em cerâmica comum local/regional.

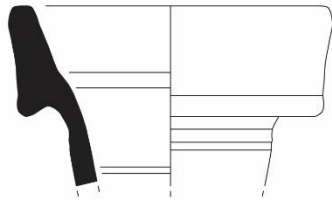
Estampa IV

Greco-itélica evolucionada



[2206] 14812

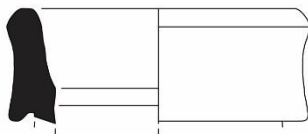
Dressel 1



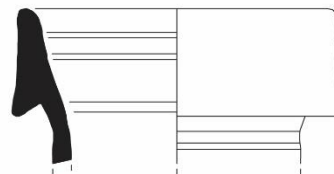
[580] 5220



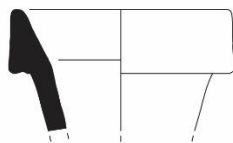
1 cm



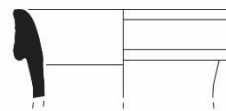
[941] 7343



[578] 5188



[2114] 14614



[795] 6713

1:3 10 cm

14812 – Ânfora greco-itélica evolucionada da Bética Litoral.

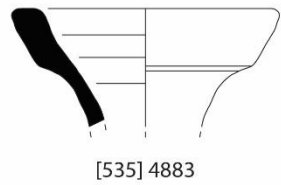
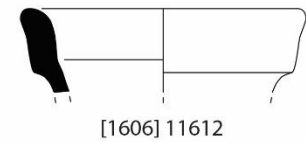
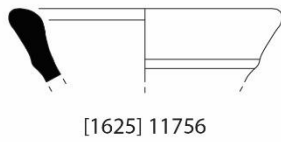
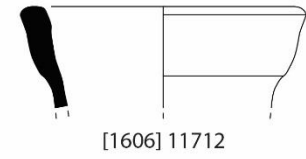
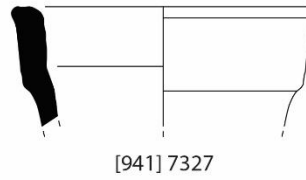
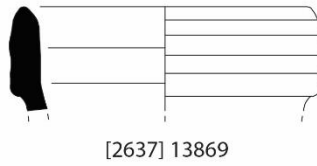
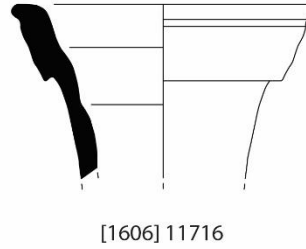
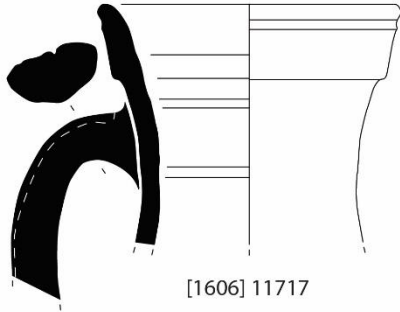
5220 e 5188 – Ânforas Dressel 1c itálicas.

7343 e 6713 – Ânforas Dressel 1c da Bética Litoral.

14614 – Ânfora Dressel 1a da Bética Litoral.

Estampa V

Haltern 70

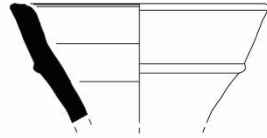


11717; 11716; 13869; 7327; 13869; 11612 e 4883 – Ânforas Haltern 70b do Guadalquivir.

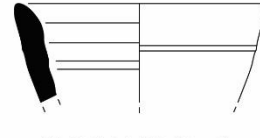
11712; 11756 e 9712 – Ânforas Haltern 70 do Vale do Tejo/Sado.

Estampa VI

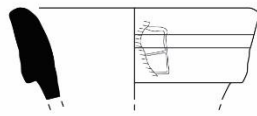
Haltern 70



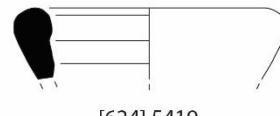
[417] 4166



[1606] 11672 (2 e 3)



[1606] 11715



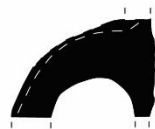
[624] 5419



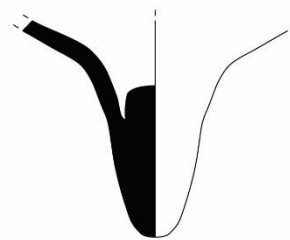
[1606] 11670 (1)



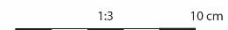
[1606] 11670 (11)



[1606] 11670 (30)



[1606] 11731



4166; 11670 (1); 11670 (11) e 117131 – Ânforas Haltern 70 do Guadalquivir.

11672 (2/3) – Ânfora Haltern 70d do Guadalquivir.

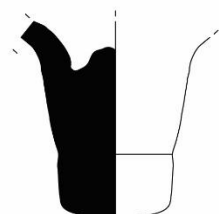
11715 – Ânfora Haltern 70b do Guadalquivir.

5419 – Ânfora Haltern 70c da Bética Litoral.

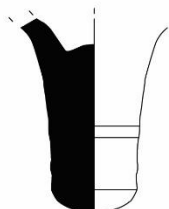
11670 (30) – Ânfora Haltern 70 do Vale do Tejo/Sado.

Estampa VII

Haltern 70



[1606] 11671 (4)



[1606] 11713



[382] 4052



1 cm

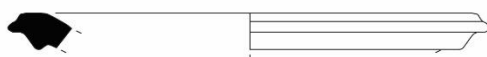


[1184] 8847



1 cm

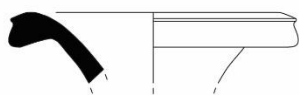
Maña C2



[1564] 11380



1 cm



[634] 5508



[582] 5237



11671 (4); 11713; 4052 e 8847 – Ânforas Haltern 70 do Guadalquivir.

11380 e 5508 – Ânforas Mañá C2b/ T. 7. 4. 3. 3 da Bética Litoral.

5237 – Ânfora Mañá C2 Norte africana.

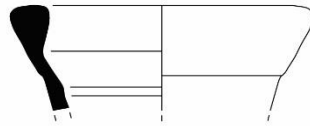
Estampa VIII

Africana Antiga



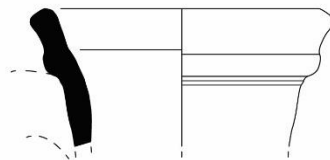
[509] 4723

Dressel 14

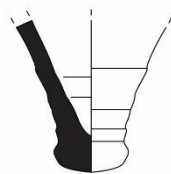


[1606] 11714

Ovóide Lusitana



[1606] 11711



[1606] 11708



1 cm



4723 – Ânfora Africana Antiga.
11714 – Ânfora Dressel 14 Lusitana.
11711 e 11708 – Ânforas Ovóide Lusitana.

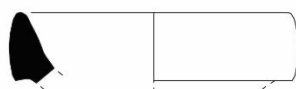
Estampa IX

Dressel 20



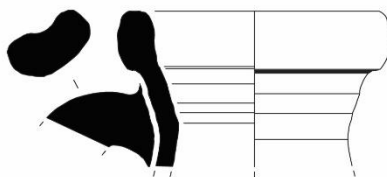
[1635] 11812

Ovóide 6 / Oberaden 83



[2250] 15087

Ovóide 6



[580] 5219



11812 – Ânfora Dressel 20c, possível variante parva.

15087 – Ânfora Ovóide 6 ou Oberaden 83 do Guadalquivir.

5219 – Ânfora Ovóide 6 do Guadalquivir.

Estampa X

Fundos de ânfora inclassificáveis



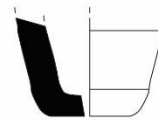
[654] 2694



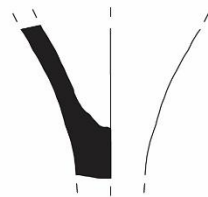
[371] 4013



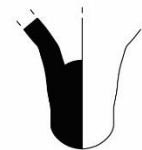
[632] 5501



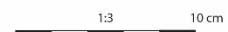
[669] 5728



[841] 7001



[2286] 15225



2694 e 5728 – Fundos inclassificáveis de ânforas da Bética Litoral.
4013; 5501 e 15225 – Fundos inclassificáveis de ânforas do Guadalquivir.
7001 – Fundo inclassificável de ânfora itálica.

Estampa XI

Imitação em pasta Cinzenta de Cerâmica de verniz negro itálico

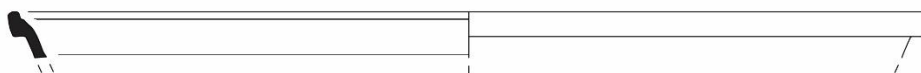


[1606] 11692



[1606] 11691

Terra Sigillata Itálica

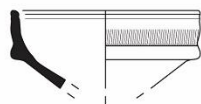


[1606] 11726



[1606] 11727

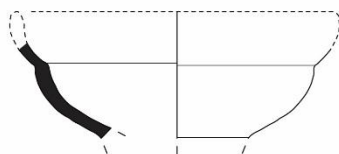
Terra Sigillata Sudgálica



[941] 7344



[1625] 11765



[1606] 11728



[1606] 11720



11692 e 11692 – Imitações hispânicas de taças de cerâmica de Verniz Negro itálico Lamb. 5/7 em pasta cinzenta.

11726 e 11727 – Formas Consp. 12 e Consp. 12/14 de Terra Sigillata itálica.

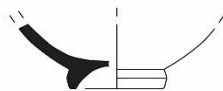
7344 – Forma Drag. 24/25B de Terra Sigillata sudgálica.

11765 – Forma inclassificável de Terra Sigillata sudgálica.

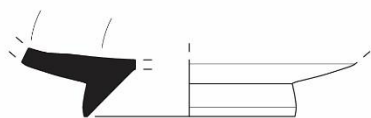
11720 e 11728 – Formas Drag. 27 de Terra Sigillata sudgálica.

Estampa XII

Terra Sigillata Sudgálica



[2450] 15430



[1606] 11722



[1606] 11724

Terra Sigillata Hispânica



[2068] 14180

Cerâmica de Paredes Finas



[1625] 11763



[1606] 11705



[941] 7345



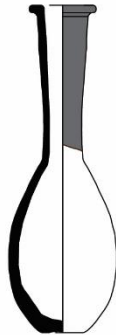
- 15430 – Fundo inclassificável de *Terra Sigillata* sudgálica.
11722 – Fundo da forma Drag. 33 de *Terra Sigillata* sudgálica.
11724 – Fundo da forma Drag. 15/17 ou 18 de *Terra Sigillata* sudgálica
14180 – Forma 35 de *Terra Sigillata* hispânica de Trício.
11763 – Paredes finas itálica da forma Mayet XIV.
11705 – Paredes finas itálica da forma Mayet XXXVII.
7345 – Paredes finas emeritense da forma Mayet XXXVII.

Estampa XIII

Unguentários



[853] 7013



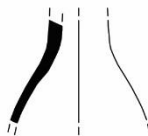
[941] 9994



[1606] 11718



[1625] 11762



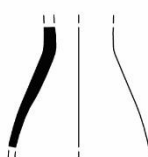
[2099] 14446



[1625] 11761



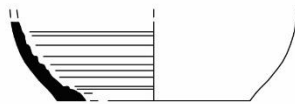
[2099] 14448



[2099] 14449



[2099] 14447



[2137] 14648

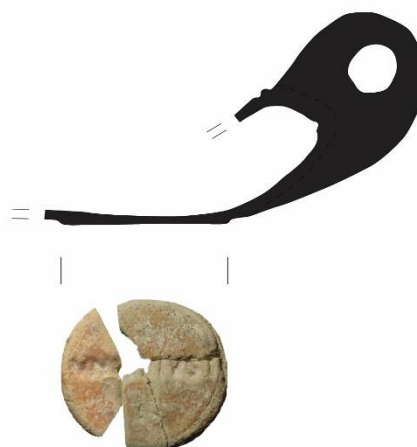
1:2 10 cm

7013; 9994 e 11718 – Unguentários itálicos da forma D1
11762 – Unguentário itálico possivelmente das formas D4 ou B9
14446 – Unguentário itálico possivelmente das formas D1 ou B9

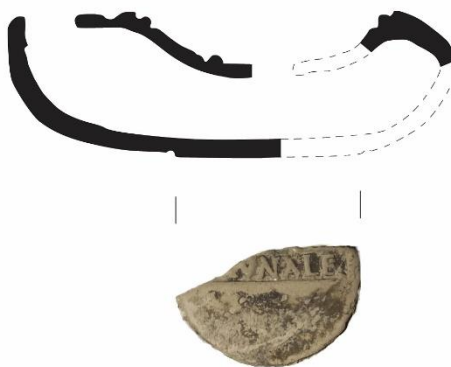
- 11761 – Unguentário itálico possivelmente das formas D4, B5 ou B6.
 14448 e 14648 – Unguentários itálicos possivelmente das formas D1 ou D2.
 14449 – Unguentário itálico possivelmente das formas D1 ou B9.
 14447 – Unguentário itálico possivelmente das formas D3 ou B9.

Estampa XIV

Lucernas



[1625] 11764



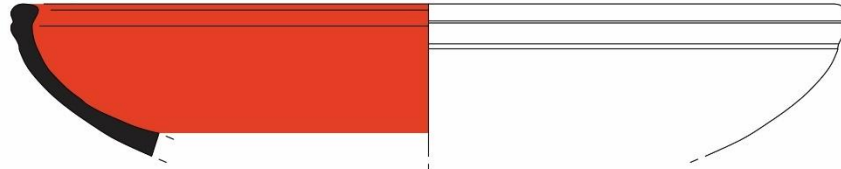
[2350] 15431



- 11764 – Lucerna norte-africana Dressel-Lamboglia 20 com marca de oleiro M. NOVIUS.I.
 15431 – Lucerna da Bética litoral Dressel-Lamboglia 27/28 com marca de oleiro [...]NI.ALEX.

Estampa XV

Cerâmica de Engobe Vermelho Pompeiano

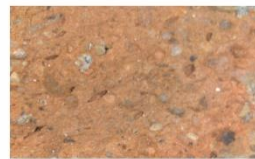


[1686] 12377

Cerâmica comum da Etrúria

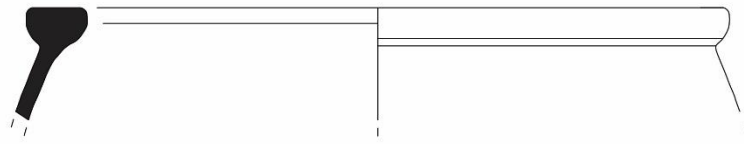


[1564] 11378



1 cm

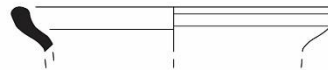
Cerâmica comum da Bética Litoral



[941] 7328



[1606] 11694



[1606] 11704



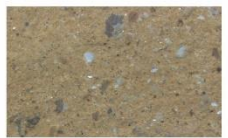
[941] 7341



[1606] 11699



1 cm



1 cm



[1606] 11700



[941] 7342

1:2 10 cm

12377 – Forma 4 da cerâmica de engobe vermelho pompeiano, da Campânia.

11378 – Olla em cerâmica comum da Etrúria.

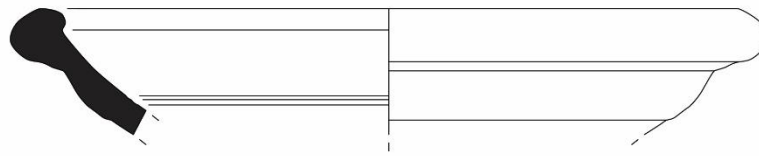
11701 e 11729 – Poculum tipo 2.1 em cerâmica comum do Guadalquivir.

7330 – Lagoena tipo COM-RO-BET 5.1 em cerâmica comum do Guadalquivir.

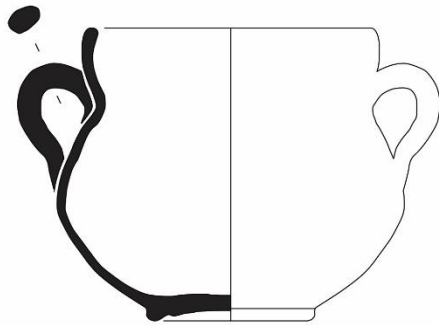
11707 – Mortarium tipo COM-RO-BET 3.2 em cerâmica comum do Guadalquivir.

Estampa XVI

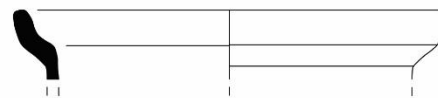
Cerâmica comum do Vale do Guadalquivir



[1606] 11707

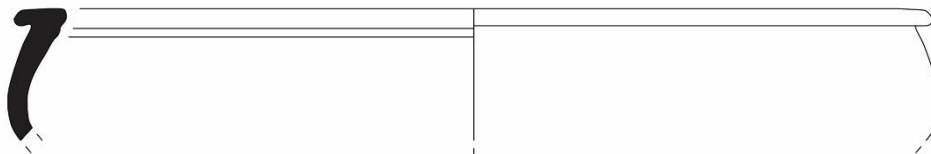


[1606] 11701 e 11729

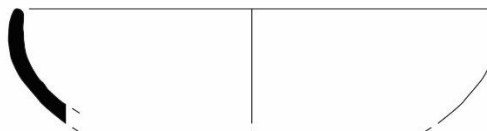


[941] 7330

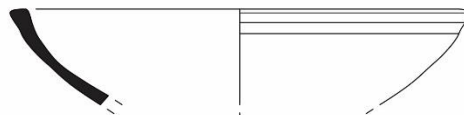
Cerâmica comum de produção local/regional



[1606] 11698



[1625] 11758



[1606] 11697



11707 – *Mortarium* tipo COM-RO-BET 3.2 em cerâmica comum da Bética litoral.

11701 e 11729 – *Poculum* tipo 2.1 em cerâmica comum da Bética litoral.

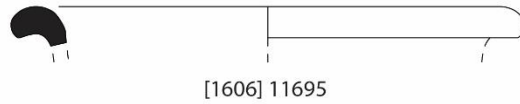
7330 – *Lagoena* tipo COM-RO-BET 5.1 em cerâmica comum da Bética litoral.

11758 e 11697 – *Poculum* forma 17.1 em cerâmica comum local/regional.

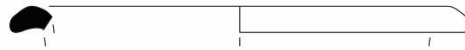
11698 – *Caccabus* tipo 3.23 em cerâmica comum local/regional.

Estampa XVII

Cerâmica comum de produção local/regional



[1606] 11695



[1625] 11760



[1625] 11759



[1606] 11690



[1606] 11732



[1606] 11693



[1635] 11813



[634] 5510



[634] 5511



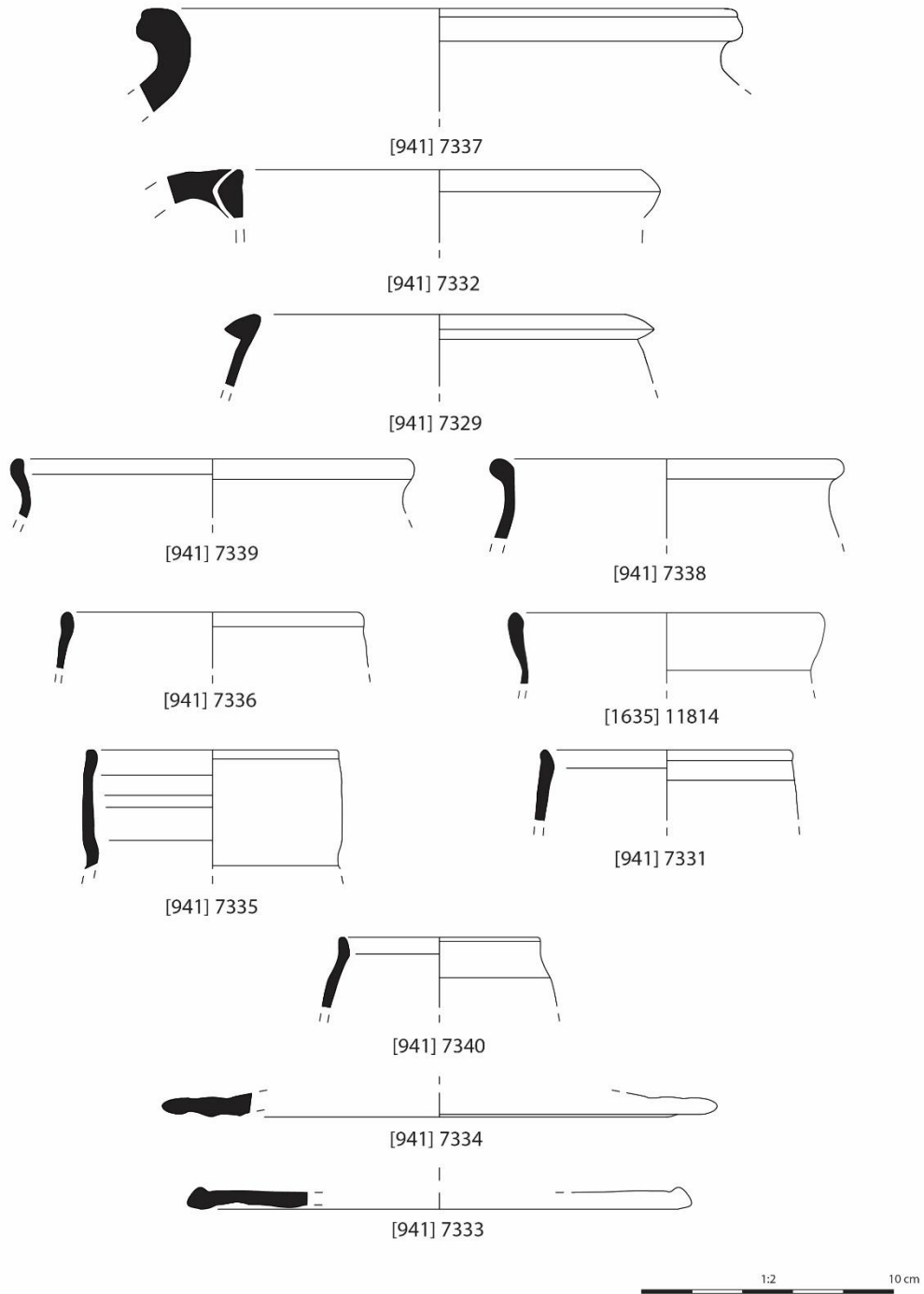
[2068] 14179



- 11690 e 11695 – Olla tipo 13 em cerâmica comum local/regional.
11760 – Caccabus forma 3 ou Olla forma 13 em cerâmica comum local/regional.
11759 – Kalathus tipo 4.2 em cerâmica comum local/regional.
11732 – Lagoena forma 11 em cerâmica comum local/regional.
11693 – Jarra de tipo indeterminado em cerâmica comum local/regional.
11813 – Operculum tipo COM-RO-BET 1.2 em cerâmica comum local/regional.
5510; 5511 e 14179 – Fundos indeterminado em cerâmica comum local/regional.

Estampa XVII

Cerâmica comum Islâmica/Medieval



7337 e 7329 – Pote islâmico em cerâmica comum local/regional.

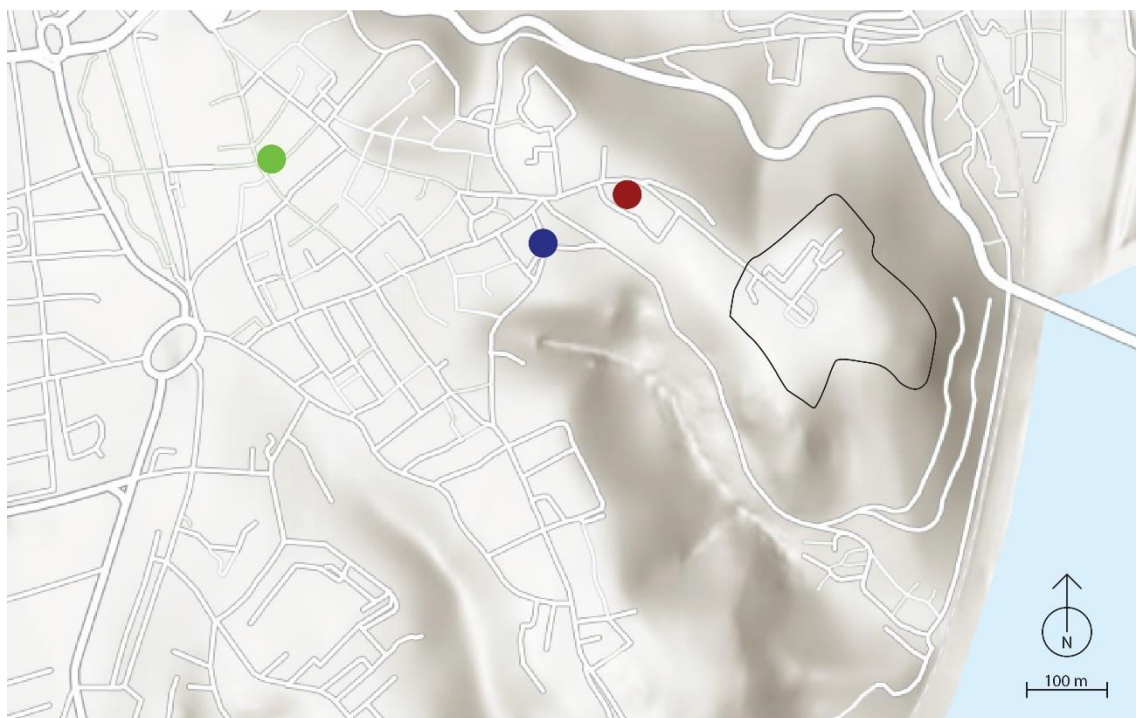
7332 – Cântaro islâmico em cerâmica comum local/regional.

11814; 7339 e 7338 – Tigela islâmica em cerâmica comum local/regional.

7340; 7335; 7331 e 7336 – Bilhas islâmicas pintadas a branco em cerâmica comum local/regional.

7333 e 7334 – Testos islâmicos em cerâmica comum local/regional.

Cartografia



Mapa 1 - Delimitação da Alcáçova e localização das necrópoles da Avenida 5 de Outubro, a vermelho, do Largo Pedro Álvares Cabral, a azul, e da Rua Capelo e Ivens, a verde (trabalhado sobre base cartográfica OpenStreetMap).



Mapa 2 – Concelho de Santarém e as suas fronteiras administrativas. Fonte: CAOP



Mapa 3 – Localização do local da intervenção arqueológica em relação à Avenida 5 de Outubro e à Alcáçova de Santarém.



Mapa 4 – Distribuição dos contextos funerários romanos nos n.ºs 2-8 da Avenida 5 de Outubro (trabalhado sobre cartografia cedida por M. Liberato e H. Santos).

Acervo Fotográfico



Fotografia 1 – Sepultura I a vermelho [2433] e parte do ustrinum a verde [2452]. Trabalhado sobre fotografia cedida por M. Liberato e H. Santos.



Fotografia 2 – Empedrado [2382] e base de memorial a amarelo [2449]. Trabalho sobre fotografia cedida por M. Liberato e H. Santos.



Fotografia 3 – Pormenor da decoração estampilhada da peça 15454.



Fotografia 4 – Espólio da Sepultura I: Prego de ferro, elementos de bronze, fragmentos de vidro e agulha em osso.



Fotografia 5 – Estruque pintado proveniente da Sepultura I.



Fotografia 6 – Peças 15454 e 15453 no limite do corte do ustrinum [2452] pela Sepultura I [2453]. Fotografia cedida por M. Liberato e H. Santos.



Fotografia 7 – Quarto enchimento da Sepultura I [2430], com destaque para as evidências de vidro e argila rubroescida à esquerda, onde o ustrinum foi cortado. Fotografia cedida por M. Liberato e H. Santos.



Fotografia 8 – Empedrado [2382], após ser removido do topo da Sepultura I. Fotografia cedida por M. Liberato e H. Santos.



Fotografia 9 – Detalhe do abate da cobertura da Sepultura I. Fotografia cedida por M. Liberato e H. Santos.



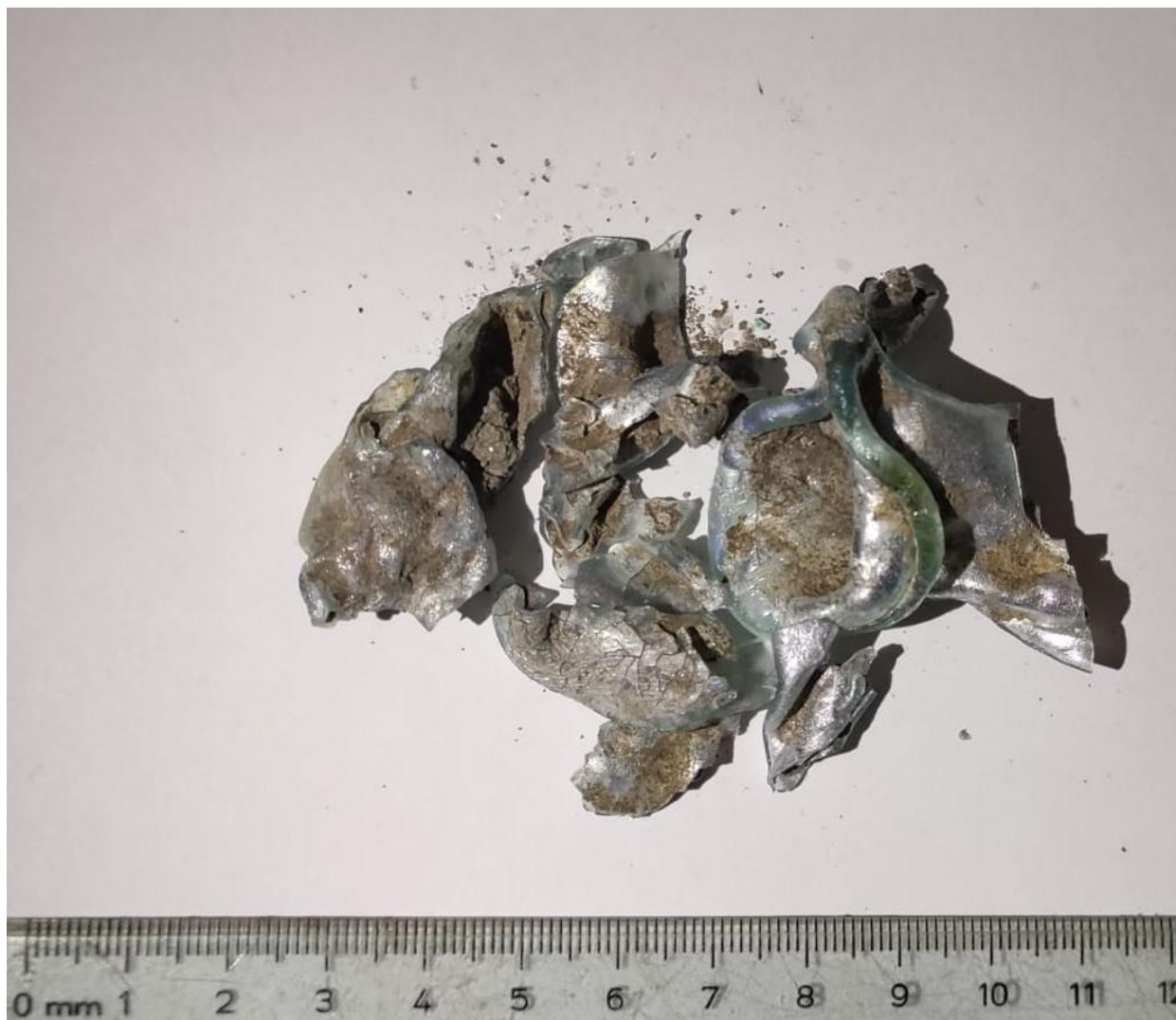
Fotografia 10 – Fundo da urna depositada na Sepultura II.



Fotografia 11 – Interface [2305] da Sepultura II, que cortava o geológico.



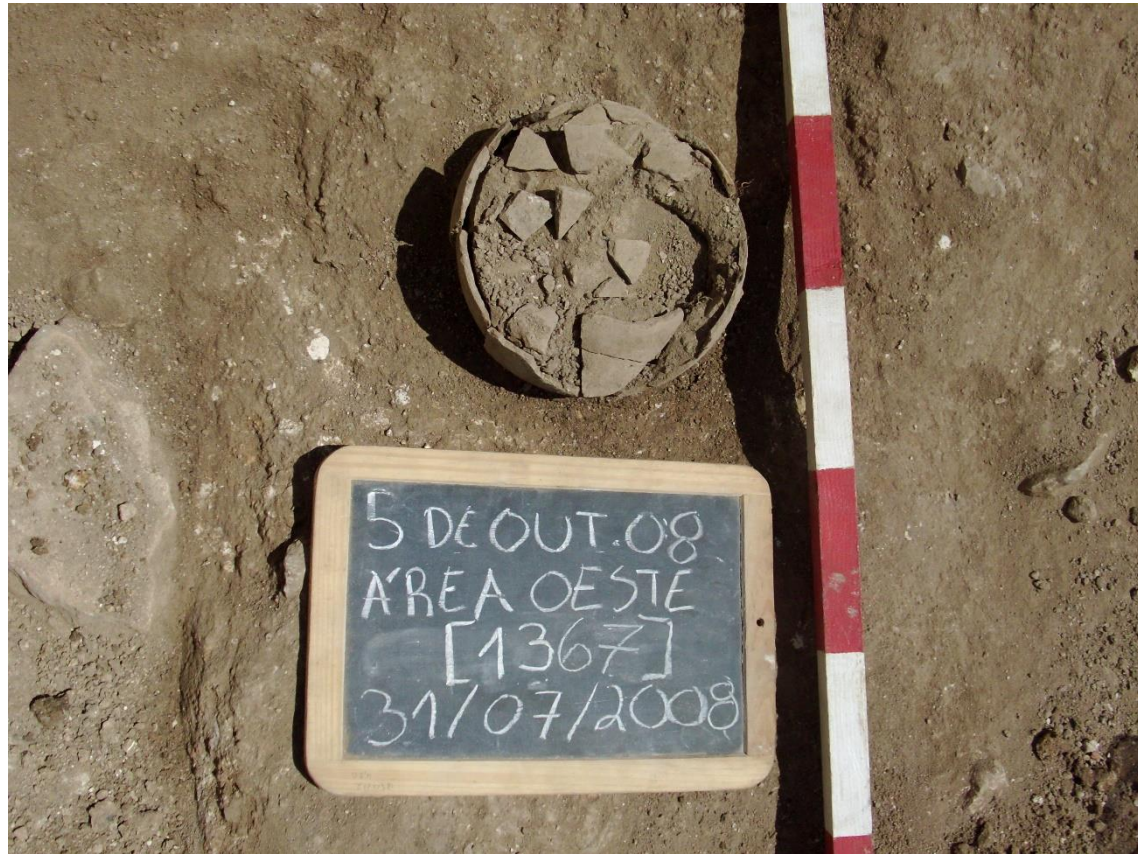
Fotografia 12 – Interface [2378], escavado no geológico, da Sepultura III.



Fotografia 13 – Vidro deformado pela acção do calor, presente na Sepultura III.



Fotografia 14 – Possível numisma RIC II 466, exumado da Sepultura III.

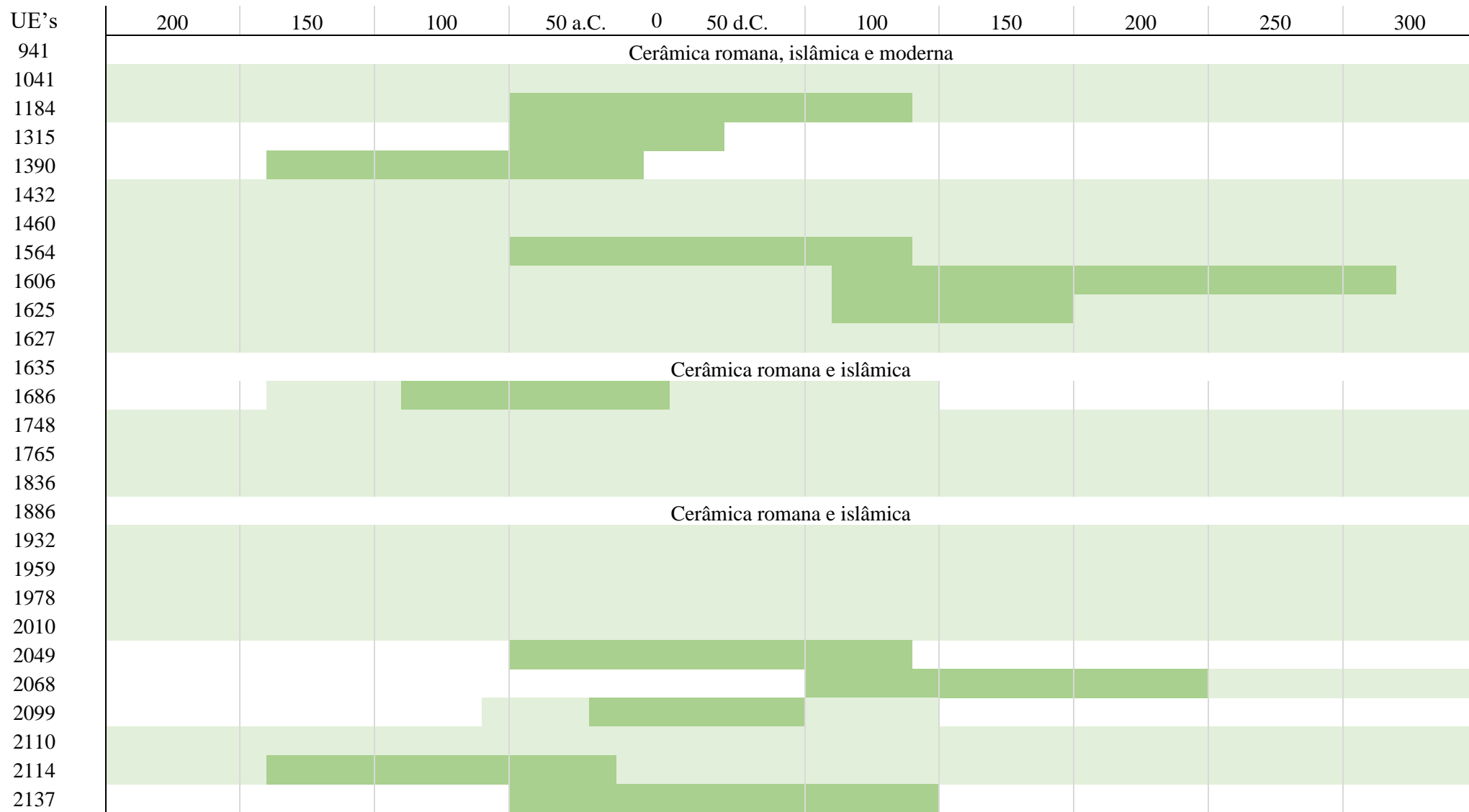


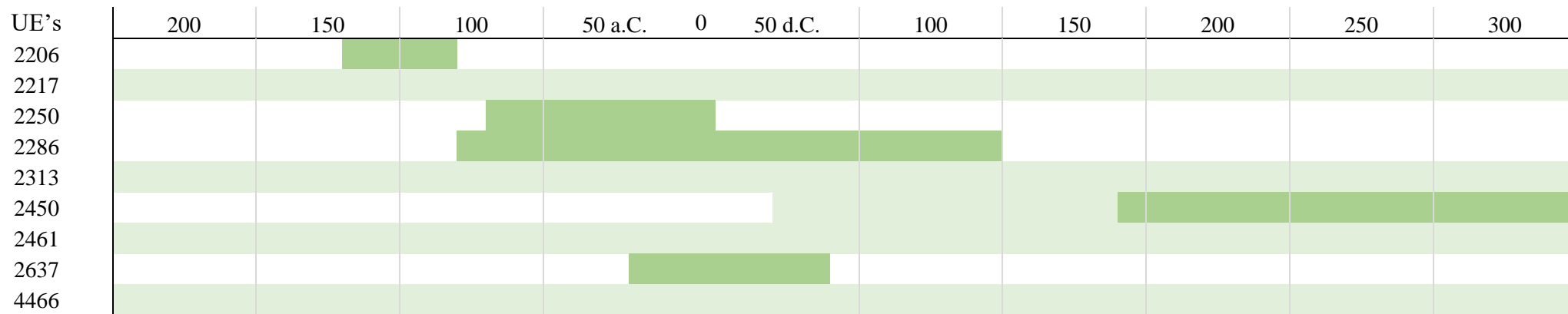
Fotografia 15 – Urna exumada da Sepultura IV [1367].



Fotografia 16 – Sepultura V, com destaque para os vestígios osteológicos e para o espólio in situ.

Tabela cronológica das UE's





Inventário

Nº Inventário	Sector	U.E.	Categoria	Tipo de Fragmento	Morfologia	Tipologia	Cronologia	Fabrico	Observações
2351		133	Ânfora	Arranque de asa	Indeterminado		Romano	Bética Litoral	
11810		165	Ânfora	Bojo	Indeterminado		Romano	Variado	Não individualizadas. 2 Bética Litoral; 2 Lusitanas; 3 Guadalquivir
4014		371	Ânfora	Fundo	Indeterminado		80 a.C. a 30 d.C.	Guadalquivir	Possível Oberaden 83, Ovóide 1, Ovóide 4, Ovóide 5 ou Ovóide 6
4013		371	Ânfora	Fundo	Indeterminado		Romano	Guadalquivir	
4052		382	Ânfora	Fundo	Halterm 70		50 a.C. a 90 d.C.	Guadalquivir	
4166		417	Ânfora	Bordo	Halterm 70		50 a.C. a 90 d.C.	Guadalquivir	
4723		509	Ânfora	Fundo	Africana Antiga		150 a.C. a 10 d.C.	Norte Africana	
4883		535	Ânfora	Bordo	Halterm 70b		25 a.C. a 40 d.C.	Guadalquivir	
5005		547	Ânfora	Arranque de asa	Halterm 70		50 a.C. a 90 d.C.	Guadalquivir	
5188		578	Ânfora	Bordo	Dressel 1c		100/75 a.C. a 25/0 a.C.	Itálica	
5189		578	Ânfora	Fundo	Dressel 1		140/130 a.C. a 25/0 a.C.	Bética Litoral	
5220		580	Ânfora	Bordo	Dressel 1c		100/75 a.C. a 25/0 a.C.	Itálica	
5219		580	Ânfora	Bordo e asa	Ovóide 6		70/60 a.C. a 20 a.C.	Guadalquivir	
5237		582	Ânfora	Fundo	Maña C2		200 a.C. a 125-100 a.C.	Norte Africana	
5419		624	Ânfora	Bordo	Halterm 70c		40 d.C. a 70 d.C.	Bética Litoral	
5418		624	Ânfora	Bojo	Indeterminado		Romano	Guadalquivir	
5501		632	Ânfora	Fundo	Indeterminado		80 a.C. a 30 d.C.	Guadalquivir	Possível Oberaden 83, Ovóide 1, Ovóide 4, Ovóide 5 ou Ovóide 6
5504		633	Cerâmica de engobe vermelho pompeiano	Bojo	Indeterminado	Indeterminado	200 a.C. a 100 d.C.	Itálica	Pasta da Campânia
5505		633	Ânfora	Bojo	Indeterminado		Romano	Bética Litoral	

5506		633	Ânfora	Bojo	Indeterminado		Romano	Bética Litoral	
5508		634	Ânfora	Bordo	Mañá C2b/ T. 7. 4. 3. 3.		150/140 a.C. a 0	Bética Litoral	
5509		634	Cerâmica Comum	Asa	Indeterminado		Medieval/Moderno	Local/Regional	Pasta muito depurada, superfície enegrecida.
5510		634	Cerâmica Comum	Fundo	Indeterminado	Indeterminado	Romana	Local/Regional	
5511		634	Cerâmica Comum	Fundo	Indeterminado	Indeterminado	Romana	Local/Regional	
5512		634	Ânfora	Arranque de asa	Indeterminado		Romano	Lusitana	Produção do Vale do Tejo
5548		650	Ânfora	Bordo	Haltern 70b		25 a.C. a 40 d.C.	Guadalquivir	
2694		654	Ânfora	Fundo	Indeterminado		Romano	Bética Litoral	
5728		669	Ânfora	Fundo	Indeterminado		Romano	Bética Litoral	Fundo cilíndrico oco que pode pertencer a Manã C2/ Dressel 8/ Beltran 2B
5716		669	Ânfora	Asa	Indeterminado		Romano	Tarraconense	
6502		746	Ânfora	Asa	Indeterminado		Romano	Guadalquivir	
6699		791	Ânfora	Asa	Dressel 1		140/130 a.C. a 25/0 a.C.	Bética Litoral	
6713		795	Ânfora	Bordo	Dressel 1c		100/75 a.C. a 25 a.C./10 d.C.	Bética Litoral	
6770		813	Ânfora	Bojo	Indeterminado		Romano	Guadalquivir	Conjunto de 15 bojos de ânfora identificados com o mesmo número de identificação.
6771		813	Ânfora	Bojo	Indeterminado		Romano	Guadalquivir	
6771		813	Ânfora	Bojo	Indeterminado		Romano	Guadalquivir	
6982		833	Ânfora	Bojo	Indeterminado		Romano	Guadalquivir	Quatro fragmentos
6997		838	Ânfora	Asa	Dressel 20		30 a 270 d.C.	Guadalquivir	
6996		838	Ânfora	Fundo	Indeterminado		Romano	Bética Litoral	
7001		841	Ânfora	Fundo	Indeterminado		Romano	Itálica	
7000 (1)		841	Ânfora	Bojo	Indeterminado		Romano	Itálica	
7000 (2)		841	Ânfora	Bojo	Indeterminado		Romano	Bética Litoral	
7013		853	Unguentário	Bordo	D1		25 a.C. a 50 d.C.	Itálica	

7012		853	Cerâmica Comum	Asa	Indeterminado		Romana	Local/Regional	
7011		853	Ânfora	Bojo	Indeterminado		Romano	Guadalquivir	
7084		884	Ânfora	Asa	Dressel 1		140/130 a.C. a 15 d.C.	Itálica	
7343		941	Ânfora	Bordo	Dressel 1c		100/75 a.C. a 25 a.C./10 d.C.	Bética Litoral	
7344		941	Terra Sigillata	Bordo	Drag. 24/25B		80/90 d.C. a 200 d.C.	Sudgálica	
9994	Contexto remobilizado	941	Unguentário	Inteiro	D1		25 a.C. a 50 d.C.	Itálico	Engobe negro.
7345		941	Paredes Finas	Bordo	Mayet XXXVII		25 d.C. a 60	Mérida	
7327		941	Ânfora	Bordo	Haltern 70b		25 a.C. a 40 d.C.	Guadalquivir	
7330		941	Cerâmica Comum	Bordo	Jarro	Lagoena tipo COM-RO-BET 5.1	50 d.C. a 150 d.C.	Baixo Guadalquivir	Tipologia segundo M. Peinado
7326		941	Ânfora	Fundo	Haltern 70		50 a.C. a 75 d.C.	Bética Litoral	
7328		941	Cerâmica Comum	Bordo	Panela	Caccabus tipo 3.25	100 a.C. a 250 d.C.	Bética Litoral	Tipologia segundo L. Girón.
7329		941	Cerâmica Comum	Bordo	Pote		Islâmico	Local/Regional	
7331		941	Cerâmica Comum Pintada	Bordo	Bilha		Islâmico	Local/Regional	Pintura a branco
7332		941	Cerâmica Comum	Bordo + Asa	Cântaro		Islâmico	Local/Regional	
7333		941	Cerâmica Comum	Bordo	Testo		Islâmico	Local/Regional	
7334		941	Cerâmica Comum	Bordo	Testo		Islâmico	Local/Regional	
7335		941	Cerâmica Comum Pintada	Bordo	Bilha		Islâmico	Local/Regional	Bandas brancas horizontais e motivos ondiformes empilhados na vertical
7336		941	Cerâmica Comum Pintada	Bordo	Bilha		Islâmico	Local/Regional	Vestígios de pintura a branco
7337		941	Cerâmica Comum	Bordo	Pote		Islâmico	Local/Regional	
7338		941	Cerâmica Comum	Bordo	Tigela		Islâmico	Local/Regional	
7339		941	Cerâmica Comum	Bordo	Tigela		Islâmico	Local/Regional	
7340		941	Cerâmica Comum Pintada	Bordo	Bilha		Islâmico	Local/Regional	Vestígios de pintura a branco

7346		941	Cerâmica Vidrada	Bojo	Indeterminado		Moderno	Local/Regional	Vidrado verde na face interna da peça
7341		941	Cerâmica Comum	Fundo	Tigela	Indeterminado	Romano	Bética Litoral	Fundo anelar. Possível <i>Calathus</i> ou <i>Poculum</i> .
7342		941	Cerâmica Comum	Bordo	Tampa	<i>Operculum</i> tipo 14.3	Romano	Bética Litoral	Tipologia segundo L. Girón.
7811		1041	Ânfora	Bojo	Indeterminado		Romano	Guadalquivir	
8847		1184	Ânfora	Fundo	Haltern 70		50 a.C. a 90 d.C.	Guadalquivir	
8799		1184	Ânfora	Arranque de asa	Indeterminado		Romano	Guadalquivir	
9712		1315	Ânfora	Bordo	Haltern 70		50/30 a.C. a 25 d.C.	Vale do Tejo/Sado	
9993	Sepultura IV (Deposição em Urna)	1367	Unguentário	Bordo e bojo	D1		25 a.C. a 50 d.C.	Itálico	
9988	Sepultura IV (Deposição em Urna)	1367	Ânfora	Bordo	Haltern 70b		25 a.C. a 40 d.C.	Guadalquivir	
9987	Sepultura IV (Deposição em Urna)	1367	Paredes Finas	Bordo	PAR-FIN 2		150 a.C. a 20 a.C.	Itálica	
9990	Sepultura IV (Deposição em Urna)	1367	Ânfora	Fundo	Ovóide Lusitana		50 a.C. a 25 d.C.	Lusitana	
9991	Sepultura IV (Deposição em Urna)	1367	Cerâmica de Verniz Negro	Fundo	Taça	Lamb. 1	130 a.C. a 90 a.C.	Calena	Calena Média
9985	Sepultura IV (Deposição em Urna)	1367	Cerâmica Comum	Bordo	Tigela	<i>Poculum</i> forma 17.6	50 a.C. a 100 d.C.	Bética Litoral	Tipologia segundo L. Girón.
9986	Sepultura IV (Deposição em Urna)	1367	Imitação em pasta cinzenta de protótipos itálicos tardo republicanos/protoimperiais	Bordo	Lamb. 1		90 a.C. a 25 a.C.	Hispânica	
9984	Sepultura IV (Deposição em Urna)	1367	Cerâmica Comum	Bojo	Indeterminado		Romano	Local/Regional	Conjunto de caneluras horizontais
9989	Sepultura IV (Deposição em Urna)	1367	Ânfora	Asa	Indeterminado		Romano	Guadalquivir	

9992	Sepultura IV (Deposição em Urna)	1367	Cerâmica Comum	Inteiro	Urna		Séc. I até II d.C.	Local/Regional	
10143		1390	Ânfora	Asa	Dressel 1		140/130 a.C. a 25/0 a.C.	Bética Litoral	
10643		1432	Ânfora	Arranque de asa	Indeterminado		Romano	Vale do Tejo/Sado	Canelura longitudinal na face externa.
10843		1460	Ânfora	Asa	Indeterminado		Romano	Bética Litoral	
11378		1564	Cerâmica Comum	Bordo	Pote/Panela	<i>Olla</i>	150 a.C. a 100 a.C.	Itálica	Pasta da Etrúria
11380		1564	Ânfora	Bordo	Mañá C2b/ T. 7. 4. 3. 3.		150/140 a.C. a 0	Bética Litoral	
11379		1564	Ânfora	Arranque de asa	Haltern 70		50 a.C. a 90 d.C.	Guadalquivir	
11381		1564	Ânfora	Arranque de asa	Indeterminado		Romano	Guadalquivir	
11694		1606	Cerâmica Comum	Bordo	Tigela	<i>Calathus</i> tipo 4.2	0 a 100 d.C.	Bética Litoral	Tipologia segundo L. Girón.
11726		1606	Terra Sigillata	Bordo	<i>Consp.</i> 12		15 a.C. a 15 d.C.	Itálico	
11727		1606	Terra Sigillata	Bordo	<i>Consp.</i> 12 ou <i>Consp.</i> 14		15 a.C. a 15 d.C.	Itálico	
11725		1606	Terra Sigillata	Fundo	Indeterminada		20 d.C. a 120 d.C.	Sudgálica	
11612		1606	Ânfora	Bordo	Haltern 70b		25 a.C. a 40 d.C.	Guadalquivir	
11715		1606	Ânfora	Bordo	Haltern 70b		25 a.C. a 40 d.C.	Guadalquivir	"E" invertido epigrafado, feito pós cozedura. Fotografar melhor e integrar no desenho
11716		1606	Ânfora	Bordo	Haltern 70b		25 a.C. a 40 d.C.	Guadalquivir	Cinco fragmentos de bordo
11717		1606	Ânfora	Bordo e Asa	Haltern 70b		25 a.C. a 40 d.C.	Guadalquivir	Seis fragmentos
11672 (1)		1606	Ânfora	Bordo	Haltern 70b		25 a.C. a 40 d.C.	Guadalquivir	
11718		1606	Unguentário	Bordo	D1		25 a.C. a 50 d.C.	Itálico	
11714		1606	Ânfora	Bordo	Dressel 14		25 d.C. a 100 d.C.	Lusitana	Três fragmentos
11705		1606	Paredes Finas	Bordo	Mayet XXXVII		25 d.C. a 60	Itálica	
11719		1606	Cerâmica de Verniz Negro	Bojo	Indeterminado		280 a.C. a 50/40 a.C.	Napolitana	
11720		1606	Terra Sigillata	Bordo	Drag. 27		15 d.C. a 200 d.C.	Sudgálica	

11728		1606	Terra Sigillata	Bojo	Drag. 27		15 d.C. a 200 d.C.	Sudgálica	
11722		1606	Terra Sigillata	Fundo	Drag. 33		40 d.C. a 200 d.C.	Sudgálica	
11724		1606	Terra Sigillata	Fundo	Drag. 15/17 ou Drag. 18		15 d.C. a 200 d.C.	Sudgálica	
11709		1606	Ânfora	Asa	Dressel 20		30 d.C. a 270 d.C.	Guadalquivir	
11721		1606	Terra Sigillata	Fundo	Indeterminado		45 a.C. a 100 d.C.	Itálico	
11707		1606	Cerâmica Comum	Bordo	Almofariz	<i>Mortarium</i> tipo COM- RO-BET 3.2	50 d.C. a 125 d.C.	Baixo Guadalquivir	Tipologia segundo M. Peinado
11704		1606	Cerâmica Comum	Bordo	Jarra	<i>Lagoena</i> tipo 11.5	50 a.C. a 200 d.C.	Bética Litoral	Tipologia segundo L. Girón.
11711		1606	Ânfora	Bordo	Ovóide Lusitana		50 a.C. a 25 d.C.	Lusitana	
11672 (4)		1606	Ânfora	Bordo	Ovóide Lusitana		50 a.C. a 25 d.C.	Lusitana	
11708		1606	Ânfora	Fundo	Ovóide Lusitana		50 a.C. a 25 d.C.	Lusitana	
11738		1606	Ânfora	Colo e arranque de asa	Haltern 70		50 a.C. a 90 d.C.	Guadalquivir	
11670 (12)		1606	Ânfora	Asa	Haltern 70		50 a.C. a 90 d.C.	Guadalquivir	
11670 (13+14+8)		1606	Ânfora	Asa	Haltern 70		50 a.C. a 90 d.C.	Guadalquivir	
11670 (14)		1606	Ânfora	Asa	Haltern 70		50 a.C. a 90 d.C.	Guadalquivir	
11670 (19)		1606	Ânfora	Asa	Haltern 70		50 a.C. a 90 d.C.	Guadalquivir	Três fragmentos
11670 (2)		1606	Ânfora	Asa	Haltern 70		50 a.C. a 90 d.C.	Guadalquivir	
11670 (3)		1606	Ânfora	Asa	Haltern 70		50 a.C. a 90 d.C.	Guadalquivir	
11670 (4)		1606	Ânfora	Asa	Haltern 70		50 a.C. a 90 d.C.	Guadalquivir	
11670 (5)		1606	Ânfora	Asa	Haltern 70		50 a.C. a 90 d.C.	Guadalquivir	
11670 (6)		1606	Ânfora	Asa	Haltern 70		50 a.C. a 90 d.C.	Guadalquivir	
11670 (7)		1606	Ânfora	Asa	Haltern 70		50 a.C. a 90 d.C.	Guadalquivir	
11670 (1)		1606	Ânfora	Asa	Haltern 70		50 a.C. a 90 d.C.	Guadalquivir	
11670 (11)		1606	Ânfora	Asa	Haltern 70		50 a.C. a 90 d.C.	Guadalquivir	

11713		1606	Ânfora	Fundo	Haltern 70		50 a.C. a 90 d.C.	Guadalquivir	
11731		1606	Ânfora	Fundo	Haltern 70		50 a.C. a 90 d.C.	Guadalquivir	
11671 (4)		1606	Ânfora	Fundo	Haltern 70		50 a.C. a 90 d.C.	Guadalquivir	
11671 (1)		1606	Ânfora	Fundo	Haltern 70		50 a.C. a 90 d.C.	Guadalquivir	
11671 (2)		1606	Ânfora	Fundo	Haltern 70		50 a.C. a 90 d.C.	Guadalquivir	
11671 (3)		1606	Ânfora	Fundo	Haltern 70		50 a.C. a 90 d.C.	Guadalquivir	
11671 (5)		1606	Ânfora	Fundo	Haltern 70		50 a.C. a 90 d.C.	Guadalquivir	
11671 (6)		1606	Ânfora	Fundo	Haltern 70		50 a.C. a 90 d.C.	Guadalquivir	
11701		1606	Cerâmica Comum	Perfil Completo	Potinho/Púcaro	<i>Poculum</i> tipo 2.1	50 d.C. a 500 d.C.	Baixo Guadalquivir	Mesmo que 11729. Tipologia segundo V. Dias.
11729		1606	Cerâmica Comum	Perfil Completo	Potinho/Púcaro	<i>Poculum</i> tipo 2.1	50 d.C. a 500 d.C.	Baixo Guadalquivir	Mesmo que 11701. Tipologia segundo V. Dias.
11712		1606	Ânfora	Bordo	Haltern 70		50/30 a.C. a 25 d.C.	Vale do Tejo/Sado	
11670 (30)		1606	Ânfora	Asa	Haltern 70		50/30 a.C. a 25 d.C.	Vale do Tejo/Sado	
11670 (26)		1606	Ânfora	Asa	Haltern 70		50/30 a.C. a 25 d.C.	Vale do Tejo/Sado	
11670 (28)		1606	Ânfora	Asa	Haltern 70		50/30 a.C. a 25 d.C.	Vale do Tejo/Sado	
11672 (2 e 3)		1606	Ânfora	Bordo	Haltern 70d		65 d.C. a 85 d.C.	Guadalquivir	
11691		1606	Imitação em pasta Cinzenta de Cerâmica de verniz negro itálico	Bordo	Lamb. 5/7		70 a.C. a 25 a.C.	Hispanica	O centro produtor ainda é desconhecido.
11692		1606	Imitação em pasta Cinzenta de Cerâmica de verniz negro itálico	Bordo	Lamb. 5/7		70 a.C. a 25 a.C.	Hispanica	O centro produtor ainda é desconhecido.
11690		1606	Cerâmica Comum	Bordo	Pote/Panela	<i>Olla</i> tipo 13	Romana	Local/Regional	Vestígios de bordo queimado; seis fragmentos
11695		1606	Cerâmica Comum	Bordo	Pote/Panela	<i>Olla</i> tipo 13	Romana	Local/Regional	
11697		1606	Cerâmica Comum	Bordo	Tigela	<i>Poculum</i> forma 17.1	Romana	Local/Regional	
11698		1606	Cerâmica Comum	Bordo	Caçarola	<i>Caccabus</i> tipo 3.23	Romana	Local/Regional	

11703		1606	Cerâmica Comum	Fundo	Tampa	Indeterminado	Romana	Local/Regional	
11732		1606	Cerâmica Comum	Bordo	Jarra	<i>Lagoena</i> forma 11	Romana	Local/Regional	
11670 (25)		1606	Cerâmica Comum	Asa	Indeterminado	Indeterminado	Romana	Local/Regional	
11696		1606	Paredes Finas	Bojo	Indeterminado		Romano	Bética Litoral	
11668		1606	Ânfora	Bojo	Indeterminado		Romano	Variado	220 fragmentos
11669		1606	Ânfora	Bojo	Indeterminado		Romano	Variado	49 fragmentos
11672		1606	Cerâmica de Construção	Bordo	Tégula		Romano	Bética Litoral	
11688		1606	Cerâmica de Construção	Bojo	Telha		Romano	Local/Regional	
11689		1606	Cerâmica de Construção	Bordo	Imbrex		Romano	Local/Regional	
11693		1606	Cerâmica Comum	Arranque de asa	Jarro	Indeterminado	Romano	Local/Regional	Pasta de boa qualidade
11699		1606	Cerâmica Comum	Fundo	Indeterminado	Indeterminado	Romano	Bética Litoral	Possível <i>Catinus</i> ou <i>Lagoena</i>
11700		1606	Cerâmica Comum	Fundo	Tigela	Indeterminado	Romano	Bética Litoral	Possível <i>Calathus</i> ou <i>Poculum</i>
11702		1606	Cerâmica Reutilizada	Bojo afeiçoado	Indeterminado		Romano	Bética Litoral	
11706		1606	Ânfora	Bojo	Indeterminado		Romano	Bética Litoral	
11670 (10)		1606	Ânfora	Asa	Indeterminado		Romano	Guadalquivir	
11670 (13)		1606	Ânfora	Asa	Indeterminado		Romano	Guadalquivir	
11670 (16)		1606	Ânfora	Arranque de asa	Indeterminado		Romano	Guadalquivir	
11670 (17)		1606	Ânfora	Arranque de asa	Indeterminado		Romano	Guadalquivir	
11670 (18)		1606	Ânfora	Arranque de asa	Indeterminado		Romano	Guadalquivir	
11670 (20)		1606	Ânfora	Arranque de asa	Indeterminado		Romano	Bética Litoral	
11670 (21)		1606	Ânfora	Arranque de asa	Indeterminado		Romano	Guadalquivir	
11670 (22)		1606	Ânfora	Asa	Indeterminado		Romano	Guadalquivir	
11670 (23)		1606	Ânfora	Asa	Indeterminado		Romano	Bética Litoral	
11670 (24)		1606	Ânfora	Arranque de asa	Indeterminado		Romano	Guadalquivir	

11670 (27)		1606	Ânfora	Asa	Indeterminado		Romano	Lusitana	
11670 (29)		1606	Ânfora	Arranque de asa	Indeterminado		Romano	Lusitana	
11670 (31)		1606	Ânfora	Arranque de asa	Indeterminado		Romano	Bética Litoral	
11670 (32)		1606	Ânfora	Asa	Indeterminado		Romano	Lusitana	
11670 (33)		1606	Ânfora	Asa	Indeterminado		Romano	Bética Litoral	
11670 (9)		1606	Ânfora	Asa	Indeterminado		Romano	Guadalquivir	
11672 (5)		1606	Ânfora	Asa	Indeterminado		Romano	Guadalquivir	
11757	Contexto remobilizado	1625	Cerâmica de Verniz Negro	Bojo	Indeterminado		200 a.C. a 50/40 a.C.	Calena	
11761	Contexto remobilizado	1625	Unguentário	Bordo	D4, B5 ou B6		200 a.C. a 100 d.C.	Itálico	
11762	Contexto remobilizado	1625	Unguentário	Bordo	D4 ou B9		200 a.C. a 100 d.C.	Itálico	
11765	Contexto remobilizado	1625	Terra Sigillata	Bordo	Indeterminado		20 d.C. a 120 d.C.	Sudgálica	
11764	Contexto remobilizado	1625	Lucerna	Variado	Dressel-Lamboglia 20		75 d.C. a 150 d.C.	Norte-Africano	Engobe laranja, marca de oleiro M. NOVIUS.I.
11753		1625	Vários	Bojo	Indeterminado		Romana	Variado	3 ânfora bética litoral; 4 ânfora lusitana; 15 ânfora Guadalquivir; 1 cerâmica comum local/regional
11756		1625	Ânfora	Bordo	Haltern 70		50/30 a.C. a 25 d.C.	Vale do Tejo/Sado	
11763	Contexto remobilizado	1625	Paredes Finas	Bordo	Mayet XIV	PAR-FIN 14A	25 a.C. a 15 d.C.	Itálica	
11758	Contexto remobilizado	1625	Cerâmica Comum	Bordo	Tigela	<i>Poculum</i> forma 17.1	Romana	Local/Regional	
11759	Contexto remobilizado	1625	Cerâmica Comum	Bordo	Xícara/Tigela	<i>Kalathus</i> tipo 4.2	Romana	Local/Regional	
11760	Contexto remobilizado	1625	Cerâmica Comum	Bordo	Pote/Panela	<i>Caccabus</i> forma 3 ou <i>Olla</i> forma 13	Romana	Local/Regional	
11768		1627	Ânfora	Bojo	Indeterminado		Romano	Variado	Não individualizadas. 7 Bética Litoral; 3 Guadalquivir

11813		1635	Cerâmica Comum	Bordo	Tampa	<i>Operculum</i> tipo COM-RO-BET 1.2	50 d.C. a 100 d.C.	Baixo Guadalquivir	Tipologia segundo M. Peinado
11815		1635	Terra Sigillata	Bojo	Indeterminado		20 d.C. a 120 d.C.	Sudgálica	
11816		1635	Terra Sigillata	Bojo	Indeterminado		20 d.C. a 120 d.C.	Sudgálica	
11812		1635	Ânfora	Bordo	Dressel 20c		80 a 130 d.C.	Guadalquivir	Possível parva
11814		1635	Cerâmica Comum	Bordo	Tigela		Islâmico	Local/Regional	
11811		1635	Cerâmica Comum	Asa	Indeterminado		Romana	Local/Regional	
12376		1686	Ânfora	Asa	Dressel 1		140/130 a.C. a 25/0 a.C.	Bética Litoral	
12377		1686	Cerâmica de engobe vermelho pompeiano	Bordo	Prato	Forma 4	75 a.C. a 100 d.C.	Itálica	Campânia
12759		1748	Ânfora	Bojo	Indeterminado		Romano	Bética Litoral	Aguada branca
12910		1765	Ânfora	Bojo	Indeterminado		Romano	Guadalquivir	Conjunto de 23 bojos de ânfora identificados com o mesmo número
13051		1836	Ânfora	Arranque de asa	Indeterminado		Romano	Guadalquivir	
13429		1886	Cerâmica Comum	Asa	Indeterminado		Islâmico	Local/Regional	
13436		1886	Cerâmica Comum	Asa	Jarra		Romana	Local/Regional	
13428		1886	Ânfora	Bojo	Indeterminado		Romano	Guadalquivir	
13575		1932	Ânfora	Arranque de asa	Indeterminado		Romano	Guadalquivir	
13673		1959	Ânfora	Asa	Indeterminado		Romano	Bética Litoral	
13743		1978	Cerâmica Comum	Bojo	Indeterminado		Indeterminado	Local/Regional	Mancha negra vidrada na face interior. Afectação pós-deposicional?
13742		1978	Cerâmica de Construção	Bordo	Telha		Romano	Local/Regional	
13744		1978	Ânfora	Bojo	Indeterminado		Romano	Bética Litoral	
13822		2010	Ânfora	Asa	Indeterminado		Romano	Itálica	
13823		2010	Ânfora	Bojo	Indeterminado		Romano	Guadalquivir	Marca setiforma, epigrafado pós-cozedura.
13960		2049	Ânfora	Asa	Halterm 70		50 a.C. a 90 d.C.	Guadalquivir	

14180		2068	Terra Sigillata	Bordo	35		60 d.C. a 200 d.C.	Hispânica	Produção de Trício.
14179		2068	Cerâmica Comum	Fundo	Pote/Panela	<i>Caccabus</i> forma 3 ou <i>Olla</i> forma 13	Romana	Local/Regional	
14178		2068	Ânfora	Bojo	Indeterminado		Romano	Guadalquivir	
14446	Contexto remobilizado	2099	Unguentário	Bojo	D1 ou B9		25 a.C. a 50 d.C.	Itálico	
14447	Contexto remobilizado	2099	Unguentário	Bordo	D3 ou B9		25 a.C. a 100 d.C.	Itálico	
14448	Contexto remobilizado	2099	Unguentário	Bordo	D1 ou D2		50 a.C. a 100 d.C.	Itálico	
14449	Contexto remobilizado	2099	Unguentário	Bojo	D1 ou B9		25 a.C. a 50 d.C.	Itálico	
14577		2110	Ânfora	Asa	Indeterminado		Romano	Guadalquivir	
14614		2114	Ânfora	Bordo	Dressel 1a		140/130 a.C. a 50/25 a.C.	Bética Litoral	
14612		2114	Cerâmica de Construção	Bordo	Telha		Indeterminado	Local/Regional	
14613		2114	Cerâmica de Construção	Bordo	Telha		Indeterminado	Local/Regional	
14615		2114	Ânfora	Bojo	Indeterminado		Romano	Bética Litoral	Canelura horizontal feita por desgaste pós-cozedura
14648	Contexto remobilizado	2137	Unguentário	Fundo	D1 ou D2		50 a.C. a 100 d.C.	Indeterminado	Paradeiro desconhecido, foi inventariada pela direcção da escavação
14812		2206	Ânfora	Bordo e asa	Greco-italica evolucionada		120 a.C. a 80 a.C.	Bética Litoral	
14961		2217	Ânfora	Arranque de asa	Indeterminado		Romano	Bética Litoral	
15087		2250	Ânfora	Bordo	Ovóide 6 ou Oberaden 83		70/60 a.C. a 0	Guadalquivir	
15225		2286	Ânfora	Fundo	Indeterminado		80 a.C. a 100 d.C.	Guadalquivir	Possível Dressel 2-4, Haltern 70, Oberaden 83, Ovóide 1, Ovóide 4 ou Ovóide 5
15270	Sepultura II (Deposição em Covacho)	2304	Cerâmica Comum	Fundo	Urna		Séc. I até II d.C.	Local/Regional	33 fragmentos.
15015		2313	Ânfora	Bojo	Indeterminado		Romano	Guadalquivir	

15280		2313	Ânfora	Bojo	Indeterminado		Romano	Guadalquivir	
15202	Sepultura III (Deposição em Covacho)	2377	Bronze	Moeda	Sestércio	RIC II 466 de Trajano	Entre 103 e 111 d.C. ou 143 e 144 d.C.	Roma	Busto laureado, alegoria no reverso, de pé, com as siglas SC a cada lado (<i>Senatus Consultum</i>). Peça de leitura muito difícil e imprecisa.
15201	Sepultura III (Deposição em Covacho)	2377	Vidro	Bojo	Unguentário	Indeterminado	Indeterminado	Indeterminado	Deformado por acção do calor.
15199	Sepultura III (Deposição em Covacho)	2377	Ferro	Prego					
15199	Sepultura III (Deposição em Covacho)	2377	Ferro	Prego					
15200	Sepultura III (Deposição em Covacho)	2377	Ferro	Prego					2 Fragmentos
15349	Empedrado	2382	Ânfora	Bojo	Indeterminado		Romano	Guadalquivir	
15381	Sepultura I	2401	Estuque						Pintado
15393	Sepultura I	2433	Vidro	Bojo e fundo	AR 207		Final séc. I / princípio II d.C.	Indeterminado	54 fragmentos
15392	Sepultura I	2433	Sedimento						Recolha de sedimento com muitos fragmentos pequenos de vidro, possivelmente pertencentes à 15393
15420	Sepultura V (Inumação)	2439	Cerâmica Comum	Inteiro	Potinho		Meados do séc. II até início do IV d.C.	Local/Regional	Sinais de combustão
15421	Sepultura V (Inumação)	2440	Cerâmica Comum	Inteiro	Jarro	<i>Lagoena</i>	1ª metade do séc. II d.C.	Local/Regional	29 fragmentos.
15431	Contexto remobilizado	2450	Lucerna	Vários fragmentos	Dressel-Lamboglia 27/28		150 d.C. a 300 d.C.	Bética Litoral	Engobe negro, marca de oleiro [...]NI.ALEX, recolhida em campo com um fragmento de osso.

15430	Contexto remobilizado	2450	Terra Sigillata	Fundo	Indeterminado		20 d.C. a 120 d.C.	Sudgálica	
14926	Contexto remobilizado	2450	Ferro	Prego			Romano	Local/Regional	6 peças.
15427	Contexto remobilizado	2450	Ferro	Chapa	Indeterminado		Romano	Local/Regional	
15435	<i>Ustrinum</i>	2451	Bronze	Caixa			Romano	Local/Regional	6 fragmentos
15436	<i>Ustrinum</i>	2451	Bronze	Tacha			Romano	Local/Regional	3 fragmentos
15437	<i>Ustrinum</i>	2451	Ferro	Indeterminado			Romano	Local/Regional	4 fragmentos
15437	<i>Ustrinum</i>	2451	Ferro	Prego			Romano	Local/Regional	9 fragmentos
15439	<i>Ustrinum</i>	2451	Ferro	Indeterminado			Romano	Local/Regional	
15440	<i>Ustrinum</i>	2451	Ferro	Indeterminado			Romano	Local/Regional	
15441	<i>Ustrinum</i>	2451	Sedimento	N/A			Romano	Local/Regional	Terra queimada
15453	<i>Ustrinum</i>	2452	Lucerna	Perfil quase completo	Dressel-Lamboglia 11		2ª metade séc. I d.C.	Bética Litoral	Sobremoldagem, engobe esbranquiçado, marca de oleiro COPPIRES
15713	<i>Ustrinum</i>	2452	Vidro	Bordo e Paredes	AR 39		Final séc. I / princípio II d.C.	Indeterminado	33 fragmentos
15448	<i>Ustrinum</i>	2452	Osso	Agulha			Romano	Local/Regional	
15442	<i>Ustrinum</i>	2452	Ferro	Prego			Romano	Local/Regional	
15443	<i>Ustrinum</i>	2452	Ferro	Caixa			Romano	Local/Regional	Fragmento do canto da caixa
15444	<i>Ustrinum</i>	2452	Ferro	Indeterminado			Romano	Local/Regional	
15445	<i>Ustrinum</i>	2452	Bronze	Caixa			Romano	Local/Regional	Fragmento do canto da caixa
15446	<i>Ustrinum</i>	2452	Bronze	Tacha			Romano	Local/Regional	2 fragmentos
15447	<i>Ustrinum</i>	2452	Bronze	Indeterminado			Romano	Local/Regional	3 fragmentos
15711	<i>Ustrinum</i>	2452	Bronze	Tacha			Romano	Local/Regional	4 fragmentos
15712	<i>Ustrinum</i>	2452	Bronze	Indeterminado			Romano	Local/Regional	
15714	<i>Ustrinum</i>	2452	Ferro	Prego			Romano	Local/Regional	
15454	<i>Ustrinum</i>	2452	Paredes Finas	Inteira	Mayet XLIII		50 d.C. a 100	Mérida	Engobe laranja, três estampas de bustos.
15715	<i>Ustrinum</i>	2452	Ferro	Prego			Romano	Local/Regional	

15716	<i>Ustrinum</i>	2452	Ferro	Prego			Romano	Local/Regional	
15720	<i>Ustrinum</i>	2452	Ferro	Prego			Romano	Local/Regional	
15449	Sepultura I	2453	Ferro	Prego			Romano	Local/Regional	6 fragmentos
15450	Sepultura I	2453	Ferro	Indeterminado			Romano	Local/Regional	
15717	Sepultura I	2453	Bronze	Tacha			Romano	Local/Regional	3 fragmentos
15718	Sepultura I	2453	Bronze	Indeterminado			Romano	Local/Regional	8 fragmentos
15719	Sepultura I	2453	Ferro	Prego			Romano	Local/Regional	
15721	Sepultura I	2453	Ferro	Indeterminado			Romano	Local/Regional	14 fragmentos
15432		2461	Ânfora	Bojo	Indeterminado		Romano	Bética Litoral	
15434		2461	Ânfora	Fundo	Indeterminado		Romano	Itálica	
13869		2637	Ânfora	Bordo	Haltern 70b		25 a.C. a 40 d.C.	Guadalquivir	
4378		4466	Ânfora	Bojo	Indeterminado		Romano	Bética Litoral	